

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

VICTOR MARCHEZINI

JANEIRO DE 2010, SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP: LÓGICAS DE
PODER, DISCURSOS E PRÁTICAS EM TORNO DE UM DESASTRE

SÃO CARLOS-SP

2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

VICTOR MARCHEZINI

JANEIRO DE 2010, SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP: LÓGICAS DE
PODER, DISCURSOS E PRÁTICAS EM TORNO DE UM DESASTRE

**Tese apresentada ao Curso de Doutorado do
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da
Universidade Federal de São Carlos, como parte
dos requisitos para a obtenção do título de
Doutor em Sociologia.**

Orientação: Prof^a Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

SÃO CARLOS-SP

2014

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária/UFSCar**

M317js

Marchezini, Victor.

Janeiro de 2010, São Luiz do Paraitinga/SP : lógicas de poder, discursos e práticas em torno de um desastre / Victor Marchezini. -- São Carlos : UFSCar, 2014.
235 f.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2013.

1. Sociologia. 2. Biopolítica. 3. Desastres. 4. Recuperação socioeconômica. 5. Reconstrução. 6. Calamidades públicas.
I. Título.

CDD: 301 (20^a)



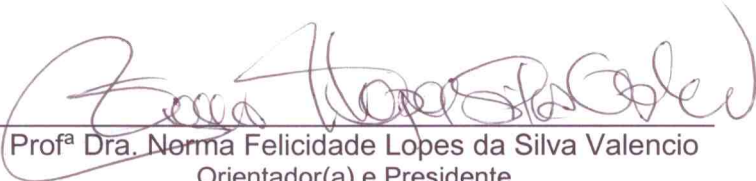
Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676
13565-905 São Carlos-SP - Fone/Fax: (16) 3351.8673
www.ppgs.ufscar.br - Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

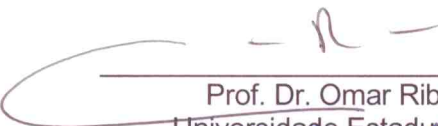
Victor Marchezini


Tese de Doutorado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia.

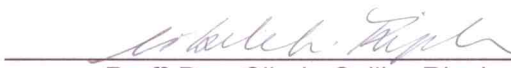
Aprovada em 05 de dezembro de 2013.

BANCA EXAMINADORA:


Profª Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio
Orientador(a) e Presidente
Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFSCar


Prof. Dr. Omar Ribeiro Thomaz
Universidade Estadual de Campinas

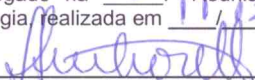

Prof. Dr. Roberto Luiz do Carmo
Universidade Estadual de Campinas


Profª Dra. Cibele Saliba Rizek
Universidade de São Paulo


Prof. Dr. André Ricardo de Souza
Universidade Federal de São Carlos

Para uso da CPG

Homologado na 43.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 11/12/13


Profª Dra. Jacqueline Sinhoretto
Coordenadora do PPGS

Dedico este trabalho em
memória de meus avós
Alvarina, Rosário e Alberto
e à Joventina Gonçalves
Rodrigues – “Dona Jô” – a
minha segunda mãe. E
também àqueles que
permanecem sempre me
apoiando: meus pais.

AGRADECIMENTOS

À professora Norma Valencio, pela oportunidade que me concedeu de participar no seu Grupo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (GEPED) em maio de 2004 e o seu comprometimento como orientadora de iniciação científica, Mestrado e Doutorado, ao longo desses quase dez anos de formação: um período que sempre carregarei ao longo da minha vida porque foi, sem dúvida, aquele que eu descobri a minha vocação, a minha paixão, o meu sonho. E eu espero traduzir todo esse investimento de seu tempo e paciência em comprometimento científico na carreira que pretendo construir, sempre vislumbrando-a como uma pessoa de referência, de caráter, de compromisso e de luta.

Ao corpo docente e servidores do PPGS/UFSCar e aos meus avaliadores no processo de construção dessa tese: Maria Aparecida de Moraes Silva e Jacob Carlos Lima (qualificação); Cibele Saliba Rizek, Omar Ribeiro Thomaz, Roberto Luiz do Carmo e André Ricardo de Souza (defesa).

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) pela concessão de bolsa de estudos que tornou viável a realização desta pesquisa.

Aos meus pais Vicente e Vanda, por sempre acreditarem em mim e investirem o suor do seu trabalho na educação dos filhos. Também agradeço a eles e à minha irmã Joara pelo amor, paciência, e por me ajudarem nos meus recomeços e nas fases mais difíceis que enfrentei. À Isabel Pilotto, o meu amor e símbolo desse recomeço. À minha Vó Walda, às minhas tias e tios, que desejam o meu bem.

Aos meus amigos do NEPED/UFSCar, de São Carlos/SP e da República Marisales, a quem eu agradeço por todos os momentos felizes da fase do “Indiã”. Especiais agradecimentos à Mariana Siena, Juliano Costa Gonçalves e Juliana Sartori, não só pela amizade, mas por todos os conselhos preciosos que ajudaram a iluminar as trilhas que percorri para terminar essa tese.

Aos meus amigos da Equipe Charlie: Antônio Sérgio, Daniel Candido, Giovana Luz e Daniel Lanza, por se tornarem a minha família em Cachoeira Paulista/SP. Aos meus amigos dos rolês de bike por ensinarem que eu aprendesse a meditar em movimento. À minha terapeuta Aliandra, pela ajuda em meu recomeço.

Aos luizenses, por cederem seu tempo para a pesquisa. E aos meus anjos que me protegem: Dona Jô, Vô Berto, Vó Alvarina e Vô Rosalim.

RESUMO

Desastres são fenômenos sócio-ambientais, resultado da interação entre um fenômeno natural – no caso as chuvas – e uma dada organização social, que culmina em um acontecimento trágico pelo conjunto de perdas materiais e imateriais. Para as Ciências Sociais, os desastres não são naturais, mas sim produto de processos sociais, históricos e territorialmente circunscritos (VALENCIO, 2009). Revelam a superposição espacial de problemas sociais e ambientais cujo estado de crise fará emergir uma biopolítica do desastre, para conduzir uma maneira de governar frente a este acontecimento e, assim, lidar com a população como problema político, científico, biológico e de poder (FOUCAULT, 1999). Desse modo, um conjunto de técnicas, mecanismos de poder e dispositivos de segurança circularão no intuito de tentar gerenciar os problemas que se apresentam no cenário de crise: produzem-se dispositivos de segurança classificatórios, imbuídos de discursos de saber-poder, para tornar a realidade administrável, objetivando, assim, enquadrar a complexidade dos problemas sociais revelados na cena em algo propício à gestão técnica, dando ênfase a aspectos dessa realidade que possam ser “solucionáveis”. Criam-se dispositivos de segurança excepcionais, técnicas de governo para gerenciar calamidades, intituladas como Situação de Emergência (S.E.) e Estado de Calamidade Pública (E.C.P) para permitir fissuras no ordenamento jurídico e fazer crescer as forças do Estado (cf. FOUCAULT, 2008b). No Brasil, estudos de Valencio (2012) demonstram que foram 10.195 portarias de reconhecimento de S.E. ou E.C.P. no período 2003-2009 (média de 1.456,42 portarias ao ano), o que revela que esta forma de governar se tornou a regra e não a exceção. Defendo a tese de que essas declarações de situações de emergência e estado de calamidade pública fazem parte de uma biopolítica do desastre, como técnicas para fazer crescer as forças do Estado que, num primeiro momento da emergência, fazem viver, mas que, no pós-impacto, deixam morrer, porque são desconexas às demandas sociais de reconstrução e recuperação. Buscou-se descrever e analisar sociologicamente as lógicas de poder, os discursos e as práticas dos sujeitos envolvidos no processo de pós-impacto, ou seja, de recuperação e reconstrução frente aos desastres relacionados às chuvas no Brasil, tomando como estudo de caso o desastre de São Luiz do Paraitinga/SP, município que foi inundado em janeiro de 2010. Adotando-se como procedimentos metodológicos a revisão do estado da arte, a pesquisa documental e a pesquisa de campo de base qualitativa, o recorte temporal de análise engloba o período entre janeiro de 2010 a junho de 2013, entendendo que o processo de recuperação social é de longo prazo e ultrapassa o período dessa pesquisa. Os resultados revelam que no transcorrer do tempo cronológico, com o término de vigência dos 180 dias do Estado de Calamidade Pública, as lógicas do *fazer viver* vão se diluindo sutilmente e paulatinamente entra em cena uma lógica naturalizável, que é a do *deixar morrer*, frente a qual os *luizenses*, a partir de seu repertório sócio-cultural, buscam estratégias de *fazer resistir*. Discursivamente se fala sobre de um “dia do desastre”, de um desastre que aconteceu, mas muitas das práticas revelam sua continuidade.

Palavras-chave: biopolítica; desastre; recuperação; reconstrução.

ABSTRACT

Disasters are socio-environmental phenomena, resulting from the interaction between a natural phenomenon – in this case heavy rainfall – and a given social organization, and culminating in a tragic event with both material and immaterial losses. In the social sciences, disasters are not considered to be natural, but rather a product of social, historical and territorially circumscribed processes (VALENCIO, 2009). They reveal the spatial superposition of social and environmental problems, whose state of crisis causes the emergence of a biopolitics of disaster, in order to guide a way to govern in the face of the event and, thus, deal with the populace as a political, scientific and biological problem and a problem of power (FOUCAULT, 1999). Thus, a set of techniques, power mechanisms and security devices are employed with the aim of trying to manage the problems that arise in the crisis setting. Classificatory security techniques are produced, imbued with knowledge-power discourse, in order to create an administrable reality, thus aiming to frame the complexity of the social problems revealed in the scene as something propitious for technical management, emphasizing the aspects of this reality which could be “solvable.” Exceptional security and governance techniques to manage calamities are created, called Situation of Emergency (S. E.) and State of Public Calamity (S. P. C.), coups that permit the creation of fissures in the legal order, causing the forces of the State to grow (FOUCAULT, 2008b). In Brazil, studies by Valencio (2012) showed that there were 10,195 declarations of S. E. or S. P. C. in the period from 2003-2009 (average of 1,456.42 declarations per year), which reveals that this form of governance became the rule and not the exception. I defend the thesis that these declarations of Situation of Emergency and State of Public Calamity are part of a biopolitics of disaster, used as techniques to increase the power of the State that, in the first moment of the emergency, saves lives, but that, after the impact, leaves to die, because the social demands of reconstruction and recovery are disconnected. The logic of power, the discourses and habits of the subjects involved in the post-impact process, that is, recovery and reconstruction in the face of disasters related with heavy rains in Brazil, are described. The disaster in São Luiz do Paraitinga, SP, a city that was flooded in January 2010, is used as a case study. A review of the state-of-the-art, documentary research and qualitative field research are adopted as methodological procedures. The temporal selection includes the period between January 2010 and June 2013, with the understanding that the process of social recovery is long term and extends beyond the period of this study. The results reveal that with the passing of time, especially with the end of the 180 day validity of the State of Public Emergency, the logic of *saving lives* become subtly diluted and a naturalizable logic of *leaving to die* gradually enters the scene, in the face of which the citizens of São Luis do Paraitinga, based on their socio-cultural repertory, seek strategies to *create opposition*. Discursively, the “day of the disaster,” a disaster that occurred is spoken of, but many of the practices reveal its continued existence.

Key words: biopolitics; disaster; recovery; reconstruction

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização do município de São Luís do Paraitinga no Estado de São Paulo.....	16
Figura 2: Imagem da queda da Igreja da Matriz.....	17
Figura 3: A antiga paisagem e seu primeiro templo: a Igreja do Rosário.....	79
Figura 4: Antiga Igreja do Rosário.....	80
Figura 5: Construção de ponte sobre o rio Paraitinga.....	83
Figura 6: Igreja Matriz com uma única torre.....	84
Figura 7: Vista área do mercado municipal.....	86
Figura 8: Festa do Divino em 1912.....	88
Figura 9: João Paulino e Maria Angu.....	89
Figura 10: Inundação do rio Paraitinga em 1967.....	92
Figura 11: Morro do Cruzeiro em 1945.....	94
Figura 12: Morro do Cruzeiro na década de 1970.....	94
Figura 13: Fuzis no pequeno município.....	117
Figura 14: Obras de reconstrução da Igreja Matriz em dezembro de 2011.....	161
Figura 15: Obras de reconstrução da Igreja Matriz em março de 2013.....	161
Figura 16: Preparando o afogado no tacho.....	165
Figura 17: Império com o quadro da Igreja Matriz.....	166
Figura 18: Dança de fitas.....	167
Figura 19: Missa na praça, em frente à Igreja em ruínas.....	168
Figura 20: Pintura na parede do sobrado retrata a marca atingida pela inundação de janeiro de 2010.....	173
Figura 21: Símbolo do divino, poesias dos tempos e ruínas encobertas.....	176
Figura 22: Áreas congeladas.....	184
Figura 23: Cidade-futuro.....	187

SUMÁRIO

Apresentação	8
Introdução	11
Capítulo 2 – Lógicas de poder, biopolítica e formas de governo	24
2.1 – Mecanismos de poder, discursos de saber e dispositivos de segurança.....	24
2.2 – Birôs da polícia, estado de polícia e a nova governamentalidade.....	32
2.3 – Discursos de saber, produção de verdades e contracondutas.....	38
Capítulo 3 – Novos campos da biopolítica: técnicas de poder, mecanismos e dispositivos de segurança nos cenários de riscos e desastres	42
3.1 – Ampliação da noção de risco nos dispositivos de segurança.....	42
3.2 – Cidades, desastres e dispositivos de segurança.....	45
3.3 – O discurso do pós-desastre e as políticas de reconstrução.....	61
3.4 – Reconstrução e recuperação como processos sociais.....	65
Capítulo 4 – Entre o <i>fazer viver</i>, o <i>deixar morrer</i> e o <i>fazer resistir</i>: a reconstrução e a recuperação de São Luiz do Paraitinga/SP	77
4.1 – São Luiz do Paraitinga: os discursos de um passado áureo e religioso e de um modo de ser luizense.....	77
4.2 – O discurso da vitimização e o contradiscurso dos <i>luizenses</i> : “a gente fez nossa parte dentro da água, mas fora da água todo mundo ajudou”.....	97
4.3 – A biopolítica do fazer viver: produzindo um enredo oficial do desastre.....	106
4.4 – A emergência da polícia dos desastres: fuzis, novos inspetores, birôs da caridade e a resistência do festeiro.....	115
4.5 – Gestão econômica do desastre: criando categorias, produzindo contabilidades e estatísticas.....	134
4.6 – Cronos e Kairós: tempos da queda, tempos dos sinos e novos tempos dos templos da fé.....	149
4.7 – “O sorriso esconde a lágrima, o coração apertado”: entre o fazer resistir e o deixar morrer.....	163
4.8 – O refazer da cidade: cidade de quem e para quem.....	182
Considerações finais	200
Referências	206
Anexos	217

APRESENTAÇÃO

Peço licença ao *luizenses* para falar sobre o meu ponto de vista a respeito de parte da história de “São Luiz do Paraitinga¹”, um município do estado de São Paulo que ganhou notoriedade após ser inundado em janeiro de 2010 pelas águas do rio Paraitinga, com imagens que percorreram as grandes mídias, sobretudo após a queda paulatina das torres da Igreja Matriz. Eu nunca havia visitado o município antes disso. Acompanhei as imagens dessa inundação por meio do meu televisor. Não vivenciei essa inundação, mas experimentei, pela primeira vez em março de 2012, a agonia de ver a água “subindo, subindo, subindo” e entrando em casa; e não saber muito o que acudir primeiro; de ter de contar com a ajuda do vizinho para erguer a geladeira recém comprada via cartão de crédito. Foi então que comecei a rever o meu lugar de espectador frente à inundação de São Luiz do Paraitinga, como também de um sociólogo que iria se aventurar por esse campo de pesquisa, embora eu já tivesse alguma experiência no campo de Sociologia dos Desastres por intermédio do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres, da Universidade Federal de São Carlos (NEPED/UFSCar).

O meu interesse pelo processo de recuperação social frente a desastres advém de minha trajetória acadêmica na Universidade Federal de São Carlos, em que no período de 2004-2011 eu me formei como um “sociólogo dos desastres” junto ao NEPED/UFSCar. Foi nesse núcleo de pesquisa que dediquei minha iniciação científica e meu mestrado na problemática dos abrigos temporários organizados em desastres relacionados às chuvas e do conflito de representações e

¹Embora os órgãos oficiais grafem São Luís do Paraitinga, adoto nesse trabalho o modo como o *luizense* intitula como sendo o nome correto, qual seja: “São Luiz do Paraitinga”.

poderes entre cidadãos e agentes do Estado. A partir de questões não respondidas no mestrado, passou a inquietar-me os processos de recuperação e reconstrução, sobretudo pelo descompasso existente entre a concepção do Estado, que reforça o desastre como um fenômeno pontual, um evento datado e com um período de duração – circunscrito a um dia ou mais – e a sua continuidade invisibilizada nos longos meses e anos que os “ex-afetados” ou “abandonados nos desastres” (cf. VALENCIO; SIENA; MARCHEZINI, 2011) vivenciam, fadados a um drama que não ganha repercussão pública, sempre à espera de uma promessa não cumprida: a recuperação diante do ocorrido e o regresso à vida de outrora.

Hoje, como analista operacional em desastres do Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN/MCTI), fechei meus ouvidos para essas vozes e meus olhos para esses dramas que evidenciam a continuidade do desastre como um processo que se desenrola num tempo social. De frente para telões, mapeamentos de riscos, modelos de previsão de tempo, dados e informações variadas, estou dentro da *biopolítica do desastre*: pauto-me pelo tempo da técnica, dos protocolos e dos procedimentos burocráticos ao traçar previsões de riscos de deslizamentos e inundações, emitindo alertas que articulam consigo uma temporalidade do desastre que está muito atrelada à vigência de um alerta, reforçando, assim, a lógica do “dia do desastre” a que Valencio (2012) critica. E durante os quase dois anos que estou aqui trabalhando, talvez comece a esboçar as respostas de uma pergunta que sempre me perturbou: “qual o sentido dessa experiência?”. Arrisco a dizer que é para que eu possa começar a compreender toda a biopolítica que está se esquadrinhando e se atualizando nesse campo de estudos dos riscos e desastres: essa temática também passou a fazer parte da

governamentalidade contemporânea, isto é, do conjunto construído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008b).

Longe da academia e do campo que me formaram como um sociólogo dos desastres, escrever esta tese é, em parte, um ato de tentar recuperar e reconstruir a minha própria trajetória, reencontrando-me com os olhares, os relatos e as imagens que demonstram que o desastre é, antes de mais nada, expressão de relações de poder. Então me lanço na tarefa de expor as lógicas de poder, os discursos e as práticas em relação aos processos de recuperação frente aos desastres relacionados às chuvas, tomando o desastre de São Luiz do Paraitinga/SP como uma espécie de laboratório de experiências de poder. Se acostumados estamos a endereçar críticas às outras áreas do conhecimento, que, como cientistas sociais, pensemos no nosso conservadorismo e nas nossas limitações para pensar nos problemas relacionados aos desastres em nosso país. Enquanto a produção científica no tema em outros lugares do mundo passa a ser cada vez mais crescente desde a segunda metade do século XX, no Brasil, o descaso das Ciências Sociais pela investigação científica dos desastres parece ser um indício de que a mesma considera tais fenômenos como eminentemente naturais, dada a pouca produção científica nacional no tema, seja sob a forma de artigos, dissertações e teses².

²A Associação Brasileira de Antropologia incentivou o desenvolvimento da temática ao incluir, em sua 26ª Reunião Brasileira de Antropologia, o Grupo de Trabalho “Rupturas na vida cotidiana: saberes e fazeres antropológicos em contextos de riscos, desastres e medos sociais”.

INTRODUÇÃO

Foucault (2008b), em *Segurança, Território e População*, faz uma análise interessante a respeito de como o problema da escassez alimentar era significado por duas matrizes filosóficas ao longo da história. Primeiramente, associando-se ao velho conceito antigo, greco-latino, de má fortuna, tendo como seu fator imediato a intempérie, a seca, a geada etc., ou seja, algo sobre o qual não se tem controle. Em segundo lugar, atrelado à ideia de castigo, à má natureza do homem que, em sua ambição e ganância, provoca todos esses fenômenos de estocagem, retenção de mercadoria etc, prejudicando, assim, a todos.

As calamidades e as mudanças sociais ocorridas nesses contextos também foram objeto de estudo do sociólogo russo Pitirim A. Sorokin. No prefácio de *Man and Society in Calamity* (1942, p.9), o autor questiona: “In what way do famine and pestilence, war and revolution, tend to modify our mind and conduct, our social organization and cultural life?³”. Seu objetivo não era fazer uma descrição detalhada dos efeitos desta ou daquela calamidade em específico, mas buscar os efeitos típicos, as principais regularidades manifestadas durante as calamidades em diversos âmbitos da vida social, desde as mudanças no imaginário social às transformações ocorridas no âmbito das instituições.

Tuan (2005), em *Paisagens do Medo*, também discorre sobre o tema das calamidades e dos períodos de fome, demonstrando, a partir de levantamentos históricos, como “os governantes de um estado temem o rompimento da ordem cósmica e o desencadeamento de forças naturais violentas que possam destruir

³“De que modos a fome, a doença, a guerra e a revolução, tendem a modificar nossa mente e nossa conduta, nossa organização social e vida cultural?” (tradução livre).

regiões inteiras” (TUAN, 2005, p.91). Assim, para fazer frente à realidade da fome em virtude de plantações ressecadas pelo sol, submersas pelas águas da inundação ou destruídas por pragas, faraós, imperadores e demais governantes passaram a estabelecer reservas de alimentos em celeiros. Outros, além disso, distribuíam alimentos e roupas para toda a população, perdoavam os impostos nas áreas atingidas etc.

Ao longo dos séculos, as calamidades e os períodos de escassez alimentar tornaram-se acontecimentos de grande preocupação social e de governo à medida que as cidades crescem e inúmeras revoltas começam a ocorrer diante desses contextos de crise. Diante desse cenário, emergem formas de estabelecer uma *relação de governo frente ao acontecimento*. Foucault (2008b) destaca que, diante disso, cria-se um sistema antiescassez alimentar, ao mesmo tempo, jurídico e disciplinar, um sistema de legalidade e de regulamentos, ou seja, não se tratará simplesmente de deter a escassez quando ela se produz, mas preveni-la para que não possa ocorrer de forma alguma: estabelece-se todo um sistema de vigilância para possibilitar o controle dos estoques, impedir a circulação de um país a outro, de uma província a outra. Isto é, todo um sistema jurídico e disciplinar de limitações, de pressões, de vigilância permanente, que é organizado para que os preços dos cereais não disparem nas cidades, evitando que as pessoas se revoltem. Vão se constituindo saberes de todos os processos para lidar com a população como problema político, científico, biológico e de poder (FOUCAULT, 1999), isto é, uma biopolítica. Esses saberes de governo permitem conduzir sem necessariamente reprimir, utilizando-se de um conjunto de técnicas, mecanismos de poder, de dispositivos de segurança sobre um conjunto de fenômenos, inclusive os acidentais

e aleatórios. Aparecem, nesses dispositivos, algumas noções novas que vão compor as técnicas, balizando toda uma série de formas de intervenção sobre campos de aplicação diversos. Essas noções são a de caso, risco, perigo e crise.

Entre esses campos de aplicação da biopolítica passam a ser inseridos outros, como a preocupação com as relações entre a espécie humana e seu meio de existência, sejam os efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico – os problemas, por exemplo, das epidemias ligadas à existência dos pântanos durante toda a primeira metade do século XIX – como também o meio não natural da cidade e seus problemas, que repercutem na população e se constituem como uma fonte de preocupação para as autoridades públicas.

Quando nos deparamos com os contextos do século XXI, verificam-se que os problemas ainda permanecem semelhantes, sobretudo em razão de epidemias, inundações, deslizamentos etc. Tais desastres deixam de ser interpretados somente como “má fortuna” ou atrelados à ideia de “castigo”, passando a ser considerados numa biopolítica: são inseridos numa série de acontecimentos prováveis, passam por cálculos de custo, elaboram-se métodos de observação, técnicas de registros de informações e dados, ou seja, entram numa estatística⁴ e, conseqüentemente, elaboram-se técnicas de poder, mecanismos e dispositivos para conduzi-los. Ainda, desenvolvem-se um conjunto de técnicas, mecanismos de poder e dispositivos de segurança no intuito de tentar gerenciar os que estão no cenário de desastre e os problemas que se apresentam: produzem-se classificações para criar discursos de verdade, tornando a realidade produzida como administrável e quantificável, objetivando, assim, enquadrar a complexidade dos

⁴Foucault (2008b) afirma que, etimologicamente, a estatística é o conhecimento do Estado, o conhecimento das forças e dos recursos que o caracterizam num momento dado.

problemas sociais revelados na cena em algo propício à gestão técnica, dando ênfase a aspectos dessa realidade que possam ser “solucionáveis”.

Ademais, adotam-se técnicas de governo para gerenciar calamidades, intituladas como Situação de Emergência (S.E.) e Estado de Calamidade Pública (E.C.P.), uma técnica de estado de exceção que permite criar fissuras no ordenamento jurídico e fazer crescer as forças do Estado (cf. FOUCAULT, 2008b). E esta técnica de exceção parece ter se tornado a regra quando se analisa o caso brasileiro: no período 2003-2010, os desastres oficializados pelas autoridades locais somaram 13.098 decretos municipais de S.E. ou E.C.P. reconhecidos por portarias da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional (SEDEC/MI), uma média de 1.637,25 decretos reconhecidos ao ano. “Isso representa que, aproximadamente, 29,42% dos municípios passam anualmente por esse percalço” (VALENCIO, 2012, p.98).

Do ponto de vista legal, Situação de Emergência é o “reconhecimento (legal) pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos superáveis (suportáveis) pela comunidade afetada”. Já o Estado de Calamidade Pública é o “reconhecimento (legal) pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade ou à vida de seus integrantes” (BRASIL, 2007, p.8). No arcabouço jurídico, o prazo de vigência do decreto de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública “varia entre 30, 60 e 90 dias, o qual poderá ser prorrogado até completar 180 dias” (Idem, p.24).

Nesse estudo, defendo a tese de que essas declarações de situações de emergência e estado de calamidade pública fazem parte de uma biopolítica do

desastre, como técnicas para fazer crescer as forças do Estado que, no período de crise, *fazem viver*, mas que, no pós-impacto, *deixam morrer*, porque são desconexas às demandas sociais de reconstrução e recuperação. Exponho as lógicas de poder, os discursos e as práticas em relação aos processos de recuperação frente aos desastres relacionados às chuvas, tomando o desastre de São Luiz do Paraitinga/SP como uma espécie de laboratório de experiências de poder.

São Luiz do Paraitinga/SP vivenciou, entre os dias 1 e 4 de janeiro de 2010, uma grande inundação do rio Paraitinga, que recebeu um grande volume de chuva nas áreas de cabeceira da bacia hidrográfica, sobretudo do setor do município de Cunha/SP. A grande inundação atingiu cerca de oitenta por cento da área urbana luizense, com elevação das águas do rio Paraitinga a cerca de doze metros acima de seu nível normal, submergindo todo o seu Centro Histórico, detentor do maior conjunto arquitetônico de casarões do século XIX do Estado de São Paulo. Naquele início de janeiro de 2010, comecei a acompanhar a tragédia a distância, iniciando um levantamento documental das matérias jornalísticas veiculadas pela *Folha Online* e demais meios de comunicação a respeito do acontecimento naquele município desconhecido para mim. Uma das primeiras coisas que fiz foi procurá-lo no mapa do Estado de São Paulo (figura 1).

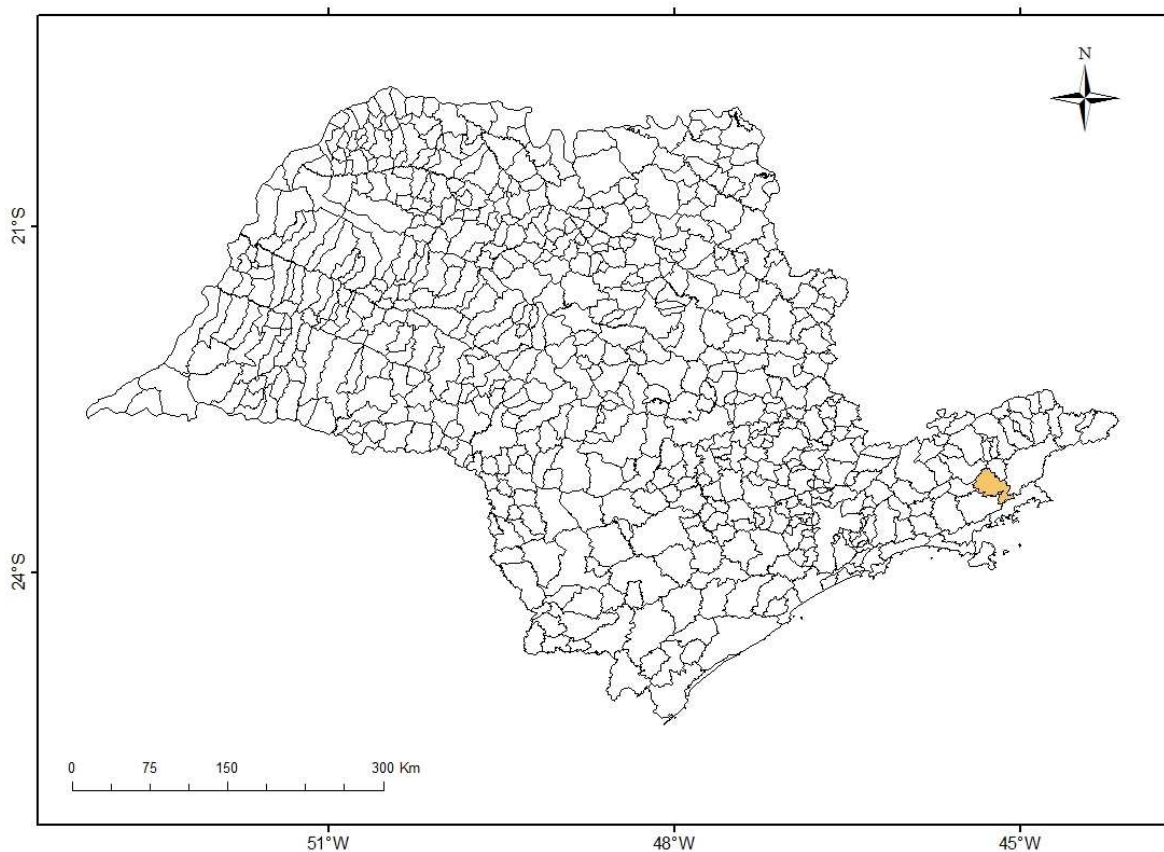


Figura 1: Localização do município de São Luís do Paraitinga no Estado de São Paulo (destacado na cor laranja).

No transcorrer dos primeiros dias, a inundação em São Luiz do Paraitinga/SP ganhou grande repercussão, sobretudo pelas imagens que passaram a circular nos meios de comunicação, veiculando a queda da Igreja Matriz (vide Figura 2) e o centro histórico do município completamente submerso. Como sociólogo, acompanhei a profusão de reportagens que ajudaram a compor o *timing* e o enredo oficial sobre o desastre. Logo no dia 02 de janeiro, às 18h26, a Folha Online publicou a primeira reportagem sobre o ocorrido, com a manchete “Chuva isola São Luiz do Paraitinga (SP) e deixa quase toda população fora de casa” (FOLHA ONLINE, 2010a). No mesmo dia, às 23h22, outra reportagem veiculada demonstrou o acompanhamento do desenrolar da situação, permitindo ao

espectador assistir a queda da Igreja Matriz: “**Veja** desabamento de igreja em São Luiz do Paraitinga” (FOLHA ONLINE, 2010b; grifo nosso) é a manchete imperativa que induziu ao consumo.



Enchente deixa São Luiz do Paraitinga debaixo d'água; prédios históricos na cidade ficaram danificados (Foto: Mario Ângelo/Folhapress; FOLHA ONLINE, 2010a).

Figura 2: Imagem da queda da Igreja da Matriz

Num primeiro momento da pesquisa, o levantamento documental realizado na época já demonstrava como os meios de comunicação produziram reportagens e fizeram circular discursos sobre o desenrolar dos acontecimentos, ressaltando as ações das equipes de resgate – Corpos de Bombeiros, Polícias Militares, Forças Armadas –, o drama dos moradores classificados como *desabrigados/desalojados/ afetados/vítimas*, as ações de mapeamento de risco e retirada de famílias de suas casas, as práticas de solidariedade da sociedade civil a partir da doação de roupas, alimentos, oferta de trabalho voluntário, os números da

contabilidade do desastre etc. Ao longo do mês de janeiro de 2010, as reportagens da Folha Online sobre o desastre em São Luiz do Paraitinga/SP tornaram-se cada vez mais esporádicas e o tempo cronológico do desastre estava ao final de sua vigência.

Entretanto, ao continuar a pesquisa bibliográfica dos estudos sociais sobre os desastres, apreendi como o conceito de desastre está articulado à vivência de um estado de crise que transcorre em um tempo social (QUARANTELLI, 1998; PERRY, QUARANTELLI, 2005), da mesma forma que se é importante buscar abordagens interpretativas do conceito de desastre (HEWITT, 1998), problematizando as definições dos órgãos oficiais e considerando os pontos de vista dos sujeitos com outros lugares de enunciação. E eu me lancei a acompanhar o desastre de São Luiz do Paraitinga não como um fenômeno pontual, mas sim a partir dessa perspectiva da *continuidade*, razão pela qual adotei como recorte temporal de análise o período compreendido entre janeiro de 2010 a junho de 2013, entendendo que o processo de reconstrução e recuperação social frente ao desastre é de longo prazo e ultrapassa o período dessa pesquisa. Assim, junto ao levantamento documental e à pesquisa bibliográfica, também realizei pesquisas de campo de base qualitativa a fim de procurar maiores informações sobre as lógicas de poder, os discursos e as práticas dos diferentes sujeitos envolvidos nas relações que compõem essa trama no decorrer do tempo, uma vez que no enredo oficial do desastre há agentes que detêm a fala e produzem seus entendimentos imediatos sobre o mundo do outro, falando pelos *luizenses* e definindo o que precisam, o que é melhor para eles.

Na pesquisa de campo de base qualitativa, realizada em novembro/dezembro de 2011 e março e junho de 2013, os agentes do meio técnico foram entrevistados e, na maioria das vezes, os discursos proferidos reiteraram a visão expressa para os meios de comunicação, cabendo-me problematizar esses discursos e as lógicas de poder que os envolvem. Um dos resultados dessa problematização foi a verificação de que São Luiz do Paraitinga se tornou um foco de pesquisa de diferentes áreas do conhecimento e alguns dos entrevistados já estavam habituados a conceder entrevistas, muitas vezes visivelmente extenuados em falar sobre o assunto. Somente consegui identificar esses e outros aspectos à medida que aprofundei a leitura sobre os conceitos de poder, biopolítica, população, dispositivos de segurança, contracondutas etc. (FOUCAULT, 1999; 2008b), e passei a focar na análise do desastre como expressão de relações de poder para entender o campo de forças que conformam os discursos e as práticas.

Nesse campo de forças, os próprios luizenses assumem o discurso do enredo oficial da superação do desastre e evitam expor os conflitos. Mas, vez por outra, na continuidade da entrevista, os saberes sujeitados passam a emergir de acordo com o tempo do entrevistado, à medida que o mesmo passa a ver em mim não como um invasor que tomou conta de sua cidade, mas sim a figura de um forasteiro que está ali para escutá-lo. E as resistências por vezes se quebram quando lhe pergunto se ele (a) está cansado(a) de tanto responder entrevistas; quando eu me importo menos com o registro escrito das informações em meu diário de campo e mais em não perder o contato visual com o entrevistado; quando eu relato minha experiência de pesquisa em algum desastre, demonstrando a ele(a) em que consiste o meu trabalho; quando volto a campo, três anos depois da inundação,

e me disponho a escutar o que ele(a) tem a falar sobre a continuidade da experiência vivida, a qual os meios de comunicação não têm interesse em dar visibilidade; quando me disponho a percorrer áreas rurais para ouvir aqueles que não foram ouvidos por ninguém, e compartilho com o (a) entrevistado (a) o seu silêncio de mais de vinte segundos à procura de uma resposta que dote de significado a sua experiência traumática que continua a ser vivida num tempo social.

No intuito de melhor expor a minha tese, procurei estruturá-la em quatro capítulos. No capítulo 2, apresento alguns conceitos e discussões que considero serem fundamentais para balizar minha análise. A meu ver, as considerações sobre o *como do poder* (FOUCAULT, 1999) foram importantes para apreender as lógicas de poder que se estabelecem nos processos de recuperação e reconstrução, entendendo as dimensões macrossociais e a instância material de sujeição, identificando como elas se articulam. No sentido de desvelar essas lógicas de poder, as discussões acerca da *biopolítica*, da *população*, dos *mecanismos de poder*, dos *dispositivos de segurança* e das *contracondutas* foram fundamentais para analisar os discursos e as práticas, os campos de forças, as formas de resistência. É nesses dispositivos de segurança que Foucault (2008b) sinaliza a emergência, no campo da biopolítica, de noções novas como *caso*, *risco*, *perigo*, *crise*, noções que auxiliam a estabelecer uma *relação do governo com o acontecimento*, e que se ilustra em seus exemplos acerca dos mecanismos de poder e dos dispositivos de segurança aplicados para se lidar com os problemas da peste, da varíola e da escassez alimentar.

No capítulo 3, dedico-me a discorrer sobre a emergência de novos campos da biopolítica, identificando os cenários de risco e de desastres como

alguns desses novos campos, dadas as técnicas de poder, os mecanismos e os dispositivos de segurança que lhe têm lugar. Apresento a ampliação da noção de *risco* nos dispositivos de segurança, com suas noções derivadas: *grupos de risco*, *mapas de risco*, *áreas de risco* etc. Demonstro como se criam instituições – o Sistema Nacional de Defesa Civil – e dispositivos de segurança para lidar com a problemática dos desastres nas cidades, estabelecendo *relações com estes acontecimentos*, formas de governo, procedimentos, instrumentos, cálculos, estatísticas etc. Tais desastres têm entrado numa estratégia geral de poder, sendo compreendidos enquanto fenômenos pontuais e administráveis a partir de fases como prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Por fim, discorro sobre os conceitos de *reconstrução* e *recuperação* a fim de compreendê-los como ligados a processos de organização social e cultural frente a eventos de crises e calamidades (SOROKIN, 1942).

No capítulo 4, descrevo e analiso as lógicas de poder, os discursos e as práticas dos sujeitos envolvidos no processo de pós-impacto, ou seja, de recuperação e reconstrução frente aos desastres relacionados às chuvas no Brasil, tomando como estudo de caso o desastre de São Luiz do Paraitinga/SP. Na biopolítica do desastre, os *discursos da vitimização*, *da necessidade* e *da salvação* são discursos de saber que se põem em circulação e ajudam a fazer crescer as forças do Estado. Entretanto, encontram resistência nos contradiscursos dos sobreviventes a respeito dos *anjos do rafting* e de outras versões sobre os acontecimentos que acabam por contradizer o enredo oficial produzido sobre o desastre e que se faz circular nos meios de comunicação.

Nessa biopolítica do desastre, também emergem os dispositivos de segurança classificatórios e excepcionais que instituem discursos e práticas que, num primeiro momento, *fazem crescer* as forças do Estado – reprimindo contracondutas consideradas como ilegais e delinqüentes, gerindo economicamente o estado de exceção. Todavia, no transcorrer do tempo cronológico, com o término de vigência dos 180 dias do Estado de Calamidade Pública, as lógicas do *fazer viver* vão se diluindo sutilmente e paulatinamente entra em cena uma lógica naturalizável, que é a do *deixar morrer*, frente a qual os *luizenses*, a partir de seu repertório sócio-cultural, buscam estratégias de *fazer resistir*. Discursivamente se fala de um “dia do desastre”, de um desastre que aconteceu, mas muitas das práticas revelam sua continuidade como o choro de alguns luizenses ao se lembrarem três anos depois das inundações de janeiro de 2010, a perda da Igreja Matriz como espaço ritualizado, as ruínas de casarões e de casas situadas em *áreas congeladas*, impedidas pelo Poder Público de serem reconstruídas etc.

Nas considerações finais, aponto alguns aspectos a respeito das lógicas de poder, dos discursos e das práticas que compõem a biopolítica do desastre. Em linhas gerais, durante as inundações de janeiro de 2010, as declarações de situações de emergência e estado de calamidade pública fizeram crescer as forças do Estado e permitiram uma série de mecanismos de poder e dispositivos de segurança que cuidaram da vida biológica, do *fazer viver* como, por exemplo, pela criação das populações-alvo e todas as ações necessárias do reino de necessidades biológicas. Entretanto, com o transcorrer do tempo cronológico, uma série de outros mecanismos, discursos, práticas e dispositivos *deixam morrer*, à medida que desmobilizam a condição do luizense como sujeito de seu próprio

processo de reconstrução e recuperação, falando por ele, decidindo e definindo seu futuro. A governamentalidade contemporânea tem expandido seus campos de aplicação da biopolítica, e os cenários de riscos e desastres se revelam como mais uns desses campos que têm sido objeto de regulação, de produção de discursos de saber, de criação de mecanismos de poder e dispositivos de segurança.

LÓGICAS DE PODER, BIOPOLÍTICA E FORMAS DE GOVERNO

2.1 Mecanismos de poder, discursos de saber e dispositivos de segurança

Foucault (1999) não buscou conceituar o que é o poder, mas sim estudar o *como* do poder, isto é, analisar os mecanismos de poder que atravessam, caracterizam e constituem o corpo social: “o que está em jogo é determinar quais são, em seus mecanismos, em seus efeitos, em suas relações, esses diferentes dispositivos de poder que se exercem, em níveis diferentes da sociedade, em campos e com extensões variadas” (FOUCAULT, 1999, p.19). Isto é, trata-se de “saber por onde isso [poder] passa, como se passa, entre quem e quem, entre que ponto e que ponto, segundo quais procedimentos e com quais efeitos” (FOUCAULT, 2008b, p.3-4). A fim de atingir esse objetivo de analisar o *como* do poder, o autor propôs algumas precauções metodológicas.

Como uma primeira precaução, realça a necessidade de se captar o poder em suas extremidades, em suas últimas capilaridades, isto é, nas formas e instituições mais regionais e locais, no ponto em que, “ultrapassando as regras de direito que o organizam e delimitam, ele se prolonga, penetra em instituições, corporifica-se em técnicas e se mune de instrumentos de intervenção material, eventualmente violento” (FOUCAULT, 2008a, p.182). Como um exemplo, poderíamos pensar no Estado não como um Estado-coisa, que se impõe por uma mecânica, como que automática, aos indivíduos, mas sim feito a partir da própria prática dos homens, do que eles fazem, da maneira como pensam. Em outras palavras, não

pode ser dissociado do conjunto das práticas que fizeram com que ele se tornasse uma maneira de governar, agir, de se relacionar com o governo.

A preocupação do referido autor está em analisar o poder onde ele está completamente investido em práticas reais, isto é captar a instância material da sujeição. Em razão disso, sua segunda precaução metodológica se direciona a estudar o poder onde ele se relaciona diretamente e imediatamente com seu alvo, ou seja, o campo de aplicação onde o poder se implanta e produz efeitos reais, descobrindo “como funcionam as coisas ao nível do processo de sujeição ou dos processos contínuos e ininterruptos que sujeitam os corpos, dirigem os gestos, regem os comportamentos etc.” (Idem, p.182).

A terceira precaução metodológica se refere à necessidade de não considerar o poder como um fenômeno de dominação homogêneo de um indivíduo sobre os outros, de um determinado grupo sobre outros, de uma classe sobre outras. Essa precaução vai ao encontro de uma das principais críticas que o autor faz ao “economismo” na teoria do poder o que, em linhas gerais, seria a concepção de que o poder é um “direito do qual se seria possuidor, como de um bem, e que se poderia, em consequência, transferir ou alienar” (FOUCAULT, 1999, p.19-20). O poder não pode ser dividido entre aqueles que o possuem e o detêm de forma exclusiva, mas é algo que circula, que funciona em cadeia, que se exerce e se sofre sua ação em rede. Isto é, “o poder não se dá, nem se troca, nem se retoma, mas que ele se exerce e só existe em ato” (Idem, p.21).

A quarta precaução parte do princípio de, a partir das práticas reais de sujeição, examinar como os fenômenos, as técnicas e os procedimentos de poder atuam nesses níveis mais locais e se expandem, sendo transformados, deslocados e

desdobrados por mecanismos cada vez mais gerais engendrando, assim, lucros econômicos e utilidades políticas num determinado contexto. E, por fim, uma última precaução metodológica atenta para a importância de se analisar os instrumentos reais de formação e de acumulação de saber: métodos de observação, técnicas de registro de informações e dados, procedimentos de pesquisa e de inquéritos, aparelhos de verificação etc. Mas qual a importância disso? Foucault (2008a, p.186) afirma que tudo isso “significa que o poder, para exercer-se nestes mecanismos sutis, é obrigado a formar, organizar e pôr em circulação um saber”.

A análise dos mecanismos de poder tem justamente o objetivo de “mostrar quais são os efeitos de saber que são produzidos em nossa sociedade pelas lutas, os choques, os combates que nela se desenrolam, e pelas táticas de poder que são os elementos dessa luta” (FOUCAULT, 2008b, p.5). As múltiplas relações de poder que perpassam, caracterizam e constituem o corpo social não estão dissociadas e nem funcionam sem uma produção, uma acumulação e uma circulação dos discursos de verdade. O poder nos exige a produção da verdade, pois necessita dela para funcionar, e o próprio discurso de verdade propulsa efeitos de poder. Passamos a ser julgados, classificados, condenados, obrigados a tarefas, destinados a certa maneira de viver ou de morrer, em função dos discursos verdadeiros que implicam efeitos específicos de poder.

Nos séculos XVII e XVIII, por exemplo, apareceram discursos e técnicas de poder que tomavam como objeto o corpo individual. A tecnologia disciplinar do trabalho, como um desses exemplos, incumbiu-se de criar procedimentos a partir dos quais se buscavam a distribuição espacial desses corpos (separação entre eles, alinhamento, colocação em série e em vigilância) e a

organização para, através do treinamento, aumentar-lhes a força útil. Já durante a segunda metade do século XVIII, outra tecnologia de poder emerge. Essa nova tecnologia aplica-se à multiplicidade dos homens como espécie/conjunto, como população e não como corpos individuais. A noção de população, como massa global afetada por processos de conjunto que são próprios da vida, constitui-se como correlato das técnicas de poder e como objeto de saberes: e é porque esses “saberes recortam sem cessar novos objetos que a população pôde se constituir, se continuar, se manter como correlativo privilegiado dos modernos mecanismos de poder” (Idem, p.103).

Desse modo, as características biológicas fundamentais da espécie humana passam a ser alvo de uma estratégia política, de uma biopolítica: direcionam-se a processos próprios da vida como a natalidade, a mortalidade, a longevidade, a doença, os quais passam a ser mapeados e computados estatisticamente. Investigam-se doenças que nem sempre causam a morte, mas que subtraem as forças, diminuem tempo de trabalho, acarretam custos econômicos, seja em razão da produção não realizada como também dos tratamentos que podem acarretar. A doença, assim, adquire função maior de higiene pública. São esses fenômenos que começam a ser levados em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população.

O outro campo de intervenção da biopolítica vai ser todo um conjunto de fenômenos dos quais uns são universais e outros são acidentais, que acarretam

também conseqüências análogas de incapacidade, de pôr indivíduos fora de circuito, de neutralização etc.: de uma parte, no início do século XIX, é o problema da velhice do indivíduo que, por conseguinte, sai do campo da atividade. E, da outra parte, serão os acidentes, as enfermidades, as anomalias diversas. E em relação a estes fenômenos, a biopolítica vai introduzir não somente instituições de assistência (existentes há muito tempo e essencialmente vinculadas à Igreja), mas mecanismos muito mais sutis, economicamente muito mais racionais, de seguros, de poupança individual e coletiva, de seguridade etc.

Foucault (2008b) dedica-se à análise da relação do governo com o acontecimento, com acidental, com o aleatório, utilizando-se de alguns exemplos, como os da peste, da varíola e da escassez alimentar. No caso da peste, os regulamentos dos séculos XVI e XVII, buscam esquadrihar literalmente as regiões e cidades em que existe a peste, indicando às pessoas quando podem sair, como, a que horas, o que devem fazer em casa, que tipo de alimentação se deve ter, proibindo-lhes alguns tipos de contatos, obrigando-as a se apresentar e abrir a casa a inspetores. Isto é, há uma técnica do tipo disciplinar: é centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula o corpo como foco de forças, isola um espaço, determina um segmento, concentra, centra, encerra. O primeiro gesto da disciplina é circunscrever um espaço em que seus mecanismos de poder irão funcionar sem limites. Nesse mecanismo disciplinar, a lei se faz acompanhar por mecanismos de vigilância e punição.

Já em relação à forma de lidar com a varíola a partir do século XVIII, o modo de conduzir se coloca de maneira bem diferente: não se trata de impor a disciplina, embora ela seja acionada em auxílio. O problema essencial será saber

qual número de pessoas que contraíram varíola, com qual idade, com quais sintomas, qual a taxa de mortalidade, quais as lesões ou quais as seqüelas, que riscos se corre fazendo-se inocular, qual a probabilidade de um individuo morrer ou pegar varíola apesar da inoculação, quais os efeitos estatísticos sobre a população em geral etc. Ou seja, buscar-se-á criar dispositivos de segurança, inserindo o fenômeno numa série de acontecimentos prováveis que precisarão ser trabalhados, criados, organizados, planejados e regularizados num contexto multivalente, transformável e aleatório, o qual pode ser chamado de meio. O meio é aquilo em que se faz a circulação, o conjunto de dados naturais (pântanos, morros etc.), dados artificiais (aglomeração de indivíduos, casas etc.) e os efeitos de massa e causas que agem sobre todos os que ai residem. E o meio aparecerá como um campo de intervenção que não atingirá uma multiplicidade de corpos individuais capazes de desempenhos requeridos como na disciplina, mas sim como população. O que vai se procurar atingir por esse meio é “precisamente o ponto em que uma série de acontecimentos, que esses indivíduos, populações e grupos produzem, interfere com acontecimentos de tipo quase natural que se produzem ao redor deles” (FOUCAULT, 2008b, p.28). Assim, criar-se-ão técnicas políticas dirigida ao meio.

Essas técnicas políticas dirigidas ao meio podem ser exemplificadas a partir do problema da escassez alimentar e das formas de governo, de gestão política e econômica que serão empregadas. Criar-se-á um sistema antiescassez alimentar, ao mesmo tempo, jurídico e disciplinar, um sistema de legalidade e de regulamentos, ou seja, não se trata simplesmente de deter a escassez quando ela se produz, mas preveni-la para que não possa ocorrer de forma alguma: estabelece-se todo um sistema de vigilância para possibilitar o controle dos estoques, impedir a

circulação de um país a outro, de uma província a outra. Isto é, todo um sistema jurídico e disciplinar de limitações, de pressões, de vigilância permanente, que é organizado para que os preços dos cereais não disparem nas cidades e que as pessoas se revoltem. Vão se constituindo, junto aos saberes de todos os processos que giram em torno da população, saberes de governo que permitem conduzir e dispor a partir de um conjunto de técnicas, mecanismos de poder, de dispositivos de segurança frente aos acontecimentos, aos fenômenos acidentais e aleatórios. Esses dispositivos de segurança têm por função responder a uma realidade de maneira a limitá-la e regulá-la.

Aparecem, nesses dispositivos, algumas noções novas que vão compor as técnicas, balizando toda uma série de formas de intervenção sobre campos de aplicação diversos. Essas noções são a de *caso*, *risco*, *perigo* e *crise*. A respeito da noção de caso, Foucault (2008b) alude à transformação da noção de “doença reinante”, definida e descrita pela prática médica do século XVII e XVIII, tida como uma doença ligada a um país, à sua cidade, ao seu clima, ao seu modo de vida etc. A partir do momento em que passam a ser realizadas as análises quantitativas de sucessos e insucessos, de fracassos e de êxitos, quando passam a calcular as diferentes eventualidades de morte ou de contaminação, então a doença não vai mais aparecer nessa relação maciça da doença reinante com o seu lugar, seu meio: ela vai aparecer como uma distribuição de casos numa população que será circunscrita no tempo ou no espaço. O aparecimento da noção de caso é, assim, uma maneira de individualizar o fenômeno coletivo da doença, ou de coletivizar, mas no modo da quantificação, do racional e do identificável, de

coletivizar os fenômenos, de integrar no interior de um campo coletivo os fenômenos individuais.

A partir dessa análise da distribuição dos casos é possível identificar cada indivíduo, pode-se calcular qual o *risco* que cada um tem, seja de pegar a varíola, seja de falecer, seja de recuperar-se etc. A partir da noção de risco, podem-se traçar dispositivos de segurança, determinando o risco de morbidade e mortalidade para cada indivíduo, dada a sua idade, o lugar onde mora, sua faixa etária, sua cidade, sua profissão etc. Esse cálculo dos riscos demonstra que estes não são os mesmos para todos os indivíduos, em todas as faixas etárias, em todas as condições, em todos os lugares e meios. Dessa forma, há riscos diferenciais que denotam, de certo modo, zonas de mais alto risco e zonas, ao contrário, de risco menos elevado. Em outras palavras, pode-se identificar assim o que é perigoso.

E, junto às noções de caso, risco e perigo, adiciona-se a noção de crise. Essa é conceituada como um fenômeno de disparada, de aceleração, de multiplicação, por exemplo, de uma doença que, num momento e num lugar dados, pode ter os casos multiplicados através de contágios, seguindo uma tendência que só poderá ser controlada por um mecanismo artificial ou natural. Em razão disso, haverá maneiras de administrar esse aleatório que é inerente a uma população de seres vivos: instalar-se-ão mecanismos de previdência no sentido de otimizar um estado de vida, agir de tal sorte que se obtenham estados globais de equilíbrio, de regularidade. Isto é, diferentemente do poder da soberania que *fazia morrer e deixava viver*, a tecnologia do biopoder se foca não em tirar a vida de adversários políticos, mas sim em eliminar os perigos biológicos para fortalecer a própria espécie ou raça nas diferentes relações entre ela e seu meio de existência, seja ele natural ou

criado. Cada vez mais o poder parece ser o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no “como” da vida.

Foucault (2008b) destaca que a partir do momento em que o poder intervém para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências etc., a morte, como termo limite da vida, cai fora de seu domínio. Apesar da biopolítica se ocupar do fazer viver, do mais que viver e do “como da vida”, o autor ressalta que o *deixar morrer*, o *tirar a vida* ainda persiste. Por *tirar a vida*, entende-se não somente o “assassínio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição etc.” (FOUCAULT, 1999, p.306).

2.2 Birôs da polícia, estado de polícia e a nova governamentalidade

É por meio da biopolítica de interferir no fazer viver, na maneira de viver e no como da vida que o Estado – como esquema de inteligibilidade de todo um conjunto de instituições já estabelecidas, como ideia reguladora dessa forma de pensamento, de reflexão, de cálculo e intervenção – poderá fazer suas forças crescerem, aumentando seu poderio e seus lucros. É a partir do século XVIII que se começará a chamar de *polícia* o conjunto dos meios pelos quais é possível fazer as forças do Estado crescer, mantendo, ao mesmo tempo, a ordem. Sobre esse novo sistema econômico, social e antropológico, Foucault (2008b, p.438) afirma,

(...) nesse sistema econômico, social, poderíamos dizer até nesse novo sistema antropológico instaurado no fim do século XVI e no início do século XVII, nesse novo sistema que já não é comandado pelo problema imediato de não morrer e sobreviver, mas que vai ser

comandado agora pelo problema de viver e fazer um pouco melhor que viver, pois bem, é aí que a polícia se insere, na medida em que é um conjunto de técnicas que asseguram que viver, fazer um pouco melhor que viver, coexistir, comunicar-se, tudo isso será efetivamente transformável em forças do Estado.

Segundo Foucault (2008b), o que se chama de economia é a constituição de um saber de governo que é absolutamente indissociável da constituição de um saber de todos os processos que giram em torno da população: não se trata de impor a lei aos homens, mas de dispor das coisas, ou seja, de utilizar táticas, agindo de modo que, por certo número de meios, esta ou aquela finalidade possa ser alcançada. Nesse contexto do século XVII, o objetivo do Estado de polícia era controlar e ser responsável pela atividade dos homens, na medida em que essa atividade pudesse se constituir como um elemento diferencial no desenvolvimento das forças do Estado.

Havia, nessa época, a figura dos “Birôs”, espécie de subordinados diretos do conservador-geral de Polícia. O Birô de Polícia era responsável pela instrução de crianças e jovens, da ocupação de cada um. O Birô da Caridade se ocupava dos pobres: os considerados “válidos”, os que podem trabalhar, e os doentes e “inválidos”, aos quais se davam subvenções. Também era de seu encargo cuidar da saúde pública em tempos de epidemia e contágio. Mas outros acontecimentos eram de sua responsabilidade: os acidentes causados por incêndios, inundações, e outros que causassem empobrecimento, deixando as famílias em miséria. A este Birô caberia tentar impedir esses acidentes, assim como buscar repará-los e ajudar os que eram atingidos. O terceiro Birô cuidava dos comerciantes, regulando os problemas de mercado, de fabricação etc. Já o último Birô, o do Domínio, ficava encarregado dos bens imobiliários, zelando pela compra e pela

maneira como se compravam e vendiam os bens fundiários, os preços dessas vendas, o registro das heranças etc.

De modo geral, a polícia se ocupava de diversos objetos. Primeiramente, do quantitativo da população em relação aos recursos e possibilidades do território que ela ocupa. O segundo objeto eram as necessidades da vida. O terceiro objeto: os problemas da saúde. Em seguida, zelar pelas atividades, para que os homens não ficassem ociosos, ou seja, a regulamentação dos ofícios. Também se atrelavam ao mercado da compra, da venda e da troca, regulamentando a maneira como se podia e se devia pôr à venda, a que preço, como, em que momento etc. E, por fim, a circulação, não somente os espaços de circulação, como também o conjunto de regulamentos, imposições etc. que lhe influenciam. Isto é, os objetos de que a polícia se ocupava eram essencialmente urbanos, na medida em que é na cidade que eles adquirem o essencial de sua importância. Em certo sentido, policiar e urbanizar eram a mesma coisa.

Foucault (2008b) considera que esse projeto de polícia era uma espécie de golpe de Estado permanente. Segundo o autor, no pensamento político do início do século XVII, o golpe de estado era, em primeiro lugar, uma suspensão, uma interrupção das leis e de legalidade, uma ação extraordinária contra o direito comum, que não preservava nenhuma ordem e nenhuma forma de justiça. Havia momentos em que a razão de Estado já não podia se servir das leis, vendo-se obrigada, por algum acontecimento premente e urgente, em função de certa necessidade, a libertar-se dessas leis usuais. Assim, em função da necessidade da salvação do próprio Estado, é que a razão do Estado vai varrer as leis civis, morais, naturais reconhecidas até então:

A necessidade, a urgência, a necessidade da salvação do próprio Estado vão excluir o jogo dessas leis naturais e produzir algo que, de certo modo, não será mais que pôr o Estado em relação direta consigo mesmo sob o signo da necessidade e da salvação. O Estado vai agir de si sobre si, rápida, imediatamente, sem regra, na urgência e na necessidade, dramaticamente, e é isso o golpe de Estado. O golpe de Estado não é, portanto, confisco do Estado por uns em detrimento dos outros. O golpe de Estado é a automanifestação do próprio Estado (FOUCAULT, 2008b, p.350).

Alguns elementos são considerados fundamentais nesse golpe de Estado. O primeiro elemento se refere à noção de necessidade, tida como lei fundamental, que, embora não seja no fundo uma lei, excede todo o direito natural, todo o direito positivo, pois tem como premissa que a salvação do Estado deve prevalecer, como quer que seja, sobre toda e qualquer outra coisa. O segundo elemento é a noção de violência. Se em seu exercício ordinário, habitual, a razão de Estado não exerce uma violência ilimitada, quando a necessidade exige, ela o fará. Ser violenta significa que é obrigada a sacrificar, a amputar, a prejudicar, a ser injusta e mortífera. Segundo Foucault (2008b, p. 352):

Violenta significa que ela é obrigada a sacrificar, a amputar, a prejudicar, ela é levada a ser injusta e mortífera. É o princípio, diametralmente oposto, como vocês sabem, ao tema pastoral de que a salvação de cada um é a salvação de todos, e a salvação de todos é a salvação de cada um. Daí em diante, vamos ter uma razão de Estado cuja pastoral será urna pastoral da opção, uma pastoral da exclusão, uma pastoral do sacrifício de alguns ao todo, de alguns ao Estado.

O terceiro elemento importante do golpe de Estado se refere à sua característica necessariamente teatral. Como ele é a afirmação irruptiva da razão de Estado, ele tem de ser imediatamente reconhecido segundo suas verdadeiras características, exaltando-se a necessidade que o justifica, bem como ser deflagrado à luz do dia para que possa angariar adesão e as leis suspensas possam ser

reconhecidas. Os encaminhamentos e procedimentos do golpe devem ser ocultados, enquanto seus efeitos e as razões que lhe sustentam devem aparecer solenemente, ou seja, há necessidade de encenação do golpe.

Quando a polícia intervinha como golpe de Estado, ela se exercia, agia em nome e em função dos princípios de racionalidade do Estado, sem ter de moldar pelas regras de justiça, uma vez que atuava por meio de regulamentos, decretos, proibições e instruções. Era com base no modo regulamentar que a polícia intervinha, sendo o regulamento uma espécie de lei em funcionamento móvel, permanente e detalhado.

Para o autor, essa regulamentação do território e dos súditos que caracterizava o projeto de polícia do século XVII se decompôs e agora se tem um sistema de certo modo duplo. De um lado, uma série de mecanismos que são do domínio da economia, da gestão da população, e que terão por função fazer crescer as forças do Estado. De outro lado, certos aparelhos ou número de instrumentos que garantirão que a desordem, os ilegalismos, as irregularidades, as delinqüências sejam impedidas ou reprimidas, ou seja, a instituição da polícia no sentido moderno do termo. Para o autor, uma nova governamentalidade estava se desenhando. Por *governamentalidade* se entende

o conjunto constituído pelas instituições, os procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bem específica, embora muito complexa, de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança (FOUCAULT, 2008b, p.143).

Nessa nova governamentalidade que estava se desenhando, algumas características principais eram identificadas. A sociedade como uma naturalidade

própria do homem surgia como um campo de domínio de análise, de saber, de intervenção, sendo chamada de *sociedade civil*. O Estado não operava mais sob uma racionalidade de polícia, em que uma série de súditos submetia-se a uma vontade soberana e era condescendente às suas exigências. A partir do século XVIII, o Estado passa a ter a seu encargo uma sociedade civil, e é a sua gestão que ele deve assegurar. Essa gestão terá por objetivo não tanto impedir as coisas, mas fazer de modo que as regulações necessárias e naturais atuem, instituindo dispositivos para garantir a segurança desses fenômenos que são os processos econômicos ou os processos intrínsecos à população. Dessa forma, frente a estes fenômenos e processos de uma naturalidade social, aparecerá o tema do conhecimento científico – sobretudo da economia – que poderá conhecê-los, assumindo uma atividade que será indispensável para um bom governo.

Se a governamentalidade do século XVII era marcada por um projeto unitário de polícia, a nova governamentalidade que começa a se desenhar a partir do século XVIII irá decompor-se em vários elementos: a economia, a gestão da população, o direito, com o aparelho judiciário, o respeito às liberdades, um aparelho policial, um aparelho diplomático, um aparelho militar. Foucault (2008b, p.481) considera que se pôde fazer essa genealogia do Estado moderno e dos seus aparelhos a partir dessa história da razão governamental, da “própria prática dos homens, a partir do que eles fazem e da maneira como pensam. O Estado como maneira de fazer, o Estado como maneira de pensar” e não o Estado como um grande monstro ou uma máquina automática, como uma “espécie de monstro frio que não parou de crescer e se desenvolver como uma espécie de organismo ameaçador acima de uma sociedade civil” (Idem, p.331).

2.3 Discursos de saber, produção de verdades e contracondutas

A partir dessa análise genealógica pode-se reconstituir toda uma rede de alianças, de comunicações, de pontos de apoio, de modo a passar por fora da instituição para substituí-la pelo ponto de vista global das tecnologias de poder, da constituição dos campos, dos domínios e objetos de saber. Nesse processo, a análise “em termos de micropoderes compatibiliza-se sem nenhuma dificuldade com a análise dos problemas como os do governo e do Estado” (Idem, p.481).

Por meio dessa abordagem, pode-se estudar as formas de poder como relações de força que se entrecruzam e que só podem existir em função de uma multiplicidade de pontos de resistência, os quais estão presentes em toda parte na rede de poder. Ou seja, sempre se está em luta, em enfrentamento, com táticas mutáveis, móveis, múltiplas, em um campo de relações de força. Esse poder que circula, não tem uma natureza essencialmente repressiva, mas também é produtivo, no sentido de criar, a partir de seu funcionamento, realidades, sujeições, sujeitos e objetos.

Dado que as múltiplas relações de poder perpassam, caracterizam e constituem o corpo social, estas não podem se dissociar, tampouco se estabelecer e funcionar sem uma produção, acumulação, circulação e o funcionamento de um discurso verdadeiro. Isto é, não há exercício do poder sem certa economia dos discursos de verdade que funcionam nesse poder, a partir e através dele. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercer o poder mediante a produção da verdade. Somos classificados, julgados, condenados, obrigados a cumprir certas tarefas e a viver de certa maneira ou a morrer de certo

jeito, tudo em função desses discursos verdadeiros, ou seja, eles orientam as condutas, a maneira como a pessoa se conduz, como se deixa conduzir.

Esse poder não só institucionaliza a busca da verdade, mas a profissionaliza, principalmente pela instituição e funcionamento do discurso científico que gera cada vez mais efeitos centralizadores de poder, unitários e formais, tomando corpo não só nas universidades, mas também no aparelho pedagógico, no aparelho político, em redes comerciais etc. Esses discursos englobadores acabam operando desqualificações em relação aos outros saberes, classificando-os como hierarquicamente inferiores por serem não conceituais e/ou insuficientemente elaborados e/ou apresentarem níveis de conhecimento e/ou critérios de cientificidade abaixo dos usualmente requeridos. Foucault (1999) nomina esses como *saberes sujeitados* e propõe que se faça uma genealogia para redescobrir o saber histórico das lutas e a memória bruta dos combates, inserindo esses saberes das pessoas, locais, descontínuos, desqualificados, não legitimados, “contra a instância teórica unitária que pretenderia filtrá-los, hierarquizá-los, ordená-los em nome de um conhecimento verdadeiro, em nome dos direitos de uma ciência que seria possuída por alguns” (FOUCAULT, 1999, p.13).

Se esses saberes das pessoas podem ser formas de resistência frente a discursos de saber científicos, profissionalizados e englobadores, também há resistências no campo das condutas. Foucault (2008b) nomina como *contracondutas* para se referir a esta luta contra os procedimentos postos em prática para conduzir os outros, para analisar os componentes na maneira como alguém age no campo da política ou das relações de poder. O autor questiona se não seria possível fazer a

análise das contracondutas no sistema moderno de governamentalidade e elenca o desenvolvimento de algumas contracondutas possíveis.

Para o autor, a primeira contraconduta se refere à emancipação da sociedade civil em relação às injunções e tutelas do Estado. Rompendo com todos os vínculos de obediência, ela terá o direito, não em termos necessariamente jurídicos, mas sim em relação a termos de direitos essenciais e fundamentais, a erguer-se contra o Estado, expondo quais seriam as leis das exigências da população, das suas necessidades fundamentais. Nesse sentido, a segunda grande forma de contraconduta seria o direito absoluto à revolta, à ruptura de todos os vínculos de obediência, o direito à própria revolução.

Se a razão de Estado detém uma certa verdade sobre os homens, sobre a população e o que acontece dentro de um território, as contracondutas vão se opor ao Estado como detentor da verdade, buscando a verdade sobre o que a sociedade é, o que ela quer, e o que ela deve fazer. Emerge a ideia de uma sociedade titular do seu próprio saber, mesmo que fosse uma organização e/ou partido representativo da população a ser responsável por formular essa verdade: não cabe mais ao próprio Estado deter a verdade da sociedade, a verdade do Estado etc. A sociedade como titular do seu próprio saber é uma terceira forma de contraconduta identificada por Foucault (2008b). A produção de outras verdades passa a ser uma forma de resistência, de contraconduta, ao deslocar-se o saber das pessoas de uma lógica de sujeição frente a discursos unitários e englobantes. Se o poder exige a produção da verdade, produzir outras verdades é uma forma de resistência da sociedade civil frente aos dispositivos de segurança que se ampliam

conforme novos problemas entram no campo de aplicação da biopolítica, tais como os riscos e desastres.

**NOVOS CAMPOS DA BIOPOLÍTICA:
TÉCNICAS DE PODER, MECANISMOS E DISPOSITIVOS DE SEGURANÇA NOS
CENÁRIOS DE RISCOS E DESASTRES**

3.1 Ampliação da noção de risco nos dispositivos de segurança: sociedade de risco, grupos de risco, percepção de risco, mapas de risco

Em *Segurança, População e Território*, Foucault (2008b) ressalta que juntamente com os dispositivos de segurança emergem as noções de *caso*, *risco*, *perigo* e *crise*, as quais irão balizar toda uma série de formas de intervenção sobre campos de aplicação diversos, inclusive, como demonstraremos ao longo dessa tese, como constitutivos da biopolítica do desastre.

Kumar-Jha (2010) afirma que o termo risco é utilizado de maneira positiva para denotar ventura ou oportunidade. A palavra árabe *risq* significa “qualquer coisa que tenha sido dada a você por Deus e por meio da qual você atrai proveito”. Em contraste, a palavra latina *risicum* descreve “um cenário específico enfrentando pelos marinheiros na tentativa de driblar o perigo causado por uma barreira de coral”. Atualmente, a noção de risco tem assumido uma conotação negativa.

Cardoso (2006) destaca que a temática do risco está cada vez mais presente em vários campos disciplinares dos discursos de saber científicos, da medicina passando pelas geociências, economia e estudos ambientais, como também se faz presente no campo das políticas públicas, como as de defesa civil. À medida que a temática vai sendo incorporada pelos discursos de saber, criam-se novas noções atinentes ao termo central *risco*, derivando-se e instituindo formas de

saber-poder que circulam, fabricam, produzindo novas verdades. Nesse sentido, emergem e circulam conceitos e termos como *grupos de risco*, *condutas de risco*, *percepção de risco*, *mapas de risco*, *área de risco* etc.

Na medicina, a temática do risco tem sido utilizada como precaução para o controle de doenças, tais como as transmissíveis. Nessa abordagem médica, os comportamentos passam a ser classificados numa escala de maior ou menor risco, criando-se discursos de saber que fabricam sujeitos pertencentes aos chamados *grupos de risco* ou que passam a ser considerados como anormais e desviantes por assumirem *condutas de risco*. Implicitamente, há uma tendência de emprestar à noção de risco uma conotação moral, responsabilizando-se os indivíduos pelas “opções” assumidas em termos de atitudes e comportamentos, classificados como perigosos.

Refletindo também sobre essa temática, Mitjavila (2002) considera que o risco tem emergido como um dispositivo na produção de novas formas de conhecimento e de gestão de problemas, sendo utilizado como recurso para arbitragem de situações, para a arbitragem social. Para a autora, arbitragem é um tipo de função que diversos agentes institucionais desenvolvem em determinadas áreas e com objetivos muito precisos, como, por exemplo, avaliar a exposição a algum tipo de risco ou riscos que afetam tanto os indivíduos como as organizações. O risco tem emergido como um dispositivo de conhecimento e de poder para o desenvolvimento de novas tecnologias baseadas em sistemas de informação que combinam o registro de dados individuais com a gestão tecnocrática das populações, para assim dirimir questões sociais (MITJAVILA, 2002).

Valencio (2008) demonstra um exemplo dessa lógica ressaltada por Mitjavila (2002), ao tecer críticas aos chamados *mapas de risco* confeccionados pelos órgãos peritos envolvidos com a temática de desastres, que produzem discursos de saber para sancionar práticas de deslocamento compulsório de pessoas em circunstâncias consideradas como de necessidade e urgentes. Os mapas de risco convertem-se em técnicas de poder para lidar com o meio, com a população e o território que nele se encontram. Tais discursos de saber apóiam a adoção de dispositivos de segurança – como a interdição de *áreas de risco* – para controlar a circulação em determinadas áreas sujeitas a efeitos acidentais, tais como inundações e deslizamentos, como também isolar estas áreas, demolir moradias que nela se encontrem, impedir o retorno dos antigos moradores etc.

Desse modo, os problemas da cidade não se restringem mais somente às epidemias e aos pântanos, mas sim à gestão de riscos e aos possíveis desastres que podem ocorrer. Os riscos e desastres passam a entrar numa estratégia geral de poder à medida que são avaliados, incorporados nos cálculos, criando-se técnicas de registro de informações para que entrem numa estatística, para que sejam mapeados etc. À medida que se tornam recorrentes, tais desastres, relacionados aos problemas socioambientais ou tecnológicos, passam a ser objetos de saberes que serão produzidos para identificar como lidar com a população, como gerir e conduzir tais realidades de perigos e crises. No âmbito da governamentalidade moderna, essa lógica toma corpo com a definição da defesa civil como uma instituição específica para lidar com a problemática dos riscos e desastres, policiando/conduzindo os problemas de descontroles e revoltas sociais que

pudessem emergir nas cidades, sendo a forma de fazer crescer as forças do Estado nesses contextos de crises.

3.2 Cidades, desastres e dispositivos de segurança

Diante do desastre que se revela na cidade, desencadear-se-á um conjunto de mecanismos de poder, de dispositivos de segurança e de discursos de saber que circulará no intuito de fazer crescer as forças do Estado e tentar gerenciar o fenômeno interpretado como acontecimento, como acidente, como cenário de crise buscando, assim, conter as revoltas, distúrbios e contracondutas que possam emergir.

No âmbito dos aparelhos do Estado, a defesa civil ou proteção civil é a instituição responsável pela coordenação dos órgãos de emergência em atuação nos desastres. Na maioria dos países, ela surgiu no contexto da Segunda Guerra Mundial e inicialmente tinha como atribuição a criação de medidas para a defesa contra ataques aéreos. Com o término da Segunda Guerra Mundial, paulatinamente suas funções passam a ser remanejadas para outros acontecimentos que cada vez mais provocam preocupação de governo e, portanto, necessitam de técnicas de poder, mecanismos e dispositivos de segurança para serem regulados.

No Brasil, a defesa civil também surgiu no contexto da Segunda Guerra e foi extinta em 1946, sendo reorganizada vinte anos depois no Estado da Guanabara (atual Rio de Janeiro) como consequência das inundações (BRASIL, 2008). Diante da ocorrência de desastres relacionados a inundações e secas em vários Estados brasileiros, muitos destes começam a organizar seus Sistemas Estaduais de Defesa Civil ao longo da década de 1970. Somente no final da década

de 1980 buscou-se a articulação desses sistemas estaduais em um Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC). Na estrutura do SINDEC⁵, prevê-se um órgão central, a Secretaria Nacional de Defesa Civil (SEDEC/MI), que é a responsável pela coordenação, articulação e gerência técnica do sistema. Em âmbito estadual, os órgãos responsáveis são as Coordenadorias Estaduais de Defesa Civil (CEDECs) e no âmbito municipal, as Coordenadorias Municipais de Defesa Civil (COMDECs) (BRASIL, 2006).

Por defesa civil, o SINDEC compreende o “conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e reconstrutivas, destinadas a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social” (BRASIL, 2006, s/n). A partir do positivismo contido nesses discursos sobre restabelecimento da normalidade social e preservação da moral, pode-se depreender que o SINDEC está incorporado por uma doutrina militar de controle da segurança pública, que pautará sua ação com base numa racionalidade que tem como pressuposto que há uma ordem normal das coisas e que um evento adverso irá desordená-la, o que irá exigir um restabelecimento da ordem, de contenção da mobilização popular. Essa racionalidade também pode ser expressa em seus Manuais de Planejamento em Defesa Civil que explicitam como deve se pautar a relação entre os órgãos de emergência e os cidadãos que precisam ocupar temporariamente os abrigos organizados em desastres. Torna-se evidente o poder de polícia no sentido moderno do termo, de disciplinar as relações, de reprimir a indolência e a passividade naquele espaço controlado que passa a ser o abrigo.

⁵A referida Política Nacional de Defesa Civil foi reformulada no ano de 2012, passando a ser denominada como Política Nacional de Proteção e Defesa Civil. O referido SINDEC passou a se chamar Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC). Para o âmbito deste trabalho, optou-se por empregar as denominações existentes naquele contexto das inundações de janeiro de 2010.

Conforme consta no Manual de Planejamento em Defesa Civil (CASTRO, 1999b, p.52; grifo nosso):

É importante que fique muito claro que os órgãos de defesa civil têm poder de convencimento e **de polícia para disciplinar as relações entre os desabrigados** (...) Todos os desabrigados devem ser incentivados a participar ativamente das atividades de restabelecimento da normalidade e **a indolência e a passividade devem ser coibidas**.

Atuando nos cenários de desastres conjuntamente com as Forças Armadas e possuindo em seus quadros muitos dos profissionais oriundos delas⁶, o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) define desastre como “resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema vulnerável, causando danos humanos, materiais e ambientais e conseqüentes prejuízos econômicos e sociais” (BRASIL, 2000, p.6). Assim, às crises da ordem socioespacial desigual, o sistema de defesa civil responderá com um conjunto de ações cuja racionalidade se pauta pela concepção de fases do desastre, às quais caberá um conjunto de competências para garantir uma concepção da ordem que precedia o evento adverso. Entre essas fases do desastre se incluem a prevenção, a preparação, a resposta e a reconstrução.

No escopo da Política Nacional de Defesa Civil (BRASIL, 2000), a prevenção compreende as ações de avaliação de riscos e de redução de riscos, as quais se dividem em medidas não-estruturais (planejamento da ocupação, aperfeiçoamento da legislação de segurança etc.) e estruturais (obras de engenharia etc.). A fase de preparação para emergências e desastres engloba as práticas de desenvolvimento institucional, de recursos humanos, de desenvolvimento científico e

⁶Nos anos anteriores, o cargo de Secretário Nacional de Defesa Civil era ocupado, geralmente, por oficiais do Corpo de Bombeiros Militar ou da Polícia Militar. Em outubro de 2013, o referido cargo passou a ser ocupado por um General do Exército.

tecnológico, de monitorização, alerta e alarme, de planeamento operacional e de contingência.

A fase de resposta aos desastres é, por sua vez, a que é mais detalhada, sendo subdividida em ações de socorro, assistência às populações vitimadas (atividades logísticas, assistenciais e de promoção da saúde) e reabilitação do cenário do desastre (avaliação de danos, vistoria e elaboração de laudos técnicos, desobstrução e remoção de escombros, sepultamento, limpeza, descontaminação, reabilitação dos serviços essenciais e recuperação de unidades habitacionais de baixa renda). Por fim, a fase da reconstrução tem por objetivo restabelecer em sua plenitude os serviços públicos, a economia da área, o moral social, o bem-estar da população (BRASIL, 2000).

Quando um município é atingido por inundações e deslizamentos e reconhece que não possui condições de realizar essas ações de resposta a desastres, solicita apoio das instâncias superiores do SINDEC. Estas irão mobilizar os órgãos componentes do sistema (Forças Armadas, por exemplo) e trará para o contexto de crise uma série de discursos de saber, técnicas de poder e dispositivos de segurança no intuito de fazer crescer as forças do Estado, gerenciar a população e estabelecer uma relação de governo frente ao acontecimento, ao acidente, ao desastre.

Um dos primeiros dispositivos de segurança envolve discursos de saber e técnicas de poder com o objetivo de produzir classificações para ordenar tal cenário de crise, objetivando, assim, enquadrar a complexidade dos problemas sociais revelados na cena em algo propício à gestão técnica, dando ênfase a aspectos dessa realidade que possam ser “solucionáveis” como, por exemplo,

categorizar e contabilizar os danos materiais, ambientais, humanos e estimar os danos e prejuízos financeiros decorrentes. Isto é, classificam-se certas dimensões dos desastres para orientar o provimento de resposta institucional à demanda criada por esta classificação.

Os discursos de saber desse primeiro dispositivo de segurança se expressam com a criação de categorias que fabricam sujeitos e objetos para facilitar os procedimentos de gestão que serão organizados em técnicas de poder como formulários para avaliação e contabilização de danos (formulários NOPRED e AVADAN⁷, vide Anexos). Dentre os sujeitos fabricados na biopolítica do desastre, têm-se: os afetados, os desalojados e os desabrigados.

Afetado é uma categoria criada pelo meio perito para classificar “qualquer pessoa que tenha sido atingida ou prejudicada por desastre” (RIO DE JANEIRO, 2006, p. 190), ou seja, é uma categoria genérica que visa embasar a magnitude de pessoas envolvidas no acontecimento e que, de alguma forma, precisam ser atendidas pelas polícias que irão traçar seus dispositivos no cenário de crise: a saúde irá precisar implementar medidas e dispositivos para controlar o surto de doenças como leptospirose, diarreia, tétano, dengue etc.; a assistência social providenciará cadastros para recebimento de cestas básicas etc.; polícias militares e Forças Armadas participarão do controle da circulação nas zonas interditadas como áreas de risco etc.

No conjunto dos afetados, estão aqueles a quem a defesa civil, nos seus manuais, considera como merecedores de atenção imediata, posto que sua

⁷Os formulários NOPRED e AVADAN foram substituídos, a partir de 2012, pelo Formulário de Informações sobre Desastres (FIDE, vide Anexos), uma versão mais simplificada. Estas modificações têm ocorrido para dar mais agilidade ao processo de reconhecimento de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. Mais à frente discutiremos um pouco mais sobre essas implicações das mudanças nos procedimentos.

moradia está em área considerada de risco ou inviabilizou-se por danificação ou destruição (destelhamento, queda de paredes externas e internas, alagamento dos cômodos), incluindo perda dos bens móveis (camas, colchões, fogão, geladeira, roupas, mantimentos, televisão) e outros, como documentos pessoais etc. Distinguem-se, nesse grupo de afetados, os *desalojados* e os *desabrigados*.

A categoria *desalojados* foi criada pelo meio perito para se referir aos que têm de sair de suas habitações, temporária ou definitivamente, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria do imóvel, mas que não necessitam que as providências de abrigo sejam tomadas pelo Estado, pois encontram apoio de parentes ou amigos para abrigar-se em sua casa provisoriamente (CASTRO, 1999).

A categoria *desabrigados*, por seu turno, refere-se aos que, na ausência de relações de parentesco, vizinhança, compadrio e afins que lhes permitam obter uma acolhida circunstancial, dependem exclusivamente do Estado na tomada de providência de abrigo temporário. Tanto num caso quanto em outro, a afetação não concerne apenas ao indivíduo, mas à unidade familiar estabelecida na moradia avariada ou destruída (VALENCIO, 2007), isto é, a classificação técnica, que fabrica sujeitos como *desabrigados* ou *desalojados*, individualiza e obscurece a condição humana das famílias/grupos domésticos. O discurso de saber que envolve essa sutil classificação técnica constitui-se num dispositivo de segurança que expressa um tipo de relação entre administradores de abrigos e abrigados, cuja instância material de sujeição pode se apreender, por exemplo, ao se analisar as práticas de violência física e simbólica nos chamados abrigos temporários⁸.

⁸Para conhecer um pouco dessa problemática, vide Siena (2009) e Marchezini (2010).

Ainda em relação aos discursos de saber que vão ganhar materialidade nas técnicas de poder expressas em formulários de avaliação de danos, existem categorias criadas que fabricam realidades para enquadramento do desastre dentro de uma lógica administrável. *Data de ocorrência* é uma dessas primeiras categorias que compõe os formulários de avaliação de danos e visam circunscrever o desastre como algo datado, semelhante à uma ocorrência policial. Essa lógica do “dia do desastre” foi problematizada por Valencio (2012) que, dentre outras críticas, destaca a inexistência da compreensão do problema como produto de processos sociais, históricos e territorialmente circunscritos que se revelam e não são simplesmente causados por um fenômeno natural como as chuvas. De outro lado, o discurso de saber que evoca a concepção de uma *data de ocorrência* acaba por encobrir a continuidade dos desastres que se desenrolam na vida social com uma temporalidade distinta da burocrática.

Outra categoria que reforça essa lógica administrável se refere à *origem do desastre*, no qual se mencionam novamente os fenômenos naturais como agentes causadores, e aí se incluem os alagamentos, inundações (brusca e gradual) deslizamentos etc. Tais formulários de avaliação de danos também demandam a *descrição da área afetada*, bem como que se identifiquem as *causas do desastre*, as quais são recorrentemente atribuídas às chuvas intensas.

Os referidos formulários de avaliação de danos como técnicas de poder de registro de informações, geralmente se compõem de seis folhas em que também será solicitado ao ente municipal o preenchimento da quantidade dos danos havidos e a estimativa do prejuízo correspondente a cada qual dos danos identificados dentro de classificações pré-definidas. Entre tais classificações se incluem *prejuízos*

econômicos de acordo com os setores da economia; os *prejuízos sociais* (abastecimento de água, esgoto, transporte, saúde, educação etc.); os *danos materiais*, tanto em bens públicos (número de pontes danificadas ou destruídas, escolas danificadas ou destruídas) quanto em bens privados (casas destruídas e danificadas etc.); os *danos ambientais* (água, solo, flora, fauna, ar, deslizamentos, erosões etc.); e *danos humanos* (feridos, mortos, desabrigados, desalojados etc.). Esses instrumentos de avaliação de danos, ao enquadrarem o ocorrido dentro de categorias e classificações, tornam o contexto de crise administrável e portanto viável à circulação de outras técnicas dirigidas ao meio, outros mecanismos de poder e dispositivos de segurança.

Junto a este primeiro dispositivo de segurança classificatório que envolve discursos de saber e técnicas de poder com o objetivo de produzir uma classificação para ordenar tal cenário de crise, insere-se uma forma sutil que contemporaneamente se nomina como estado de exceção (AGAMBEN, 2007), e que no campo dos desastres recebe o nome de *Situação de Emergência* ou *Estado de Calamidade Pública*.

Se os dispositivos de segurança classificatórios procuram enquadrar o cenário de crise dentro de uma determinada perspectiva para gerenciá-lo, esse outro dispositivo de segurança excepcional, isto é, da exceção, permitirá, conjuntamente, criar instrumentos para fazer crescer as forças do Estado e impedir ou reprimir “delinquências” e eventuais ações tidas como ameaçantes à segurança pública. Neste sentido, a autoridade que se impunha em razão da legalidade, em razão da crença na validade de um estatuto legal e de uma competência positiva, com regras racionalmente estabelecidas, criará uma fissura nesse ordenamento jurídico para

garantir a própria validade deste estatuto, isto é, a Situação de Emergência e o Estado de Calamidade Pública nada mais são do que variações da técnica de governo nominada como estado de exceção. Conforme consta no Manual de Decretação de Situação de Emergência e Estado de Calamidade Pública (BRASIL, 2007, p.6; grifo nosso):

O reconhecimento pelo poder público da ocorrência de uma situação anormal que exija a decretação de situação de emergência ou, em última instância, de estado de calamidade pública, deve ter por **objetivo agilizar a resposta do SINDEC** a uma situação de desastre, de tal intensidade, que exija, urgentemente, o desencadeamento de **medidas de exceção**.

Schmitt (1992 *apud* AGAMBEN, 2007) define a exceção como aquilo a que não se pode reportar, algo que se verifica quando se deve criar a situação na qual as normas jurídicas possam ter eficácia. Toda norma geral requer uma estruturação das relações de vida, uma regulação normativa que permitirá ao direito se aplicar a uma situação média homogênea. A exceção é, desse modo, um caso singular que é excluído da norma geral, mas que não está absolutamente fora de *relação* com a norma, mas se relaciona com esta *suspendendo-a*, isto é, o “estado de exceção não é, portanto, o caos que precede a ordem, mas a situação que resulta de sua suspensão” (AGAMBEN, 2007, p.25).

A situação que vem a ser criada na exceção possui a particularidade de “não poder ser definida nem como uma situação de fato, nem como uma situação de direito, mas institui entre estas um paradoxal limiar de indiferença” (Idem, p.26). Assim, ela torna evidente a demanda por uma decisão soberana para “criar e definir o espaço no qual a ordem jurídico-política pode ter valor”, podendo atribuir determinadas normas a determinados territórios, definindo a estruturação das

relações de vida, ou seja, criar “o âmbito da própria referência na vida real, *normalizá-la*” (Idem, p.33).

O princípio que sustenta essa “transgressão” é o de que toda lei é ordenada à salvação comum dos homens e somente em razão disso tem força e razão de lei. O estado de *necessidade*, a que aludem Foucault (2008b) e Agamben (2004), é o que serve de fundamento para a validade dos decretos com força-de-lei criados pelo Executivo; é o que permite a abertura de uma lacuna fictícia no ordenamento legal, isto é, uma lacuna que não é interna à lei, mas se refere à relação desta com a *realidade*, à possibilidade de sua aplicação. Nas palavras de Agamben (2004, p.48-49; grifo nosso),

é como se o direito contivesse uma fratura essencial entre o estabelecimento da norma e sua aplicação e que, em **caso extremo**, só pudesse ser preenchida pelo estado de exceção, ou seja, criando-se uma área onde essa aplicação é suspensa, mas onde a lei, enquanto tal, permanece em vigor.

Agamben (2004) ressalta como alguns juristas criticam o fato da *necessidade* e o *caso extremo* não se apresentarem como um dado objetivo, mas implicarem claramente um juízo subjetivo sobre a realidade, a qual é modulada por um conjunto de discursos de saber. Dessa forma, se o estado de exceção é “um ‘estado da lei’ em que, de um lado, a norma está em vigor, mas não se aplica (não tem ‘força’) e em que, de outro lado, atos que não tem valor de lei adquirem sua ‘força’” (AGAMBEN, 2004, p.61), devemos considerar que esse jogo não flutua de forma indeterminada, mas há um conjunto de dispositivos de segurança que procuram operar uma gestão da exceção por meio de ações assistenciais de gestão da pobreza, de ações repressivas (cf. TELLES & HIRATA, 2007).

Tomando como exemplo o caso do desastre relacionado às chuvas no Vale do Itajaí/SC em 2008, podemos identificar a partir das matérias jornalísticas, que um dos temas mais recorrentes se refere ao retorno dos moradores para áreas consideradas de risco e, frente a isso, as ações das equipes de “resgate”. No dia 29 de novembro, a Folha de São Paulo relatou: “a queda de barreira em Arraial durante a madrugada, **apesar** de matar três adultos (...) e uma criança (...) não era suficiente para motivar alguns vizinhos a sair de lá” (IZIDORO, 2008a; grifo nosso). Pela ilustração supracitada, revela-se, como afirma Cardoso (2006), que o debate acerca do risco assume, muitas vezes, uma abordagem moralizadora – atribuindo a certos grupos sociais um déficit na percepção de risco, o status de “ignorantes” por insistirem em permanecer no local *apesar* de existirem fatos que comprovem o risco – e, conseqüentemente, fazem circular discursos que demandam uma repressão a tal contraconduta, isto é, a utilização da retirada à força por parte dos órgãos de segurança, destituindo a possibilidade de enunciação dos agentes que resistem a sair de suas casas.

Desse modo, a nomenclatura *área de risco*, imbuída de discurso de saber técnico e de uma prática policial de interdição, visa embasar a possibilidade de instituir sobre um dado território – composto por casas, instalações públicas, relações entre pessoas etc. – a suspensão de um dado ordenamento legal, ou seja, a área de risco adquire a configuração de um espaço de exceção, “no qual não apenas a lei é integralmente suspensa, mas, além disso, fato e direito se confundem (...) em uma zona de indistinção entre (...) lícito e ilícito” (AGAMBEN, 2007, p.177).

Criada por um dispositivo de segurança classificatório e utilizada como constituinte de um dispositivo de segurança excepcional, a nomenclatura *área de risco*

passa a ser apropriada para produzir e fazer circular em rede uma série de discursos que explicitam concepções autoritárias que incitam a repressão e não a negociação, ou seja, passa a ser uma área que deve ter *controle policial*: “A saída e chegadas nas áreas de risco seguiam **fora de controle**” (IZIDORO, 2008a; grifo nosso). O abrigo temporário, diante desse processo de suspensão do ordenamento vigente, passa a ser objeto de discursos de saber por parte dos meios de comunicação, os quais veiculam que o mesmo deve ser uma área de confinamento, assemelhando-se a um tipo de prisão. As contracondutas dos abrigados passam a ser objeto de discursos negativos por parte dos meios de comunicação, que passam a representá-las como condutas de prisioneiros, uma vez que os mesmos passam a *fugir e escapar* do abrigo para retornar à área de risco:

Valdir (...) já havia sido resgatado de helicóptero do Alto do Baú [Ilhota/SC] (...) devido ao **risco de desabamento** da sua casa. **Fugiu do abrigo** e, ontem de manhã, voltou para lá, até ser **levado pelas equipes de busca**, novamente de helicóptero, a Gaspar [município de Santa Catarina] (...) Foi de lá que ele **escapou** acompanhado de um amigo (AGÊNCIA FOLHA, 2008; grifo nosso).

Lidar com cenários de desastres implica deparar-se com o transbordamento das tensões no espaço urbano para além dos limites do controle político previamente fixado, o que requer, conforme assinala Paoli (2007) reportando-se à Rancière, “uma máquina social de fabricação e de interpretação” dos problemas sociais da cidade a fim de operar a gestão da opinião pública, produzindo um entendimento imediato dos acontecimentos e as soluções técnicas mais viáveis para enfrentar essas tensões que transbordam, bem como justificar as eventuais arbitrariedades que se cometem em nome da *necessidade*.

A produção dos discursos de saber acerca das desordens e dos riscos latentes na cidade vem fundamentar a *necessidade* de se decretar o estado de exceção (uma forma contemporânea de golpe de Estado que se traveste sob o nome de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública) e, conseqüentemente, poder utilizar as forças policiais e Forças Armadas para desempenhar ações de “defesa civil” quando, o que está subsumida é uma verdadeira *operação de guerra* para a manutenção da segurança pública, gerenciando a exceção por meio de ações assistenciais e repressivas. Isso se perfaz pela estratégia de fazer crescer as forças do Estado a partir da convocação das Forças Armadas para controlar a distribuição de cestas de alimentos, transporte de gêneros alimentícios, cobertores e agasalhos; para viabilizar, por meio da força, a retirada de civis de áreas de risco e transportá-los para abrigos provisórios. O Quadro 1 exemplifica, em números, a utilização das Forças Armadas em apoio às ações de defesa civil em municípios atingidos por desastres relacionados às chuvas, no período de janeiro a março de 2004. Neste período, foi decretado Estado de Calamidade Pública ou Situação de Emergência em mais de vinte unidades da federação, totalizando 1.224 municípios. Pela análise da tabela se verifica que, em pelo menos 10 unidades da federação – sendo 8 dos 9 estados da região Nordeste – registrou-se a utilização das Forças Armadas para resgatar e remover pessoas, transportar alimentos, vestuários e medicamentos para as áreas atingidas etc.

Quadro 1- Atuação das Forças Armadas em apoio às ações de defesa civil nos municípios em situação de emergência ou estado de calamidade pública em razão de desastres relacionados às chuvas, no período de janeiro a março de 2004

LOCALIDADE	U.F.	FENÔMENO	INSTITUIÇÃO	NºDESABRIGADOS	AÇÃO
Picos e municípios vizinhos	PI	Enchentes	3º BEC (Batalhão de Engenharia de Combate)	Não informado	Transporte de desabrigados

Petrolina	PE	Enchentes	72º BIMtz (Batalhão de Infantaria Motorizado)	Não informado	Apoio na distribuição de cestas de alimentos
Recife	PE	Enchentes	14º B Log (Batalhão Logístico)	Não informado	Transporte de gêneros, cobertores e agasalhos
Maceió	AL	Enchentes	59º BIMtz(Batalhão de Infantaria Motorizado)	Não informado	Transporte de desabrigados
Palmeira dos Índios	AL	Enchentes	59º BIMtz(Batalhão de Infantaria Motorizado)	Não informado	Transporte de desabrigados
Santana do Ipanema	AL	Enchentes	59º BIMtz(Batalhão de Infantaria Motorizado)	Não informado	Transporte de desabrigados
Crateús	CE	Enchentes	40º BI (Batalhão de Infantaria)	Não informado	Apoio no transporte de desabrigados
Trindade	PE	Enchentes	Cmdo CMNE (Companhia de Comando do Comando Militar do Nordeste)	Não informado	Distribuição de alimentos
Chã Grande	PE	Enchentes	Cmdo CMNE (Companhia de Comando do Comando Militar do Nordeste)	Não informado	Distribuição de alimentos
Imperatriz	MA	Enchentes	50º BIS (Batalhão de Infantaria da Selva)	Não informado	Socorro na evacuação de desabrigados
Santa Rita	PB	Enchentes	16º RCMec (Regimento de Cavalaria Mecanizado)	Não informado	Apoio na evacuação de desabrigados
João Pessoa	PB	Enchentes	15º BIMtz(Batalhão de Infantaria Motorizado)	Não informado	Transporte de cestas e colchões
Caicó	RN	Enchentes	1º BEC (Batalhão de Engenharia de Combate)	Não informado	Apoio na evacuação da população
Salvador	BA	Enchentes	6º D Sup (Depósito de Suprimento)	Não informado	Transporte de cestas básicas e água
Recife	PE	Enchentes	4º BPE (Batalhão de Polícia do	Não informado	Transporte de gêneros,

			Exército)		cobertores e agasalhos
Marabá	PA	Enchentes	52° BIS (Batalhão de Infantaria da Selva)	Não informado	Apoio no transporte de desabrigados
Teresina	PI	Enchentes	25° BC (Batalhão de Caçadores)	Não informado	Apoio na evacuação de desabrigados
Recife	PE	Enchentes	7° D Sup (Depósito de Suprimento)	Não informado	Transporte de água e cestas no interior de Pernambuco
Jaboatão dos Guararapes	PE	Enchentes	14° BIMtz(Batalhão de Infantaria Motorizado)	Não informado	Apoio na confecção e distribuição de cestas
Olinda	PE	Enchentes	7° GAC (Grupo de Artilharia de Campanha)	Não informado	Apoio no transporte de gêneros no interior de Pernambuco
São Félix do Araguaia	MT	Enchentes	Agencia Fluvial de São Felix do Araguaia (Marinha)	Não informado	Transporte de alimentos
Santo Antônio do Leverger	MT	Enchentes	Comando do 6° Distrito Naval (Marinha)	Não informado	Apoio para evacuação da população
Santa Rita	PB	Enchentes	Não consta	70	Resgate emergencial
Macaíba	RN	Enchentes	MB (Agência Fluvial)	Não informado	Remoção de ribeirinhos
Estado de Alagoas	AL	Enchentes	Não consta	Não informado	Resgate e remoção de ribeirinhos Transporte de cestas básicas, vestuários, medicamentos

Fonte: O autor, com base em BRASIL (2004).

Identifica-se que, nessa operação de guerra, o foco está no resgate e retirada de civis, transporte e provimento de alimentos, vestuários e medicamentos para as áreas atingidas, todas estas *necessidades* pontuais identificadas e tornadas visíveis pelas instituições governamentais. Tais necessidades que ganham

visibilidade implicam um ponto de vista sobre o que é considerado como *desordem* e a maneira pela qual se deve agir para combatê-la. Isto é, a produção de discursos em torno do que é *necessidade* modula a compreensão do que é o desastre e, por conseguinte, os conteúdos que irão preenchê-la: o resgate cabe às Forças Armadas; a remoção à força adquire consenso pois se trata de salvar vidas – de *fazer viver*; os alimentos e as roupas são significados como ações de solidariedade que cabem à sociedade civil e não como direitos de cidadãos perante o Estado; protestos, saques, contestações, contracondutas e resistências passam a ser vistos não como *necessidades civis* de luta por direitos, de vocalização de demandas, mas como desordem, como atos passíveis de serem enquadrados como crimes mediante decretos com força-de-lei.

Do ponto de vista legal, o prazo de vigência do decreto de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública “varia entre 30, 60 e 90 dias, o qual poderá ser prorrogado até completar 180 dias” (BRASIL, 2007, p.24). Isso significa que o reconhecimento legal de uma situação de desastre não pode exceder esse período, isto é, o desastre tem um *prazo de vigência*. É possível reconstruir e recuperar uma cidade atingida dentro deste *prazo de vigência*? Qual a responsabilidade pública perante a sociedade civil após o término deste prazo?

Se, num primeiro momento, os desastres provocam comoção social e um rol de ações de exceção em função da *necessidade* de *fazer viver* diante do cenário de emergência, no decorrer do tempo se perde a visibilidade da continuidade do desastre e do processo de reconstrução e recuperação.

3.3 O discurso do pós-desastre e as políticas de reconstrução

Pós-desastre é o discurso de saber que circula para se referir ao período que sucede a ação de uma determinada ameaça natural sobre um território como, por exemplo, uma inundação. Esse discurso de saber que acaba por produzir verdades é adotado e replicado cada vez mais pelos órgãos do Estado, nos meios de comunicação, entre os sujeitos etc. A referida utilização do termo sinaliza a compreensão pontual do desastre e a estreita vinculação da vigência deste com a ação ou não das ameaças naturais – como a ocorrência de chuvas, por exemplo.

Em razão desse tipo de racionalidade, os ditos formulários de avaliação dos danos solicitam o preenchimento do *dia do desastre*, as políticas públicas e as práticas adotadas para fazer frente ao acontecimento primarão por uma racionalidade similar ao imporem a temporalidade que a determinada situação desastrosa deverá ser reconhecida enquanto tal, ou seja, a vigência que a calamidade pública reconhecida deverá ter (30, 60 ou 90 dias, podendo ser prorrogado até completar 180 dias). Os meios de comunicação, por sua vez, proliferam discursos de saber sobre o desastre nos primeiros dias, fazendo viver esta realidade, ao que sucede a ausência de discursos que, em certa medida, deixam morrer porque não dão visibilidade ao drama público das famílias ou grupos domésticos que paulatinamente são lançadas ao abandono, seja nos abrigos temporários, nos campos de desabrigados ou no retorno às áreas de risco (MARCHEZINI, 2010). As práticas de solidariedade da sociedade civil a partir do envio de donativos e ajuda por meio de trabalho voluntário também fazem viver enquanto a comoção social se replica e o tempo do drama permanece. Com a fadiga da compaixão, o deixar morrer toma lugar no desfazimento

das ações de assistência social, no retorno das atividades corriqueiras daqueles grupos que não foram diretamente atingidos etc.

Os incessantes discursos de saber dos primeiros dias que fabricaram sujeitos como *afetados*, *desalojados* e *desabrigados* simplesmente se diluem, sendo substituídos por discursos efêmeros e cada vez mais espaçados no tempo que, vez por outra, mencionam o acontecimento e relatam que a *normalidade* ali se restabeleceu, embora o saber das pessoas e as contracondutas de luta por direitos busquem ter visibilidade para produzir uma verdade que demonstre o contrário⁹.

Valencio, Siena e Marchezini (2011), ao regressarem, em julho de 2011, nos municípios atingidos de Ilhota/SC, Barreiros/PE, União dos Palmares/AL e Teresópolis/RJ para estudarem as dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais em desastres, identificam que, embora existam diferentes tipos de abandono, a condição de *abandonado* é uma narrativa comum na fala dos sujeitos, e pode ser caracterizada, dentre outros aspectos, por uma dessassistência social paulatina por parte do Estado, pela continuidade da vivência – às vezes por meses e anos – em condições insalubres em abrigos temporários ou acampamentos de desabrigados, pela insegurança física, social e emocional, pela invisibilidade social, pela descrença no poder público etc. O que se pode depreender de tal pesquisa é

⁹Em cenários de desastres, essas contracondutas, resistências e mobilizações coletivas têm se organizado cada vez mais por meio da criação de movimentos sociais e associações de vítimas. Durante o incêndio na boate Kiss em Santa Maria/RS em janeiro de 2013, no qual mais de duzentas vidas foram ceifadas, familiares e amigos das vítimas criaram uma associação para cobrar justiça frente a este desastre tecnológico. O desastre tecnológico envolvendo o césio 137, ocorrido em setembro de 1987 em Goiânia/GO, também motivou a criação da Associação das Vítimas do Césio 137 (AVCésio). No caso do desastre relacionado às chuvas no Vale do Itajaí/SC em novembro de 2008, vítimas organizaram a Associação dos Desabrigados e Atingidos da Região dos Baús (Adarb). No caso do desastre da região Serrana do Rio de Janeiro, em 2011 foram criadas a Associação das Vítimas das Chuvas do dia 12 de janeiro (AVIT) e a Associação de Moradores do Vale do Cuiabá. Nacionalmente, para o caso de desastres relacionados aos perigos hidrometeorológicos, tem-se o Movimento Nacional dos Afetados por Desastres Socioambientais (MONADES).

que o desastre tem uma *continuidade* ou pode ser nominado como *pós-desastre*, dependendo do ponto de vista dos sujeitos que estão envolvidos no campo de forças. No âmbito da literatura crítica dos estudos sobre desastres, cada vez mais se tem criticado o uso do termo *pós-desastre*, uma vez que se considera que o desastre não é o agente causador de danos, mas sim a forma como se nomina o resultado de uma situação considerada socialmente como danosa que se prolonga no espaço e no tempo. Dessa forma, o uso do termo *pós-impacto* tem emergido na batalha discursiva para se referir ao período que sucede à ação de uma determinada ameaça natural (inundações, deslizamentos etc.) sobre um território.

Na literatura internacional, há uma grande variedade de termos e definições para se referir ao conjunto de ações realizadas nesse período do pós-impacto. Entre estes termos incluem-se *reconstruction* (reconstrução), *restoration* (restauração), *rehabilitation* (reabilitação) e *recovery* (recuperação). *Reconstrução* enfatiza quase que exclusivamente a reconstrução de infraestruturas físicas destruídas e danificadas em um desastre. *Restauração* aparenta ser um estado em que se busca restabelecer prioritariamente padrões físicos e sociais existentes no pré-impacto. *Reabilitação* também parece sugerir uma restauração, só que mais das pessoas do que das coisas. *Recuperação*, por sua vez, implica a tentativa de trazer e/ou o ato de trazer a situação do pós-impacto a algum nível de aceitabilidade, e que pode ser ou não ao mesmo nível da situação social do pré-impacto (DYNES; QUARANTELLI, 2008; NATIONAL RESEARCH COUNCIL, 2006; WU, 2003).

No âmbito do SINDEC, a Política Nacional de Defesa Civil (BRASIL, 2000) adota o conceito de reconstrução, definindo que a referida fase do desastre tem por objetivo restabelecer em sua plenitude os serviços públicos, a economia da

área, o moral social, o bem-estar da população (BRASIL, 2000). A referida PNDC prevê o Programa de Reconstrução (PRRC), constituído por dois subprogramas, a saber: 1) o subprograma de recuperação socioeconômica; e, 2) o subprograma de reconstrução da infraestrutura de serviços públicos.

O subprograma de recuperação socioeconômica inclui dois projetos: 1.1) de realocação populacional e de construção de moradias para populações de baixa renda; e, 1.2) projetos de recuperação de áreas degradadas. O projeto de realocação e de construção de moradias prevê que as ações de reconstrução busquem interagir com as ações de prevenção, identificando áreas que sejam menos suscetíveis a ocorrência de novos desastres. Para tanto, é de responsabilidade do governo municipal a provisão de terrenos necessários à construção dessas moradias, a prévia urbanização da área com construção de infraestrutura básica de saneamento e eletrificação, o encaminhamento do projeto da construção das unidades habitacionais e a relação das famílias que serão contempladas, e, por fim, legislar sobre a distinção e o uso e a posse desses terrenos, definindo que o domínio sobre tal será concretizado após cinco anos de residência comprovada no local. Ao Sistema Nacional de Defesa Civil caberá, como contrapartida, o fornecimento de cestas básicas de materiais de construção para que a própria comunidade possa participar do mutirão de obras (BRASIL, 2000).

O outro projeto previsto nesse subprograma, relativo à recuperação de áreas degradadas, delega a coordenação aos órgãos de administração do meio ambiente e o SINDEC, quando solicitado, poderá apoiar as atividades por meio da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil. A Política Nacional de Defesa Civil (PNDC) considera que tais ações de recuperação “devem buscar a reordenação do

ambiente primitivo” (BRASIL, 2000, p.24), daí a importância de se considerar o microzoneamento, a adequação do uso do espaço geográfico em função das vocações ambientais, a previsão de áreas de proteção ambiental, o controle dos efluentes industriais, a proteção dos mananciais e a definição de áreas *non-aedificandi*.

O outro subprograma previsto no Programa de Reconstrução (PRRC) é o relativo à reconstrução da infraestrutura de serviços públicos. O princípio da reconstrução com interação com medidas de prevenção também é enfatizado, incluindo a modernização das instalações e o reforço das estruturas danificadas, como também a reconstrução de edificações destruídas em áreas não suscetíveis a desastres.

Identifica-se que no Programa de Reconstrução (PRRC) da Política Nacional de Defesa Civil, enfatizam-se discursos que versam sobre a reconstrução física de infraestruturas tanto públicas (serviços públicos) quanto privadas (moradias para populações de baixa renda), isto é, de ações voltadas aos impactos físicos, de substituição daquilo que se perdeu. Referem-se à reconstrução de coisas mas não a recuperação das pessoas e das rotinas que compõem o lugar.

3.4 Reconstrução e recuperação como processos sociais

Em alguns estudos sobre reconstrução em desastres, considera-se que apesar da grande ênfase dada aos elementos materiais e infraestruturais, a reconstrução é primordialmente um processo social que inclui um complexo de interações entre instituições, grupos e indivíduos que têm a ver com alocação e formação de recursos materiais e não-materiais (OLIVER-SMITH, 1994).

Oliver-Smith (1994) critica o fato de muitos atores governamentais, pesquisadores e outros agentes sociais considerarem a recuperação em função da substituição do que se perdeu ou em função da restauração do sistema original do local, apesar dos problemas endêmicos e das vulnerabilidades apresentadas, como pobreza, desemprego, moradias frágeis etc. Isto é, muitos não consideram os desastres como oportunidades para atender os problemas materiais de longo prazo como o provimento de alojamento e infraestrutura adequados, refundando, assim, a recuperação em um processo de desenvolvimento com metas de redução da vulnerabilidade e aperfeiçoamento das capacidades sociais e econômicas. Para o autor, as políticas de recuperação que favorecem a substituição podem, basicamente, reproduzir a expressão material de padrões sociais e econômicos de desigualdade e vulnerabilidade.

Dessa forma, a organização interna de uma comunidade pode apresentar grandes obstáculos para o processo recuperativo. A existência de padrões de diferenciação interna baseados em sistema de castas, divisões de classe, gênero e raça podem comprometer os níveis de solidariedade social para facilitar o processo. Como exemplo, a ajuda desviada para setores privilegiados em detrimento dos setores em piores condições socioeconômicas podem perpetuar a desigualdade ocasionando tensões internas e conflitos (OLIVER-SMITH, 1994).

Não somente a organização interna de uma comunidade pode apresentar grandes obstáculos, mas também a natureza das relações entre a população afetada e os demais agentes de “socorro”, tais como Organizações Não-Governamentais, diferentes representantes do Estado, organizações religiosas, voluntariado etc. Muitas vezes a ajuda direcionada para o desastre – seja em forma

de bens materiais (roupas, alimentos etc.), oferta de trabalho voluntário etc. – pode agravar os efeitos sociais e psicológicos do mesmo, sobretudo porque as formas de cooperação e envio de ajuda minam a auto-estima, comprometem a integridade da comunidade afetada, criam padrões de dependência e vitimização. A capacidade da comunidade impactada em organizar-se para fazer frente à situação é identificada como um papel fundamental no processo de reconstrução: “La capacidad de una comunidad agobiada por el desastre para organizarse desempeña un papel trascendental en la dirección de la reconstrucción (OLIVER-SMITH, 1994, p.32)”.

Essa capacidade de organização é identificada como um fator necessário para a participação pública no processo de recuperação, permitindo à comunidade desempenhar o papel de sujeitos e não ser tratada como objeto de políticas públicas. Quando o planejamento dessas políticas é feito *para* as vítimas e não *com* elas acaba gerando problemas a curto e a longo prazo. Por vezes, tais políticas se baseiam em projetos de reassentamento de populações que desconsideram seus apegos aos seus lugares e as redes que ali estabeleceram, embora o cenário de destruição pareça não revelá-las.

Oliver-Smith (1994) salienta que, muitas vezes, esses projetos de reassentamento também não se preocupam com a criação de infraestruturas e espaços públicos – escolas, igrejas, mercados, sistemas de transporte, sistemas de abastecimento de água etc. – que permitam a execução de atividades normais por parte da comunidade tanto no nível material quanto no valor simbólico. Isto é, além das perdas individuais, existem perdas coletivas, resultantes da destruição de lugares socialmente relevantes, com seus contextos e estruturas culturalmente significativos. Tais lugares implicavam um conjunto de rotinas e rituais tecidos pelas

relações entre as pessoas e os danos acarretados dessas perdas não se restringem às dimensões materiais, mas também ao trauma social, cultural e psicológico que pode ser resultante das perdas dessas referências coletivas (OLIVER-SMITH, 1994).

Em razão disso, a necessidade de realocação de comunidades é identificada como um grande obstáculo para a recuperação emocional da comunidade atingida, sobretudo porque o lugar tem para alguns povos um significado primordial na construção de identidades, na codificação e contextualização do tempo, da história e da política de relações interpessoais, comunitárias e interculturais.

Para Oliver-Smith (1994), qualquer análise sobre a recuperação deve considerar os elementos de mudança ocasionados pela catástrofe como também por suas conseqüências micro e macrossociais. Sorokin (1942), em *Man and Society in Calamity* (1942), procurou identificar como as calamidades tendem a modificar nossa mente, nossa conduta, nossa organização social e vida cultural. Seu objetivo não era fazer uma descrição detalhada dos efeitos desta ou daquela calamidade em específico, mas buscar os efeitos típicos, as principais regularidades manifestadas.

Uma das dimensões que o autor buscou caracterizar foi a influência dos desastres sobre nossa mente, nossa vida afetiva e emocional. Cada uma das epidemias, por exemplo, podem revelar seu próprio padrão de transformação das sensações, sentimentos e emoções de suas vítimas – dor, medo de morrer, delírios, sensação de fraqueza etc. – mas tais alterações não ocorrem somente em razão das forças biológicas da doença, mas também em decorrência da profunda mudança nas relações sociais da vítima: o doente de repente se vê isolado de seus semelhantes e,

por vezes, até mesmo dos seus familiares, mergulhando numa espécie de vácuo social ao passo que seus contatos sociais – amizade, trabalho etc. – tendem a ser progressivamente evitados. Socialmente ele já está morto embora ainda esteja vivo biologicamente.

Esta morte social é suficiente para criar a mudança mais profunda na vida afetiva e emocional da vítima a ponto de poder conduzi-la ao suicídio, como também altera a vida emocional dos que estão em contato com o doente. De um ponto de vista sociológico, o autor considera que, provavelmente, as mais importantes características de uma sociedade como esta são a instabilidade e o contraste dessas mudanças emocionais. Entretanto, salienta que embora tais calamidades possam causar um aumento da instabilidade emocional, isto não significa que toda a população envolvida experimentará essas mudanças.

Mas as calamidades também podem influenciar o processo cognitivo, ocasionando duas mudanças principais. A primeira consiste na tendência de todo o processo cognitivo estar mais e mais monopolizado pela calamidade e pelos fenômenos direta ou indiretamente relacionados: “(...)our sensations, and perceptions, attention and memory, association of ideas and images, and the like all tend to concentrate upon the calamity and ignore matters unrelated to it¹⁰” (SOROKIN, 1942, p.34). Isto é, nossas sensações e percepções tendem a estar extremamente sensíveis ao fenômeno da calamidade e a todos os objetos e eventos a ela ligados: em desastres relacionados às chuvas, por exemplo, é comum as pessoas que tiveram suas casas inundadas não se esquecerem do cheiro da lama

¹⁰“(...) nossas sensações e percepções, atenção e memória, associação de idéias e imagens, e tudo o mais tende a concentrar-se na calamidade e a ignorar problemas não relacionados à ela” (tradução livre).

que veio com a enchente e invadiu sua casa ou, ainda, ficarem de prontidão sempre que começa a chover criando suas estratégias domésticas de minimização de impactos como, por exemplo, elevar os móveis e eletrodomésticos.

O segundo efeito fundamental das calamidades sobre o processo cognitivo consiste na tendência em direção à desintegração da unidade do *self* e do funcionamento mental. Isso se manifesta na crescente incapacidade de se concentrar em objetos e coisas não relacionadas à calamidade, na diminuição da autonomia e da auto-regulação dos nossos pensamentos e no aparecimento de várias formas de doença mental. Entretanto, Sorokin (1942) ressalva que isso não significa que toda a população exibirá esses efeitos, tampouco implica que a desorganização do pensamento procederá proporcionalmente à intensificação, à magnitude ou ao caráter de tal ou qual calamidade. Sua proposição significa simplesmente que a desorganização da vida mental é acentuada por qualquer catástrofe. Mas essa intensificação não exclui a possibilidade de efeitos opostos em uma parte da população, isto é, uma manifestação maior de efeitos positivos do que negativos.

Outra dimensão estudada pelo autor se refere a como as calamidades influenciam nosso comportamento e nosso processo vital – mortes, nascimentos, casamentos etc. Reportando-se ao caso dos períodos de fome aguda, afirma que esta tende a modificar a maioria das atividades e reações das vítimas, enfraquecendo ou eliminando atividades, convicções e discursos que atrapalham a satisfação da fome como, por exemplo, alguns tabus alimentares e mandamentos religiosos – não roubar, não matar, jejuar etc. Entretanto, não se pode generalizar esses efeitos como expressão da maioria da população, erro cometido por muitos investigadores que ao estudarem as calamidades visualizaram somente um lado do fenômeno.

Nesse sentido, Sorokin (1942) destaca que os efeitos da fome, sobretudo os comportamentos antisociais raramente se manifestam na maior parte da população. Somente uma porção insignificante de pessoas se torna ladra ou comete ofensas sociais graves – prostituir-se para conseguir alimento, vender seus próprios filhos para comprar comida etc. A maioria resiste a essas tentações, o que comprova a existência de forças que não são derrotadas pelo impacto da fome. Para o autor, houve uma superestimação do papel desempenhado pela fome no comportamento humano quando comparada com outros fatores sociais, morais, religiosos: “The texture of the religious, moral, and other social activities proves much tougher and more indestructible than we usually think. If man cannot live without bread, it is equally true that he lives not by bread alone¹¹” (SOROKIN, 1942, p.82).

As conseqüências macrossociais das calamidades também são investigadas por Sorokin (1942, p.106): “What, if any, typical changes do calamities introduce into the normal processes of migration and mobility and how do they transform the social, political, and economic structure of a society?¹²”. Se, em condições normais, os membros de uma dada sociedade geralmente se movem de um lugar para outro – de uma cidade para outra, de uma vila para outra etc. – como também de posição social – um metalúrgico se tornando empresário, um estudante se tornando professor – em situações de calamidade, esses processos de mobilidade horizontal e vertical geralmente não terão um caráter gradual e ordenado, mas sim súbito, violento, caótico e, por vezes, essencialmente trágico. Grandes períodos de

¹¹“A textura da religião, da moral e de outras atividades sociais prova ser muito mais dura e indestrutível do que geralmente pensamos. Se o homem não pode viver sem pão, é igualmente verdade que ele não pode viver só de pão” (tradução livre).

¹²“Quais, caso existam, as mudanças típicas que as calamidades introduzem nos processos normais de migração e mobilidade e como elas transformam a estrutura social, política e econômica de uma sociedade?” (tradução livre).

fome provocaram o êxodo de populações de determinadas áreas para outras. Grandes epidemias despovoaram uma dada região não somente pela morte de parte de sua população mas também forçando os demais a saírem dos centros infectados para lugares considerados mais seguros. Além dessas mobilidades horizontais, as calamidades ensejam a mobilidade social vertical em razão da morte de uma considerável parte da população, seja para a mobilidade ascendente ou descendente. Além da intensificação desse processo, elas modificam aspectos qualitativos.

Sorokin (1942) retrata como durante a Peste Negra os salários dos trabalhadores rurais dobraram ou triplicaram em razão da baixa oferta de mão-de-obra como também muitos que estavam em condições de servidão acabaram ganhando a liberdade. A mesma praga intensificou a mobilidade social vertical de outros modos: houve um aumento da mortalidade nas classes mais abastadas e uma parte do capital passou subitamente para outras mãos; uma grande porção de postos de trabalho ficou vazia e foi ocupada por pessoas que levariam anos de preparação para angariá-los. Houve, dessa forma, uma drástica disrupção das relações sociais e das instituições. Igrejas, escolas, empresas foram destruídas não só em suas infraestruturas, mas também em decorrência da perda de seus membros e das funções que estes desempenhavam. As antigas lealdades e laços sociais foram enfraquecidos ou destruídos, e os novos laços ainda não eram estáveis. Sob essas condições, as instituições tornaram-se muito suscetíveis aos efeitos de eventuais circunstâncias externas uma vez que não havia um padrão de comportamento controlado por normas bem definidas e incorporadas.

Por outro lado, essa condição fluida e indeterminada fornecia um terreno favorável para a rápida transformação das instituições sociais, para a emergência de formas sociais radicalmente diferentes, uma vez que as instituições nunca serão as mesmas de antes da ocorrência de uma calamidade. Nesse sentido, Sorokin (1942, p.120-121) destaca: “In this sense calamities constitute one of the potent and radical agentes of sociocultural change (...) For good or ill, calamities are unquestionably the supreme disruptors and transformers of social organization and institutions¹³”.

Uma das conclusões do estudo de Sorokin (1942) é a existência de um princípio geral da polarização e diversificação dos efeitos das calamidades sobre partes da população, ou seja, os efeitos não são idênticos para os diferentes indivíduos e grupos de uma dada sociedade. Isto é, lado a lado com suas funções destrutivas e perniciosas, as calamidades também podem ensejar um papel construtivo e positivo para as sociedades humanas.

Para se referir a essa capacidade da comunidade em fazer frente a uma ameaça, de sobreviver, de recuperar-se às condições anteriores ou talvez em uma nova condição definida pelas perdas e mudanças trazidas no desastre, muitos autores contemporâneos têm feito uso do termo resiliência (LANDAUL; SAUL, 2002; COX; PERRY, 2011). Por sua vez, outros autores criticam o uso do termo resiliência, por considerarem-no como um conceito biologizante, que modula o problema da recuperação como algo dependente da capacidade do indivíduo ou da comunidade em fazer frente a um determinado cenário adverso, delegando-lhe a responsabilidade pelo êxito de sua recuperação. Argumenta-se que o conceito é

¹³“Nesse sentido as calamidades constituem um dos potentes e radicais agentes de mudança sociocultural (...). Para o bem ou para mal, calamidades são inquestionavelmente os supremos disruptores e transformadores da organização social e das instituições” (tradução livre).

despolitizante, pois dissolve os conflitos e as tensões existentes na estrutura social, como se todos os atingidos tivessem os mesmos acessos aos recursos e partissem de uma mesma situação desastrosa para, a partir daí, recuperar-se. A questão é como populações atingidas podem ser resilientes num contexto sociopolítico de abandono. Antes de exercerem a sua resiliência, tais populações estão desempenhando contracondutas, ações de resistência.

Reportando-se sobre as formas de ajuda e estratégias de sobrevivência que a sociedade haitiana elaborou nos dias seguintes ao terremoto que assolou o Haiti em janeiro de 2010, Thomaz (2010, p.24) afirma que, ao contrário daquilo que se assistiu na grande imprensa, “(...) foram as instituições haitianas as únicas capazes de responder à catástrofe nos dias que sucederam aos grandes terremotos”. Entre essas instituições haitianas estavam as relações familiares, o compadrio, a vizinhança e a amizade: nos momentos e nos dias que “sucederam à catástrofe, garantiram uma impressionante mobilização: parentes socorriam parentes, vizinhos socorriam vizinhos, amigos socorriam amigos” (THOMAZ, 2010, p.33).

Thomaz (2010) salienta que foram os laços familiares mantidos nas terras de origem que garantiram a evacuação de pelo menos meio milhão de pessoas que, com seus próprios meios, foram em busca de auxílio ali onde não há nem sombra das grandes organizações internacionais. Pelo menos 100 mil pessoas se deslocaram para outros lugares e foram recebidos por parentes, amigos, e coletivos de camponeses que, mesmo na imensa precariedade, foram mais eficazes do que as organizações internacionais. Ainda, segundo o autor, o que se viu foi uma ordem impressionante e não a desordem que os meios de comunicação mostraram. Muitas

“associações de médicos e enfermeiras rapidamente começaram a agir pelas ruas, socorrendo os feridos, da mesma forma que freiras haitianas acudiam os aflitos, os escoteiros e outras associações juvenis se mobilizaram no trabalho junto aos escombros” (Idem, p.34).

Também investigando essas situações-limite de resistência frente a calamidades, mas no contexto dos campos de refugiados em vários países do continente africano, Agier (2011) demonstra que a condição relativamente estável que se forma nesses espaços vai formando um campo-cidade, um assentamento que permite que se criem “situações de trocas (eventualmente sob a forma de conflitos), de mudança social e cultural, ou seja, “um campo que tem cinco anos de existência não é mais um alinhamento de tendas” (AGIER, 2011, p.131). Ou seja, mesmo em situações-limite, como os contextos de desastres, de recuperação de atingidos e do refazer da sua cidade, há espaços de subjetivação nos quais simultaneamente se criam contracondutas e a política pode começar.

Para Agier (2011), a identificação desses espaços de subjetivação e das contracondutas no processo de refazer a cidade requer uma concepção de cidade que não seja uma abstração teórica e generalizadora, mas sim uma cidade relacional e situacional, a cidade em processo, que se faz pelos seus cidadãos. Para esta abordagem, o referido autor considera serem necessárias duas operações de ordem epistemológica: primeiro, deslocar o ponto de vista da cidade para os cidadãos; e, em seguida, deslocar a própria problemática do objeto para o sujeito, da questão sobre o que é a cidade para a pergunta sobre o que faz a cidade. Ou seja, “o próprio ser da cidade surge, então, não como um dado mas como um *processus*, humano e vivo, cuja complexidade é a própria matéria da observação, das

interpretações e das práticas de ‘fazer cidade’” (AGIER, 2011, p.38-39). Para Agier (2008, p.21), é preciso “interrogar como é que os grupos, as sociedades, ou mais precisamente, as situações, as acções ‘fazem’ a cidade”. Esta abordagem parece ser condizente para analisar o processo de recuperação de São Luiz do Paraitinga, em que diferentes sujeitos, com suas lógicas de poder, seus discursos e suas práticas, refazem a cidade num campo de relações de força.

ENTRE O FAZER VIVER, O DEIXAR MORRER E O FAZER RESISTIR: A RECONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE SÃO LUIZ DO PARAITINGA/SP

4.1 São Luiz do Paraitinga/SP: os discursos de um passado áureo, religioso e de um modo de ser *luizense*

São Luiz do Paraitinga é marcado por diferentes paisagens ao longo de sua constituição histórica, a começar pelo rio que faz parte do nome do município: *Paraitinga* é um termo de origem tupi-guarani cujo significado é “águas claras”. O conteúdo da produção social do espaço ao longo de suas margens foi influenciado por diferentes relações econômicas e culturais, por grupos sociais ali situados ou que contribuíram para a sua territorialização mesmo estando distantes. Situado no estado de São Paulo, na região conhecida como Vale do Paraíba, o atual município de São Luiz era, em meados do século XVII, apenas um bairro do município de Taubaté/SP.

Segundo Campos (2011, p. 22), foi “provavelmente a descoberta de jazidas de ouro em Minas Gerais por bandeirantes taubateanos [que] permitiu o início do povoamento, pelo sistema de posses”. Em fins do século XVII, o ouro vindo de Minas Gerais era cunhado em Taubaté/SP e se abriu um caminho que passava pelo povoado de São Luiz, que servia como uma “localidade de apoio para as tropas e todo tipo de escoamento de produção que rumava aos portos de litoral, mais especificamente, neste caso, ao porto de Ubatuba” (SANTOS, 2008, p. 46). São Luiz era um lugar de passagem, uma rota para Ubatuba, feita na época pelos tropeiros

em lombos de burros dada a dificuldade dos aspectos geográficos da região da Serra do Mar, conhecida pelos seus “mares de morros”.

O reconhecimento da fundação oficial do povoado ocorreu em 1769, quando o sargento-mor Manoel Antônio Carvalho, descendo de canoa pelo rio Paraitinga, encontrou um povoado com uma igreja de taipa de pilão, dedicada à Nossa Senhora do Rosário, aos pés de um morro chamado São Sebastião (atualmente denominado como Alto do Cruzeiro). O sargento-mor tomou as providências junto à Coroa Portuguesa e recebeu a autorização para a fundação do povoado, que recebeu o nome de Vila Nova de São Luiz do Paraitinga. Alguns moradores ainda hoje conservam gravuras e imagens referentes a esse período (vide abaixo figuras 3 e 4), demonstrando como a valorização da sua história e de alguns símbolos da sua cidade são fundamentais na constituição da sua vida cotidiana, do seu fazer cidade e de um modo de ser *luizense*. As gravuras reportam as igrejas do município – a Igreja do Rosário, a Igreja Matriz e a Capela das Mercês – e evidenciam como, neste pequeno município, a Igreja Católica adquiriu representações espaciais de poder naquele território, ocupando pontos centrais e sendo articuladora de muitas das sociabilidades e práticas da vida cotidiana luizense que paulatinamente se constituíram e que ainda hoje conservam o nome de monsenhores nas ruas do município.

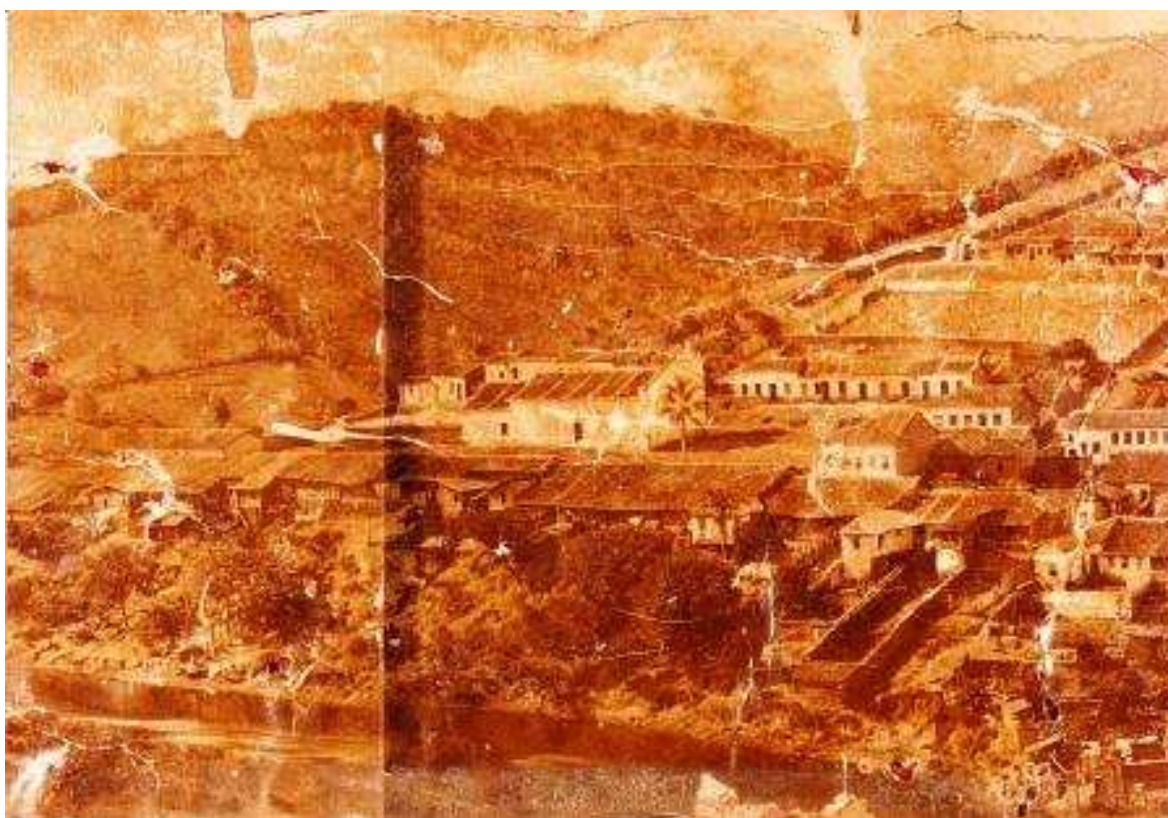


Figura 3 – A antiga paisagem e seu primeiro templo: a Igreja do Rosário

Legenda: No centro da figura, a antiga Igreja do Rosário com um pátio à sua frente. No local onde está a Igreja foi construído, em 1707, o primeiro templo de São Luiz do Paraitinga, feito de pau à pique. Nesse lugar, em 1767, dois anos antes do sargento mor Manoel Antônio Carvalho chegar ao povoado, foi construída outra igreja, em taipa de pilão. Na parte inferior da figura se identificam casas construídas no barranco às margens do rio Paraitinga (Data: entre 1840 e 1894. Arquivo Benito Campos, cedida por Benito Campos em 05 mar. 2013).

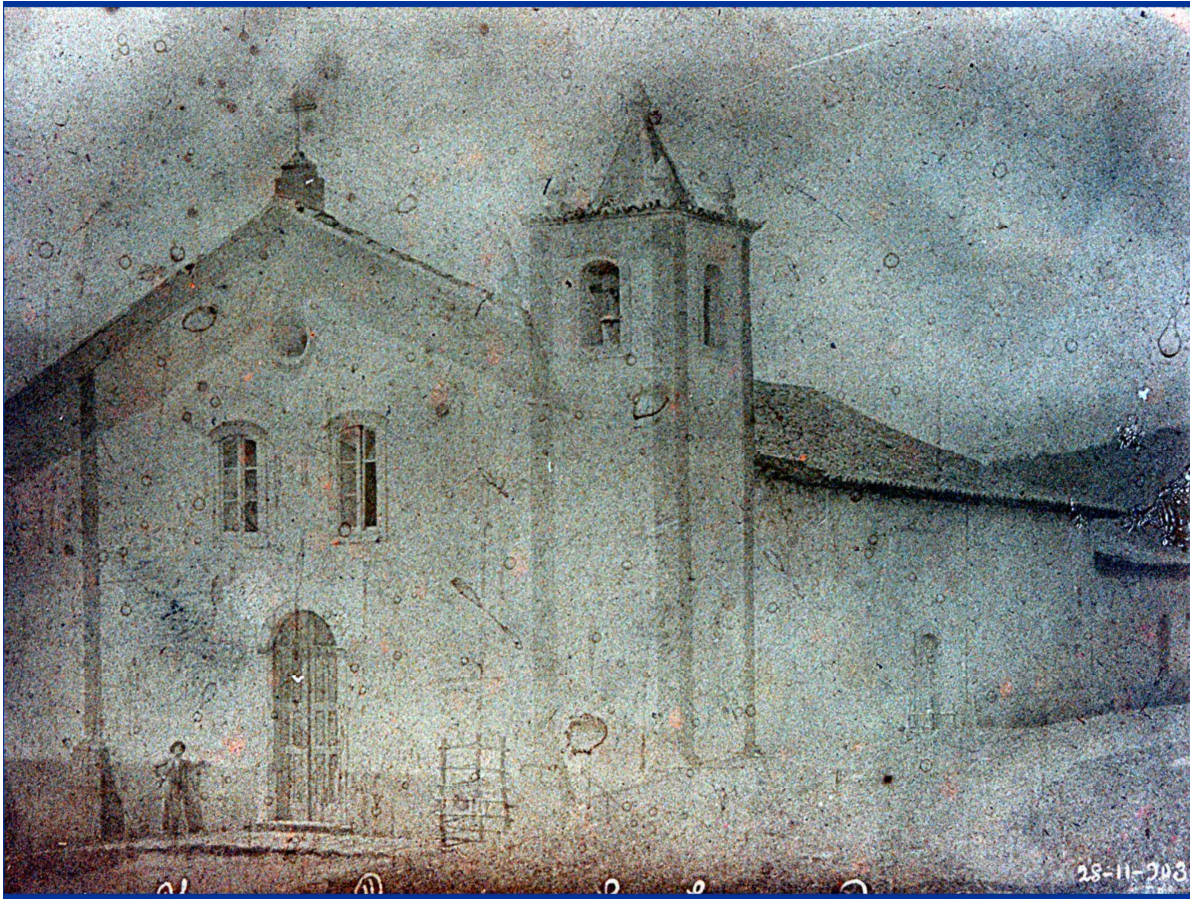


Figura 4 – Antiga Igreja do Rosário

Legenda: Paisagem da Igreja do Rosário no ano de 1903 com um luizense em sua porta de entrada. Campos (2011) afirma que foi nessa igreja que, em 1802, Frei Antônio Santana Galvão pregou a primeira missa realizada na paróquia. Esta Igreja foi demolida em 1915 e reconstruída num estilo gótico, sendo inaugurada em 1921 (Data: 28 de novembro de 1903. Arquivo Benito Campos, cedida por Benito Campos em 05 mar. 2013).

Os moradores de São Luiz do Paraitinga – *luizenses*, é o modo como se chamam quando se põem a contar sua história ao Outro – constituíram-se a partir de uma sociabilidade marcada pela cultura caipira que se expressava de diferentes maneiras: na mobilização de dezenas de pessoas para realizar mutirões no preparo ou na colheita da lavoura; na construção de uma estrada ou ponte; na reforma da casa de um idoso ou de uma família necessitada; na organização de uma comemoração religiosa, como a festa do Divino Espírito Santo; na construção ou na

manutenção da capela do santo padroeiro do bairro como a Capela das Mercês, dedicada à Nossa Senhora das Mercês (CAMPOS, 2011).

No decorrer do tempo, os luizenses e sua cidade vivenciaram várias mudanças sociais, econômicas e culturais como consequência de fatos políticos e econômicos: a instalação da Corte Real Portuguesa na cidade do Rio de Janeiro em 1808 e o advento da monocultura cafeeira, a partir de 1830, ensejaram um rápido processo de crescimento, modificação e urbanização do município.

Esse novo período não provocou apenas mudanças econômicas, mas contribuiu para modificações na legislação fundiária e nos costumes da sociedade. Como consequência da chamada Lei da Terra de 1850 – que acabou com o regime de posses, sendo reconhecida somente a propriedade privada que possuísse comprovante de compra e venda ou por sucessão – a sociedade caipira, analfabeta em sua maioria e desconhecadora dos trâmites burocráticos para a legalização de suas terras junto aos cartórios, foi expulsa de suas terras que foram anexadas aos valorizados latifúndios de uma aristocracia rural dominante econômica, social e politicamente. Nessa nova ordem econômica, surgiram quatro categorias: “o fazendeiro, dono de um latifúndio, onde predominava a monocultura de exportação; o sitiante, que continuava produzindo a costumeira agricultura de subsistência”; o agregado, que morava nas fazendas e como parceiro ou meeiro ocupava parte das terras com lavouras e criações; “e o camarada, que era um trabalhador sem vínculo empregatício, geralmente recebendo como diarista” (CAMPOS, 2011, p.29).

Do ponto de vista demográfico, a economia cafeeira serviu como um indutor da modificação espacial da região, sobretudo pelo aumento populacional em razão dos fluxos migratórios: enquanto que em 1836 a população da região do Vale

do Paraíba detinha 105.679 habitantes (a região mais populosa da Província de São Paulo na época), em 1886 o contingente era de 338.537 pessoas, ou seja, mais do que triplicou num período de cinquenta anos, intensificando abruptamente a ocupação na região. São Luiz do Paraitinga acompanhou essa tendência regional: dos 5.296 moradores existentes em 1836, passam a existir 17.368 habitantes no ano de 1886 (PETRONE¹⁴, 1959 *apud* CAMPOS, 2011, p.28).

Ao contrário dos municípios vizinhos que se dedicaram principalmente às plantações de café, a produção agrícola luizense se concentrou na policultura de alimentos para abastecimento do mercado, razão pela qual ficou conhecida como “celeiro do vale”. Como entreposto comercial, “centenas e centenas de milhares de arrobas de café por ali transitaram. Anualmente, entre sessenta e setenta oito mil animais, transportando mais de um milhão de arrobas de café passavam por São Luiz do Paraitinga” (SCHMIDT, 1954¹⁵ *apud* SANTOS, 2008, p.66), continuando a ser uma rota de passagem assim como na época do ciclo aurífero.

Na sede do município, às margens do rio Paraitinga, a modificação do espaço continuou a ocorrer para interligar os fixos e fluxos entre os municípios e entre a cidade e o campo. As necessidades econômicas demandaram que não se utilizasse somente canoas para atravessar o rio Paraitinga de uma margem à outra, mas se construísse, com as técnicas disponíveis da época, *pontes* (vide abaixo, figura 5) para a circulação de pessoas e produtos.

¹⁴ PETRONE, P. **A região de São Luiz do Paraitinga**: estudo de geografia humana. Rio de Janeiro: IBGE, 1959.

¹⁵ SCHMIDT, Carlos Borges. **A vida rural no Brasil**: a área do Paraitinga, uma amostra representativa. São Paulo, Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo: 1954.

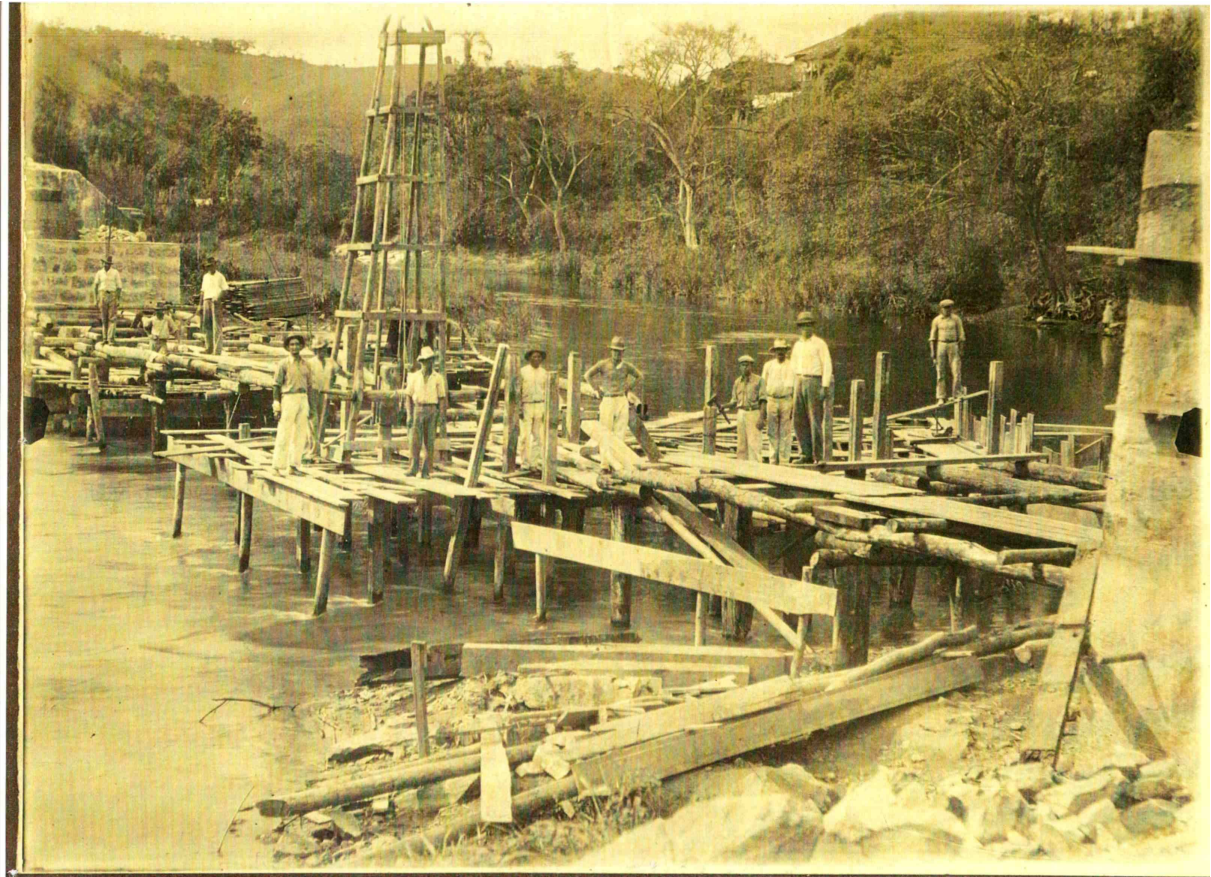


Figura 5 – Construção de ponte sobre o rio Paraitinga

Legenda: Luizenses trabalham na construção de uma das pontes sobre o rio Paraitinga para estabelecer uma interligação com a sede do município e permitir o escoamento de produtos (Data não especificada. Arquivo Benito Campos, cedida por Benito Campos em 05 mar. 2013).

Também nessas margens do Paraitinga começou-se a construir, sob a forma de mutirão em 1830, a Igreja Matriz e os degraus de suas escadarias, cuja tarefa se findou em 1840. Luizenses conservam gravuras da época que reportam as transformações sofridas pelo templo religioso. No início a Igreja tinha apenas uma torre (vide abaixo figura 6), na qual foi instalado um relógio em 1875 para marcar as horas dos luisenses, uma nova rotina que iria redefinir a forma de se ter a noção de tempo. A segunda torre da Igreja foi erguida em 1894. Nessa época – circunscrita entre a Igreja Matriz com uma única torre (1840) e a construção da segunda torre (1894) – já se identifica a presença de uma paisagem contrastante que expressa especialmente a desigualdade de classes sociais daquele período: na área plana,

próxima às margens do rio Paraitinga, a ocupação de grandes casarões em torno da Igreja Matriz pelas famílias dos barões de cafés, comerciantes etc.; nos terrenos com declividade acentuada do Morro do Cruzeiro, a ocupação de moradias mais simples, ou seja, já se desenhava nessa época quem seriam os mais suscetíveis a deslizamentos e inundações (parte superior da figura 6, logo abaixo).



Figura 6 – Igreja Matriz com uma única torre

Legenda: Igreja Matriz com uma única torre, com algumas pessoas próximas à sua entrada e nos degraus de sua escadaria. Na paisagem dessa época não se nota a presença da praça à frente da Igreja ainda, mas se identificam alguns casarões em seu entorno. Na parte superior da figura já se identificam algumas moradias sendo construídas no morro do Alto do Cruzeiro. No canto inferior esquerdo, casas situadas às margens do rio Paraitinga (Data: entre 1840 e 1894. Arquivo Benito Campos, cedida por Benito Campos em 05 mar. 2013).

Campos (2011) afirma que já nesse período, um jornal local reporta os registros de uma grande inundação ocorrida nas noites de janeiro de 1863, em que parte do patrimônio arquitetônico erigido com as riquezas oriundas da economia

cafeeira foi destruído. A partir da análise do jornal da época, o autor destaca que os degraus da escadaria da Igreja Matriz eram o espaço de referência social utilizado para demarcar o nível atingido pelo rio: “foi na noite de 11 para 12 de janeiro de 1863, quando o transbordamento do Rio Paraitinga causou muita confusão e lamentos aflitos (...) **As águas chegaram aos primeiros degraus da igreja matriz**” (CAMPOS, 2011, p.48; grifo nosso).

Depois da inundação ocorrida em 1863, a ocupação ao longo das margens do rio Paraitinga continuou a ocorrer, induzida pelo padrão de desenvolvimento da época. O mercado municipal (vide a seguir, figura 7), um dos principais marcos da economia cafeeira foi construído durante a década de 1870 às margens do rio.



Figura 7 – Vista área do mercado municipal

Legenda: No canto superior da foto, o mercado municipal situado às margens do rio Paraitinga, com somente uma de suas margens ocupadas por moradias (Data não especificada. Arquivo Juventino José Galhardo, cedida por José do Espírito Santo Galhardo em 02 dez. 2011).

O mercado municipal era o principal ponto de encontro para escoamento de toda a produção agrícola da região, onde os fazendeiros se encontravam para fazer os seus negócios. Com as mudanças na economia regional em face dos acontecimentos políticos e econômicos ocorridos no Brasil nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século seguinte, a zona rural deixou de ser o que representava as melhores oportunidades de investimentos. Estes passam a ser direcionados para os grandes centros urbanos em atividades comerciais, bancárias e industriais. Nesse processo, a importância da vida urbana “se exprimiu, do ponto de vista cultural, em estereótipos negativos sobre o morador rural (...) A

figura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, pode ser entendida como a melhor descrição desse estereótipo¹⁶ (CAMPOS, 2011, p.37-38).

Mesmo com a decadência da economia cafeeira, a sociabilidade caipira continuou a ganhar expressão nos mutirões, nas festas e outras manifestações culturais, como a Festa do Divino cuja primeira realização em São Luiz data de 1803. Tradicionalmente, essa manifestação percorria a zona rural e cumpria um papel muito importante tanto na organização da festa como na preservação da religiosidade popular¹⁷. De casa em casa, realizava-se um ritual:

a esposa recebia a bandeira, oferecia as fitas que pendem do mastro para que todos os membros da família as beijassem e enquanto os foliões cantavam, o dono da casa oferecia uma prenda. A mulher então levava a bandeira até a cozinha, para não faltar alimento; até o quarto do casal, para abençoar o casamento; e colocava sobre as cabeças das crianças, para que tivessem juízo. Depois a mulher carregava a bandeira até a casa mais próxima, entregando-a para vizinha, que repetia o mesmo ritual (CAMPOS, 2011, p.59).

Nesse ritual da folia do divino e de outras manifestações que reforçam o sentido do ser *luizense*, da sua cultura, do encontro coletivo, da sociabilidade caipira, a cidade se faz pelos cidadãos em movimento, em seus trajetos, práticas e representações, apropriando-se do espaço e nele constituindo sua história, seus marcos, suas figuras ilustres e sempre que possível busca registrar esses eventos representativos de sua história em fotografias¹⁸ (vide abaixo figura 8). Na cidade, a referida folia tem duração de dez dias: começa numa sexta-feira à noite com o início

¹⁶ Segundo Campos (2011, p.38), ao classificar o caipira “como pertencente a uma raça inferior, o realismo desse intelectual [Monteiro Lobato] mostrava o inconformismo da elite paulista com um grupo social que resistia deixar seus costumes seculares para se integrar na cultura europeizada, recém-chegada com a industrialização”. Para Campos (2011), Monteiro Lobato se retratou e fez uma espécie de pedido de desculpas para o caipira no prefácio da quarta edição do livro “Urupês”.

¹⁷ A partir de 1996, a Folia do Divino deixou, pela primeira vez, de percorrer a zona rural (CAMPOS, 2011).

¹⁸ Mais adiante o leitor irá compreender o valor das fotografias para a memória de quem perdeu praticamente tudo na inundação. São essas mesmas fotografias que foram gentilmente cedidas para compor esta tese.

da novena e da bênção das bandeiras; no sábado à tarde, há o Encontro das Bandeiras, em que as bandeiras das festas anteriores se encontram com a do atual festeiro. O ato de comer coletivamente também reforça o ritual: há distribuição do afogado, tradicional prato que se compõe de carne de vaca cozida no próprio molho e com pouca água, servido com farinha de mandioca e arroz.



Figura 8 – Festa do Divino em 1912

Legenda: Luizenses reunidos em frente à Igreja Matriz para comemorar a Festa do Divino. No detalhe, a foto retirada por Paulo Cabral, já falecido, foi colada em cartolina azul para ser conservada por mais tempo (Data: 1912. Arquivo Paulo Cabral, cedida por Benito Campos em 05 de março de 2013).

Outras apresentações artísticas também ocorrem como a exibição de congadas, moçambiques, dança de fitas, pau de sebo, o casal de bonecos João

Paulino e Maria Angu (vide abaixo, figura 9) e a cavalhada¹⁹. O último ato religioso da festa é a Procissão do Divino, após a qual é anunciado o nome do festeiro responsável por organizar a festa do próximo ano. Centenas de pessoas ficam na praça da matriz, ouvindo a banda, participando do leilão, andando em volta do jardim enquanto aguardam os fogos de artifício para finalizar a festa (CAMPOS, 2011).



Figura 9 – João Paulino e Maria Angu

Legenda: Luizenses acompanham os bonecos João Paulino e Maria Angu (Data:1977. Arquivo Juventino José Galhardo, cedida por José do Espírito Santo Galhardo em 02 dez. 2011).

¹⁹ Segundo Campos (2011), a congada é uma dança que tem como padroeiro São Benedito e reúne reminiscências de tradições medievais da luta entre cristãos e mouros, recordando a reconquista da Península Ibérica. Já o moçambique, além de prestar louvor a São Benedito, assume também o caráter de dança medicinal, curativa.

A dança de fitas é sempre realizada no último ato da procissão do Encontro das Bandeiras, na Festa do Divino. Trata-se de um “mastro onde são colocadas fitas coloridas que, ao som de músicas alegres e ritmadas, são trançadas por meninas vestidas como pastoras” (CAMPOS, 2011, p.87).

A Cavalhada “luisense é uma herança portuguesa, que foi introduzida no Brasil no século XVII. Compõe-se de duas partes, a de jogos, como nos torneios e justas medievais, onde se simulam disputa e evoluções e outra, a dramática, quando se imitam as batalhas contra os mouros. No final há a rendição e conversão dos muçulmanos ao cristianismo” (Idem, p.89).

Nesses espaços de encontros coletivos como a *rua* e a *praça*, reforçam-se a identidade e um discurso coletivo de um modo de ser *luizense* que menciona seu apego à cultura, às festas populares, tradições, procissões religiosas, festas profanas – como o carnaval – e aos personagens ilustres – como Oswaldo Cruz, Elpídio dos Santos e Aziz Ab’Saber²⁰. A evocação aos personagens ilustres é sempre um modo de reforçar o *ser luizense* e se proteger dos possíveis estigmas que o *forasteiro* possa dirigir ao *caipira*. Mas junto a esta evocação, também se tem a lembrança, como assinala Santos (2008), de um passado áureo e próspero da economia cafeeira, que se constitui como um fato marcante no imaginário dos luizenses, sobretudo por São Luiz do Paraitinga já ter recebido o título, concedido por Dom Pedro II em 1873, de “cidade Imperial”. Conforme os relatos de Dona Cinira²¹, viúva de Elpídio dos Santos e uma das luizenses ilustres entrevistadas por Santos (2008, p. 63):

²⁰A menção e a construção desses personagens ilustres como *luizenses* podem ser testemunhadas não só nas conversas com os cidadãos mas também no livro de um autor luizense, intitulado *A Imperial São Luiz do Paraitinga*. Nesta publicação, o luizense Judas Tadeu de Campos (2011, p.77-78; grifo nosso) descreve que o “**mais ilustre luizense é o cientista Oswaldo Gonçalves Cruz**, que introduziu a ciência experimental no Brasil (...) [Ele] nasceu em São Luiz do Paraitinga no dia 5 de agosto de 1872 (...) [e seu] **batismo realizado na Igreja Matriz**, no dia 5 de fevereiro de 1873 (...). Mesmo depois de se tornar o maior cientista brasileiro, Oswaldo Cruz **não esqueceu sua terra natal**”.

Já o músico Elpídio dos Santos nasceu em 1909, aprendeu a tocar 22 instrumentos musicais e compôs mais de mil músicas: “tornou-se, ainda quando jovem, amigo do comediante Amácio Mazzaropi. Começou compondo músicas para o filme *A Carrocinha* e, no total, fez 25 músicas para as películas estreladas por esse artista e cineasta (...) A Rede Globo utilizou uma de suas composições a novela *O Rei do Gado*” (CAMPOS, 2011, p.80).

Sobre Aziz Ab’Saber, Campos (2011, p.78-79; grifo nosso) declara: “**esse nosso conterrâneo é considerado um dos cinco maiores cientistas brasileiros da atualidade**. Teve uma carreira acadêmica brilhante. **Ingressou na Universidade de São Paulo (USP) aos 17 anos** e se tornou bacharel em Geografia e História em 1944. **Em 1956 já era doutor** em Geografia Física (...) recebeu vários títulos e prêmios acadêmicos e honoríficos (...) dirigiu ou presidiu instituições como a SBPC [Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência], o CONDEPHAAT [Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo]. (...) O professor Aziz nasceu em São Luiz do Paraitinga no dia 24 de outubro de 1924 (...) [e] afirma que tem muitas lembranças de sua infância em São Luiz do Paraitinga (...) **É considerado o melhor símbolo de um luizense na contemporaneidade**”. São Luiz do Paraitinga perdeu esse filho ilustre em 16 de março de 2012, aos 87 anos.

²¹ Dona Cinira veio a falecer depois da inundação de janeiro de 2010.

(...) era um **época muito rica**, pois São Luiz possuía os **barões do café!** Era considerada a **terceira economia do Estado**, a 'renda per capita' da população era muito grande para a época e **até nosso imperador Dom Pedro II passou por aqui**. Certa vez, Dom Pedro estava indo para Ubatuba e pernitoou em uma fazenda, aqui, de São Luiz. Na beira da estrada, ao tomar conhecimento de todas nossas coisas, **deixou um diploma para São Luiz chamando de "imperial cidade"**. Pra se ter uma ideia, não sei se no estado do Rio de Janeiro há alguma cidade com este título, mas, **aqui em São Paulo, é só São Luiz**" (Entrevista feita por João Rafael Coelho Cursino dos Santos junto a Dona Cinira, viúva de Elpídio dos Santos, em setembro de 2006) (SANTOS, 2008, p.63; grifo nosso).

Santos (2008) considera que esse rico passado luizense é uma espécie de "invenção da tradição", uma vez que não se encontra qualquer documentação oficial que comprove a classificação de São Luiz como a terceira economia do estado naquele período, bem como ser ostentadora de uma alta renda per capita. Segundo o autor, essa riqueza pertencia a pouquíssimos fazendeiros que não possuíam grande poder se comparados aos fazendeiros de municípios vizinhos e a grande maioria da população luizense era paupérrima. A cidade era, na verdade, um entreposto comercial de uma grande produção cafeeira e se beneficiou desse momento histórico que se travestiu no patrimônio arquitetônico. Todavia, assevera Santos (2008, p.64) que se os dados históricos não confirmam essa riqueza, "não se pode desconsiderar a importância da construção coletiva de um passado luizense muito rico", pois essa busca por mecanismos para se "fortalecer e vencer os desafios que sempre se apresentam, é um dos grandes trunfos da cultura popular".

Ao longo de sua história, São Luiz do Paraitinga foi palco de um processo de fazer e refazer, com permanências e mudanças: a economia cafeeira induziu um fluxo migratório para o município e com a riqueza advinda se produziu espacialmente a paisagem dos sobrados e casarões. A decadência da economia cafeeira não levou consigo estas imponentes construções, mas causou o êxodo de

muitos moradores: dos “25.166 moradores que existiam em 1911, sobraram apenas 11.127 em 1940” (CAMPOS, 2011, p.44) que não permaneceram no município apesar da região do Alto Paraíba tentar se reconstituir economicamente com base no aumento da produção da pecuária leiteira – no ano de 1920, produzia-se em média 4 mil litros de leite por dia, em 1960, a produção diária era de 136.185 litros.

As crises e mudanças econômicas constituíram-se como fenômenos indutores desse processo de fazer e refazer a cidade, assim como as inundações do rio Paraitinga. Campos (2011, p.47-48) retrata o ano de 1967 como sendo *trágico* para os luisenses: em fins de fevereiro o rio “subiu e invadiu a parte baixa da cidade, causando muitos prejuízos à população (...) No dia 7 de março o rio tornou a invadir a mesma área. Em ambas o rio subiu 5,80 metros” (vide abaixo, figura 10).



Figura 10 – Inundação do rio Paraitinga em 1967

Legenda: Pessoas e veículos passam sobre a ponte que leva de uma margem à outra do rio Paraitinga. A planície de inundação abarca áreas ocupadas como o tradicional centro histórico com a Igreja Matriz, a praça e seus casarões construídos durante a época cafeeira. Já a margem direita do rio Paraitinga, não é densamente ocupada por construções nessa época (Data: 1967. Arquivo Córninga, cedido por Benito Campos em 05 mar. 2013).

Ao longo da década de 1970, as crises econômicas e as inundações continuaram a marcar a história de São Luiz do Paraitinga. A decadência da pecuária leiteira ensejou modificações fundamentais na posse da terra, na produção rural e na vida social do caipira: sítios e fazendas foram vendidos para moradores de cidades grandes e os novos proprietários passaram a utilizá-los como locais de lazer ou para plantações de eucaliptos²², o que provocou, por sua vez, o aumento do êxodo rural e a construção de novas unidades habitacionais nos espaços da cidade, como se evidencia nas transformações socioespaciais ocorridas ao redor do Centro Histórico, sobretudo pela densidade de ocupação de moradias e pessoas no Morro do Cruzeiro na década de 1940 (vide abaixo figura 11) e na década de 1970 (figura 12).

²²Campos (2011, p.44-45), com base em dados da Casa da Agricultura, afirma que “a área destinada à produção de eucaliptos vem aumentando, ocupando atualmente cerca de 4.000 hectares, com umas 350 pessoas empregadas diretamente na sua produção. Acredita-se que 80% residam na cidade. Essa mão-de-obra trabalha em fazendas pertencentes basicamente a três grandes companhias produtoras de papel e celulose (...) [Entretanto], nos últimos anos, a progressiva mecanização, com máquinas que fazem o serviço de diversos empregados, assim como o uso de herbicidas na limpeza do mato, provocou grande diminuição de empregos”.



Figura 11 – Morro do Cruzeiro em 1945 (Arquivo Juventino José Galhardo).

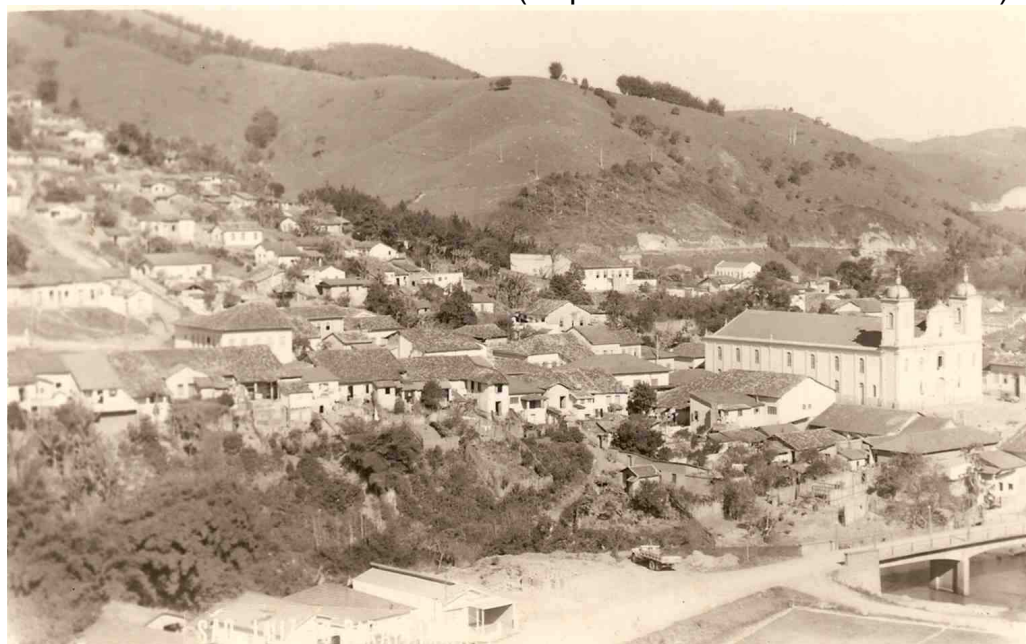


Figura 12 – Morro do Cruzeiro na década de 1970 (Arquivo Juventino José Galhardo).

Juntamente com as crises econômicas e as transformações da ocupação no meio urbano, as inundações foram se tornando periódicas: em 27 de fevereiro de 1971, o rio subiu 6,30 metros, invadindo a mesma área atingida quatro anos atrás. Foi também a partir da década de 1970 que as autoridades estaduais ligadas à cultura passam a perceber a importância do patrimônio cultural existente

no município e, em 1982, o Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT) promove o tombamento de dezenas de casas, sobrados e igrejas, após um levantamento do patrimônio arquitetônico da cidade. Com o tombamento, as modificações espaciais do Centro Histórico passaram a depender das aprovações do referido órgão: os imóveis não eram mais unicamente de domínio privado; tratava-se de um patrimônio arquitetônico regulamentado pela esfera estadual, ou seja, uma reconfiguração de poder sobre aquele território que não era mais de domínio do luizense.

Esse patrimônio arquitetônico tombado pelo CONDEPHAAT e situado na planície de inundação do rio Paraitinga foi mais uma vez atingido por suas “águas claras” no ano de 1996, quando as águas do Paraitinga chegaram, pela primeira vez no século XX, até a Praça da Matriz:

à uma hora da madrugada o rio Paraitinga começou a subir. **Meia hora depois, a maior parte das residências e das casas de comércio da parte plana estavam inundadas.** Ninguém pôde salvar nada. Foi a inundação que, até aquela data, causou mais prejuízos aos comerciantes que tinham seus negócios próximos à zona ribeirinha. Vários nunca mais se recuperaram, indo à falência (CAMPOS, 2011, p.49; grifo nosso).

Apesar da grande inundação de 1996 ter atingido o Centro Histórico do município, as autoridades municipais e estaduais insistiram em levar adiante o modelo de ocupação ao longo das margens do rio, e lutaram para incluir o município no rol das estâncias turísticas paulistas, o que veio a ocorrer em 05 de maio de 2002 mediante a lei nº 11.197 da Assembléia Legislativa. Os referidos reconhecimentos, tanto pelos órgãos do Patrimônio Histórico como também os relacionados ao título de Estância Turística, demonstram como historicamente a esfera estadual

reconheceu como *aceitável* essa ocupação ao longo do rio, assumindo que a população pudesse estar sujeita às inundações e aos possíveis desdobramentos dessa escolha como, por exemplo, os perigos que se pudesse correr devido à grande parte das infraestruturas das construções serem construídas de taipa e pilão. Dito de outro modo, a condição de estar exposto foi aceita e também induzida pelo próprio Estado, pelos processos econômicos e políticos que engendraram aquele modelo de ocupação. Naquele contexto, as noções de risco, perigo, crise não faziam parte dos dispositivos de segurança para lidar com acontecimentos relacionados a inundações e deslizamentos.

Com o modelo de desenvolvimento levado adiante e os reconhecimentos como estância turística e patrimônio histórico, o município passou a ter o turismo como sua principal atividade econômica, com destaque para o Carnaval ocorrido nas ruas do Centro Histórico. O ecoturismo ligado principalmente a esportes de aventura, como o rafting, também se incluía nas atividades econômicas promissoras. Uma série de serviços ligada diretamente ao setor do turismo se desenvolveu como pousadas urbanas e rurais, hotéis, restaurantes etc. Com a inundação de janeiro de 2010, São Luiz do Paraitinga passou a ser objeto de uma biopolítica do desastre, com técnicas de poder, procedimentos e um conjunto de dispositivos de segurança que, num primeiro momento, fizeram viver, mas que no longo prazo deixam morrer. Nessa biopolítica do desastre, há um modo de se compor o enredo, de fazer circular discursos de uma história oficial, de controlar as eventuais contracondutas que possam emergir etc. Alguns dos elementos dessa lógica poderão ser apreendidos ao longo dos capítulos seguintes.

4.2 O discurso da vitimização e o contradiscurso dos *luizenses*: “a gente fez nossa parte dentro da água, mas fora da água todo mundo ajudou”

Um desastre pode ser considerado como um laboratório sociológico capaz de fornecer uma gama de situações, interações, discursos e práticas que, ao serem analisados, permitem apreender uma série de *jogos de poder* que perpassam as relações dos agentes. Podem-se elencar *quais* são esses discursos e práticas, *quem* são esses agentes, *como* elaboram seus discursos e suas práticas. Se, para alguns, o desastre é sinônimo de perda, para outros, ele é seu antônimo, embora a *oportunidade* passe despercebida se nosso olhar sobre o acontecimento crítico se concentra sobre os discursos dos agentes que tomam conta do palco, na capitalização que estes fazem do uso das imagens, das palavras e silêncios dos dramas alheios.

Na biopolítica do desastre, cria-se um *enredo do desastre* que é, de fato, resultado de uma batalha discursiva pela produção da verdade cuja elaboração advém da luta entre os sujeitos pela nomeação do que se constitui como ordem e desordem, pela enunciação do que deve ser visibilizado e invisibilizado. Jornalistas de diferentes mídias, instituições de emergência, militares das Forças Armadas, cidadãos, voluntários, cientistas, prefeitos, governadores, promotores, padres, pastores são alguns desses sujeitos que fazem parte dessa trama. Tais agentes travam relações nas situações deparadas num desastre e elaboram discursos diferenciados a respeito do acontecimento e dos sujeitos envolvidos, pois ocupam posições distintas nesse campo de forças. Para o jornalista, interessa o furo da reportagem, a primazia no acesso às informações e o prestígio da convergência dos olhares sobre si. Para os agentes de resgate, a oportunidade de entrar na ativa,

exercer o “heroísmo”, exibir seu uniforme e suas insígnias no desfile das patentes. Jornalistas e agentes de resgate interagem: enquanto os primeiros demandam a primazia no acesso às informações estatísticas da contabilidade do desastre e um acompanhamento *in loco* através do sobrevôo sobre as áreas atingidas, os segundos vêm nessas concessões uma forma de não só amenizar as críticas por suas falhas, mas também uma forma de evidenciar sua corporação frente às demais instituições e aos demais colegas de profissão.

Na composição, produção e circulação desse enredo do desastre, os sujeitos externos à localidade atingida – os *forasteiros*, o Outro – vêm no cenário a oportunidade para angariar posições de poder e alcançar o prestígio que o controle ante o local implica: uniformes com cores e emblemas diferenciados se sobrepõem às encharcadas vestimentas dos “flagelados”, assumindo o controle e a *expertise* para socorrer, ocupando-se do *fazer viver* das populações enquadradas como *vulneráveis*. Nesse tipo de biopolítica, os discursos hegemônicos dão visibilidade às ações heróicas de resgate dos órgãos de emergência e os civis, em contrapartida, passam a ser classificados dentro de um *discurso da vitimização* em que são caracterizados como “vulneráveis”, “ignorantes”, “supersticiosos”, “incapazes”, “sem percepção de risco” etc. Esse *discurso da vitimização* ajuda a endossar os dispositivos de segurança que vão entrar em cena para fazer crescer as forças do Estado nesse contexto de crise. Contudo, na maioria das vezes, as pessoas resistem, salvam e resgatam outros dos escombros, são capazes, embora esse saber das pessoas e suas contracondutas não se produzam como verdade para se tornar realidade, contradizendo o *discurso da vitimização*.

Em São Luiz do Paraitinga/SP, foram os próprios moradores que se salvaram e enfrentaram as águas do rio Paraitinga durante o dia, à noite e de madrugada. As contracondutas dos *luizenses* – que não esperaram os órgãos de emergência e resgate – ganhavam expressão numa rede de salvamento que envolvia cidadãos comuns, porém com conhecimento do lugar. As águas do rio Paraitinga cobriram ruas, grades de casas, muros, casas térreas, pontes, redefinindo as referências dos lugares. As águas corriam fortes e a cidade estava dividida pela força do rio que cobria a ponte, a ligação principal da cidade. As pessoas estavam isoladas nos telhados das casas e de algumas escolas, e a água continuava a subir.

Grupos de luizenses instrutores e praticantes de rafting pegaram seus próprios botes, vestiram seus coletes, colocaram seus capacetes e começaram a evacuação preventiva durante o dia, convencendo seus comparsas citadinos de que era preciso sair, mesmo que historicamente as águas nunca tivessem atingido níveis preocupantes dentro de suas residências. Apesar de encontrarem resistência, o trabalho de convencimento sobre um suposto perigo inusitado se fortalecia com base nos laços pessoais de confiança estabelecidos entre os “agentes civis de resgate” e os “a serem salvos”, ou seja, a maioria deles se conhecia, tinham laços sociais.

A luz do dia permitia maior facilidade na visualização dos obstáculos dessa nova configuração territorial e de suas novas paisagens inusitadas que se desenhavam conforme o subir das águas, bem como o monitoramento do seu nível e a adoção de práticas de proteção por parte dos moradores. A chegada da noite impôs outro contexto de desafios, com novas situações. Essas vivências contribuíram para a produção de marcadores no imaginário social sobre a

experiência do desastre como imagens, sons, cheiros, vozes, sensações, ações num tempo e lugar etc. Esses marcadores verbalizam-se nos discursos dos sobreviventes que recriam e revivem o tempo e espaço da inundação, demonstrando como o desastre se prolonga num tempo social: mesmo após três anos da ocorrência da inundação, permanece viva na organização social e cultural (SOROKIN, 1942).

Durante a inundação do rio Paraitinga no início de janeiro de 2010, ao longo da noite e da madrugada, diante da ausência de luz elétrica, os praticantes de rafting eram guiados pelas lanternas e vozes das pessoas, percorrendo as conhecidas ruas e pontos da cidade para deslocar idosos, crianças e famílias inteiras para um lugar mais alto e seguro. A ausência de luz natural ou artificial suficiente implicava um esforço adicional por mentalmente projetarem quais seriam as rotas de fuga mais acessíveis a um tipo de circulação cada vez mais arriscada, que envolvia a proximidade com os fios elétricos que serviam como cercas; a forte correnteza que trazia objetos submersos que colidiam com os botes; o risco de colapso de construções de taipa do Centro Histórico; o medo dos moradores – crianças, jovens, adultos e idosos – em andar de bote, numa forte correnteza e à noite; a limitação física de muitos idosos acamados ou de outras pessoas enfermas; a ausência de calor para esquentar o corpo; a estafa física de um trabalho ininterrupto de resgates de uma equipe reduzida e um contingente enorme de pessoas em suas casas.

Diversas situações eram vivenciadas pelos vários pontos do município sem que houvesse a compreensão da dimensão do acontecimento que se acentuou madrugada adentro. Na noite escura ritmada por vozes e por barulhos de quedas de

estruturas, estouros de transformadores elétricos etc., não se via e tampouco se sabia o que estava por vir. Aos luizenses isolados em suas casas, restavam a ajuda mútua entre vizinhos, a proteção dos seus filhos e demais crianças, o brado de socorro ecoando na noite, a angústia crescente por presenciar a subida contínua das águas e o perigo iminente de não terem para onde fugir e morrerem afogados.

Moradores de sobrados do Centro Histórico já se encontravam no piso superior da edificação, temendo que estas pudessem sucumbir a qualquer momento. Do outro lado do rio, durante a madrugada sem energia elétrica, vinte e três pessoas estavam abrigadas na escola infantil próxima ao posto de gasolina. Acordados pela inundação, uns começam a subir nas carteiras e em escadas, enquanto outros quebram paredes e removem as telhas a fim de abrir uma saída para se refugiarem no telhado. Separados pela correnteza forte do rio, a angústia, a agonia e o sufoco tomam conta de uma margem do rio por não se conseguir avisar o perigo que estava por vir, por não se saber o que havia acontecido com os outros, se haviam sido levados pelas águas, se tinham se salvado. Emergem dilemas morais que contrapõem discursos entre se arriscar e não se arriscar, lançar-se ao perigo para salvar o outro ou preservar a própria vida.

Uma ambivalência de emoções se aflora nas emergências e desastres e é justamente essa multiplicidade de sentimentos coletivos que contrasta com o *discurso da vitimização* de que todos ficam em pânico. Numa margem do rio, os discursos oscilam entre a apreensão de uma Prefeita ante o perigo de que seus municípios sejam afogados e não se poder comunicar o perigo nem ajudar no resgate, e a prudência de um coordenador de defesa civil de que a emoção não pode falar mais alto que o risco de um resgate malfadado; na outra margem, o medo

da morte e a coragem de quebrar paredes e se salvar se misturam, rechaçando qualquer biopolítica que faz circular discursos que enquadram as pessoas como vulneráveis e impotentes. Numa sociologia dos desastres que resgata a “caixa preta” desses saberes sujeitados, as contracondutas que não adquirem visibilidade e os saberes das pessoas sobre o vivenciar do limiar entre a vida e a morte ajudam a recompor outra versão do enredo do desastre que compõe a “história oficial” das colunas de jornais. São os moradores locais que resistem enquanto os agentes de socorro das outras esferas de governo – estadual e federal – tardam a chegar:

O pessoal tava abrigado na escola e a gente do outro lado da cidade tentando ligar lá pra avisar que a água tava subindo. E eles tavam dormindo. Quando eles acordaram, a correnteza tava passando e não dava acesso mais. Daí teve **um do pessoal que tava alojado que quebrou uma parede de tijolo e saíram por cima do telhado da escola**. Na noite da enchente, tinha 23 pessoas alojadas ali [na escola perto do posto de gasolina, do outro lado do rio]. **E daí 2 horas da manhã acabou a energia e não tinha como saber como é que tava o pessoal: se tinha conseguido tirar o pessoal ou não. Daí a Prefeita ficou apavorada**. Mas não tinha como passar o rio de noite, o rio com 11 metros de altura e passar na corredeira. Daí transformador começou a estourar...a rede elétrica né? **Daí eu falei “não tem como. Tem que esperar clarear o dia”**. **Não tinha como arriscar passar o rio de madrugada**, relata Marcos, agente da defesa civil municipal (Entrevista realizada em dezembro de 2011; grifo nosso).

Na madrugada do pequeno município de São Luiz do Paraitinga as experiências da quase morte se replicam sincronicamente sem que existam agentes oficiais de resgate suficientes para salvar vidas. A todo esse conjunto de desafios se contrapunha o saber das pessoas, com suas estratégias comunitárias de resgate e de resistência, que faziam uso dos recursos materiais e humanos disponíveis. Na água ou em terra, os luizenses se articularam para prover ações comunitárias de salvamento, de comunicação do perigo e evacuação: “A gente se revezava no trabalho porque não tinha bote pra todo mundo. Enquanto uns trabalham, outros

descansavam”, lembra um dos moradores que participaram dos salvamentos. Adriana, uma das moradoras que ajudou no suporte ao pessoal do rafting, lembra-se de como muitos se mobilizaram para conseguir comida e água para que as ações de resgate não parassem:

o pessoal do rafting teve uma hora que parou todos ali falo ‘ó tamo com fome’. Eles comeram salsicha crua, gelada, porque tava frio e com fome, então tem que ter carboidrato. Pra dá energia comia o que tivesse e era assim não tem frescura come o que tem mesmo, lembra Adriana (entrevista realizada em novembro de 2011).

Mas as tomadas de decisões não se restringiram ao provimento de suporte às ações de resgate, como também se referiram à disponibilização de locais provisórios para servir de abrigo, organização de refeições coletivas em casas de pessoas etc. Prefeita e pessoal do rafting inicialmente utilizaram a escola ao lado da Igreja Matriz como ponto de apoio. Todavia, em determinada hora daquela noite, antes de uma nova onda de cheia do rio na madrugada, a prefeita decidiu fechar o prédio tombado pelos órgãos do Patrimônio Histórico em que funcionava a escola. Dez minutos após saírem do prédio, este passou por outro tipo de tombamento: colapsou por inteiro, gerando uma grande onda que foi abalando todas as construções do entorno. Como lembra a Prefeita na época, aludindo à “boa fortuna” de serem salvos por Deus:

Eu falei pros meninos do rafting ‘vamos fechar’ [escola]. Deu dez minutos, caiu tudo. **E eu penso como Deus foi bom pra gente. Porque podia ter morrido muita gente** se a gente não se organizasse e falasse “vamos sair daqui” (entrevista realizada em dezembro de 2011; grifo nosso).

Os discursos dos sobreviventes, ao relatarem suas experiências de quase morte, de resgate, de resistência, de angústia, de fuga, de sons e barulhos de

quedas, de gritos etc. são marcadores que perfazem o imaginário social do desastre e, conseqüentemente, demonstram que o mesmo possui outras temporalidades, embora oficialmente o “dia do desastre” (cf. VALENCIO, 2012) preenchido no documento de Avaliação de Danos (Avadan) reporte a ocorrência como transcorrida às 08h00 do dia 01 de janeiro de 2010. A recuperação da caixa preta do desastre pela vocalização do saber das pessoas que estiveram na linha de frente ajuda a requalificar o conceito de desastre desde um ponto de vista interpretativo, interrogando-se “como é (ou foi) o desastre” (cf. HEWITT, 1998) e redefinindo a temporalidade do mesmo; permite revelar nuances que cientificamente podem ser concebidas como negativas, mas também positivas, ou seja, há uma diversidade de discursos e práticas numa cena de desastre que estão para além das interpretações fabricadas e dos enredos que recebemos prontamente dos meios de comunicação.

Dona Assunção, 81 anos, moradora do Asilo da Vila Vicentina, localizado no centro do município, recorda-se de como a inundação foi atingindo as áreas e instalações próximas do asilo onde morava, esforçando-se por interpretar e caracterizar o processo da inundação até culminar nas práticas de evacuação, que envolveram a saída do asilo para outro ponto mais seguro que posteriormente também viria a ser atingido, implicando em novas práticas de deslocamentos ao longo da madrugada:

Mas não é chuarada, não. Se caísse muita chuva aqui, o rio ia levar pra lá, né? E aqui quando encheu, tava um tempo bonito, tempo bom. Mas o rio tava enchendo cada vez mais. **Encheu o mercado, a rua de cima, passou na rua de lá, entrou, subiu.** E ali tem um velório ali, que fica na esquina. Daí, **quando foi mais ou menos seis horas, o marido de uma funcionária daqui veio avisar que a enchente tinha chegado ali no velório.** Mas ninguém sabe, todo

mundo velho aqui, perigoso, né? Mas ai eu falei assim “Ai a água não vai entrar aqui (...) E quando chegou por aqui, foi até lá na igreja [capela do asilo]. Mas por causa do muro a água não chegou a entrar aqui. Daí eu pensei assim essa enchente não vai entrar aqui não (...) e **o rapaz veio aqui avisar que a enchente tava indo pra lá e ninguém ligou. Isso foi oito horas da noite e todo mundo dentro de casa, ai o salva-vidas chegou e avisou que a água que tava subindo**, mas eu pensei...a água tá subindo por onde? Ele falou “Ué, pelos buero”. Tinha muito buero, né? Acho que tinha 18 bueros. O ralo ali grande, né? (...) Daí a água tava saindo pelo cano. Ai tirou nós. **Tirou todo mundo daqui e levou pro Rotary Clube ali**. Lá tem dois degraus, eu tive que subir, já tá lá dentro. Ai levou todo mundo pra lá. **Ai eu fui cinco horas da madrugada pra lá avisar todo mundo sair e que a água já estava subindo**. Estava uns dois degraus que sobe pra entrar na sala lá do Rotary. Ai quando a gente saiu ele falou “Não dá pra vocês saírem pela frente. Ai tinha uma muretinha assim em baixo ai **encostou o caminhão lá ai duas pessoas pegavam a gente, passava por cima do muro, o outro pegava e punha no caminhão, né? E o caminhão era uma carreta, mesmo. Já tava cheio de gente. Ai pôs nós lá e levou a gente pra uma escola lá pra cima do hospital**. Tem uma escola lá. **Ai depois contaram lá que a enchente aqui no asilo a enchente já tava no forro da caixa**. (Sra. Assunção, 81 anos, moradora do asilo da Vila Vicentina; entrevista realizada em novembro de 2011; grifo nosso).

A resistência social dos luizenses se revela em suas ações de monitoramento dos níveis atingidos pelo rio por meio da verificação das instalações atingidas na cidade (“encheu o mercado, a rua de cima, o velório”), as subseqüentes estratégias não-oficiais de comunicação de perigo (“o marido de uma funcionária daqui veio avisar que a enchente tinha chegado ali no velório”) e as várias práticas de evacuação conduzidas pelos próprios civis (“Tirou todo mundo daqui e levou pro Rotary Clube ali”, “encostou o caminhão lá (...) e levou a gente pra uma escola lá pra cima do hospital”). A identificação desses saberes das pessoas e de suas contracondutas ajuda a compor definições alternativas sobre o enredo do desastre. O conjunto de estratégias coletivas de resistência e de sobrevivência demonstra que houve uma agregação de redes, valores, normas, bens e recursos que uniram indivíduos e facilitaram a ação coletiva para benefícios mútuos, que foi fundamental

para conduzir práticas de auto-proteção em vez de ficarem prostrados, paralisados ou em pânico, como comumente o *discurso da vitimização* da biopolítica do desastre produz como verdade e a faz circular.

Tal como na maioria dos desastres, a chegada do efetivo das instâncias superiores de governo – estaduais e federais – para conduzir as ações oficiais de resgate ocorreu quando muitos dos salvamentos já haviam sido feitos pelos próprios luizenses e o cenário de crise já estava instalado, isto é, com o rio Paraitinga já transbordado. Com a chegada das instâncias superiores de governo para assumir o controle das ações de resgate, o desastre passaria a ser oficialmente reconhecido embora já viesse transcorrendo sem a validação pública das instâncias superiores e da difusão massiva dos meios de comunicação. Uma série de novos atores entrará em cena, reorganizando as lógicas de poder, produzindo discursos e práticas. O desastre de São Luiz do Paraitinga seria produzido como realidade, como realidade administrável e passível de uma biopolítica.

4.3 A biopolítica do fazer viver: produzindo um enredo oficial do desastre

Na biopolítica do desastre, uma série de *dispositivos de segurança classificatórios* e *excepcionais*, do domínio da gestão da população, da economia e da segurança, será introduzida com a função de fazer crescer as forças do Estado, pautando-se, inicialmente, numa lógica do *fazer viver*. Os *dispositivos de segurança classificatórios* procuram enquadrar o cenário de crise dentro de uma determinada perspectiva para gerenciá-lo, e os *dispositivos de segurança excepcionais*, isto é, da exceção, permitirão, conjuntamente, criar instrumentos para fazer crescer as forças

do Estado e impedir ou reprimir delinqüências e eventuais ações tidas como ameaçantes à segurança pública.

Entre esses dispositivos de segurança classificatórios e excepcionais se incluem: a produção de discursos de saber para fundamentar as ações; a criação de categorias e de populações-alvo para gerir o cenário de crise; a produção de interpretações antecipadas sobre o problema, criando um *enredo para o desastre* e assim gerir a opinião pública, enfatizando discursos visuais e numéricos que buscam fabricar uma amplitude do problema e a contabilidade do desastre; a gestão da exceção por meio da decretação de situação de emergência e calamidade pública, combinando ações policiais e assistenciais etc.

A produção de discursos de saber – sobretudo em torno da categoria *risco* – é um desses dispositivos que vem fundamentar a *necessidade* de se decretar o estado de exceção e, conseqüentemente, poder utilizar as forças policiais e Forças Armadas para desempenhar ações de “defesa civil” quando, o que está subsumida é uma verdadeira *operação de guerra* para a manutenção da segurança pública, do Estado em si. Em São Luiz do Paraitinga/SP, no tipo de enredo criado para o desastre, a presença das Forças Armadas e Militares na cena do desastre foi produzida pela imprensa que, dia após dia, conferiu visibilidade às distintas corporações ali presentes, a missão desempenhada por cada uma, evidenciando-se a quantidade dos recursos materiais e humanos deslocados. Nessa lógica de poder, criam-se categorias e populações-alvo que passam a fazer parte do tipo de enredo e da relação Estado-sociedade que ai se estabelece.

Dessa forma, os moradores locais – incluindo os agentes do poder público municipal – passam a ser nominados pelo Outro, pelo agente externo, como

“desabrigados/desalojados/afetados”, classificados e tratados como população alvo carente de casa –“desabrigados” –, como *vítimas* indefesas, incapazes, ou seja, vulneráveis que precisavam dos heróis para serem resgatados. Junto a esses dispositivos de segurança classificatórios e excepcionais que expressam *discursos da vitimização*, esquadrinha-se, também, o *discurso dramático da necessidade* maior de *salvar vidas* frente ao risco latente da morte, fundamentando-se que qualquer ato adquira força-de-lei sobre a prerrogativa da vida biológica que há de se salvar.

No encadeamento dessa narrativa que é produzida e se desenrola nos meios de comunicação, buscam-se justificar o crescimento exacerbado das forças do Estado fundamentando-se, como afirmou Foucault (2008b), nessa noção de *necessidade*, mas também explorando as características de teatralidade do golpe, de modo a exaltar essa necessidade que o justifica, deflagrando-o à luz do dia, isto é, encenando-o para que possa angariar adesão e as leis suspensas possam ser reconhecidas. Dessa forma, junto aos *discursos da vitimização* e aos *discursos da necessidade*, emergem *discursos da salvação*, trazendo para o contexto de crise uma grande encenação que ganha suas feições numa estratosférica mobilização de recursos humanos e materiais – bombeiros, botes, Exército, helicópteros etc. – em prol do restabelecimento do controle e das ações de fazer viver, de socorrer as “vítimas”, os “desabrigados” etc. Conforme reportou a Folha de São Paulo no dia 02 de janeiro de 2010: “equipes dos **bombeiros** usam **botes** para resgatar as **vítimas**. Os **desabrigados são levados** para as áreas altas da cidade. O **Exército** também auxilia nos trabalhos, com um **helicóptero**” (FOLHA ONLINE, 2010a; grifo nosso).

No decorrer dos dias se reiteram esses discursos da salvação frente aos discursos da necessidade que não param de surgir. Os meios de comunicação continuam reforçando a presença e a mobilização das diferentes forças do Estado, mostrando que ações estavam sendo realizadas, caracterizando-as pela menção às instituições envolvidas, ao quantitativo de recursos humanos e materiais mobilizados para resgate das “vítimas”. Esse enredo sobre o desastre visa controlar a opinião pública em relação às ações do Estado. No dia 03 de janeiro, a Folha de São Paulo noticiou: “**A Polícia Militar também auxilia nas buscas dos desabrigados com dois helicópteros e 12 embarcações para localizar e resgatar as vítimas. Cerca de 80 homens do Corpo de Bombeiros foram destacados para trabalhar na cidade**” (FOLHA ONLINE, 2010d; grifo nosso).

A partir do dia 04 de janeiro, a primeira segunda-feira do ano, os *discursos da salvação* se aprimoram e passam a produzir e agregar mais informações qualitativas e quantitativas das novas instituições estaduais envolvidas, das ações desencadeadas, da quantidade de novos profissionais deslocados, do número de resgates realizados, produzindo a interpretação para a opinião pública de que tudo está sob controle e que as forças do Estado estão se mobilizando para gerir o cenário de crise nas dimensões do resgate – presença do Corpo de Bombeiros; da segurança – deslocamento da Polícia Militar; da saúde – envio de agentes de saúde; da avaliação de risco – convocação de geólogos. Conforme noticiou a Folha Online no dia 04 de janeiro de 2010, com base em informações da Agência Brasil (2010):

Segundo o governo, cerca de **300 profissionais da Defesa Civil, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, agentes de saúde e geólogos** estão no Vale do Paraíba, auxiliando os moradores da

região atingidos pelas chuvas. Até ontem, **o governo afirma que 3.520 pessoas haviam sido socorridas pelo Corpo de Bombeiros**. Dois **helicópteros da Polícia Militar chegaram a resgatar, entre os dias 2 e 3 de janeiro, 54 pessoas** em São Luiz do Paraitinga e 13 na cidade de Cunha (AGÊNCIA BRASIL, 2010).

Nessa biopolítica do desastre, os *discursos da vitimização, da necessidade e da salvação* vão compondo os discursos de saber do enredo do desastre: os testemunhos dos sujeitos em cena são selecionados e as informações quantitativas e qualitativas são ordenadas num timing, adquirindo visibilidade e realidade, produzindo uma narrativa que pauta o conteúdo do que se diz sobre o desastre, quem entra em cena e como atua etc. Todavia, existem outros *contradiscursos e contracondutas* que podem ser tirados da invisibilidade quando se entrevistam outros agentes da cena, fornecendo outras interpretações sobre o desastre. Do ponto de vista dos moradores locais – *luizense* é a categoria de resistência que os define em relação ao Outro – que estavam dias ininterruptos realizando resgates de seus comparsas, provendo acolhidas comunitárias em casas de conhecidos, arrecadando doações e preparando refeições em garagens de famílias etc., a vinda do Exército e demais corporações militares foi tardia, aconteceu em um momento em que os próprios luizenses já tinham se organizado e estavam continuando a conduzir suas ações de salvamento, proteção, abrigo etc.

Mesmo diante da resistência dos moradores locais, muitos dos agentes externos – incluindo membros das Forças Armadas, Corpo de Bombeiros e demais militares – ignoraram o apoio dos civis e, zelosos da sua competência, aventuraram-se nas operações de salvamento nas águas revoltas do rio Paraitinga. Diante do desconhecimento da dinâmica do rio, muitas das embarcações desses oficiais de resgate acabaram tombando nas primeiras tentativas de ações de salvamento,

fazendo com que os próprios instrutores de rafting os resgatassem. Isso fez com que um dos comandantes da operação ordenasse que seus oficiais seguissem a recomendação de cada um dos instrutores de rafting, os quais passaram a acompanhar as embarcações dando orientações sobre a dinâmica do rio e as melhores rotas a seguir. As próprias embarcações trazidas pelo Corpo de Bombeiros não eram completamente adequadas às diferentes dinâmicas do rio Paraitinga, mas foram úteis em outros salvamentos, sobretudo em trechos à jusante. Segundo relata um dos instrutores de rafting:

Não desfazendo o trabalho do Corpo de Bombeiros, mas as embarcações que eles tinham não eram próprias para o rio, na forma que tava o rio... porque era muita correnteza. **E a gente já tinha uma noção também onde tinha pedra, onde tinha fio, onde tinha casa, onde tinha árvore.** Em alguns lugares, o rafting não ia por causa da forte correnteza, daí a gente vinha com o barco do Corpo de Bombeiros, que era um barco a motor [pra resgatar pessoas de bairros da área rural] (Entrevista concedida em novembro de 2011; grifo nosso).

Os saberes das pessoas, isto é, dos luizenses, identificados no conhecimento dos lugares da cidade e dos moradores que ali vivem, também auxiliaram nos trabalhos de priorização dos resgates, sobretudo na informação das localizações das moradias do grupo de pessoas com capacidade de locomoção mais limitada em função das circunstâncias do desastre como, por exemplo, idosos e pessoas enfermas:

Eles [Corpo de Bombeiros] pediam ajuda pra gente [instrutores de rafting], porque a cidade é pequena e **a gente sabia em que casa tinha um senhor de idade. Aqui na casa ao lado, por exemplo, tinha um senhor que fazia tratamento em casa, tratamento de hemodiálise.** Eles pediam ajuda, informações para gente, relata um dos instrutores de rafting (Entrevista concedida em novembro de 2011; grifo nosso).

Mas o auxílio dos instrutores de rafting e dos demais munícipes não se restringiu à disponibilização de informações a respeito da localização de idosos e enfermos ou de orientações sobre as melhores rotas a se seguir no rio Paraitinga. Eles também apoiaram no transporte de alimentos, água, medicamentos etc. que chegavam de outros municípios para São Luiz do Paraitinga. Como grande parte da cidade estava ilhada, estes itens de primeira necessidade precisavam ser transportados de um lado para o outro do rio e, chegando na outra margem, ser retirado e passado de mão em mão até ser armazenado num local temporariamente utilizado como centro de arrecadação e distribuição. Nessa divisão do trabalho, organizou-se uma fila, uma corrente de pessoas. Dentro e fora da água, os luizenses realizaram práticas de auto-proteção que não adquiriram visibilidade nos discursos oficiais que compuseram o enredo oficial do desastre:

Do dia 2 ao dia 4, era [trabalhar] direto, nem come direito a gente comeu, era direto...24 horas mesmo. Era **transportando mantimentos, água, medicamentos, transportando pessoas**. Foi quando o rio começou a baixar que nós pudemos descansar um pouco. Todo mundo ajudou, a cidade inteira ajudou. **Quando a gente transportava os mantimentos de um lado pro outro ali no bairro do Benfica, tinha uma fila, uma corrente de pessoas ajudando a tirar as coisas, a cidade inteira ajudou**. Todo mundo ajudou, ninguém ficou parado. Não foi só o pessoal do rafting, **a gente fez nossa parte dentro da água, mas fora da água todo mundo ajudou. É até bonito este trabalho da equipe, da cidade toda junta**. Tirava um pacote aqui e ia passando até chegar lá, **corrente humana** né?, relata um outro instrutor de rafting (Entrevista concedida em novembro de 2011; grifo nosso).

Essas histórias de salvamento, de auxílio mútuo, de uma *corrente humana* em contextos de tragédia e de desarranjo das rotinas praticadas na cidade fazem parte da recuperação psicossocial, e muitas vezes são representadas de forma positiva nos relatos dos moradores locais, ou seja, também existem

marcadores “positivos” no imaginário sobre o desastre. A fala comum é de que não houve nenhuma vítima na enchente, e localmente difundiram-se histórias de que todos foram salvos graças ao trabalho dos “*anjos do rafting*”. *Anjos do rafting* é a expressão do contradiscurso dos *luizenses* frente aos discursos do Outro que buscaram lhe impor a figura de “vítimas”, nos muitos *discursos de vitimização, de necessidade* e de *salvação* que tomaram concretude nos meios de comunicação oficiais, nas falas dos agentes de emergência, dos oficiais do Corpo de Bombeiros, Policiais Militares, Forças Armadas etc. O periódico criado em São Luiz do Paraitinga depois da inundação, denominado *Jornal da Reconstrução*, fez circular ainda mais esse *contradiscurso dos luizenses*, na segunda quinzena de março, ao publicar a reportagem “Anjos e heróis do rafting”:

Nos dias seguintes, a coisa desandou: a enchente que já era grande tornou-se violenta, Dona Maria teve a casa inteira atingida. E logo conheceu a rapaziada do rafting. “Eles foram verdadeiros **anjos** e tiveram todo o cuidado do mundo para nos ajudar. Eles nos diziam palavras de confiança, pedindo que acreditássemos no que estavam fazendo” (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS DO PARAITINGA, 2010c, p.4; grifo nosso).

Localmente, a classificação *anjos do rafting* é um *contradiscurso* frente ao discurso do Outro, mas também um indicativo de uma das transformações culturais constitutivas dos processos de mudança social ocorridos em desastres e que expressa como estes são eventos sociais ocorridos em tempos sociais, disruptivos em seu intercurso e que devem ser entendidos em um contexto de mudança. No cotidiano luizense, antes da inundação, os discursos sobre instrutores do rafting não lhes atribuíam a qualificação de *anjos*, mas sim – nas palavras de alguns instrutores de rafting – de *vagabundos*, uma vez que o exercício de seu trabalho estava condicionado à visita de turistas nos finais de semana e durante a

semana tais instrutores treinavam no rio ou não trabalhavam. Durante a inundação e na vida cotidiana que ali se estabeleceu nos primeiros meses do processo de refazer a cidade, passam a emergir outros discursos nas rodas de conversa e nos olhares que lhe são dirigidos ao circularem pelas ruas da cidade:

Antes o rafting em São Luís...você pode perguntar para qualquer instrutor de rafting da cidade....**o pessoal falava que a gente era vagabundo porque durante a semana a gente não trabalhava, né?** A gente vinha pro rio para treinar, mas pros outros a gente era vagabundo, né? **Depois das enchentes nós ficamos conhecidos como anjos do rafting,** relata um dos instrutores do rafting (Entrevista concedida em novembro de 2011; grifo nosso).

Quando começou aqui em 1996, ele [rafting] chegou com certo preconceito porque era novidade, e a cidade tradicional e tal, os moradores achavam que as pessoas que faziam rafting eram pessoas sem muito compromisso com a vida. E São Luiz passou a ser Estância Turística por causa do carnaval e também por causa do rafting. E **no momento mais crítico das enchentes,** as pessoas do rafting **retiraram mais de 800 pessoas** das casas. **A partir daí, mudou completamente o conceito, né? E hoje viraram heróis, né? Há pessoas que os chamam de anjos.** Então isso é bem interessante essa relação, né? (Eduardo, diretor de turismo, entrevista realizada em novembro de 2011; grifo nosso).

Os contradiscursos dos sobreviventes nunca aparecem no enredo oficial do desastre quando os mesmos vêm a expressar as falhas de governo em relação aos acontecimentos trágicos, às falhas institucionais diante do ocorrido. Produzir verdades e encobrir outras são sempre formas de manter e exercer o poder e, para tanto, torna-se imprescindível fazer circular discursos de saber, pôr em funcionamento uma máquina social de fabricação e de interpretação dos problemas sociais da cidade, produzindo entendimentos imediatos dos acontecimentos e das soluções técnicas mais viáveis para enfrentar as tensões que transbordam, ajudando a fazer crescer as forças do Estado a fim de operar a gestão da opinião pública nesses contextos de crise. Os *discursos da vitimização, da necessidade e da*

salvação são discursos de saber que se põem em circulação e ajudam a fazer crescer as forças do Estado. Entretanto, nessa biopolítica do desastre, também emergem os dispositivos de segurança excepcionais que instituem discursos e práticas de segurança e fazem crescer as forças do Estado, reprimindo contracondutas consideradas como ilegais e delinqüentes nesse cenário de exceção. Nessa zona de indeterminação entre o que é público e o que é privado, tornam-se indistintas as noções de direitos e deveres, relativizam-se os julgamentos morais em torno do que se pode e do que não se pode. Mesmo após as águas da inundação do rio Paraitinga escoarem, as forças do Estado e seus dispositivos de segurança excepcionais continuaram a tomar terreno como forma de governo em relação ao acontecimento trágico.

4.4 A emergência da *polícia dos desastres*: fuzis, novos inspetores, birôs da caridade e a resistência do festeiro

Na história luizense, o espaço da praça da matriz já teve a paisagem de um cenário de guerra durante a Revolução de 1932, que mudou toda a rotina da cidade, trouxe prejuízos, transtornos e tristezas para os moradores. Naquele contexto, a situação se tornou tão crítica que os moradores foram aconselhados a saírem da cidade e só começaram a retornar meses depois, encontrando um ambiente desolador: todas as casas “havia sido invadidas, os móveis estragados, os animais desaparecidos ou mortos, objetos roubados e muitos documentos, testemunhos da história do município, destruídos (...) a vida dos moradores (...) ainda levaria muito tempo para voltar ao normal” (CAMPOS, 2011, p.41-42).

Setenta e oito anos depois, o município relembriaria os tempos de paisagem de cenário de guerra com a invasão de Forças Armadas e outros atores

externos em sua jurisdição, buscando tomar conta do território e impor uma nova ordem após a inundação do rio Paraitinga. O estado de exceção expresso no deslocamento massivo de efetivo das Forças Armadas, na expansão do controle sobre a população e no aumento da regulação governamental sobre todas as ações no contexto de crise, revela o objetivo de fazer crescer as forças do Estado e salvar o próprio Estado, utilizando-se, inclusive, da violência. Como dito anteriormente, Foucault (2008b) considera que alguns elementos são fundamentais nessa nova ordem: a noção de necessidade, a noção de violência, e a característica teatral da imposição dessa nova ordem. Esses elementos se combinam nos discursos e nas práticas que tomam lugar no *cenário de guerra*, expressão que muitos luizenses fizeram uso para se referir ao período pós-inundação.

As práticas desses atores incluem os desfiles dos uniformes das corporações que representam, a exibição de suas armas, de seus equipamentos materiais e da atuação coordenada do efetivo no desempenho eficaz de ações de perigo que possam conquistar apreço dos expectadores e dos agentes de mídia, os quais passam a capturar instantes fotográficos que serão vendidos para as diferentes agências de notícias, fazendo circular discursos de saber sobre concepções de ordem nos contextos de crise (vide abaixo, figura 13). A violência de suas práticas para com os civis e a encenação que se faz circular nos meios de comunicação se combinam nessa nova lógica de fazer crescer as forças do Estado e impedir e reprimir o que passa a ser considerado como ilegal, irregular, desordeiro, delinqüente como, por exemplo, aproximar-se das casas e imóveis atingidos pela inundação. O antigo território dos imóveis que era de domínio privado, passa a ser

temporariamente de controle público, revelando a suspensão da ordem legal que precedia anteriormente.



Soldados do Exército patrulham ruas de São Luiz do Paraitinga (SP) para evitar saques nos locais destruídos pela chuva do último dia 31 - Joel Silva/Folha Imagem (06 jan. 2010) (UOL NOTÍCIAS, 2010).

Figura 13 – Fuzis no pequeno município

Legenda: Os fuzis que tomaram as ruas de São Luiz do Paraitinga são uma variação do Fuzil Automática Leve (FAL) 7,62mm. A arma foi desenvolvida a partir de 1946 por uma empresa belga e passou a ser fabricada por pelo menos dez países no mundo, inclusive no Brasil, pela Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL). Adotada no país a partir de 1964, a arma carrega de vinte a 30 cartuchos e tem um alto poder de destruição, uma vez que em fogo automático os tiros se espalham muito a uma velocidade aproximada de 2.880 km/h, com uma cadência de tiro de 700 tiros por minuto.

O estado de exceção que toma o espaço público da praça da Matriz revela uma paisagem que combina destroços e lama no chão, casas tomadas pelo barro, por objetos inusitados, fios pendurados, ruínas na iminência de sucumbir; ao que se adiciona a chegada desses novos atores na cena, desvinculados de qualquer laço com o lugar dos *luizenses*. Estão ali por cumprir uma missão e doutrinados o suficiente para não desenvolver qualquer tipo de interação com os civis que fuja à regra imposta pelo comando: “não, não pode passar, são ordens superiores”, “afaste-se daí senhor” são as ordens que emanam da voz desconhecida aos ouvidos dos moradores locais. As práticas desses novos atores externos com

suas indumentárias por vezes camufladas, suas patrulhas ostensivas com armamento pesado, o alinhamento dos soldados formando uma barreira ao direito usual de ir e vir, do proibir o acesso aos lares destruídos etc. revelam o tipo da lógica de poder de como o Estado busca fazer suas forças e criar uma forma de governo nos contextos de crise.

Benedito, morador local, recorda-se que quando as águas do Paraitinga abaixaram, ele decidiu sair da outra margem do rio e vir em direção ao Centro Histórico a fim de ir para casa e encontrar a família. Havia um ponto de bloqueio, com policiais e militares armados, que impedia a passagem de pessoas e veículos pela ponte que leva ao Centro Histórico. Benedito foi ostensivamente interrogado a fim de saberem se ele era mesmo morador local, sendo questionado, inclusive, aonde iria. Ao chegar à sua casa, no alto do Morro do Cruzeiro, viu a praça da Matriz coberta por escombros, as ruínas da Igreja e de demais sobrados históricos, bem como várias pessoas em torno da praça. Decidiu, então, realizar um ofício que sempre fez parte de sua relação com a cidade e de seu modo de ser *luizense*: tomou sua câmera fotográfica para registrar mais um episódio daquele município sempre marcado por festas carnavalescas, procissões religiosas e inundações periódicas que, muitas vezes, constituíam-se como acontecimentos não trágicos, mas constituintes da relação histórica entre a cidade, o *luizense* e seu rio. Benedito, ao chegar à praça da Matriz, deparou-se com rostos desconhecidos, que não eram moradores locais, tampouco atores externos fardados ou outros funcionários de outros órgãos estaduais. Eram, simplesmente, *turistas do desastre* que circulavam próximos às ruínas da Igreja totalmente destruída e, segundo o *luizense*, pegavam e levavam tijolos e partes dela. Embora assumidamente ateu,

Benedito se sentiu violentado como *luizense* por ver sua cidade sendo tomada por sujeitos de fora do lugar: seja no ato de roubar pedaços da Igreja, seja no ato de ser interrogado pelos militares, seja no ato de ser repreendido por um oficial armado quando resolveu tirar uma foto dos casarões históricos danificados na inundação. Não somente os escombros e o cenário de destruição, mas também as ações do Outro contribuíram para que os *luizenses* veiculassem um reiterado discurso durante as entrevistas realizadas: “São Luiz do Paraitinga parecia um cenário de guerra. Aqueles montes de militares armados até os dentes, entrando na cidade”, relembra Benedito (entrevista realizada em abril de 2013).

Maria Cristina, funcionária da Prefeitura municipal, também relembra como essa lógica de poder vigente no cenário de guerra se fez sentir nas ações do poder público municipal. Nesse tipo de estado de exceção que tomou o município, a própria esfera municipal perde a autonomia e passa a ser submetida às ordens do Outro²³. Esse Outro não é somente o poder público estadual, mas também se representa na figura do comando da ordem militar, a qual fará circular formas de poder expressas no tipo de relação de força acima anunciada, exemplificada no modo como o militar se interpôs às ações do *luizense*. No tipo de exceção e de crescimento das forças do Estado que tomaram lugar em São Luiz do Paraitinga/SP, nos primeiros dias após a inundação, o que continua em vigor não é a governamentalidade do Estado contemporâneo com seus vários elementos decompostos – economia, gestão da população, direito, aparelho judiciário, respeito

²³Alguns luizenses relatam que o Coordenador Estadual de Defesa Civil do Estado de São Paulo pediu que a Prefeita municipal atravessasse as águas do rio Paraitinga para encontrá-lo, em vez de ir ao encontro dela na outra margem do rio. Esse exemplo ilustra a lógica de comando no interior das esferas municipais, estaduais e federais que compõe o estado de exceção, e das várias hierarquias que perfazem o desastre como laboratório de experiências de poder: a sujeição da esfera municipal à esfera estadual; o gestor civil submetendo-se ao comando militar da CEDEC/SP; a dominação masculina do coordenador estadual de defesa civil sobre a prefeita municipal.

às liberdades, aparelho policial, aparelho diplomático, aparelho militar. O que emerge é o antigo projeto unificado de polícia com sua regulamentação do território e a submissão dos súditos a uma vontade soberana, mas que faz uso combinado dos mecanismos disciplinares e dos dispositivos de segurança característicos do contexto histórico moderno. A decomposição em um sistema duplo – de um lado, mecanismos do domínio da economia e da gestão da população, e, de outro, aparelhos de repressão, ou seja, a polícia no sentido moderno – se recompõe para reunificar temporariamente o antigo projeto de polícia sob uma lógica disciplinar mas também de segurança. Essa lógica de poder ganhará seus contornos numa espécie de *polícia dos desastres*, num processo de emergência similar aos outros acontecimentos que demandaram uma forma de governo e que viram se criar, por exemplo, a polícia dos cereais nos tempos de escassez alimentar. Em São Luiz do Paraitinga, essa lógica de poder se expressou no modo como, inicialmente, o poder público municipal foi simplesmente absorvido pela *polícia dos desastres*, tendo seu território e sua jurisdição tomados pelo comando militar, o qual passou a definir o que deveria ser feito. Nos relatos da funcionária pública municipal:

Muita gente querendo mandar, chega até ser engraçado: nos primeiros dias eu me senti assim...a gente conversa né...nós do município... “a gente agora é servente dos órgãos”...porque assim...tudo o que eles falam você faz, não discuta. Era tanto coronel, era tanta patente na cidade, parecia um QG [Quartel General] de guerra, que vinha forças de todo lado: uma hora era o bombeiro, outra era (...) eu não sabia quem que mandava mais (...) era uma convivência assim...a gente obedecia ordens (Entrevista realizada em novembro de 2011; grifo nosso).

Nessas práticas e discursos dessa forma de governo, busca-se reportar como mensagem central “agora tudo ficará em ordem”: há homens e barcos para resgatar; há efetivo para fixar faixas de interdição, zelar pela segurança

patrimonial frente a terceiros que supostamente realizam saques; há botas bem lustradas e fuzis resplandecentes que trazem a mensagem que a ordem será garantida mesmo na desordem; que o toque de recolher será respeitado: ninguém entra e ninguém sai; a rua agora é controlada sob a força; a faixa de interdição sinaliza que sua casa e tampouco sua cidade não são mais “suas”; qualquer um pode ser interrogado caso uma ação seja identificada como suspeita ou inadequada, não importando a necessidade do cidadão que até aquele momento tinha uma concepção do que era seu direito e seu dever; ao seu ir e vir se interpõem uma mão e/ou uma arma em seu caminho.

Emergem, com mais força, os mecanismos do tipo disciplinar que se combinam aos dispositivos de segurança excepcionais. Circunscrevem-se espaços para que os mecanismos de poder possam funcionar sem limites. Mas, nesses contextos de crise, junto aos mecanismos disciplinares, não é necessariamente a lei que regula os mecanismos de vigilância e da punição. O que entra em vigor é a lei da exceção, dos atos que adquirem força-de-lei e que acompanham os mecanismos de vigilância e punição. As rondas policiais fazem circular a expansão da lógica de poder da vigilância permanente e do punir, sem que as populações-alvo conheçam seus direitos e deveres nessa nova ordem. O que parece estar em jogo é a preocupação com as revoltas sociais que podem emergir, uma preocupação de governo semelhante ao que ocorria nos períodos de escassez alimentar e que Foucault (2008b) discute em *Segurança, Território e População*. O referido autor estudou a relação de governo com acontecimentos como a escassez alimentar, a peste e a varíola, identificando algumas mudanças nos mecanismos disciplinares e nos dispositivos de segurança criados frente a estes acontecimentos, a estes

acidentes. Embora os contextos analisados por Foucault (2008b) sejam diferentes do que vivenciamos contemporaneamente, alguns desses mecanismos disciplinares e dispositivos de segurança são fundamentais para se pensar no caso dos desastres, em virtude dos mesmos reunirem simultaneamente uma complexidade de fenômenos relacionados à escassez de alimentos, às epidemias, às revoltas sociais etc.

Foucault (2008b) afirma que no caso da peste, os regulamentos dos séculos XVI e XVII, buscam esquadrihar literalmente as regiões e cidades em que existe a peste, circunscrevendo um espaço em que os mecanismos de poder irão funcionar sem limites indicando às pessoas quando podem sair, como, a que horas, o que devem fazer em casa, que tipo de alimentação se deve ter, proibindo-lhes alguns tipos de contatos, obrigando-as a se apresentar e abrir a casa a inspetores. Já em relação à forma de lidar com a varíola a partir do século XVIII, o modo de conduzir se coloca de maneira bem diferente: não se trata de impor a disciplina, embora ela seja acionada em auxílio. O problema essencial será saber qual número de pessoas que contraíram varíola, com qual idade, com quais sintomas, qual a taxa de mortalidade etc., ou seja, buscar-se-á criar dispositivos de segurança, inserindo o fenômeno numa série de acontecimentos prováveis que precisarão ser trabalhados, criados, organizados, planejados e regularizados. Frente a isso, criar-se-ão técnicas políticas dirigidas ao meio, como um campo de intervenção que não atingirá uma multiplicidade de corpos individuais capazes de desempenhos requeridos como na disciplina, mas sim como população. No caso da escassez alimentar, criou-se um sistema para preveni-la: estabeleceu-se todo um sistema de vigilância para possibilitar o controle dos estoques, impedir a circulação de um país a outro, de uma

província a outra. Isto é, um sistema jurídico e disciplinar de limitações, de pressões, de vigilância permanente, que era organizado para que os preços dos cereais não disparassem nas cidades e que as pessoas se revoltassem. Esses dispositivos de segurança tinham por função responder a uma realidade de maneira a limitá-la e regulá-la.

Quando analisamos os contextos de crise revelados nos desastres, tal como o de São Luiz do Paraitinga/SP, pode-se identificar que os mecanismos disciplinares e os dispositivos de segurança – classificatórios e excepcionais, como denomino neste estudo – se combinam, criando essa espécie de *polícia dos desastres*, e que o significado do termo *polícia* no caso desses contextos de crise não se resume ao seu sentido moderno, necessariamente articulado à repressão e à violência. Embora nas páginas anteriores se tenha referido aos mecanismos disciplinares utilizados no contexto do desastre de São Luiz do Paraitinga/SP a partir da utilização das Forças Armadas e de polícias militares, a lógica de poder vai muito além. Mecanismos disciplinares desses aparelhos repressivos também se articulam para atuar conjuntamente aos dispositivos de segurança para lidar com a crise, regulando-a.

Essa lógica de poder pode ser apreendida no modo como são apropriados e dominados os territórios nesses contextos considerados como de risco, emergências ou desastres. Baseando-se no *estado de necessidade* para fundamentar os dispositivos de segurança classificatórios e excepcionais, determina-se a avaliação e a ocupação de territórios. A partir das práticas de análise de risco por parte de geólogos, engenheiros etc., procede-se a verificação de áreas públicas e privadas, bem como de imóveis públicos e particulares, para avaliá-las, classificá-

las e emitir relatórios técnicos quanto ao seu grau de risco, sugerindo-se medidas como reparos estruturais, obras de contenção, demolição etc. Tais práticas e discursos de saber, numa lógica semelhante à forma de governo em relação à peste, ao obrigarem a se abrir a casa a estes “novos inspetores”, buscam esquadrihar literalmente as regiões e cidades em que existe o risco – *mapeamento de risco* é o termo contemporâneo –, circunscrevendo um espaço em que os mecanismos disciplinares irão funcionar sem limites para indicar quando as pessoas devem deixar suas casas, se podem permanecer contanto que realizem obras e reparos, se suas casas serão demolidas ou não.

Nessa articulação mecanismo disciplinar-dispositivo de segurança, que discursivamente se busca vincular ao bem-maior de *salvar vidas* – de *fazer viver* –, quando os discursos de saber dos analistas de risco classificam áreas e moradias como sendo de risco, o território de domínio privado passa a ser ocupado e controlado pelo poder público. Em São Luiz do Paraitinga, os “novos inspetores” foram os analistas de risco do Instituto Geológico (IG) e do Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) que, após serem convocados pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (CEDEC-SP), avaliaram centenas de imóveis e infraestruturas públicas²⁴, mapearam a cidade com suas metodologias de avaliação de risco (vide Anexos) e emitiram seus pareceres imbuídos de discursos de saber para fundamentar às práticas de desocupação de áreas classificadas como sendo de risco.

²⁴ No seminário *Planejamento Municipal e Áreas de Risco*, promovido pela Escola Superior do Ministério Público em outubro de 2010, a CEDEC-SP expôs as ações realizadas em São Luiz do Paraitinga, destacando sempre aspectos quantitativos destas como, por exemplo, a quantidade de imóveis e infraestruturas vistoriadas pelos órgãos técnicos. Segundo a CEDEC-SP, o IG vistoriou, do dia 03 ao dia 17 de janeiro de 2010, 04 áreas, 51 moradias, 02 escolas, uma torre de telefonia celular e contabilizou 15 pontes destruídas. O IPT vistoriou 844 imóveis, sendo que 146 foram interditados e 80 totalmente destruídos. Do total de imóveis vistoriados, 437 são tombados pelo patrimônio histórico, sendo 40 totalmente destruídos, entre elas a Igreja Matriz São Luiz Tolosa e a Capela Nossa Senhora das Mercês (SÃO PAULO, 2010b).

Após a emissão desses relatórios técnicos, convocam-se outros agentes da *polícia dos desastres* para proceder a estas práticas de domínio sobre os territórios: agentes de defesa civil, forças policiais militares, Forças Armadas e as assistentes sociais para executar as práticas de “retirada²⁵” das famílias/grupos domésticos, buscando-se convencê-las pedagogicamente – “por bem” – do risco existente e/ou por meio da força – “por mal”; ou, ainda, por outras práticas que evitam o contato e forçam a desocupação: interrompendo serviços básicos através do corte de água e luz e exigindo-se que para o restabelecimento dos mesmos se tenha uma autorização da defesa civil para que as empresas possam religá-los (vide Anexos); por vezes, diante da resistência dos moradores, a estratégia é separar a unidade familiar ao tomar os filhos dos pais, como Conselhos Tutelares, Varas de Família, Ministério Público etc. têm correntemente orientado e praticado.

À desocupação temporária ou definitiva, seguem-se outros procedimentos relacionados aos dispositivos: assistentes sociais procedem à realização de cadastros sociais junto a estas populações-alvo, classificando-as como *desabrigados ou desalojados*, encaminhando-as ou não aos abrigos temporários, preenchendo os dados para que as mesmas se sintam seguras frente às promessas de uma recuperação futura por meio da entrada na fila de uma solução habitacional. Ao mesmo tempo, nesse jogo que se estabelece, nessa quase barganha, dirige-se um termo de compromisso para que o *desabrigado/desalojado* reconheça e expresse o consentimento de sua condenação, autorizando que sua

²⁵No campo dos sujeitos que executam essa ação, como agentes de defesa civil, policiais militares, assistentes sociais etc., muitas vezes o termo utilizado para nominá-la é “remoção”. Diversas críticas têm sido dirigidas não só à violência de que se reveste esse termo, bem como à natureza das ações praticadas. Para saber mais, vide Valencio (2010) e Siena (2010).

casa seja demolida em função dos riscos existentes, sem que a contrapartida por uma habitação futura lhe seja garantida por meio dos mesmos procedimentos.

Nessa gestão da exceção, a polícia dos desastres que entra em cena articula essa série de mecanismos disciplinares e dispositivos de segurança, que envolvem a força policial, a força do saber técnico, a força da solidariedade e compaixão da sociedade civil etc. O objetivo maior é regular e controlar a possibilidade de revoltas sociais, seja por meio da força policial seja por meio dos discursos e práticas da assistência social, da solidariedade da sociedade civil etc. Combinam-se o *discurso dramático da necessidade* e o *discurso da solidariedade*, emergindo práticas com lógicas semelhantes aos dos antigos “Birôs da caridade” do Estado policial que Foucault (2008b) identificou.

Nessa biopolítica do desastre, os discursos dramáticos da necessidade e da solidariedade buscam mobilizar a sociedade civil para o envio de doações ao local e o deslocamento de voluntários para atuar, pondo em funcionamento toda uma rede de outros sujeitos além daquele tempo e espaço cujo efeito rápido de mobilização acaba por assegurar o controle das revoltas/descontentamentos que possam emergir, bem como a fabricar o conteúdo das soluções para o acontecimento: o aspecto caritativo de doar roupas, alimentos, eletrodomésticos passa a circunscrever o desastre como aquilo que materialmente se perdeu. O foco está na satisfação de dimensões do reino das necessidades. Nos discursos são enaltecidos os agentes doadores, as quantidades arrecadadas, os tipos de itens doados e os locais de onde são enviados, produzindo a ideia de que há uma grande mobilização nacional em torno do drama local dos “desabrigados” e todos se compadecem do sofrimento, atuando juntos para a “resolução” do problema,

representado como algo que se possa ser solucionável em um curto espaço de tempo, expressando como mensagem de que “basta a mobilização de todos”:

A **OAB-SP** também iniciou uma campanha estadual de arrecadação de **alimentos, remédios, água e roupas para atender os desabrigados**. A cidade continua sem luz, água e telefone (FOLHA ONLINE, 2010h).

A Polícia Militar do Estado de São Paulo informou que todos os **quartéis da PM estão recebendo doações de alimentos não perecíveis, água, roupas, leite de caixinha e colchões** para serem entregues às **famílias afetadas** pelas chuvas em São Luiz do Paraitinga (182 km de São Paulo) (FOLHA ONLINE, 2010i).

Arrecadadas devido à rede de “Birôs da Caridade”, de civis e militares, as doações também se constituem como um dispositivo de segurança excepcional, expressam a gestão da exceção em sua face assistencial feita, em grande parte, com a mobilização da sociedade civil²⁶. Não se trata de um direito do cidadão perante o Estado, mas de um benefício que este recebe em virtude do estado de necessidade, encontrando a solução na caridade e compaixão de todos de todos os “Birôs da Caridade”. A veiculação desse *discurso da solidariedade* ajuda a compor o imaginário sobre o que é o desastre, reforçando sempre as dinâmicas que tendem a vitimizar o outro e não empoderá-lo: há sempre alguém para vir ao socorro dos incapazes.

Muitas vezes, essa ajuda direcionada para o desastre – seja em forma de envio de equipes de trabalho, de bens materiais (roupas, alimentos etc.), de

²⁶No seminário *Planejamento Municipal e Áreas de Risco*, promovido pela Escola Superior do Ministério Público em outubro de 2010, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado de São Paulo-SP expôs as ações realizadas em São Luiz do Paraitinga, destacando sempre aspectos quantitativos destas como, por exemplo, a quantidade de doações arrecadadas. Segundo a CEDEC-SP (2010b, s/n), a “Polícia Militar do Estado de São Paulo desencadeou, do dia 04 a 12 de janeiro de 2010, uma campanha de arrecadação de alimentos não perecíveis, de água e de agasalhos em todos os quartéis, totalizando 540 toneladas de donativos”. Na referida apresentação, destaca também que a “população do país inteiro também enviou donativos, totalizando 1140 toneladas”.

oferta de trabalho voluntário etc. – pode agravar os efeitos sociais e psicológicos do mesmo, sobretudo porque as formas de cooperação e envio de ajuda minam a auto-estima, comprometem a integridade da comunidade afetada, criam padrões de dependência e vitimização (OLIVER-SMITH, 1994). Em São Luiz do Paraitinga, as ações de busca por itens atinentes ao reino das necessidades biológicas e sociais, como enfrentar filas de cadastro para recebimento de cesta básica, selecionar roupas nos centros de doações etc. são práticas que geralmente tendem a criar padrões de dependência e vitimização, sobretudo em razão do custo emocional adicional envolvido nessas ações: perde-se muito tempo deslocando-se até a cidade, procurando qual o local correto para recebimento de cestas básicas, pegando senhas, enfrentando filas e especulando que nem todos foram atingidos, mas estão ali por oportunismo etc. Como relata um morador da área rural do Sítio da Barra:

Quem tava correndo atrás tava difícil de receber né? **Cheguer a ir** [na cidade]. Mas **chega eles manda pega senha, se vai num lugar eles manda ir no outro**. Ah, eu não sou de enfrenta muito essas coisa. Devagarzinho a gente vai adquirindo as coisas né? (...) Muita gente ali [atrás das coisas]. **Tinha gente que perdeu, gente que não perdeu** [risos]. Então tava difícil. (...) Eu **fui no ginásio e na Casa Oswaldo Cruz** né? Só consegui a cesta básica né? Sr. Rosário, 70 anos, morador do Sítio da Barra (entrevista realizada em dezembro de 2011; grifo nosso).

O acesso aos serviços assistenciais num cenário de crise envolve outros custos emocionais adicionais, sobretudo pelo processo de escolha entre as outras prioridades que simultaneamente demandam esforço coletivo, como a limpeza de moradias, de estabelecimentos comerciais etc. A isso se adicionam outros empecilhos: por vezes, nem todos os membros da família enquadram-se nos requisitos para preencherem cadastros sociais, bem como não dispõem de

condições físicas a fim de enfrentar as muitas horas de filas para serem atendidos e receberem cestas básicas de alimentos.

Como São Luiz do Paraitinga teve a parte comercial do Centro Histórico atingida, incluindo mercados, padarias, restaurantes, lojas de vestuário etc., não só a oferta de alimentos ficou muito escassa – a escassez alimentar em tempos modernos –, como os proprietários desses estabelecimentos comerciais tinham que optar entre limpá-los ou enfrentar as filas para cadastro, bem como seus funcionários viam-se no processo de escolha entre ajudar seus patrões a limpar os estabelecimentos que lhe davam a oportunidade de trabalhar ou ficar nas filas para conseguir alimentos e levar para a casa. Muitas vezes, as mulheres e redes de vizinhança ficavam responsáveis pela limpeza das moradias. A saída encontrada por muitos dos moradores foi alternarem-se entre a realização dos trabalhos de limpeza, o enfrentamento das filas para cadastro de programas assistenciais criados especificamente para aquela tragédia, como o Programa “Novo Começo”, o recebimento de cestas básicas, a ida à central de doações para buscar roupas, sapatos, tênis e etc. Muitos moradores locais criticavam esse tipo de lógica de atuação por parte do poder público como um todo. Conforme questiona um proprietário de estabelecimento comercial sobre o porquê da não ida dos agentes do Estado até os locais impactados para realizarem os referidos cadastros sociais:

Com tanto serviço que a gente tá ai pra fazer. Sabe quem enfrentou fila? O povo... que fica o dia inteiro na fila pra pega “vale isso vale aquilo”... era **o povo que sempre tá desocupado mesmo. Agora nós que fica aqui [limpando o estabelecimento comercial] pra ir pra lá e ficar quase doze horas na fila pra poder receber um “vale num sei que vale num sei o que”. Por que que eles [agentes assistenciais realizando cadastro] num veio aqui**, por que não passou aqui? (entrevista concedida em novembro de 2011; grifo nosso).

“O povo que sempre tá desocupado” e “por que que eles [agentes assistenciais realizando cadastro] num veio aqui” são dois discursos feitos pelo entrevistado que ilustram uma problemática discutida por Oliver-Smith (1994), a respeito de como a organização interna de uma comunidade mas também a natureza das relações entre a população afetada e os demais agentes de “socorro” podem apresentar grandes obstáculos para o processo de recuperação.

Segundo o autor, a existência de padrões de diferenciação interna baseados em sistema de castas, divisões de classe, gênero e raça podem comprometer os níveis de solidariedade social para facilitar o processo de recuperação. Como exemplo, a ajuda desviada para setores privilegiados em detrimento dos setores em piores condições socioeconômicas pode perpetuar a desigualdade ocasionando tensões internas e conflitos (OLIVER-SMITH, 1994). No caso de São Luiz do Paraitinga, quando setores da classe média também são atingidos e não se vêem atendidos tal como os de classe mais baixa, emergem discursos que procuram desqualificar o outro *luizense* e colocá-lo em seu devido lugar na estrutura de classes. Para tanto, emergem discursos que visam depreciá-lo mais, criando-se hierarquizações entre os *luizenses* atingidos, embora estejam numa situação semelhante pela vivência de uma tragédia comum.

Nesse processo de hierarquização e que se assemelha a uma sociodinâmica da estigmatização, evoca-se a categoria “o povo” para atestá-lo que este tem um valor inferior, alegando que não trabalha, que é “desocupado mesmo” e por isso pode esperar horas nas filas de cadastro. Por outro lado, nesse jogo de poder que se faz circular, os moradores de classes sociais mais baixas relatam em suas entrevistas que a tragédia fez com que ricos e pobres tivessem que enfrentar

as filas de comida do mesmo jeito, sem privilégios, e que, muitas vezes, o próprio rico teve que pedir comida aos pobres do Morro do Cruzeiro que não foram atingidos durante a inundação. Em outras palavras, esses discursos que expressam tensões internas e conflitos também acabam por revelar, indiretamente, que existem formas de resistência ao genérico *discurso de vitimização* que geralmente é articulado aos discursos dramáticos da necessidade e da solidariedade. Tais resistências, que não podem ser apreendidas nas categorias genéricas *desabrigados* e *desalojados*, revelam que os *luizenses* não assumem a figuração de vulneráveis, que não se deixam morrer socialmente, que ambicionam ser sujeito de seus próprios destinos e não um objeto manipulável a ser socorrido, deslocado, abrigado e silenciado.

Essas tensões e conflitos também se dirigem aos sujeitos de fora, ao Outro. Embora os discursos do enredo oficial do desastre elaborem uma narrativa harmônica de superação paulatina do drama e do flagelo dos *desabrigados* e *desalojados*, houve conflitos entre a racionalidade militar vinda de fora e os atores civis locais que estavam organizando suas ações de auto-proteção. As Forças Armadas e demais militares chegaram querendo assumir a condução das ações que já estavam sendo realizadas pelos próprios *luizenses*, impondo o que e como deveria ser feito de agora em diante. Os *luizenses*, por sua vez, resistiram às ordens do comando vindo de fora e reivindicaram opinar nas ações que já estavam conduzindo muito antes da intervenção externa. Os contradiscursos e as contracondutas expressam que no jogo que se estabelece, a vida social vai muito além das narrativas da história oficial dos *discursos da vitimização*, do *drama da necessidade*, *da solidariedade*. As revoltas, as manifestações, os conflitos, as tensões revelam que a sociedade civil vai muito além das verdades simplificadoras e

produzidas a respeito dela. Conforme relembra um dos moradores sobre a resistência dos *luizenses*:

a vinda do Exército que é chique tá ordem e progresso e tudo mais que foi, foi muito depois, **foi quase um dia inteiro depois** foi... meio dia depois e nesse meio dia depois **a gente já tava no embalo de ... de ida e volta de bote, de manda alimento**. Foi ótima a vinda deles claro, né? Não desprezando mas eu digo assim... vieram mas a ajuda já tava embalado. Então mesma coisa que você já ta embalado, já tava tudo virando e **eles chega e fala para tudo que agora quem vai mandar somos nós. Não! A gente vai dá palpite sim. Nós fizemos isso. Ahh mas nos estávamos aqui desde a noite tava acontecendo isso, isso e isso então pra dá seqüência no nosso trabalho, né?**, relata uma moradora (entrevista realizada em dezembro de 2011; grifo nosso).

Mesmo em meio ao estado de exceção declarado oficialmente como Estado de Calamidade Pública, nem tudo assume um significado negativo na circunstância de crise, ou seja, lado a lado com suas funções destrutivas e perniciosas, também podem emergir papéis construtivos e positivos para as sociedades humanas, pois os efeitos das calamidades não são idênticos para os diferentes indivíduos e grupos de uma dada sociedade, mas sim se polarizam e se diversificam (cf. SOROKIN, 1942). Tais papéis construtivos e positivos podem ser identificados nas contracondutas adotados pelos moradores locais em relação à *polícia dos desastres*, que expressam uma comunidade disposta e capaz de garantir seus direitos mesmo no “cenário de guerra”, na “catástrofe” em que a maioria perdeu bens materiais e imateriais, mas não a resistência do modo de *ser luizense* frente à imposição de uma ordem externa e militarizada, munida de armas etc. Antes de perder a relevância da fala, tornando-se um ser humano em geral – um desabrigado, desalojado etc. – o que se fortaleceu foi o significado comum de *ser luizense* frente às ações impostas pelo Outro.

Essa capacidade da comunidade impactada em organizar-se para fazer frente à situação é identificada, muitas vezes, como um papel fundamental no processo de recuperação (OLIVER-SMITH, 1994). Em São Luiz do Paraitinga, essa capacidade é identificada não somente na resistência social do *luizense* à imposição da ordem do Outro, mas também ganha seus contornos nas práticas cotidianas de recuperação que reforçam o sentido coletivo de *ser luizense* ao procurar tentar se restabelecer e refazer a sua cidade, mesmo em meio à invasão do Outro.

Ao cenário de guerra em que o Outro invade a cidade munido de fardas e de armas, o *luizense* resiste, tendo como uma de suas “armas” a sua cultura. A emergência da figura do festeiro do Divino – com a tradicional bandeira e as inusitadas luvas e máscaras para se proteger da lama seca –, ao resistir e manter o ritual de circular pelos lugares da cidade, falar com os moradores em busca de prendas para organizar a festa e a doação destes ao festeiro num contexto de muitas perdas materiais na inundação, são práticas que expressam uma rede sendo constituída na tentativa de resistir e recuperar simbolicamente o território e o modo de *ser luizense*. Essas formas de *fazer resistir*, como modo de criar estratégias para sobreviver socialmente enquanto sujeitos, emergem no próprio repertório da cultura local e são tipos de contracondutas aos mecanismos de poder e dispositivos de segurança empregados pela *polícia dos desastres*. Essas formas de *fazer resistir* serão discutidas posteriormente. Na próxima seção, continuaremos a discutir a lógica do *fazer viver* e do crescimento das forças do Estado no domínio da economia e da gestão.

4.5 Gestão econômica do desastre: criando categorias, produzindo contabilidades e estatísticas

Anteriormente, discutiu-se a ascensão da *polícia dos desastres* e seus mecanismos disciplinares e dispositivos de segurança para fazer crescer as forças do Estado em contextos de crise. Nessa biopolítica do desastre, o Estado de polícia também faz circular outros dispositivos menos aparentes, mais sutis, que são do domínio da economia, das estimativas e medições globais (FOUCAULT, 2008b) e que vão contribuir para dar continuidade à lógica de gestão da exceção.

Em São Luiz do Paraitinga, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil de São Paulo (CEDEC/SP) prestou apoio logístico para arrecadação e armazenamento de doações, mas também procedeu às práticas de avaliação e contabilização daquilo considerado como *dano*; estimando *prejuízos*; enquadrando a complexidade dos problemas sociais revelados na cena em algo propício à gestão técnica ao enfatizar aspectos dessa realidade que pudessem ser manipuláveis e solucionáveis. Assim, o Outro cria uma estrutura de interpretação às perdas do *luizense* e este, longe de ser o *avaliador* de suas próprias perdas é, antes de qualquer coisa, o próprio *objeto de avaliação*, sendo incluso como população-alvo nos instrumentos de saber-poder que fazem parte da biopolítica do desastre. Tais instrumentos de poder, ou seja, de formação e acumulação de saber, imbuem-se de métodos de observação, de técnicas de registro de informações e dados, de procedimentos de inquérito para avaliar, contabilizar e estimar os danos e prejuízos econômicos e sociais e, portanto, expressam o fazer crescer do Estado no domínio da economia. Esses instrumentos são os denominados formulários de avaliação de danos (AVADAN).

Como exposto anteriormente, tais formulários possuem uma série de categorias que buscam produzir a interpretação do desastre como um acontecimento trágico que interrompe uma “vida normal”. Dessa forma, tais instrumentos de saber-poder demandam que sejam feitas a caracterização o evento a partir da *data da sua ocorrência*, a *descrição da área afetada*, a identificação das *causas do desastre*; dos *prejuízos econômicos* de acordo com os setores da economia; dos *prejuízos sociais* (abastecimento de água, esgoto, transporte, saúde, educação etc.); dos *danos materiais*, tanto em bens públicos (número de pontes danificadas ou destruídas, escolas danificadas ou destruídas) quanto em bens privados (casas destruídas e danificadas etc.); dos *danos ambientais* (água, solo, flora, fauna, ar, deslizamentos, erosões etc.); e, dos *danos humanos* (feridos, mortos, desabrigados, desalojados etc.).

Os referidos instrumentos de avaliação de danos buscam enquadrar toda a complexidade das perdas havidas num desastre em um conjunto de categorias e classificações excepcionais, e os números do desastre vêm a produzir o discurso de que há um suposto controle racional do evento, isto é, classificam-se certas dimensões dos desastres para orientar o provimento de resposta institucional à demanda criada por esta classificação, tornando-o objeto de gestão da exceção. Cria-se uma nova ordem, forjando categorias para administrar o cenário de crise, prescindindo paulatinamente do uso indiscriminado da face da força física inerente à polícia dos desastres. Dito em outras palavras, o Estado continua a fazer crescer suas forças, não só em sua face repressiva, mas de modo sutil, ou seja, por meio do conhecimento técnico-científico, que fabrica objetos e sujeitos para serem incluídos

em procedimentos de gestão e de economia, ao poderem ser quantificáveis, entrando em cálculos de custo, em estatísticas etc.

Os números oficiais do formulário de Avaliação de Danos de São Luiz do Paraitinga (vide Anexos) relatam a quantidade de pessoas desalojadas, desabrigadas, afetadas etc. de acordo com a distribuição etária (vide quadro 2). Primeiramente, entra em curso o dispositivo de segurança classificatório de *fabricação* desse sujeito “desalojado”, “desabrigado”, “afetado”. Em seguida, de *segregação* do sujeito em relação ao grupo doméstico ou familiar de uma convivência comum numa habitação. Posteriormente, de *quantificação* unitária de cada elemento em um grupo homogêneo de desabrigados, tornando-o um ser comum, apagando suas diferenças de classe, raça, gênero etc. Por fim, de *enquadramento* em sua respectiva faixa etária, como forma de balizar o provimento de ações assistenciais e de saúde. Nesse procedimento, tampouco importa a origem do grupo doméstico que passou por esse procedimento classificatório: se era oriundo do meio urbano ou rural. O que ele passa a ser é um objeto de avaliação e gestão na biopolítica do desastre. O pano de fundo que se revela com a análise desse procedimento classificatório é que o mesmo é constitutivo de uma espécie de economia, de gestão econômica no desastre. A estatística, como ciência do Estado, a ser produzida no contexto de crise irá balizar a medição da amplitude que outros dispositivos de segurança precisarão ser aplicados como, por exemplo, disponibilização de cestas básicas, água, vacinações, kits limpeza, máscaras e botas, bem como outras medidas posteriores, tal como a quantidade estimada de abrigos temporários necessários, a demanda por novas moradias a serem construídas, gastos com auxílio-moradia etc.

Quadro 2: Danos humanos em São Luis do Paraitinga/SP

Danos Humanos	0 a 14 anos	15 a 64 anos	Acima de 65 anos	Gestantes	Total
Número de Pessoas					
Desalojadas	1450	2950	635	15	5050
Desabrigadas	33	55	7	0	95
Deslocadas	0	0	16	0	0
Desaparecidas	0	1	0	0	1
Levemente Feridas	0	1	0	0	1
Gravemente Feridas	0	1	0	0	1
Enfermas	0	0	0	0	0
Mortas	0	0	0	0	0
Afetadas	2018	7728	1172	82	11000

Fonte: Prefeitura Municipal de São Luis do Paraitinga (2010a)

Os meios de comunicação também se apropriam e fazem circular o jargão técnico-científico expresso nas categorias fabricantes de sujeitos, tais como *afetados, desabrigados, desalojados* etc. Por vezes, combinam-se o uso destas categorias com conteúdos quantitativos e estatísticos que buscam, a partir dos números, produzirem discursos de verdade sobre a dimensão da amplitude do desastre. É como se os números viessem nos prover de significados para o cenário de destruição que o desastre revela, emoldurando nossas interpretações: pensamos na dimensão dos danos a partir das imagens que lhes são associadas e dos números, e não nas relações sociais dos agentes em cena. A dinâmica de utilização dos números ajuda, assim, a construir uma imagem da realidade social do desastre: os mesmos não são nem objetivos nem neutros, mas produzidos, circulados e partilhados com uma significação social.

Dessa forma, é comum que se produza uma contabilidade do desastre e as instituições governamentais e os meios de comunicação expressem a

quantidade de pessoas mortas e feridas, o número de desaparecidos, o contingente de pessoas afetadas, desabrigadas e desalojadas. Em São Luiz do Paraitinga, o *discurso da contabilidade do desastre* ganhou espaço nas reportagens produzidas pela mídia e continuou a preencher o enredo e a narrativa do desastre, explorando uma ideia da gravidade e dimensão dos danos “causados pelas chuvas” ao reportar a *estimativa* da quantidade de danos humanos (“9.000 pessoas obrigadas a deixar suas casas”), mas também de danos materiais, trazendo informações sobre a quantidade de imóveis interditados, a porcentagem da área histórica perdida etc.:

A chuva que atingiu o Vale do Paraíba neste começo de ano **causou danos** em cidades da região e alagou **São Luiz do Paraitinga**, onde aproximadamente **9.000 pessoas** foram **obrigadas a deixar suas casas** --quase toda a população--, de acordo com estimativas da Defesa Civil Estadual (FOLHA ONLINE, 2010a; grifo nosso).

As chuvas que alagaram quase toda a cidade de São Luiz do Paraitinga (...) **varreram quase 80% dos imóveis tombados** pelo Condephaat (...). A Defesa Civil só concluirá o levantamento de casas interditadas quando as águas voltarem ao nível normal, o que deve ocorrer amanhã, se não chover. **Estão cobertos pela água, segundo autoridades municipais, pelo menos 600 imóveis** (PAGNAN, 2010; grifo nosso).

Outra prática comum a fim de tornar o cenário de crise manejável se expressa quando os referidos formulários de avaliação de danos procuram, além de proceder a uma tipificação de danos e a quantificá-los, atribuir uma *valoração monetária* aos danos havidos. Em relação aos danos materiais, considera-se se estes foram danificados ou destruídos e classifica-os em duas categorias: edificações e infraestrutura pública (vide quadro 3). Tipificados dentro da categoria *edificações*, incluem-se quatro subcategorias, cuja quantificação apresenta o seguinte diagnóstico de contabilização de perdas: 80 residências populares

destruídas; danificação em 146 edificações residenciais outras²⁷; 3 edificações públicas de saúde danificadas; 3 edificações públicas de ensino danificadas e uma destruída; 225 edificações comerciais danificadas etc. Já tipificados junto à categoria de infra-estruturas públicas destruídas e danificadas, incluem-se outras dez subcategorias: a) obras de arte, ponte, galeria; b) estradas; pavimentação de vias urbanas; c) outras (proteção com muro de arrimo); d) comunitárias; e) particulares de saúde; f) particulares de ensino; g) rurais; h) industriais; e, i) comerciais.

Quadro 3: Danos materiais em edificações e infra-estrutura pública

7 - Danos Materiais Edificações	Danificadas		Destruídas		Total
	Quantidade	Mil R\$	Quantidade	Mil R\$	Mil R\$
Residenciais Populares	-	-	80	50000	50000
Residenciais – Outras	146	2500	-	-	2500
Públicas de Saúde	03	450	-	-	450
Públicas de Ensino	03	300	01	500	800
Infra-Estrutura Pública					
Obras de Arte, ponte, galeria	15 pontes 30 galerias	75 60	20 pontes 50 galerias	300 250	375 310
Estradas (Km)	200	17000	15	1500	18500
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m ²)	2,5	900	-	-	900
Outras(proteção com muros de arrimo)	850	3000	-	-	3000
Comunitárias	-	-	2	12000	12000
Particulares de Saúde	06	180	-	-	180
Particulares de Ensino	-	-	-	-	-
Rurais	-	-	-	-	-
Industriais	1	200	-	-	200
Comerciais	225	2500	-	-	2500

Fonte: Prefeitura Municipal de São Luis do Paraitinga (2010a)

²⁷ Classificação adotada pelo Sistema Nacional de Defesa Civil.

Após o *diagnóstico quantitativo* dos tipos de edificações e tipos de infraestruturas públicas danificadas e destruídas, a prática subsequente é realizar uma *estimativa do valor monetário* das perdas em relação à cada conjunto dessas subcategorias. Na calculabilidade da valoração monetária proposta, 146 *edificações residenciais outras* que foram danificadas são atribuídos um valor de R\$ 2.500.000 (2,5 milhões de reais), ou seja, uma média de R\$17.123,29 aferido a cada edificação residencial danificada. Às oitenta *edificações residenciais populares* destruídas são estimados um valor total de R\$ 50.000.000 (R\$ 50 milhões de reais), o que corresponde, por sua vez, a um valor médio de R\$ 625 mil por cada edificação residencial popular destruída. Nesse jogo dos números, importa menos que os referidos valores estimados estejam fora ou não da realidade do mercado imobiliário. O fato é que os mesmos preenchem a forma de gestão que passa sutilmente a tomar corpo no desastre, a *gestão econômica*, expressando, assim, uma lógica de poder que transforma as complexidades e diversidades do mundo social em algo redutível e simplificável a um conjunto de dados fabricados, tipificados, quantificados, estimados e valorados monetariamente pelos agentes da Defesa Civil num formulário.

A simplificação dessa complexidade nos formulários do mundo da gestão contrasta com a realidade que tais conjuntos de edificações revelam no mundo social, em particular, no refazimento das práticas cotidianas do modo de ser *luizense*. Tais números em formulários expressam, na verdade, edificações constitutivas da história *luizense* que se desenvolveu a partir da economia cafeeira do século XIX e, em razão de seu valor arquitetônico e histórico, eram tombadas pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arquitetônico, Artístico e Turístico

do Estado de São Paulo (CONDEPHAAT). Ao procederem a avaliações alternativas dos danos havidos nesse território do Centro Histórico de São Luiz do Paraitinga, os órgãos do Patrimônio Histórico informaram que dos 426 imóveis tombados, 18 foram arruinados e 65 sofreram algum tipo de agravo (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS DO PARAITINGA, 2010c). Dito em outras palavras, os discursos da contabilidade contidos no formulário oficial da avaliação de danos (AVADAN) empregados pela Defesa Civil Estadual contrapunham-se aos discursos de contabilidade dos órgãos do Patrimônio Histórico e dos órgãos locais, a quem o valor monetário do patrimônio material e imaterial perdido era considerado muito superior ou, em certos casos, como inestimável.

Nesse jogo dos números e da atribuição de valores monetários aos prejuízos havidos, os meios de comunicação também fazem circular esses discursos: “A estimativa do prejuízo na cidade supera os R\$ 100 milhões (PAGNAN, 2010)”. O discurso focado no prejuízo financeiro faz parte do jogo político para ganhar projeção na cena do desastre: governadores e demais agentes políticos prontamente para lá se deslocam a fim de falar do montante monetário necessário às ações de reconstrução e recuperação. Conforme reportou a Folha Online, no dia 03 de janeiro de 2010, às 20h12, quando da visita do governador José Serra ao município inundado:

Segundo o governador, é preciso fazer um levantamento para saber quanto será necessário para a reconstrução da cidade, que ficou totalmente alagada. A prefeita Ana Lúcia Bilard Sicherle (PSDB) estima em ao menos **R\$ 50 milhões** a verba necessária, sem incluir a recuperação do patrimônio histórico (FOLHA ONLINE, 2010f; grifo nosso).

Coincidentemente ou não, o número de *R\$ 50 milhões* evocado pela prefeita local para *estimar* o montante monetário necessário para a reconstrução e recuperação do município, é o mesmo valor aferido no formulário AVADAN para as oitenta *edificações residenciais populares* destruídas, conforme exposto anteriormente. O que se expressa nesse jogo da *estimativa monetária* é que existem determinados sujeitos que têm seus lugares de enunciação para produzirem suas verdades. Independentemente desses números serem falaciosos ou não, eles adquirem um papel central nos discursos sobre a reconstrução e recuperação. E se os discursos oficiais recorrentemente expressos nos meios de comunicação ajudam a fabricar esse *discurso da contabilidade*, o que se mostra evidente é que nunca os sujeitos que vivenciam essas perdas materiais e imateriais têm a possibilidade de produzirem suas verdades a respeito das mesmas, mas são, eles próprios, objetos de avaliação utilizados nesse tipo de discurso (“desabrigados”, “desalojados”, “afetados”).

No que se refere às avaliações de danos, grande parte dos moradores compartilha da lógica da contabilidade do desastre, porém questionam o modo como foram realizadas, sobretudo o porquê da não visita de “outros inspetores” do Estado, ou, até mesmo de uma força-tarefa envolvendo as muitas universidades que ali estavam, aos locais impactados para a realização de cadastros que expressassem as perdas materiais havidas. Ou seja, não se questiona a prática de tipificar, quantificar, estimar, valorar monetariamente, mas sim o modo como é avaliada e quem avalia. Esses questionamentos se expressam como revolta por parte de alguns comerciantes locais, justamente por não terem suas perdas avaliadas, terem um grande prejuízo financeiro, arcarem com a reconstrução e/ou restauração de

seus estabelecimentos comerciais situados no Centro Histórico e, ainda, depararem-se com uma série de sujeitos externos “invadindo” a cidade sem que isto se traduzisse no plano concreto de apoio à recuperação de suas perdas. Conforme relata um comerciante:

[se fizessem] o levantamento lá [no local] (...) eu perdi pra caramba mas... (...) Dava pra ter feito uma equipe... de mais de meia dúzia da USP, da UNESP, principalmente da UNESP ai tudo, vocês poderiam ter feito uma equipe²⁸ e fazer uma varredura na cidade, fazer o levantamento... no prazo de 10 dias fazer o levantamento de todo mundo. Jogava isso no computador já via quem perdeu, o que perdeu. Já tinha ali um mapa da cidade, do que tinha acontecido”, argumenta Roberto, proprietário de estabelecimento comercial (entrevista realizada em novembro de 2011; grifo nosso).

Como a principal atividade econômica do município está ligada ao turismo, a grande preocupação no pós-impacto da inundação era como atrair novamente os turistas numa cidade que praticamente foi toda atingida. Se, por um lado, os discursos visuais da queda da Igreja Matriz contribuíram para sensibilizar e mobilizar a sociedade civil para o envio de doações de alimentos, roupa etc., por outro contribuíram para fazer circular o discurso de que a cidade estava destruída, ou seja, uma imagem negativa para a atividade turística, uma vez que não haveria atrativos. Ainda, havia a questão da inviabilidade de oferta de todas as atividades relacionadas ao setor de serviços turísticos: de um lado, existiam pousadas que não tinham sido atingidas mas que não dispunham de mercados, restaurantes e padarias na cidade, uma vez que tinham sido danificadas ou destruídas; de outro lado, o

²⁸ Foram muitas as universidades que realizaram e realizam visitas, pesquisas e projetos em São Luiz do Paraitinga desde a inundação ocorrida em janeiro de 2010. Entre algumas destas estão a UNESP, a USP, a UNITAU, a UFSCar etc. As áreas de pesquisa são diversas, passando pela Arquitetura, Direito, Psicologia, Engenharia Civil, Engenharia de Produção, Economia, Administração Pública, Sociologia, História etc. Muitos dos moradores locais se habituaram a conceder entrevistas, muitos já tinham discursos prontos, outros estavam extenuados por mais esse tipo de assédio recorrente.

indutor do turismo no município está muito atrelado a uma agenda cultural promovida pela Prefeitura municipal e sua divulgação. E o quadro de funcionários da Prefeitura municipal não só foi parcialmente atingido na inundação, como também foi mobilizado para tarefas atinentes às prioridades na reconstrução como, por exemplo, na organização de uma Prefeitura provisória, na realização de novos cadastros sociais porque grande parte havia sido destruída.

Nesse processo, a lógica de poder para continuar a fazer crescer as forças do Estado no domínio de gestão e da economia foi: parar de expressar os danos e prejuízos havidos e passar a produzir e fazer circular veementemente os *discursos e práticas da reconstrução* do município. Para tanto, criou-se um programa chamado “Canteiro Aberto” com o objetivo de dinamizar a economia local a partir do incentivo ao acompanhamento e realização de visitas técnicas das obras e ações de reconstrução e salvamento do patrimônio arquitetônico, de contenção de encostas e proteção das moradias etc. Coadunando com a mesma lógica de poder desse projeto no tocante a mobilizar a reconstrução em seus aspectos positivos, também foi desenvolvido, em parceria com a Universidade de Taubaté e o Diário Oficial do Estado de São Paulo, um periódico de circulação quinzenal intitulado *Jornal da Reconstrução*.

O referido projeto do periódico teve vigência de março de 2010 a março de 2011, com dezoito números (vide Anexos). Grande parte das manchetes dos periódicos lançados versava sobre as ações de reconstrução que estavam por vir nos próximos meses, sempre fazendo menções a investimentos a serem realizados – “discurso da contabilidade” – e enfatizando aspectos centrais para a realidade local: a reconstrução da Igreja Matriz, as inundações do rio Paraitinga, a retomada

do turismo, o patrimônio cultural, a construção de novas casas populares. Havia espaço também para veicular discursos sobre histórias de superação de comerciantes locais. Em síntese, a lógica de poder era produzir um discurso de verdade de que a cidade e o *luizense* estavam se recuperando, veiculando-se as práticas de reconstrução de estabelecimentos comerciais, de reabertura de serviços, os testemunhos de moradores locais etc. Isto acabava por fazer circular esse discurso de saber-poder que “fazia viver” o *luizense* e a cidade: “se tal restaurante reabriu, porque não posso tentar um financiamento e reabrir o meu?”, questiona um dos comerciantes locais (entrevista realizada em novembro de 2011).

Se, por um lado, produziram-se discursos de contabilidade a respeito dos grandes investimentos recebidos criando-se, por conseguinte, o imaginário de que dinheiro não seria problema para a reconstrução do município, por outro lado, isso não implicou, na prática, que a distribuição dos investimentos fosse condizente ao conjunto de perdas materiais havidas. Se a grande preocupação era a retomada do turismo como atividade econômica, revelam-se aspectos contraditórios como a inexistência de políticas de reconstrução voltadas ao restabelecimento do comércio e outras atividades correlatas, das quais o turismo depende.

Um proprietário de um restaurante local destaca o conjunto de perdas diretas decorrentes da inundação e indiretas nos anos seguintes de seu pós-impacto, demonstrando como o desastre tem uma continuidade dependendo dos lugares que os sujeitos ocupam no campo de forças. Essas perdas diretas referem-se aos danos infraestruturais de sua edificação cujos gastos para reparos e substituições se intensificam devido ao fato do imóvel ser tombado pelos órgãos do patrimônio histórico: as portas e janelas da fachada da edificação devem ser

reparadas conservando o projeto original, o que implica gastos adicionais devido ao fato de serem feitas a partir de encomendas e com material de maior custo. A isso se adicionam os custos referentes aos reparos/substituições de equipamentos do restaurante, ao pagamento de funcionários mesmo com o estabelecimento comercial inoperante, ao pagamento de mão-de-obra para reparos etc.

As perdas indiretas se referem ao quanto se deixou de lucrar em decorrência das principais festividades turísticas do início do ano de 2010 – entre as quais, o Carnaval – não ocorrerem em virtude da cidade não ter infraestrutura reconstruída. No ano seguinte à inundação de 2010, as perdas indiretas continuaram a ocorrer, uma vez que o movimento de turistas foi baixo, implicando um fluxo monetário aquém do esperado quando comparado ao que foi investido para reconstruir o negócio. Muitos comerciantes vieram à falência. Outros, por sua vez, fecharam contratos com as empresas construtoras que vieram ao município para as ações de reconstrução/restauro/construção, fornecendo refeições aos funcionários dessas empresas. Conforme relata o proprietário de um restaurante:

só no primeiro ano, pelo fato da enchente, a gente deixou de ganhar uns setenta mil, né, que é o começo da temporada, festival de marchinha, carnaval, que é forte nosso, que sustenta a gente praticamente no restante do ano, né, diminuiu o fluxo de turista, então são dois meses, de dois a três meses de trabalhos pesado que segura o restante do ano, então a gente perdeu isso, e não só perdemos isso no primeiro ano de enchente, com esse segundo ano que veio agora também, foi totalmente aquém do que a gente achava do que poderia ser (...). Muita gente quebrou, que nem eu tava quase fechando as portas aqui, só não vou fechar as portas aqui, porque na última hora eu consegui fechar um contrato com a empresa que vai vim trabalhar agora aqui na igreja, que ela vai reconstruir a igreja, que vai ser em torno de oitenta a cem funcionários, então a partir de janeiro agora ela começa a trabalhar e começa um fluxo diário aqui de café da manhã, almoço e jantar, porque a gente estava assim, você está aqui e está vendo o movimento... (entrevista realizada em novembro de 2011).

Em outras palavras, há o prejuízo das perdas diretas e das perdas indiretas daquilo que se deixa de ganhar, como também as dificuldades quanto à mobilização de capital para reinvestir e reiniciar as atividades econômicas de outrora. Diante disso, muitos contraíram empréstimos com as taxas de juros correntes do mercado, o que contribuiu para acentuar o quadro de incertezas quanto à recuperação. O diretor de turismo do município reconhece a inexistência de políticas públicas de recuperação socioeconômica que priorizassem linhas de crédito especiais aos comerciantes logo no primeiro ano do processo de reconstrução. Assim, no primeiro ano do processo de reconstrução, as linhas de financiamento ficaram restritas aos empréstimos a juros correntes do mercado:

Nem tudo aconteceu no seu devido tempo, né? As coisas vieram depois e tal e no momento que as pessoas mais precisavam muitas pessoas no desespero, no momento sensível ali, recorreram a empréstimos normais nos bancos. Depois tentou-se empréstimo do governo, caixa de desenvolvimento do estado de São Paulo, os juros eram juros lógico, eram juros alto pras pessoas naquele momento. E depois de um ano, um ano e meio chegou o Banco do Povo aqui em São Luiz do Paraitinga (...). Então ajudava, os juros eram bons, aí sim era possível fazer uma reconstrução. Então as pessoas acabaram adquirindo vários outros empréstimos por aí e estão tentando pagar. (entrevista realizada em novembro de 2011).

Às dificuldades apresentadas no tocante à recuperação das atividades comerciais se adicionam os entraves burocráticos da reconstrução de moradias situadas no Centro Histórico. Se, por um lado, o tombamento pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) permitiu a obtenção de recursos para a reconstrução do centro histórico do município, por outro, dificultou o processo construtivo devido às exigências de reforma e construção da antiga fachada dos casarões particulares e pela burocracia

e ausência de recursos financeiros suficientes para finalizar algumas obras em andamento. Assim, com o passar do tempo, a paisagem turística do Centro Histórico passou a expressar a ambigüidade entre os casarões reconstruídos e as ruínas dos casarões, prejudicando a principal atividade econômica do município. Diante disso, no final do ano de 2011, o governo do Estado de São Paulo, por meio da Secretaria da Cultura, criou uma política de gestão de exceção que permitia a reforma de casarões históricos de pessoas que recebessem até dez salários mínimos.

De modo geral, a política de reconstrução está sendo marcada pela substituição material daquilo que se perdeu, reproduzindo uma ordem socioespacial desigual. Apesar dos problemas socioambientais constitutivos de seu processo de territorialização ao longo do tempo, o desastre em São Luiz do Paraitinga/SP não é interpretado como oportunidade de uma reconstrução e recuperação baseadas em um processo de desenvolvimento com metas de redução da vulnerabilidade e aperfeiçoamento das capacidades sociais e econômicas. As políticas de reconstrução baseadas na substituição material acabam reproduzindo a expressão material de padrões sociais e econômicos de desigualdade (OLIVER-SMITH, 1994). Em vez de se buscar a diversificação das atividades econômicas tornando o município menos dependente do turismo, a política de reconstrução reforçou a lógica de outrora reproduzindo o padrão de vulnerabilidade socioeconômica existente.

Num primeiro momento do Estado de Calamidade Pública declarado, a lógica de biopoder foi a do *fazer viver*, expressa num conjunto de discursos e práticas que fizeram crescer as forças do Estado, no domínio da economia e da utilização de forças repressivas, ganhando concretude nos dispositivos de segurança classificatórios e de exceção empregados pela polícia dos desastres:

realizaram salvamentos das “vítimas”; os fuzis controlaram a ordem pública e repreenderam os “delinqüentes”; os “novos inspetores” avaliaram, mapearam, interditaram as “áreas de risco”; fabricaram-se as populações-alvo como “desabrigados, desalojados” e retiraram-nas das casas situadas nesses territórios de exceção; mobilizaram a rede dos “birôs da caridade” para gestão da exceção por meio das práticas de doações atinentes ao reino das necessidades e oferta de trabalho voluntário; procederam-se à tipificação, quantificação, avaliação, estimação e valoração monetária dos danos; veicularam-se discursos de promessas de reconstrução etc.

No transcorrer do tempo, com o término de vigência dos 180 dias do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública, as lógicas do *fazer viver* vão se diluindo sutilmente e paulatinamente entra em cena uma lógica naturalizável, que é a do *deixar morrer*, frente a qual os *luizenses*, a partir de seu repertório sócio-cultural, buscam estratégias de *fazer resistir*.

4.6 Cronos e Kairós: tempos da queda, tempos dos sinos e novos tempos dos templos da fé

Na Grécia Antiga, havia duas palavras para se referir à noção de tempo. *Cronos* era utilizada para se referir ao contexto do tempo sequencial e linear de um movimento ou período sendo, portanto, de natureza quantitativa, mensurável, objetivo, um tempo que se mede. *Kairós* era utilizada para se referir ao tempo em potencial, não-linear, a um momento indeterminado no tempo em que algo acontece, sendo, portanto, um tempo dotado de significado, subjetivo, de natureza qualitativa. *Cronos* e *Kairós* são noções de tempo que nos auxiliam a compreender as lógicas

de poder envolvidas na biopolítica do desastre, no processo de *fazer viver*, deixar *morrer* e *fazer resistir*.

Como dito anteriormente, o formulário de avaliação de danos (AVADAN) expressa uma razão de Estado que pauta a temporalidade do desastre a partir de uma compreensão pontual, razão pela qual demanda que o avaliador do desastre apresente o tempo cronológico da sua *data de ocorrência*. A definição do *tempo cronológico do desastre* constitui-se, assim, como mais um dos dispositivos de sua biopolítica, o que se explicita pelo conjunto de práticas que, num primeiro momento, *fazem viver* e que, no transcorrer do tempo cronológico, *deixam morrer* pelo modo como paulatinamente se desarticulam aqueles compromissos iniciais imbuídos nos discursos sobre *salvar vidas*.

Dessa forma, o projeto unitário da *polícia dos desastres*, como forma de instituir mecanismos e dispositivos de segurança para regular o meio e seus acontecimentos, tem um prazo de vigência até decompor-se novamente na governamentalidade usual da separação dos aparelhos responsáveis pelas ações de Estado: economia, aparelho policial, aparelho diplomático, aparelho militar etc. Este prazo de vigência é o da Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública. O tempo cronológico para término do prazo é de 180 dias, cujo findar encerra o reconhecimento oficial de uma situação de calamidade, do desastre em si e das fases que o Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) considera – prevenção, preparação, resposta e reconstrução. Entretanto, o *tempo de vigência do desastre*, ou seja, o tempo cronológico do desastre que as instâncias federais e estaduais buscam enquadrar à realidade local e ao *luizense*, contrasta com sua

continuidade em um *tempo social*, um tempo de kairós, dotado de significado, vivenciado de forma diferenciada, demarcado por outras rotinas da vida social.

Essa continuidade não é marcada somente por aspectos negativos, mas também positivos. Além disso, não é vivenciada da mesma forma pelos sujeitos, mas seus efeitos são distintos e muitas vezes polarizados (SOROKIN, 1942). Coexistem marcadores coletivos da tragédia e da recuperação, que se expressam na vida cotidiana e nas práticas de refazer a cidade. Essa coexistência é expressa por alguns processos sociais em curso: 1) Igreja Matriz em reconstrução após três anos de sua destruição e o surgimento de novos estabelecimentos religiosos; 2) marcas da inundação e as festas; e, 3) casas em ruínas/áreas congeladas e casas restauradas/áreas reconstruídas.

Como vimos anteriormente, em São Luiz do Paraitinga, a Igreja Matriz e a praça que lhe acompanha são espaços que historicamente permitiram a constituição do fazer a cidade, por serem espaços de práticas coletivas como encontros públicos, festas religiosas etc. Foram nas margens do rio Paraitinga, no ano de 1830, que se começou a construir, com mão de obra escrava e sob a forma de mutirão, a Igreja Matriz cuja tarefa se findou em 1840. No início, a Igreja tinha apenas uma torre, na qual foi instalado um relógio em 1875 para demarcar as horas dos luizenses, uma nova rotina que redefiniu a forma do *luizense* conceber seu tempo social, ao possibilitar que este transformasse sua noção subjetiva do tempo – kairós – à noção objetiva, ao tempo de cronos, cronológico, que passou a ser sincopado pelo badalar dos sinos sempre às 06h00, às 12h00 e às 18h00, diariamente. A Igreja Matriz, ao longo de sua história, teve e tem um valor fundamental na constituição da cidade e no modo de ser luizense, na marcação do

tempo dotado de significado ao ser o espaço dos batismos, das crismas, dos casamentos, das festas religiosas etc.

As Igrejas e templos religiosos são representações do sagrado, espaços que expressam valores, como a fé, a segurança e a proteção divina. Simbolizados como a casa de Deus, como a fortaleza, são sempre freqüentados e evocados nos momentos de infortúnios e fases difíceis, aos quais todos podem recorrer. No histórico de enfrentamento das inundações por parte dos luizenses, os níveis atingidos pelas águas do rio Paraitinga nos degraus da escadaria da Igreja matriz²⁹ sempre foram a grande referência cultural para lidar com a dinâmica de cheias do rio. Culturalmente, o terceiro degrau da escadaria da Igreja era o maior nível atingido e servia como base para a adoção de práticas de proteção por parte do luizense.

Durante a inundação de 2010, enquanto as águas subiam e derrubavam as casas, as tragédias eram sentidas nos domínios particulares de cada um dos proprietários, embora esse sentimento e a apreensão pelo que estava por vir fossem coletivos. A “cota de alerta luizense” já havia sido superada e o templo sagrado estava sendo inundado, mas permanecia resistente às forças da natureza, expressando que a casa de Deus não sucumbiria sendo, portanto, o grande valor de referência aos *luizenses*. Quando a primeira torre da Igreja Matriz vem ao chão na manhã do sábado do dia 2 de janeiro de 2010, a queda do grande valor de referência do povo traz a sensação de que um buraco se abriu e deixou um vazio completo. Nas palavras do padre:

²⁹Como as inundações do rio paraitinga sempre foram graduais e não bruscas, o costume dos luizenses era observar o processo de subida das águas até os primeiros degraus da escadaria da igreja matriz e depois presenciar quando elas começassem a baixar. Os moradores tinham estratégias para minimizar suas perdas diante deste tipo de evento.

Bom, foi uma coisa inesperada, né, a grande tragédia que aconteceu aqui... Pra nós que estávamos aqui no dia da enchente, perder as nossas casas, ver as nossas coisas indo embora... Foi triste. Mas, **mais triste ainda foi ver a casa de Deus, referência do povo.** Porque **enquanto as nossas casas estavam sendo devastadas pelas águas, nós sentimos né, mas ainda tinha a casa de Deus, e assim, de uma certa maneira transmitindo a força. A partir do momento que a casa do senhor foi pro chão, foi como se abrisse um buraco, um vazio completo** (Entrevista concedida em novembro de 2011; grifo nosso).

Grande parte dos moradores estava próxima à Igreja Matriz junto com o padre observando a subida e descida das águas. Com a queda da Igreja, ondas começam a se formar e todos começaram a correr em direção à Casa Paroquial e à Igreja do Rosário, temendo que novas construções pudessem ruir e provocar novas ondas, num efeito dominó. Relembrando do acontecimento, o padre relata:

Na hora que a água tomou conta da cidade, em particular, **na hora que a igreja veio ao chão, eu estava perto da igreja, junto com o povo. Estávamos reunidos, pertinho, tanto que quando a primeira torre caiu, nós nem sabíamos que a torre tinha caído, e escutamos o barulho, só que conforme ia caindo as coisas vinha a onda, né, aí nós corremos.** Aí só depois que nós chegamos perto da igreja do Rosário, e da casa paroquial também, que nós olhamos pra trás e vimos exatamente o que tinha acontecido, relata o padre (entrevista concedida em novembro de 2011; grifo nosso).

Referência espiritual para muitos nas rotinas do município, o padre também se tornou a referência das pessoas diante daquele cenário de emergência, de incerteza e de “fins dos tempos” para alguns. Segundo ele, mesmo diante da queda da sua igreja e da sensação de vazio, o padre não poderia se desesperar porque o valor de seu próprio discurso de fé estava em jogo, isto é, a produção da verdade em torno da sua fé e do poder que se faz circular em torno desse discurso, que acaba também por tornar a fé uma forma de poder. Relembrando, quase dois anos depois, da experiência vivenciada na inundação, relata o acontecimento como

uma experiência de provação, principalmente por ser o pastor que teve de “cuidar e levar” o povo, fugindo daquele mar das águas que se fechou e produziu ondas, conduzindo-os até um local seguro. Mesmo diante de tudo aquilo de “ruim”, o padre tinha que resistir, isto é, transmitir a fé como um valor maior diante de toda a ameaça que lhe defrontava:

É uma coisa interessante, porque o padre, por excelência, né, ele é pai, é o **pastor, aquele que cuida, aquele que leva**, né... E principalmente na **cidade pequena**, padre e prefeito é... Querendo ou não. Então, **diante de tudo aquilo que tava acontecendo** a referência era o pastor, tudo o que acontecia de ruim **olhavam pra cara do padre pra ver o que ele achava, o que ele iria dizer, qual era a reação**. Então, **tinha que ter firmeza naquilo e transmitir pro povo a fé, mesmo diante de tudo aquilo de ruim**, e se manter firme, não tinha como balançar (...) É um desafio. Porque mesmo que por dentro, você... né... **Porque você já pensou, se o padre ficar desesperado, como fica o povo?** Aí vão pensar que é **o fim do mundo** mesmo.. (risos). Não é verdade? (Entrevista concedida em novembro de 2011; grifo nosso).

Em grupos reunidos em lugares da cidade – numa margem do rio, no alto de um morro, ou logo perto da Igreja etc. – os *luizenses* presenciaram a cena da queda da Igreja cuja emoção despertada foi interpretada como uma *dor coletiva*: “tivemos uma **dor coletiva que foi o momento que caiu a igreja**, acho que foi meio uma dor coletiva, **então a população se calou, cada um se fechou pra si e ninguém reclamou dos prejuízos**, porque viu que o prejuízo era total”, relata Paulo, proprietário de restaurante (entrevista concedida em novembro de 2011; grifo nosso). A *dor coletiva luizense*, o *calar-se*, o *fechar-se para si* se sobrepuseram na hierarquização dos danos que comumente se elabora e que, geralmente, prioriza a menção aos ocorridos às perdas do mundo privado. O valor da dor coletiva não entra como estratégia de cálculo, assim como outros danos imateriais que não podem ser quantificados e estimados, tampouco simplificados em formulários de

avaliação de danos, os quais estimaram a perda da Igreja da Matriz e da Capela das Mercês em R\$ 12 milhões.

A dor coletiva, o calar-se e o fechar-se para si se somam a outro conjunto de danos que não podem ser quantificados e estimados, mas que fazem parte dos processos de recuperação social, embora não sejam objetos de discursos de saber que ganhem visibilidade na produção do enredo oficial do desastre. O tempo social do desastre vai além da cronologicidade definida por formulários e instrumentos de saber que buscam enquadrar os processos sociais em procedimentos de gestão. O tempo do desastre também é o tempo dos sujeitos e dos significados que atribuem ao acontecimento vivenciado como situação de crise, de mudança, de ruptura, de recomeço. O tempo subjetivo do desastre se expressa no seu reviver de detalhes e nos anseios de uma recuperação das rotinas especializadas de outrora. Enquanto a recuperação social não se processa em estruturas que são fundamentais para a recomposição das rotinas, como a reconstrução da Igreja e das práticas que nela têm lugar, o tempo subjetivo do desastre ainda permanece a ser vivenciado. Como a Igreja não foi reconstruída, o que se tem a falar é da demora da reconstrução e da queda da Igreja.

As águas do rio Paraitinga levaram um conjunto de objetos distintos e fizeram dos fios dos postes um varal inusitado, complexo e misturado, e assim também o é a teia de danos psicossociais não-monetarizáveis: momentos de tensão, de tristeza, de silêncio, de choro coletivo; do ver as imagens da tragédia ao longe; do não ver nada mesmo à luz do dia e imaginar com base na *sonoplastia do*

*desastre*³⁰ o que pode estar acontecendo; o estar à espera de um perigo que pode ou não vir; o estar à espera de uma notícia ruim diante da ausência de comunicação; o estar angustiado diante do aviso de que o morro do outro lado do rio está trincando e pode ruir, e os que ali estão não terão para onde correr porque tudo está inundado; o *morrer de desespero* também toma lugar. Uma multiplicidade de danos psicossociais se mistura e conjuntamente compõe um desastre que continua num tempo subjetivo e social, não somente na dimensão material do que ainda há por reconstruir ou dar-se por reconstruído, mas também na expressão imaterial dessas “ruínas” e “escombros” dos danos psicossociais que pouco a pouco se desfazem pelos próprios sujeitos em suas estratégias de recuperação, em suas formas de resistência frente à lógica de *deixar morrer* que toma lugar quando o Estado dá por concluído o tempo de vigência do desastre. Conforme relata uma luizense em dezembro de 2011:

Mas eu vendo a igreja cair, **aquele monte de casa como se fosse dominó foi muito triste**. Você olhando daqui você vê o que às vezes a gente não via aqui você ta onde eu tava a igreja ainda tava de pé, caiu primeiro as vertentes. **Então ela caindo se você vê a fumaça e o barulho se num sabe que barulho que é que ta caindo mas ta caindo aonde?** E depois você vê a ponte, você vê outro pedaço , **você vê a igreja inteira indo e só sobra o altar daí assim, todo mundo chorou**. Depois vem a seqüência de casas... a escola caindo... então... se vai vendo a seqüência de casas se num tem noção da onde tava que tava tudo inundado, **você só escuta o barulho do “pof” e isso daí no dia foi muito ruim** e você tem aquela sensação de você olhar da onde eu estava que eu tinha luz eu não tinha telefone , que eu tinha luz e água, e eu olho pro um breu, porque era um breu da onde eu tava era um mar escuro e uma coisa, **eu morro de desespero**, relata Adriana, 39 anos (entrevista realizada em dezembro de 2011).

³⁰A sonoplastia é a comunicação pelo som, abrangendo todas as formas sonoras como música, ruídos, falas, barulhos etc. A sonoplastia do desastre compõe-se dos “pof” sonorizados pelos moradores para se referir ao som da queda das construções, das falas, dos gritos, do choro etc.

As práticas de *choro coletivo* expressam o sentimento de perda da Igreja como uma grande referência para a cidade e tudo que representa para o *luizense*: é a perda de um futuro casamento idealizado naquele espaço; é a perda do espaço ritualizado da missa e do conjunto de sociabilidades que encerram-se no presente; é a perda do passado, nas lembranças espacializadas que marcam o tempo subjetivo das fases da vida, do batismo, da crisma, do casamento, das festas do Divino etc. No tempo social do desastre, conservado nos relatos detalhados dos luizenses nas entrevistas realizadas em dezembro de 2011, *dor coletiva* e *perda da identidade* são algumas categorias evocadas para se referir ao sentimento de perda da Igreja Matriz:

a da perda da identidade, ela foi muito presente em todos os luizenses a hora que a gente entrou na cidade. Porque, até então, você olhava a cidade de cima e parecia um rio só. **A gente não sabia que tinha caído a Igreja, a Capela das Mercês, que muitas casas tinham caído...mas vê aquele patrimônio todo caído, ao qual a gente tinha uma identidade muito grande, porque o luizense tem muita cultura, é muito apegado à sua cultura, vê tudo destruído e todo mundo colocando a sua vida inteira na rua [tirando as coisas de casa]...fotografia, roupa...é horrível né? É uma sensação muito...parece que você nunca mais vai ter sua cidade de volta. É a sensação dos primeiros dias,** relata Fabiane, assessora da Prefeitura (entrevista realizada em dezembro de 2011; grifo nosso).

Essas perdas se manifestam também na noção do tempo cronológico do *luizense*. Com a queda da Igreja Matriz, seus sinos badalaram pela última vez antes de caírem na água. Com o escoamento das águas do rio Paraitinga, os tempos dos primeiros dias do pós-inundação seriam marcados pelo silêncio dos sinos, pela ausência de pão nas padarias, pela lama, pelos escombros, pelo cheiro de carne podre, mas também pelas resistências dos *luizenses*, que tomaram forma nas práticas cotidianas de recuperação, as quais se utilizaram das redes de

vizinhos, de amigos e funcionários para ajudar nas ações de limpeza de suas moradias, de seus estabelecimentos comerciais, de remoção dos escombros. As práticas coletivas de recuperação também se destinaram às instalações comunitárias, na remoção de lodo, na busca por objetos do patrimônio histórico contidos nessas instalações, como a Igreja da Matriz, a Capela das Mercês, o Instituto Elpídio dos Santos etc.

Nessa rotina que foi sendo tecida pelas práticas sociais de recuperação, paulatinamente se recompõem elementos que ajudam a redefinir o tempo cronológico. Tais elementos se constituem em formas de *fazer resistir* frente ao processo de *deixar morrer* quando a polícia dos desastres se desmobiliza, os meios de comunicação dão por concluído o acontecimento, a solidariedade civil por meio de doações termina. Se a perda da noção cronológica do tempo se faz pelo desarranjo das rotinas especializadas e pelos sinos que não mais demarcam as horas dos *luizenses* conforme o seu badalar, a produção de uma infraestrutura improvisada para abrigar o sino recuperado da Igreja destruída e a simbologia do retorno de seus sons que se dissipam às 06h00, às 12h00 e às 18h00, acaba por ajudar no processo de recuperação, do *fazer resistir*. Eduardo, morador local, relembra como foi simbólico para os *luizenses* quando suas padarias reabriram e puderam produzir o primeiro pão. O pão produzido, como demarcador do tempo cronológico de ir à padaria, de ponto de encontro em determinados horários da manhã, da tarde, e como ato de recuperar esse hábito do mundo privado de sentar-se e comer com os familiares.

À reabertura de padarias, seguem-se a retomada de outros estabelecimentos comerciais como supermercados, papelarias, restaurantes etc. À

custa de empréstimos junto a bancos, de investimentos de todas as suas economias etc., os *luizenses* refazem a cidade nos domínios privados e também públicos. Aos poucos se volta a frequentar a praça da Igreja da Matriz como espaço de sociabilidade. Sentam-se nos bancos e nas rodas de conversa que facilmente se originam, começam-se as especulações sobre a reconstrução da Igreja enquanto se olham os funcionários trabalhando na remoção e separação dos tijolos, peças e outros objetos de seu patrimônio histórico como ossadas de barões do café e de escravos que trabalharam em sua construção no século XIX.

Para muitos dos moradores, a cidade só estará recuperada quando a Igreja Matriz for reconstruída e o *verdadeiro luizense* permanecerá em São Luiz resistindo até que isso aconteça. O *nós ficamos aqui* é o modo discursivo de se afirmar enquanto tal e se distinguir daqueles que não o são, numa clara referência aos “antigos luizenses”, aos cerca de duzentos e cinquenta moradores que “abandonaram” a cidade depois da inundação³¹. O *ser luizense*, para os que assim consideram, está claramente articulado à fixação na cidade, ao resistir nela e com ela, a cidade como constituinte da sua própria história:

a gente acredita, assim, que **a cidade só vai ter vida completa mesmo, quando inaugurar a igreja Matriz**, uma das principais obras da cidade (...) que já vão dar início agora [dezembro de 2011]. Então é isso eu acho que **a gente não perdeu a força não, eu acho que quem não era da cidade foi embora, e nós ficamos aqui (...) você não vai arredar o pé daquilo que é seu, que é a sua história**, então é isso, eu acho que o mesmo sentimento que foi meu foi de todo mundo aqui, a maioria, relata Pedro, morador local (entrevista realizada em dezembro de 2011; grifo nosso).

³¹Esse número de moradores que “abandonaram” o município é estimado pelos próprios luizenses. As projeções da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SÃO PAULO, 2013) sinalizam na mesma direção dessa percepção dos luizenses a respeito do movimento de migração no pós-inundação de janeiro de 2010, mas minimizam o quantitativo de pessoas que saíram do município. No ano de 2009, o município detinha 10.441 moradores. No ano de 2010, esse número diminuiu para 10.397, redução de aproximadamente 0,42%. No ano de 2011, a população se eleva para 10.412, mas permanece abaixo do número existente antes da inundação.

Com o transcorrer do tempo, os luizenses que permanecem na cidade continuam a escutar os sinos badalando, enquanto se observam, em dezembro de 2011, os operários trabalhando debaixo da cobertura metálica para proteger as obras (vide figura 14). Se os sons dos sinos circulam, também o fazem os comentários sobre o andamento das obras da Igreja. O tempo passa, cronologicamente já se está em março de 2013 e a paisagem da Igreja em reconstrução adiciona mais elementos como andaimes, estruturas metálicas, paredes de tijolos (vide figura 15). Passam-se meses e anos, os prazos de término das obras são adiados diversas vezes. O padre que vivenciou a inundação se vai e outro chega à paróquia, com a esperança de manter o número de fiéis diante do aumento de templos religiosos na área urbana do município após a inundação de 2010: antes da inundação existiam quatorze templos religiosos, dos quais cinco representavam o catolicismo; depois da inundação, são criados oito novos templos religiosos, dos quais seis são da linha pentecostal ou neopentecostal³².

³²A Igreja Matriz São Luiz de Tolosa – Provisória foi contabilizada como um novo templo religioso no município, uma vez que tem existência enquanto espaço social de execução dos rituais há mais de três anos. A Igreja Matriz São Luiz do Tolosa – em reconstrução – manteve-se como espaço simbólico fundamental na constituição da religiosidade católica local. Em razão disso, também foi contabilizada.

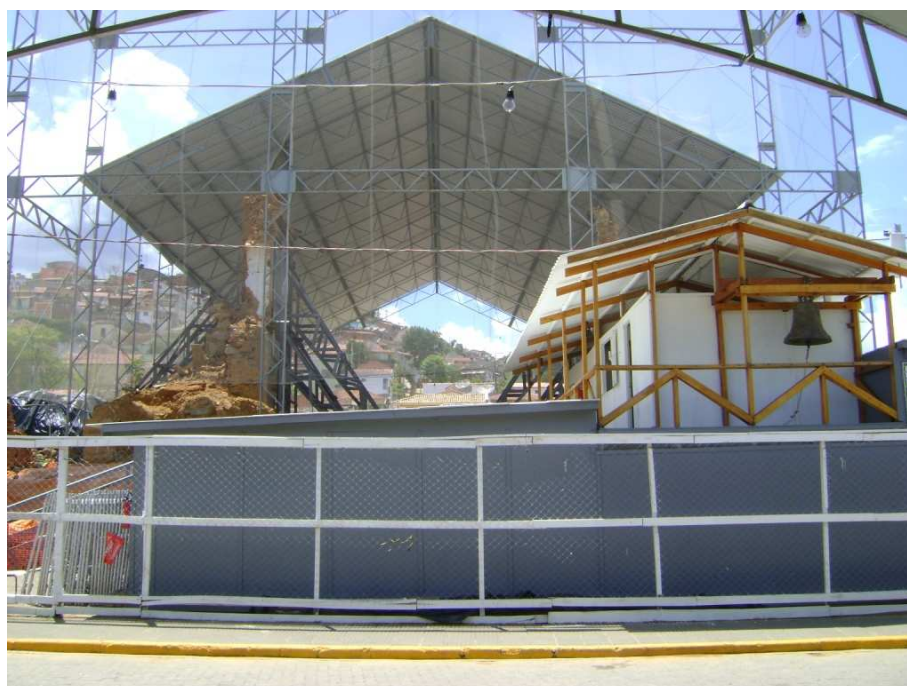


Figura 14 – Obras de reconstrução da Igreja Matriz em dezembro de 2011

Legenda: Cobertura Metálica para proteger as ruínas da Igreja Matriz nos trabalhos de recuperação do patrimônio e reconstrução das estruturas. No lado direito da imagem, observa-se também a estrutura construída para a instalação do sino (Data: 01 de dezembro de 2011. Foto: Victor Marchezini).



Figura 15 – Obras de reconstrução da Igreja Matriz em março de 2013

Legenda: Cobertura Metálica para proteger as ruínas da Igreja Matriz. Abaixo da cobertura, identificam-se estruturas metálicas colocadas a fim de iniciar a construção da igreja. No lado direito da imagem, ainda se observa a estrutura construída para a instalação do sino (Data: 07 de março de 2013. Foto: Victor Marchezini).

O *deixar morrer* que se expressa nas perdas dos rituais naquele espaço revestido de sacralidade e de significados pela história que carrega, passa a dar lugar a um *fazer resistir*, como forma do *luizense* seguir em frente a partir da celebração de batismos e de casamentos em outras igrejas, como a de São Benedito; na disputa pelo agendamento de futuros casamentos na nova Igreja Matriz; na realização das missas em outros espaços adaptados como na casa paroquial; na promoção de procissões religiosas que tomam as ruas; na busca por outras religiosidades que lhe permitam o circular da fé etc. Se as inundações de janeiro de 2010 contribuíram para a destruição das infraestruturas da Igreja Matriz e da Capela das Mercês e a danificação de outros templos religiosos situados no Centro Histórico, os processos sociais que se seguiram contribuíram para a emergência de outros templos pentecostais e neopentecostais na área urbana do município, localizados principalmente no Centro Histórico e nas proximidades do conjunto habitacional construído para algumas das famílias que perderam suas casas em decorrência de inundações e deslizamentos.

Se a aura da antiga Igreja Matriz se revestia do valor histórico de ser erigida pelos próprios moradores sob a forma de mutirão no século XIX, o tempo cronológico da burocracia, dos órgãos do Patrimônio Histórico e da Mitra Diocesana nas ações de reconstrução da Matriz, acabaram por acelerar o sofrimento social da perda do espaço da Igreja Matriz, seja para o exercício dos rituais religiosos, seja como unidade constitutiva da sociabilidade luizense, junto à praça. Frente à lógica do *deixar morrer* – ao abandono – emergem estratégias de *fazer resistir* que se estabelecem coletivamente no plano sociocultural como, por exemplo, nas festas como o Carnaval e a Folia do Divino.

4.7 “O sorriso esconde a lágrima, o coração apertado”: entre o *fazer resistir* e o *deixar morrer*

As formas de *fazer resistir*, como modo de criar estratégias dentro do repertório cultural *luizense*, objetivam sobreviver socialmente enquanto sujeitos e não como sujeitos fabricados pelos mecanismos de poder e dispositivos de segurança – como *desabrigados*, *desalojados* etc. Tais formas de *fazer resistir* adquirem a expressão coletiva de rede por meio das práticas entremeadas dos sujeitos na composição das festas que fazem a cidade e o modo de ser *luizense*, como a Festa do Divino e o Carnaval.

Anteriormente se reportou à emergência da figura do festeiro do Divino nos dias pós-inundação como uma prática de resistência, ao manter a tradição de circular com sua bandeira pelos lugares da cidade a fim de arrecadar prendas para organizar a Festa do Divino de 2010, tipo de prática que se costuma cumprir desde 1803, quando se começou a realizar a festa. Os rituais dos preparativos da festa se mantiveram após a inundação de 2010, percorrendo-se de casa em casa para arrecadar as prendas, envolvendo todos da família: a esposa recebendo a bandeira, oferecendo as fitas que pendem do mastro para que todos os membros da família as beijem e enquanto os foliões cantam, o dono da casa oferece uma prenda. Conforme a pessoa dá uma prenda ou mantimento, em troca se coloca na bandeira um objeto pertencente à pessoa que está precisando de uma oração, de uma ajuda. Quando possível, a mulher levava a bandeira até a cozinha, para que não falte alimento. Depois até o quarto do casal, para abençoar o casamento. Coloca sobre as cabeças das crianças, para que tenham juízo. Terminado o ritual dentro da casa,

a mulher carrega a bandeira até a casa mais próxima, entregando-a para vizinha, que repete o mesmo ritual e assim sucessivamente.

Esse ritual de esmolar³³ as prendas da festa ocorre o ano todo, reforçando-se o sentido do ser *luizense*, da religiosidade, da sua cultura, do encontro coletivo, da sociabilidade caipira, refazendo a cidade pelo execer das práticas culturais que encerram uma rede do *fazer resistir*. Ao contrário do que se imaginava, os luizenses colaboravam com as prendas para organizar a festa no ano de 2010, mesmo diante das inúmeras perdas havidas. A arrecadação das prendas é para a organização da Festa do Afogado, uma das várias manifestações culturais da Folia do Divino. Na referida festa, o ato de comer coletivamente também reforça o sentido coletivo do luizense: há distribuição do afogado, tradicional prato que se compõe de carne de vaca cozida no próprio molho e com pouca água, servido com farinha de mandioca e arroz.

No final de abril e início de maio de 2010, pouco mais de dois meses após a inundação, dá-se continuidade aos preparativos para a Festa do Afogado nos espaços do mercado municipal, ao se construir com tijolos a base das estruturas que receberam os grandes tachos para cozinhar o alimento. Dias depois já se armazenam próximos aos tachos as lenhas cortadas no sítio e até ali trazidas. Armam-se as coberturas de lona para proteger-se do sol e da chuva. Trazem-se a farinha, a carne bovina e os outros condimentos para dar início ao preparo do tradicional afogado (vide figura 16).

³³Esmolar é um termo usado regionalmente e tem o significado de *pedir*.



Figura 16 – Preparando o afogado no tacho

Legendas: Luizenses preparam conjuntamente o prato do afogado para ser distribuído gratuitamente durante a festa (Data: 22 de maio de 2010. Foto: Maurício Delamaro).

Enquanto isso, outros luizenses decoram a praça da matriz com as bandeirolas vermelhas, a mesma cor da bandeira que leva em seu centro uma pomba branca como símbolo do divino. A praça decorada com bandeirolas não se liga, pela primeira vez na história, ao alto da Igreja Matriz, a qual se encontra em ruínas. Nem por isso sua imagem é esquecida: os luizenses recuperaram uma imagem e produziram um quadro para que se fosse colocado no Império, o local de guarda e exposição pública dos santos padroeiros (vide figura 17).

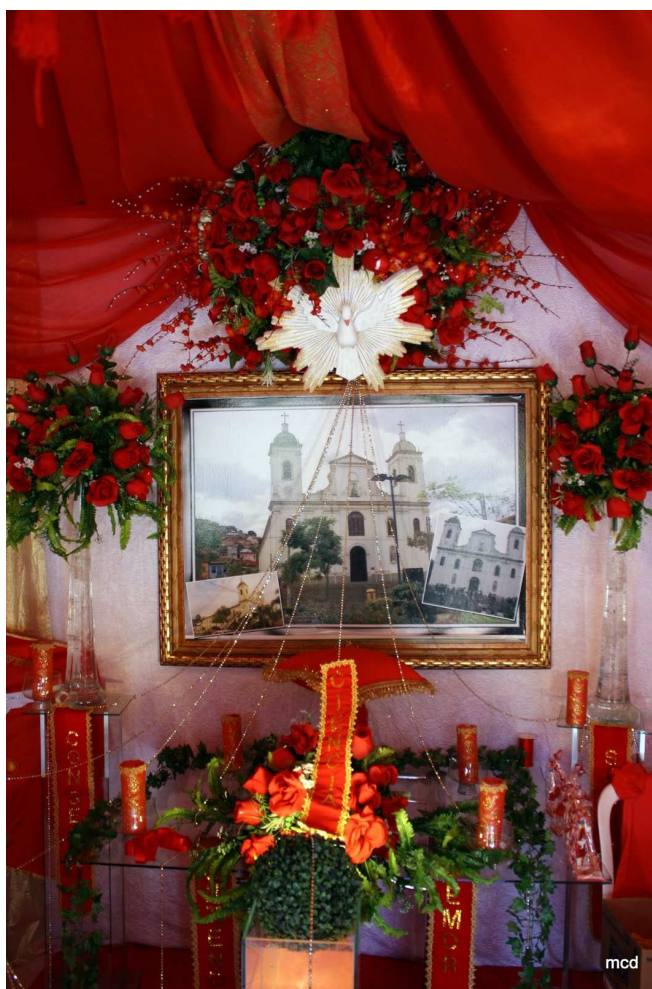


Figura 17 – Império com o quadro da Igreja Matriz

Legendas: Imagem da Igreja Matriz reproduzida em quadro e sendo rodeada por coroas de rosas vermelhas, velas etc. (Data: 23 de maio de 2010. Foto: Maurício Delamaro).

A Festa do Divino teve duração de dez dias: começou numa sexta-feira à noite com o início da novena e a benção das bandeiras. No sábado à tarde, tradicionalmente há o Encontro das Bandeiras, em que as bandeiras das festas anteriores se encontram com a do atual festeiro. Outras apresentações artísticas também ocorrem como a exibição de congadas, moçambiques, dança de fitas, pau de sebo, o casal de bonecões João Paulino e Maria Angu e a cavalhada. Assim, sejam nas procissões, nas missas e/ou nas manifestações culturais, os luizenses, de todas as idades, vão participando desses rituais, das manifestações religiosas e

culturais, fazendo-se resistir coletivamente, principalmente no plano cultural. As intervenções culturais ganham as ruas ainda com moradias em reconstrução (vide figura 18), as missas se realizam em locais adaptados (vide figura 19).



Figura 18 – Dança de fitas

Legenda: Mulheres e meninas participam de dança de fitas na praça da Matriz, durante a Festa do Divino de 2010. Na imagem se observam várias pessoas assistindo o evento, com as marcas da tragédia nos sobrados ao fundo. (Data: 23 de maio de 2010. Foto: Maurício Delamaro).



Figura 19 – Missa na praça, em frente à Igreja em ruínas

Legenda: Padre conduz missa durante a Festa do Divino de 2010. No canto superior direito, os cartazes vermelhos com o símbolo da pomba branca encobrem as ruínas da Igreja Matriz ao fundo. Em destaque, vários luizeses comparecem à missa, com bandeiras do divino (Data: 23 de maio de 2010. Foto: Maurício Delamaro).

A Festa do Divino com seu conjunto de manifestações artísticas, culturais, religiosas etc. é uma expressão do *fazer resistir* dos luizeses em meio à continuidade das dificuldades que lhe são apresentadas no processo de reconstruir e recuperar a cidade. Se os órgãos do governo e agentes externos à localidade voltaram suas atenções ao processo de reconstrução material do município no pós-inundação, coube aos próprios luizeses, diante da reafirmação de suas identidades, buscar essas referências no corpo de sua cultura para, a partir daí, resistir ao *deixar morrer*. E é no exercício dessas práticas coletivas que o significado de *ser luizense* se reafirma em relação ao Outro, em resistência ao seu poder. Essas formas de resistência se manifestaram durante a organização e realização da

Festa do Divino, mas também em outras ocasiões de festas profanas, como o Carnaval de 2010.

No decorrer dos anos, o Carnaval em São Luiz do Paraitinga representou uma forma de resistência às tentativas da Igreja Católica em proibi-lo como, muitas vezes, de fato aconteceu, a partir da influência de poder de alguns monsenhores. Mas, vez por outra, o Carnaval sempre se retomava e ganhava as ruas, expressando a resistência a este poder. Com o tempo, o carnaval conquistou cada vez mais adeptos, tornando-se popular além da fronteira do tempo e espaço do município. Acabou por conservar algumas dessas tradições, tornando-se um negócio rentável ao município, que passou a explorá-lo economicamente, conquistando cada vez mais turistas. Com a inundação de janeiro de 2010, o tradicional Carnaval de São Luiz do Paraitinga foi suspenso pela Prefeita, mesmo diante do pedido do Governador José Serra para que mantivessem as programações, feito quando visitou o município logo nos primeiros dias pós-inundação.

Entretanto, em fevereiro de 2010, pouco mais de um mês do tempo cronológico da inundação, os *luizenses* se organizaram para reviver nas ruas da cidade os velhos tempos de Carnaval, quando a festa não recebia um contingente enorme de turistas. Percorrendo a Rua do Rosário e indo em direção ao campo do Benfica, assumem a figura dos foliões para compor o ritual que é constitutivo do *ser luizense* e que resiste não só à oposição histórica da Igreja Católica, mas às determinações da Prefeitura Municipal e ao acontecimento da inundação.

Embora nem todos os moradores tenham participado das festividades, assim como nos anos anteriores também o não, o carnaval público explicitou a

ocasião do reencontro, sendo um marcador coletivo da recuperação, diante dos muitos marcadores coletivos da tragédia que continuam a ter existência nos espaços da cidade em quase-ruínas. Alessandra, moradora do Centro, retrata que “não houve o Carnaval para a mídia, mas que teve para o *luizense*”, ou seja, um evento voltado para dentro, para a própria cidade e o morador que lhe faz parte. Relembrando dos tempos dos recentes carnavais – dos anos anteriores –, caracteriza o evento como ocasião de reencontro de amigos, de distração frente aos trabalhos de limpeza e reconstrução que extenuavam todos:

Não teve [Carnaval] pra mídia mas teve pra luizense. Colocamos assim foi de um lado da rua até o outro foi o que nós fizemos. Colocamos o bloco da rua de um lado e outro de outro. Dá a volta no campo [do Benfica] e tudo bem. Daí claro que depois tem outro espaço que foi feito carnaval à noite, mas particular, né? Mas nós mesmos adoramos assim, carnaval nosso, né? Num era aquela muvuca que já tava sabendo... muita gente muita gente muita gente... então foi muito gostoso foi uma levantada de moral. Pô, trabalhamos tanto, agora vamos relaxa, vamos encontra todo mundo que depois da enchente quem é que tá aqui quem é que não tá... os amigos voltando. Então foi gostoso, nós fizemos nosso uauá aqui, relata Alessandra (entrevista realizada em novembro de 2011).

Os festejos, como ocasiões de encontro coletivo, permitem que as relações entre os sujeitos sejam tecidas no compartilhamento de significados comuns. O processo de recuperação social em seu *fazer resistir* busca re-significar as experiências para absorver o acontecimento no corpo da sua cultura, não negando-lhe a existência, mas conferindo formas de se re-conduzir, re-fazer, re-começar, re-elaborar. A sua forma é expressar culturalmente o acontecimento marcador da sua história, o que pode ser feito de forma lúdica, em ocasiões como os festejos carnavalescos. Em São Luiz do Paraitinga, nas composições produzidas para o festival de marchinhas carnavalescas, estas enfatizam em suas letras

aspectos significativos da história recente que ilustram algumas problemáticas vivenciadas e a resistência do *luizense* diante delas. Essas resistências tornam-se explícitas na recorrência com que a canção evoca o verbo *enfrentar*. Como retrata e canta Eduardo, um desses compositores:

(...) **a gente fez algumas músicas**, eu vou lembrar de uma que eu fiz: ***“Enfrentamos o preconceito e a ditadura, o carnaval de marchinhas ninguém segura, enfrentamos enchente em noite escura, tirando água de pedra e mé de rapadura, na batida da reconstrução, tijolo por tijolo, coração por coração”***. É uma das letras que eu criei que **é a forma de cada um se expressar**, né? E marcou o cotidiano de São Luiz do Paraitinga, fala da memória da reconstrução que em São Luiz acontece (entrevista realizada em novembro de 2011; grifo nosso).

“Enfrentamos o preconceito e a ditadura” é um trecho da canção que ilustra a lógica de poder que vigorou no período da *polícia dos desastres*, dos discursos e das práticas violentas dirigidas ao *luizense* de modo a enquadrá-lo como um ser inferiorizado, seja por parte dos meios de comunicação, pelo efetivo das Forças Armadas, dos Policiais Militares e de outros agentes externos à realidade local. *“Enfrentamos enchente em noite escura”* é a rememoração das agruras vividas para sobreviver e resgatar centenas de moradores, salvando-se a si mesmos, a partir do trabalho conjunto de seus “anjos do rafting”. *“Tirando água de pedra e mé de rapadura, na batida da reconstrução, tijolo por tijolo, coração por coração”* sintetiza as dificuldades envolvidas no árduo processo de reconstruir pouco a pouco a cidade em conjunto, quando a solidariedade social do Outro acaba, quando os meios de comunicação se silenciam para sua história, quando a lógica do *deixar morrer* passa a ser cada vez mais presente. Diante desse processo, emergiram,

também, formas de *fazer resistir* que expressam individualmente um *falar sobre o desastre*.

Pelas ruas de São Luiz do Paraitinga se encontram várias formas de dar voz a esse *fazer resistir*, o que denota que a organização sociocultural tende a apreender a calamidade como objeto de pensamento e de expressão, e os efeitos que esta encerra são polarizados e variados, isto é, são diversificados, podem possuir traços positivos e “negativos” (SOROKIN, 1942). Expressar o acontecimento marcante da inundação é uma forma de tentar seguir em frente. Andando pela cidade, ao se entrar em estabelecimentos comerciais como restaurantes, livrarias etc., vez por outra se depara com a cena de uma reportagem de revista afixada em uma parede que acaba por demonstrar a capilaridade dos discursos de saber em torno da temática do risco e do desastre: “*Risco Mensurado*” é a manchete da reportagem da revista que trata do desastre de São Luiz do Paraitinga e da promessa futura de proteção baseada no conhecimento científico, a que muitos se põem a acreditar como forma de se ancorar numa verdade produzida para, assim, seguir em frente.

Saindo desses estabelecimentos comerciais, defronta-se com outras manifestações sobre a calamidade como a pintura das marcas atingidas pela inundação nos sobrados (vide figura 20), como a expressão estética que o morador encontrou para *falar sobre o desastre* e sempre lembrar do acontecido.



Figura 20 – Pintura na parede do sobrado retrata a marca atingida pela inundação de janeiro de 2010

Legenda: Sobrado localizado no Centro Histórico, próximo à praça da Igreja Matriz, retrata a marca atingida pelas águas do rio Paraitinga na inundação de janeiro de 2010 (Data: 01 de dezembro de 2011. Foto: Victor Marchezini).

Mas existem outras formas de expressar individualmente o seu *fazer resistir*. Na praça da Matriz, vez por outra se depara com a figura do poeta caipira a conversar com os outros moradores e a declamar seu “poema da enchente”³⁴ (vide Anexos) sempre que algum turista ou pesquisador lhe pergunta algo sobre a inundação de 2010. Sua voz é o instrumento que dá vazão à expressão do enfrentamento das adversidades e da resistência no processo de recuperação social da cidade. No tempo ritmado da poesia se comprime o tempo subjetivo da experiência vivenciada, narrando em poucos minutos a cadeia de acontecimentos

³⁴O poema, de autoria de Ditão Virgílio, foi apresentado na Semana da Canção Brasileira em 2011. Vide link: <http://www.youtube.com/watch?v=xnGGzyGMqZ4>

que antecederam e que sucederam à inundação, declamando ao ouvinte o que é *ser luizense*, diante do sofrimento, diante da recuperação e da promessa da reconstrução. Os marcadores coletivos da tragédia se expressam no sofrimento social revelado em alguns versos de seu poema: “*O sorriso esconde a lágrima/O coração apertado*”. Os marcadores coletivos da recuperação e da promessa da reconstrução são vislumbrados nos versos que evocam o caráter coletivo da resistência, que se reafirma nos qualificativos da categoria local utilizada pelos próprios moradores – o luizense – e sua filiação à cultura e à cidade que o faz e que por ele é feita.

(...)
Agora **estamo lutando**
Com força, garra e fé
Juntar o pouco que tem
Pra pôr a cidade em pé
(...)
O sorriso esconde a lágrima, o coração apertado
Mas o luizense tem força, traz a raça do passado
(...)
Nossa cultura está viva, essa água não levou
(...)
A simpatia de um povo, essa a enchente não tira
(...)
Nossa cidade é encantada, ainda tem muita beleza
(Ditão Virgílio, 15 de setembro de 2011, Poema da Enchente, Semana da Canção)

Essas resistências tomam forma sob uma gama variada de expressões, científicas e artísticas, que buscam evocar aspectos positivos de ressignificação do evento trágico à luz de uma promessa ulterior de superação (“*Nossa cidade é encantada, ainda tem muita beleza*”) com base na valorização dos moradores (“*Mas o luizense tem força, traz a raça do passado*”), ancorando-se na cultura como um elemento estratégico para reinvenção constante das formas de resistir (“*Nossa cultura está viva, essa água não levou*”) diante das dificuldades para

se recuperar e reconstruir a cidade (“Juntar o pouco que tem, pra pôr a cidade em pé”).

Entretanto, nessas expressões individuais de se *fazer resistir*, também se externalizam aspectos “negativos”, relacionados não ao que restou para, a partir disso, seguir em frente, mas sim ao lamento daquilo que se perdeu. Verbalizam-se no poema afixado numa placa em frente à casa em ruínas (vide figura 21) na praça da Matriz, as impressões sobre si e sobre os outros diante da invasão das águas sobre sua Igreja: emergem os sentimentos de tristeza – “*Foi tão triste ver as águas te invadindo*”, é o verso do poema. Retrata-se o sofrimento social diante do ocorrido, demarcado pelo sentimento de impotência, pelo olhar estático, pelo silêncio diante dos testemunhos da sequência de quedas das casas e da Igreja Matriz:

*Foi tão triste ver as águas te invadindo
as **peessoas em pânico**, a procura de abrigo
nossas casas, nossa Igreja Matriz ruindo,
as **peessoas impotentes**, diante de tanto perigo*

*Ninguém podia fazer nada, por mais que quisesse
só olhar absorto, estático, a força da natureza
cada um no seu silêncio, parecia fazer uma prece,
vendo tudo indo embora, com a correnteza*

*Era tanta água, uma força impressionante,
Levando casas, móveis, e até nossa Igreja Matriz,
Ninguém nunca esquecerá, nem por um só instante,
A queda de casarios e da Igreja de São Luiz
(Irene Cabral, poema sem título, 2010; grifo nosso)*



Figura 21 – Símbolo do divino, poesias dos tempos e ruínas encobertas

Legenda: Tapumes de madeira obstaculizam o acesso visual e físico às ruínas das moradias. No detalhe, observa-se que os tapumes foram pintados com as cores branca e vermelha sendo que, no tapume vermelho, identifica-se, em cor dourada, o símbolo da festa do divino. Acima dos tapumes, dois poemas de Irene Cabral, um de 1983 e outro depois da inundação de 2010 (Data: 29 de novembro de 2011. Foto: Victor Marchezini).

Os tapumes de madeira, colocados pela *polícia dos desastres* para materializar o dispositivo de segurança excepcional de interditar o acesso visual e físico às ruínas das moradias no Centro Histórico, foram apropriados pelos *luizenses*

para expressar suas formas de *fazer resistir* dentro da lógica do *deixar morrer*. A barreira física intransponível, até mesmo ao olhar, é o muro que busca interditar o acesso às ruínas das moradias de um patrimônio histórico que só pode ser reconstruído nos moldes definidos pelo órgão estadual e federal do patrimônio histórico, CONDEPHAAT e IPHAN, respectivamente. A função social da moradia, da vida privada e do viver, submete-se, assim, às determinações da lógica do *deixar morrer*, que se reveste da supervalorização do discurso de contemplação de um passado áureo que há de ser ressuscitado, mesmo que ao custo das vidas que resistem à tragédia de um passado recente.

O *deixar morrer* são as ações e omissões dos regulamentos, dos decretos etc. que acabam por deixar a *vida em suspenso*, arruinando-a com o prolongar do tempo cronológico da burocracia e cuja vivência da continuidade do desastre se dá num tempo social: a função social da moradia destruída só pode ser restabelecida se a mesma for reconstruída segundo as determinações dos órgãos do Patrimônio Histórico, ou seja, reproduzindo-se as antigas fachadas das casas e sobrados e, por vezes, com o mesmo tipo de material (por exemplo, portas e janelas de madeira, com as mesmas dimensões). Para tanto, nesse tipo de lógica que se estabelece, o sujeito que perdeu a moradia e os bens materiais e imateriais deve ter condições financeiras de arcar com esses custos da reconstrução e restauração, caso queira retornar à moradia e, assim, ser autorizado a retirar o tapume de madeira e dar início à retomada do seu viver. Em outras palavras, o direito à moradia, ao seu lugar e ao seu viver está articulado à sua capacidade produtiva de ser um sujeito econômico bem-sucedido. Entretanto, como a maioria dos proprietários desses imóveis são idosos aposentados ou herdeiros de idosos

falecidos depois da inundação, tais sujeitos econômicos não têm condição de reproduzir as determinações desse modo de refazer a *cidade-patrimônio*: se, em seu passado áureo, detinha casarões com fachadas que exprimiam a riqueza das classes abastadas da economia cafeeira, as ruínas de hoje atestam a falência de seus herdeiros de outros tempos.

Assim, às barreiras físicas dos tapumes de madeira se adicionam as barreiras jurídicas das burocracias dos órgãos de patrimônio histórico e as barreiras econômicas do sistema de mercado, as quais não permitem ao *luizense* conquistar um emprego compatível para se tornar um sujeito econômico apto a viver *de acordo com* as determinações que lhe são impostas por essa trama que o envolve, deixando a sua vida em suspenso, no limiar entre o *deixar morrer* e o *fazer resistir*. Nessa biopolítica, se inicialmente se *fez viver* nos inúmeros salvamentos realizados durante a inundação, com o passar do tempo entra em cena a lógica do *deixar morrer*. Dentro dessa lógica, há alguns da espécie que vêm a ter o processo de envelhecimento intensificado vindo, por vezes, a morrer, como aconteceu com alguns dos idosos de São Luiz do Paraitinga. Embora não se possa correlacionar diretamente a ocorrência da morte à inundação, o fato é que tais grupos sociais demonstram maiores fragilidades, não só diante do sofrimento social decorrente das perdas materiais e imateriais, como também da projeção que fazem em relação ao porvir do processo de recuperação. Se não podemos generalizar esses efeitos a toda sociedade (SOROKIN, 1942), também não podemos negligenciar que eles existem.

Em São Luiz do Paraitinga tornam-se recorrentes os relatos a respeito da morte de idosos após a inundação, embora os referidos depoimentos deixem

claro que não se pode estabelecer uma relação direta. Por vezes, tais testemunhos fazem uma comparação entre a inexistência de mortes *durante* a inundação – graças aos trabalhos de salvamento dos *anjos dos rafting* – e as inúmeras mortes ocorridas *após* a enchente. Se o *morrer de desespero* era uma categoria evocada por uma luizense para se referir às agruras vivenciadas durante a inundação, *morrer de tristeza, de angústia, de depressão* são outras categorias criadas para se nominar os tipos de *deixar morrer*, isto é, de processos de morte que “se viveu” depois da inundação. Como relata Pedro a respeito das mortes dos idosos e de seu próprio pai, recuperando a história de sua trajetória:

nós estamos passando por uma prova muito grande (...) **não morreu ninguém na enchente, né?** Grandes manchetes que sai na televisão dos anjos do rafting, realmente, são mesmo, conseguiu salvar todo mundo e não teve nenhum óbito. **E depois? A quantidade de gente que morreu depois, de tristeza, de angústia, de depressão, foi muita gente...Muita gente, meu pai foi um deles...**, a pessoa já estava numa idade, imagina, tem aquele casarão da praça, **tinha uma mulher que chorava tanto, e a gente começava a chorar com ela, ah eu não vou ver mais isso*, eu não vou ver mais... a história, né?** aquilo lá vem lá dos avós dela, uma história arquivada ali, documentos, fotografias, esse todo passado rico de histórias, que os avós dela comprou aquele casarão ali, viviam naquela propriedade. E a cidade em si, é uma herança do ciclo do café, e meus pais, meu pai por exemplo, ele tinha vinte e três dias de idade e vieram pra cá. Meu pai faleceu e deixou um casarão pra família, comprou um casarão...(...) e então trabalhou muito, e **construiu uma vida, uma história** (entrevista realizada em 30 de novembro de 2011; grifo nosso).

Se, como vimos anteriormente, o *choro coletivo* demonstra o sofrimento social do luizense diante da queda da Igreja Matriz durante a inundação, o tempo social da continuidade do desastre se exprime na permanência do chorar, porque a perda material e imaterial de seu passado é sentida no presente. É a perda da trajetória, da vida construída, daquilo que se viu e que não se tem mais a esperança de se ver, isto é, simplesmente se foi sem se ter a chance de se

despedir, e não se pode recuperar: é o valor da história arquivada em fotografias, dos documentos, do passado rico de histórias, que não podem ser avaliados monetariamente nos formulários de avaliação de danos.

O sofrimento social que se expressa nessa lógica do *deixar morrer*, também pode ser objeto de regulação por parte de dispositivos de segurança, não necessariamente deliberados numa estratégia biopolítica do desastre em si, mas das que comumente circulam no mundo do *não deixar morrer*, isto é, do evitar a morte. Os saberes médicos entram em cena para prescrever remédios antidepressivos aos luizenses que ainda estão em busca de sentido diante do desastre que lhes *marca*. Nessas vidas em suspenso, do quase *morrer de depressão*, não se acha explicação para o que se sente, se quer ir embora dali para esquecer, não se tem perspectiva de uma vida melhor, sente-se um aperto no peito e se bate o desespero sempre que começa a chover. Dona Alvarina, moradora do sítio da Barra, fala sobre suas emoções enquanto seu corpo também fala. O som de sua voz se alterna para baixo e seus olhos evitam o contato visual ao falar do desastre:

eu não acho explicação pra dizer pra você o que é que eu sinto...ai eu fui no médico [voz baixa e olhando pra baixo] e ele [me receitou]...como é que fala? (...) antidepressivos (...) mas eu acho que voltar ao normal eu não volto mais não. Eu fico muito, muito **marcada né? Então...fica difícil né? (...) **não tem perspectiva de vida melhor não. A gente até quer tocar a vida normal, mas não dá.** A gente fica...[silêncio] (entrevista realizada em 05 de dezembro de 2011; grifo nosso).**

Ao relatar sobre o lembrar constante do desastre, do desespero que sente sempre que começa a chover, da angústia e medo do rio, os períodos de seus silêncios ao longo da entrevista se tornam cada vez mais duradouros enquanto olha

para baixo. Dona Alvarina quer sair da beira do rio, mas permanece ali no sítio por causa do marido:

Nossa, Meu Deus do céu, [eu penso no que aconteceu] é direto. **Começou a chover já entro em desespero. Dá aquele aperto aqui** [com a mão direita no peito], que **você fica na angústia** porque você não sabe até onde o rio vai encher [silêncio] **eu queria sair da beira do rio. O medo meu agora é o rio** mas (...) vamos ver até onde a gente vai [silêncio de doze segundos] (entrevista realizada em 05 de dezembro de 2011; grifo nosso).

E após romper os períodos de silêncio cada vez mais espaçados, Dona Alvarina se conforma de sua situação, aceitando-a, reproduzindo um discurso recorrente em São Luiz do Paraitinga, o de que *ninguém morreu por falta de socorro*: “É, **aqui foi triste mas não morreu ninguém**. Então **a gente só ficou...sei lá**. Mexeu com a gente mas **não morreu ninguém por falta de socorro (...)** **Acontece que a gente fica meio abalado**, né? [silêncio]” (Entrevista realizada em 05 de dezembro de 2011; grifo nosso).

“*Aqui foi triste mas não morreu ninguém*” explicita a introjeção de um tipo de discurso que circulou e gerou efeitos de poder sobre os luizenses, que modela e os faz conformar à lógica do *dia do desastre*, compreendendo-o como um acontecimento ocorrido em janeiro de 2010, atrelado à ocorrência da inundação e não como um processo que transcorre em suas vidas. O “*a gente só ficou...sei lá*”, “*acontece que a gente fica meio abalado*” são expressões que atestam a vergonha de se sentir anormal diante do julgamento do Outro, afinal as inundações aconteceram cronologicamente há mais de um ano, embora ela esteja presente no seu tempo social e no imaginário, como o constante medo da chuva, do rio e o aperto no peito fazem Dona Alvarina se lembrar. E essas *marcas* deixadas no corpo e no pensamento do luizense se revelam nos olhos lacrimejados de alguns dos

entrevistados em março de 2013, pouco mais de três anos após as inundações. Discursivamente se fala sobre de um “dia do desastre”, de um desastre que aconteceu, mas muitas das práticas revelam sua continuidade. Como declama o poeta luizense que ocupa a praça da Matriz: “*O sorriso esconde a lágrima, o coração apertado*”.

4.8 O refazer da cidade: cidade de quem e para quem

No banco da praça da Matriz, defronte à Igreja Matriz em reconstrução há mais de três anos, o verso proferido pelo poeta caipira resume a lógica de poder que envolve grande parte dos discursos e práticas da biopolítica do desastre. “*O sorriso esconde a lágrima, o coração apertado*”: é essa lógica de poder que se estabelece como um jogo entre próprios luizenses e entre estes e o Outro. É da circulação do sorriso de cada luizense que depende a reafirmação do discurso da reconstrução, da superação do desastre, da sustentação da economia da cidade, do Centro Histórico vivo e voltado ao turismo.

À primeira vista, o município de São Luiz do Paraitinga parece estar reconstruído e recuperado, a julgar pelas várias obras realizadas em suas estradas, pelas obras de contenção de morros, pela sinalização turística, pela modernidade do novo conjunto habitacional da reconstrução, pelos casarões históricos restaurados, pela Capela das Mercês reconstruída e muitas outras infraestruturas. Também retornaram o número enorme de turistas nos carnavais³⁵, na Festa do Divino e nas

³⁵Segundo estimativas do Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal de São Luiz do Paraitinga, o Carnaval de 2011 contou com 70 mil pessoas. Em 2012, esse número aumentou para 120 mil pessoas. No ano de 2013, foram 150 mil pessoas. Como ressaltado anteriormente, a população total do municipal é de aproximadamente 10 mil pessoas.

muitas outras festividades que acontecem. Ao sorriso de se ver tais obras e fluxos de turistas, escondem-se a lágrima e o coração apertado como introjeções do *deixar morrer* que não se revelam nos discursos harmônicos que os órgãos oficiais e os meios de comunicação fazem circular sobre a reconstrução.

Se, anteriormente, reportou-se à pintura feita em um dos casarões do Centro Histórico para retratar a altura atingida pelas águas do rio Paraitinga durante a inundação de 2010, ao se sair do Centro Histórico em direção ao Bairro da Várzea dos Passarinhos, pode-se notar as marcas das “pinturas” com cor de barro feita pelo subir e descer das águas do rio Paraitinga em janeiro de 2010. A essas marcas deixadas, somam-se outras que tomam forma de ruínas: são moradias que permanecem com uma parede ou restos de tijolos, enquanto outras só possuem os esqueletos dos alicerces. Tais restos materiais da memória do desastre suscitam o reviver do tempo subjetivo da tragédia, embora a vegetação que cresce entre escombros revele que o tempo cronológico ali passou (vide figura 22). E ali não restam muitas testemunhas para contar seus dramas: os moradores das ruínas se dispersaram. As áreas abandonadas temporariamente à força dos dispositivos de segurança excepcionais de determiná-las como *áreas de risco* foram, mais tarde, decretadas como *áreas congeladas*. Segundo a Prefeita local: “Todos **os lugares que eram áreas de risco estão congelados**. A gente não deixa mais construir” (entrevista realizada em 01 de dezembro de 2011; grifo nosso).



Figura 22 – Áreas congeladas

Legenda: No bairro Várzea dos Passarinhos, as ruínas das moradias destruídas em janeiro de 2010 permanecem, sendo a vegetação que cresce um indicador da passagem do tempo cronológico. As referidas áreas foram congeladas e não podem ter as moradias reconstruídas (Data: 04 de dezembro de 2011. Foto: Victor Marchezini).

Assim, as técnicas de poder, os mecanismos e os dispositivos de segurança da biopolítica do desastre vão se aperfeiçoando e atualizando. *Áreas congeladas* é o dispositivo criado em tal biopolítica para *deixar morrer*. Engendrado por instâncias federais, estaduais, Ministério Público etc, é apropriado pelo município, não como uma sugestão que este deve ou não acatar, mas sim como uma determinação superior que lhe é cobrada e investigada a aplicação, uma vez que é identificada como mecanismo de redução de risco. O dispositivo de segurança das *áreas congeladas* proíbe que se executem as ações de reconstrução

das moradias destruídas e danificadas no bairro da Várzea dos Passarinhos. Dessa forma, o (a) proprietário (a) não pode reconstruir a moradia, não pode vender o terreno, não pode alugá-lo, nem ser objeto de desapropriação para que o detentor receba uma indenização por parte do órgão municipal. As *áreas congeladas* deixam vidas em suspenso e expressam a lágrima e o coração apertado aludidos pelo poeta. O passado lhe é presente e a promessa de reconstrução ele não antevê em seu futuro: a irresolução do problema três anos depois da decretação em *áreas congeladas* também o *deixa morrer*.

Essa lógica do *deixar morrer* deixando a vida em suspenso, assemelha-se às barreiras burocráticas explicitadas anteriormente para o caso dos imóveis do Centro Histórico que precisam ser reconstruídos e restaurados segundo os padrões determinados pelos órgãos estaduais e federais do Patrimônio Histórico. Tais áreas do Centro Histórico, embora também estejam em ruínas e muitas delas situadas às margens do rio Paraitinga, não estão na lógica do congelamento, mas sim na lógica da reconstrução regulamentada, ou seja, segundo as determinações dos referidos órgãos. Importa menos a função social da moradia como base para o exercício privado das rotinas do cidadão e mais o estilo do casarões/casas reconstruídas que vão compor o conjunto arquitetônico para a contemplação dos turistas que visitam a cidade³⁶.

As ruínas das áreas congeladas não importam aos órgãos do Patrimônio Histórico porque não são objeto de seu tombamento, não se enquadram nas delimitações do Centro Histórico. Como no transcorrer do tempo cronológico tais áreas circunscritas ao Centro Histórico permaneciam com as ruínas das moradias

³⁶Vale salientar que os luizenses valorizam todo o conjunto arquitetônico do Centro Histórico, mas criticam a burocracia dos referidos órgãos do Patrimônio Histórico.

atingidas no desastre, foram efetuadas medidas excepcionais, mesmo após o fim do Estado de Calamidade Pública, para que se pudesse reconstruir e restaurar algumas moradias de proprietários que possuísem renda de até dez salários mínimos. As medidas excepcionais visavam “melhorar” a paisagem do Centro Histórico, a fim de que o turismo não fosse prejudicado por essa rememoração ao desastre, mas que se associasse o município à reconstrução: o desastre era um passado superado. Com o tempo, outras medidas de melhoramento do entorno paisagístico foram criadas para reformar/restaurar algumas fachadas de moradias que não foram atingidas na inundação, mas que estão situadas no Centro Histórico, tal como as que se localizam na Rua do Rosário.

Desse modo, nas delimitações do Centro Histórico, permanecem os casarões e moradias reconstruídos e restaurados e outros em ruínas. Na Várzea dos Passarinhos, as moradias destruídas estão em áreas congeladas pelos órgãos municipais. Enquanto isso, na outra margem do rio Paraitinga, fora do Centro Histórico e da jurisdição de seus órgãos, as práticas de reconstrução da mais “alta tecnologia” expressam o estilo moderno adotado pelos projetos de conjuntos habitacionais da Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), na produção do conjunto habitacional “Casinha Branca”. Nas diversas áreas do município, identificam-se *expressões socioespaciais da reconstrução desigual*: há a cidade-patrimônio, circunscrita ao Centro Histórico, regulamentada pelos órgãos do Patrimônio Histórico, com casarões e casas que estão em processo de reconstrução e restauração, mesmo que ainda existam algumas ruínas de moradias; há, fora dessa circunscrição, áreas que não são objeto da regulamentação desses órgãos, não possuindo, portanto, valor paisagístico do

conjunto arquitetônico e pertencendo à cidade-congelada, à cidade que não pode ser reconstruída, determinada pelas medidas judiciais; e, há a cidade-futuro, construída depois da inundação de janeiro de 2010, que se expressa na implantação do “padrão moderno” de conjunto habitacional, com casas e sobrados feitos de PVC, todas padronizadas (vide figura 23).



Figura 23 – Cidade-futuro

Legenda: Exemplo de casa construída no novo conjunto habitacional Casinha Branca, feita em material de PVC (Data: 07 de março de 2013. Foto: Victor Marchezini).

A produção do conjunto habitacional da “cidade-futuro” foi veiculada como sendo de *tempo recorde*, por ter perdurado oito meses. Foram construídas no alto de um morro, 151 moradias em concreto PVC, entre sobrados e casas. A inauguração do novo conjunto habitacional para prover moradia à “população

moradora de área de risco” contou com a participação do governador do Estado de São Paulo, do Secretário de Habitação e de muitos outros políticos. Os novos moradores do “Casinha Branca” foram escolhidos por meio de sorteios, enquanto os demais “não-agraciados” entraram na fila da solução habitacional. A construção do referido conjunto habitacional ficou a cargo da CDHU, e não se atrelou a qualquer um dos Programas de Reconstrução de moradias destinadas a famílias de baixa renda, contidos no Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC).

Como dito anteriormente, o SINDEC, em seu Programa de Reconstrução, possui um subprograma de recuperação socioeconômica que inclui um projeto de realocação populacional e de construção de moradias para populações de baixa renda. Este prevê que o governo municipal seja responsável pela provisão de terrenos, a prévia urbanização da área com construção de infraestrutura básica, o encaminhamento do projeto da construção das unidades habitacionais e a relação das famílias que serão contempladas. Ao SINDEC caberá, como contrapartida, o fornecimento de cestas básicas de materiais de construção para que a própria comunidade possa participar do mutirão de obras (BRASIL, 2000).

Em outras palavras, pelo programa de reconstrução de moradias através do SINDEC, ao cidadão caberá fornecer seu trabalho, sua mão-de-obra para construir as casas sob a forma de mutirão, sendo que ele não paga pela moradia. Já em São Luiz do Paraitinga, uma nova biopolítica se desenhou: o conjunto habitacional foi construído por uma empresa contratada pela CDHU, sendo que para alguns luizenses cabe pagar o financiamento da casa construída. Isto é, as famílias e grupos domésticos que moravam em áreas consideradas de risco e/ou áreas

congeladas e foram realocadas para os novos conjuntos habitacionais, têm que pagar pelo financiamento das casas e não recebem qualquer indenização pelas casas demolidas, pelos terrenos interditados que não podem ser objeto de qualquer transação comercial. Já as famílias e grupos domésticos que tiveram os imóveis destruídos ou danificados no Centro Histórico e possuem renda de até dez salários mínimos, tiveram as casas reconstruídas/restauradas/reformadas por uma empresa contratada pelo CONDEPHAAT e não tiveram custos com esse processo, ou seja, a reconstrução/restauração não foi financiada. O que o discurso da reconstrução também não revelou foram essas práticas socioespaciais da reconstrução desigual, que também entram numa estratégia de cálculo na gestão econômica do desastre: a recuperação e reconstrução de imóveis privados do Centro Histórico têm *utilidade*, valendo-se de medidas excepcionais para fazer viver as atividades econômicas do turismo. Aos outros espaços da cidade, que têm menos prioridade e *utilidade*, a biopolítica acaba por operar em sua lógica do *deixar morrer*, como se identifica na lógica do congelamento de áreas.

O luizense deslocado de sua moradia em área considerada de risco ou *congelada*, quando contemplado na nova solução habitacional, assina um termo autorizando que sua antiga moradia seja demolida pelo órgão municipal, sem receber qualquer indenização, uma vez que a área não foi desapropriada. Nesse processo de congelamento de áreas, desenha-se a articulação de dispositivos de segurança excepcional, mas junto a este se expressa o dispositivo de segurança relacionado à gestão econômica do desastre e que se revela na reconstrução de moradias via financiamento. A biopolítica do desastre também tem se atualizado e aperfeiçoado no domínio da economia, da gestão econômica: os custos da

reconstrução precisam ser diluídos e não são todos que lhe têm que pagar. Como também não são todos os que auferem os ganhos econômicos com as políticas de reconstrução.

Sabrina morava com seu pai e sua filha na Várzea dos Passarinhos e tiveram a casa destruída. Conta que geólogos e a defesa civil foram no local e determinaram que a casa não poderia ser reconstruída naquela área, que ninguém poderia reconstruir no terreno, que somente se poderia fazer plantio, horta. Que não se poderia locá-lo ou vendê-lo. Sr. Noel, pai de dona Sabrina, mostra-se inconformado com o dispositivo de segurança excepcional de decretar o *congelamento de áreas* que, a seu ver, expressa o confisco da propriedade privada pelo “governo”, ou seja, pelo Estado. A revolta é quanto à legalidade deste procedimento que vai comprometer o futuro da neta, que possui cinquenta por cento dos direitos do imóvel registrado, com escritura definitiva:

o problema mais delicado que eu falo é que nesse terreno dela [filha], cinquenta por cento é dessa criança aqui [neta]. Este é o problema delicado. E não é coisa do governo. Tá tudo registrado. **O governo não pode ser dono.** Nem que você more numa área de risco ou nem que você perdeu [a casa, o terreno]. **Mas se você tem uma escritura definitiva daquilo, uma coisa registrada, o governo não é dono.** Como é que vão desapropriar a propriedade de uma criança ‘órfã’ [pai faleceu, mãe ainda viva] de sete anos de idade? **Onde é que existe esta lei? Isto que eu quero saber** (entrevista realizada em 5 de dezembro de 2011; grifo nosso).

Ao ser contemplada no sorteio para uma nova moradia no residencial “Casinha Branca”, Sabrina teve que assinar um documento autorizando a demolição desse imóvel situado em *área congelada* na Várzea dos Passarinhos. Vizinha à antiga moradia de Sabrina estava a propriedade de oito cômodos de sua tia, que também ficou destruída e cuja área também foi congelada. A tia de Sabrina entrou

no cadastro do CDHU e teve a casa demolida, mas não pôde participar do sorteio das unidades habitacionais porque já possuía outro imóvel residencial no município de São Bernardo do Campo/SP, atualmente a residência dos filhos. Ao fazer o cadastro na CDHU, não lhe foi perguntado se possuía outro imóvel em seu nome. Ficou à espera da nova casa no conjunto habitacional e nesse meio tempo morou durante um ano com Sabrina em uma casa alugada. Passado esse tempo, quando chegou a hora do sorteio, a tia de Sabrina ficou sabendo que não tinha direito a ser sorteada porque já tinha uma outra propriedade em seu nome. O seu destino foi mudar de São Luiz do Paraitinga/SP para São Bernardo do Campo/SP, onde mora num cômodo cedido pelos filhos. O *estar arrasada* pela sucessão de perdas, não só dos danos havidos no desastre mas todos os outros subsequentes, que vão desde o suportar morar durante um ano num espaço exíguo até o ter a notícia de que sua espera pela reconstrução foi em vão, porque ela simplesmente *não atende os critérios técnicos* das políticas habitacionais focalizadas para os mais pobres dentre os mais pobres. Sabrina conta o *deixar morrer* da tia:

Ela [tia de Sabrina] foi inscrita. **Na hora de fazer a inscrição [no CDHU] eles não perguntaram [se tinha outro imóvel em seu nome]**. Foi inscrita, levou documento, igual eu. **Ficou contando com a casa e ficou com nós lá na casinha [alugada com auxílio-moradia]**. A casa onde a gente tava era pequenininha, ficamos em onze pessoas, ela **ficou um ano com nós**. E ela contando com a casa e eu contando com a minha. **Chegou na hora [do sorteio] ó...**[bate uma mão na outra sinalizando que não deu nada]...teve que ir embora. **O que que ela carregou? Um monte de saco de roupa que foi ganhado na enchente**” [Pergunto: a única coisa que sobrou pra ela?]. Sandra responde: “não sobrou, ganhou. Porque o que sobrou a enchente carregou tudo. O que sobrou ainda não funcionou (...) **Ela tá arrasada** (entrevista realizada em 5 de dezembro de 2011; grifo nosso).

O *deixar morrer* da tia de Sabrina se produz num invólucro de mecanismos e dispositivos que ora respeitam a ordem legal vigente – critérios técnicos para entrar na fila da solução habitacional respeitados – e ora suspendem a ordem legal e criam atos com força-de-lei – decretação de áreas congeladas para reconstrução, ocupação, comercialização; investimento do Estado na reconstrução de imóveis privados no Centro Histórico etc. Nesse processo, a vida da tia de Sabrina fica *em suspenso*: não tem direito à casa financiada, pois não atende os critérios técnicos da CDHU; não tem direito de reconstruir a antiga casa na Várzea dos Passarinhos; não pode vender ou alugar a área e utilizar o recurso financeiro advindo do negócio efetuado; não há horizonte de que a referida *área congelada* possa ser desapropriada pela prefeitura e a proprietária seja indenizada; diante da trama que a envolve, não há a quem recorrer; o que lhe resta é sair dali e se mudar de cidade. Essa é uma das expressões da lógica do *deixar morrer* que permanecem invisibilizadas e silenciadas. Em certas ocasiões, “não há como esconder a tristeza e o coração apertado”.

Para aqueles grupos domésticos que são contemplados no sorteio das casas financiadas do conjunto habitacional “casinha branca”, outras expressões dessa lógica também passam a ter vigência, de forma a regulamentar cada vez mais a vida social. Na nova habitação, deve-se assinar um contrato entre cujas cláusulas se inserem algumas que lhe determinam: a não possibilidade de locar esses imóveis para terceiros; a responsabilidade por cumprir com os pagamentos; a proibição de executar qualquer intervenção na moradia sem o prévio consentimento da CDHU. Sorteado(a) para ser contemplado(a) numa casa ou sobrado, ele(a) deve se adaptar a esta nova lógica, aceitando as determinações impostas, além de ter de

estabelecer novas relações de vizinhança com moradores de outros bairros que para lá convergiram através de sorteio.

Com o transcorrer do tempo, sem ter de se submeter a uma fiscalização constante, tal qual os proprietários dos imóveis do Centro Histórico, os novos moradores contradizem a prescrição de condutas estabelecidas pela CDHU e começam a se apropriar de seus novos lugares: fazem modificações na fachada das moradias, introduzindo portões, erguendo muros, colocando cercas elétricas, pintando seus lares de outras cores para se diferenciar das casinhas brancas padronizadas que lhe fazem vizinhança.

Com o tempo também aparecem os problemas de diversas ordens: moradias e sobrados passam a apresentar defeitos na infra-estrutura das construções como, por exemplo, infiltrações etc. Dificuldades de ordem sócio-econômica também emergem: muitos não conseguem emprego compatível aos novos custos de vida como pagar o financiamento da casa, energia elétrica, gás etc.; outros não conseguem empregos no município, tendo que “morar” durante a semana em outras cidades e voltar para São Luiz aos finais de semana. Dificuldades de ordem sócio-cultural também vêm à tona: a maioria não se acostumou ao modo fabricado de viver em condomínio dos sobrados, algo inédito à realidade desse último reduto da cultura caipira do Estado de São Paulo: a realidade cultural do município é muito distinta da lógica de engenharia de sobrados de PVC com 54,86m². Falta-lhe, por exemplo, o espaço do quintal, para plantar na horta, ter um animal de criação etc.

Essas dinâmicas ocorridas nos diversos espaços da cidade de São Luiz em seu processo de reconstrução e recuperação revelam a lógica de poder de

que pouco se fala: os moradores locais atingidos não adquirem o status de sujeitos no processo de reconstrução, mas sim de objeto das políticas públicas. Os luizenses permaneceram na condição de sujeitos em dimensões recuperativas que diziam respeito à sua cultura, como as festividades e manifestações coletivas da Festa do Divino, das Procissões Religiosas, dos Carnavais etc. No plano da discussão e implementação de políticas públicas atinentes ao processo de reconstrução, veiculou-se o discurso de um processo participativo durante as audiências públicas. Entretanto, essas arenas que, em tese, deveriam ser *participativas* para promover a discussão pública com o afã de encontrar soluções concertadas à realidade local, foram meramente *informativas*. Os sujeitos que detiveram os microfones, que se sentaram à frente da mesa de discussões, foram, em sua maioria, agentes externos à realidade local, muitos deles munidos de discursos de saber técnicos e científicos que desconsideravam qualquer valor do *luizense* em relação à sua cidade, ao seu rio, à sua cultura.

Por vezes, tais agentes externos eram sensíveis ao valor depositado pelo luizense à sua cidade, sendo representados pelos moradores locais como defensores de sua causa. Vez ou outra, algum agente local, sobretudo da prefeitura municipal, detinha o microfone para apresentar os muitos representantes dos órgãos estaduais e federais que ali estiveram para proferirem seus discursos de verdade sobre os melhores rumos a seguir no tocante à reconstrução. “*Erguer um muro em toda a margem do rio paraitiga para proteger os moradores da inundação*” foi uma das propostas técnicas de um engenheiro civil, a qual foi rapidamente rebatida por um professor universitário da área de ciências humanas, ao qual o luizense passou a se ver representado durante a audiência pública que versou sobre como enfrentar

o problema das inundações do rio Paraitinga. Suzana retrata que foi a esta audiência pública no dia 12 de abril de 2010, e salienta que sequer ouviram os moradores para saber das suas opiniões. Para a moradora, o rio Paraitinga faz parte da cultura de São Luiz, conviveu-se com ele a vida toda, ele faz parte da vida de cada um, assim como suas inundações. Suzana critica esses projetos de reconstrução de *gente de fora* – órgãos do governo do Estado, técnicos, cientistas etc. – que não tem nenhuma ligação com o lugar, mas que o vêem unicamente como uma forma de colocar suas ideias em prática. Além da intervenção externa, a luizense critica a falta de explicitação dos procedimentos e do tipo da audiência pública – se era deliberativa ou informativa e o que significa cada um desses tipos. Para ela, a audiência pública deveria ter um caráter de consulta pública para, a partir daí, colocar os parâmetros de ação a respeito de que tipos de políticas públicas de reconstrução os luizenses almejam em sua cidade:

Eu fui numa audiência pública a respeito do muro que estão querendo fazer na beira do rio, que é um projeto do governo do Estado (...). Todo mundo é contra. Mas encasquetaram de fazer isso aí, a gente não sabe o que é que tá passando na cabeça dessa gente, **porque é gente de fora**, não tem ninguém daqui envolvido nesse projeto. Então eles **chegam com uma coisa pronta**, é o DAEE [Departamento de Águas e Esgoto do Estado de São Paulo], é o Governo do Estado, é num sei quem. **Não ouvem o luizense**. Luizense não quer muro na beira do rio, imagina. **O rio faz parte**. A enchente foi ruim pra gente, foi péssima. Mas **nós convivemos com esse rio**. Todo mundo que mora aqui...faz parte da nossa vida ué, fazer o que? (...) Nós sabemos que outras [inundações] virão, menores...a gente sabe disso (...) Mas é a nossa realidade, nós **temos essa cultura de gerações** de conviver com essa coisa. Então você colocar um muro de dois metros na beira do rio, abrir o portão e não ver nada, ver um muro? Que maluquice (...) E o projeto foi detonado por todo mundo e foi a única audiência pública que eu vi que tinha muita gente, porque foi aqui na praça e tava lotado, tava lotado. **Mas ninguém fala nada, é assim que acontece aqui. Mas todo mundo ficou contente (...)** mas no final ninguém entendeu que aquilo não era um audiência deliberativa mas apenas informativa. Ou seja, adiantou o que? Nada. Ou seja, você faz uma audiência pública que você tá apenas informando o que você já

decidiu, então perde até a natureza da audiência pública (...) **eu acho que audiência pública tem que ter um condão de consulta pública, de ver o que a população pensa e a partir daí você colocar os parâmetros de ação** (entrevista realizada em 5 de dezembro de 2011; grifo nosso).

Nesse tipo de *discurso participativo* que envolve as audiências públicas, o que menos se presenciou foi a oportunidade de praticar a participação. E, quando um cidadão luizense se dispunha a falar sobre algum assunto polêmico ou a questionar a fala de alguns doutores da defensoria ou do Ministério Público, vez por outra era repreendido com a ameaça de se tratar de *desacato*. Quando o interlocutor questionado não detinha a resposta para a pergunta a ele dirigida, a estratégia era conduzir o assunto para outra temática e negar o direito de réplica ao luizense, impedindo que este executasse um contradiscurso.

E assim, nesse conjunto de práticas que sutilmente *deixam morrer*, o luizense político é silenciado e se desmobiliza, encontrando na cultura o seu ancoradouro para seu *fazer resistir*. Se o sorriso esconde a lágrima, o coração apertado, parte disso se deve ao tipo de lógica de poder que se estabeleceu em São Luiz do Paraitinga no transcurso vigente de seu processo de reconstrução e recuperação. Roberto, morador local, participou das audiências públicas e exprime minuciosamente a ritualidade, a teatralidade e a performance dos sujeitos nessas *arenas participativas* – “*ergue um toldo*”, “*monta a mesa*”, “*pega um microfone*”, descreve o luizense. Revolta-se com as formas de condução do processo pelo Outro e os mecanismos sutis de fazer o questionador se silenciar – “*Quando você pergunta, a pessoa que tá com o microfone já pega o microfone e some de perto de você*”, explica. Nas palavras do luizense:

Ai ergue um toldo, ai monta a mesa lá, eles pega um microfone. Quando você pergunta alguma coisa, ai a pessoa que tá com o microfone já pega o microfone e some de perto de você. Ai lá na frente responde completamente diferente do que você perguntou. Não responde absolutamente nada daquilo que você perguntou, te dão uma outra resposta. Ai você não tem o direito de dá a réplica, porque o microfone já num tá mais perto de você. Ai você tem que gritar e se você gritar é desacato (entrevista realizada em 30 de novembro de 2011; grifo nosso).

Roberto também ficou indignado com as formas de sujeição que incidem sobre o morador local que, apático, submete-se aos mandos e desmandos do Outro, silenciando-se ante os discursos de saber que *falam pelos luizenses*, identificando o que é melhor para eles, *o como deve ser* do processo de reconstrução: “o povo encosta assim e fica olhando, nunca ninguém fala um “a”, ninguém levanta a mão nem nada, fica escutando e torcendo pra ver se tem algum caboclo sentado na mesa que compra a briga”, desabafa. Para o luizense, a audiência pública não teve valor nenhum porque não foi *democrática*. Para ele, o povo foi usado para dar a aparência de uma audiência pública participativa que, na verdade, foi predominada pela fala dos doutores e técnicos, com seus jargões inacessíveis à compreensão dos leigos, decidindo em nome dos luizenses, sem identificar suas reais necessidades de reconstrução:

eu acho que essas audiência pública, eu acho que não leva a nada. **Eles usam a população** pra como se fosse um... um... um democrático... **tiram foto**. Põe o povo lá. **Fica falando abobrinha na orelha do povo com termos técnicos, o povo não entende**. Ai tiram fotos, filma de traz pra frente, de frente pra traz pra servir como, como... é... instrumento de liberação [de verbas] (...)fica querendo fazer igreja da matriz com uma torre só, que antigamente era uma torre só. Pô, nós queremos a Igreja com duas torres, pronto e acabou, a mesma igreja que caiu. **A igreja que caiu tinha duas torres tinha uma porta central, duas porta lateral e pronto acabou. O povo quer isso entendeu?** (entrevista realizada em 30 de novembro de 2011; grifo nosso).

Nas lógicas de poder, nos discursos e nas práticas sobre o processo de reconstrução e recuperação de São Luiz do Paraitinga, a lógica do *deixar morrer* nem sempre é visível: ela se revela espacialmente nas ruínas das moradias e na paisagem da Igreja em processo de reconstrução, mas se esconde por trás do “sorriso” que protege a lágrima e o coração apertado, na definição pelo Outro da superação do desastre dos luizenses. No tipo de jogo de poder que teve e ainda tem lugar é, na maioria das vezes, o Outro que lhe institui formas de sujeição que lhe dizem e lhe definem *como* ele deve viver, ou melhor, *como ele deve deixar-se morrer*. Essa lógica ganha materialidade na aceitação das expressões socioespaciais da reconstrução desigual; nos dispositivos de segurança de decretar *áreas de risco* e *áreas congeladas*; nas formas de se conduzir o como se deve viver no novo conjunto habitacional; na teatralidade, silenciamento e objetificação dos luizenses nas audiências públicas, falando-se por eles, dizendo o que lhes é melhor, definindo o seu futuro. Nas palavras de uma luizense a respeito da perda do protagonismo em relação à sua cidade:

Na verdade, o que aconteceu em São Luiz foi que **a gente foi invadido por gente de fora**. É gente de fora que faz as plantas dos imóveis; é gente de fora que faz os planos dos órgãos públicos; é gente de fora que diz o que tem que ser feito no rio; **é gente de fora que diz como a gente deve construir a nossa casa**. Você vê: a gente, **além de tudo [o que aconteceu], ainda tem essa coisa de...ter o futuro definido por quem não é daqui**. Não sei se essa falha foi nossa, se foi da Prefeitura, se foi de todo mundo. Ninguém na época se comprometeu e eu acho que a gente perdeu a noção de parar, entendeu? (...) **Nós não somos mais protagonistas dessa cidade**”, relata Adriana (entrevista realizada em 05 de dezembro de 2011; grifo nosso).

É na perda desse protagonismo do luizense em relação à sua cidade e à sua condição de sujeito que se identifica a trama que o envolve numa situação de esconder a sua lágrima e seu coração apertado por detrás de um sorriso. O seu

fazer resistir ancorando-se nas suas práticas culturais e em seu modo de *ser luizense* são uma estratégia para não abandonar-se à lógica do *deixar morrer*. Num primeiro momento, durante e logo após as inundações de janeiro de 2010, as declarações de situações de emergência e estado de calamidade pública, como parte da biopolítica do desastre, fizeram crescer as forças do Estado e permitiram uma série de mecanismos de poder e dispositivos de segurança que cuidaram da vida biológica, do seu *fazer viver*, o que se revela, por exemplo, pela criação das populações-alvo e todas as ações necessárias do reino de necessidades. Entretanto, com o transcorrer do tempo cronológico, uma série de outros mecanismos, discursos, práticas e dispositivos *deixam morrer*, à medida que desmobilizam a condição do luizense como sujeito de seu próprio processo de reconstrução e recuperação, falando por ele, decidindo e definindo seu futuro. Dona Alvarina, moradora do sítio da Barra, e seu Jair, morador do novo conjunto habitacional “Casinha Branca”, expressam, cada qual desde o seu ponto de vista, a lógica do *fazer viver* e *deixar morrer* que se encobre na biopolítica do desastre:

Assim, **na enchente eu não tenho o que reclamar**. Tivemos comida, leite à vontade. Quem chegar e falar que passou fome é mentira. Foi tudo bem distribuído. Cada bairro tinha um local. Então fome nós não passamos, **mas o resto** [silêncio olhando pra baixo], afirma Dona Alvarina (entrevista realizada em 4 de dezembro de 2011; grifo nosso).

Esse município ficou em calamidade pública mas ainda tá mal, hein. Você tá vendo a praça da cidade como é que tá? Você já passou na praça? **Tá tudo morto. Tá acabado. Tá uma praça abandonada, não tá?** (entrevista realizada em 5 de dezembro de 2011; grifo nosso).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foucault (2008b), em *Segurança, Território e População*, faz uma análise interessante a respeito de como o problema da escassez alimentar passa a ser um acontecimento de grande preocupação por parte do governo com o crescimento das cidades e as inúmeras revoltas que começam a ocorrer diante do referido problema. Diante disso, criou-se um sistema antiescassez alimentar, todo um sistema jurídico e disciplinar de limitações, de pressões, de vigilância permanente, que é organizado para que os preços dos cereais não disparem nas cidades, evitando que as pessoas se revoltem. Constituíram-se saberes de todos os processos para lidar com a população como problema político, científico, biológico e de poder, isto é, uma biopolítica. Esses saberes de governo permitiram conduzir sem necessariamente reprimir, utilizando-se de um conjunto de técnicas, mecanismos de poder, de dispositivos de segurança sobre um conjunto de fenômenos, inclusive os acidentais e aleatórios. Aparecem, nesses dispositivos, as noções de caso, risco, perigo e crise que vão compor as técnicas, balizando toda uma série de formas de intervenção sobre campos de aplicação diversos.

Entre esses campos de aplicação da biopolítica inserem-se as relações entre a espécie humana e seu meio de existência, sejam os efeitos brutos do meio geográfico, climático, hidrográfico, como também o meio não natural da cidade e seus problemas que repercutem na população, como as epidemias, inundações, deslizamentos, desastres relacionados aos perigos hidrometeorológicos etc. Tais desastres passam a ser considerados numa biopolítica: entram numa estratégia geral de poder à medida que são avaliados, incorporados nos cálculos, criando-se técnicas de registro de informações para que componham uma estatística, para que

sejam mapeados etc. À medida que se tornam recorrentes, tornam-se objetos de saberes que serão produzidos para identificar como lidar com a população, como gerir e conduzir tais realidades de perigos e crises, como estabelecer uma relação de governo frente ao acontecimento, ao desastre.

Desenvolvem-se, assim, um conjunto de técnicas, mecanismos sutis e dispositivos de segurança no intuito de tentar gerenciar os que estão no cenário de desastre e os problemas que se apresentam. Produzem-se classificações para fabricar sujeitos e torná-los população-alvo; para criar discursos de verdade, tornando a realidade produzida como administrável e quantificável, objetivando, assim, enquadrar a complexidade dos problemas sociais revelados na cena em algo propício à gestão técnica, dando ênfase a aspectos dessa realidade que possam ser “solucionáveis”. Criam-se instrumentos de poder para subsidiar as formas de gestão, tais como os formulários de Avaliação de Danos (AVADAN).

Além desses *dispositivos de segurança classificatórios*, adotam-se outros para gerenciar calamidades, os *dispositivos de segurança excepcionais*. Tais dispositivos permitem criar fissuras no ordenamento jurídico e fazer crescer as forças do Estado, decretando o estado de exceção que, no campo da biopolítica do desastre, denominam-se como Situação de Emergência (S.E.) e/ou Estado de Calamidade Pública (E.C.P).

Nesse estudo, defendeu-se a tese de que essas declarações de situações de emergência e estado de calamidade pública fazem parte de uma biopolítica do desastre, como técnicas para fazer crescer as forças do Estado que, no período de crise, fazem viver, mas que, no pós-impacto, deixam morrer, porque são desconexas às demandas sociais de reconstrução e recuperação.

Num primeiro momento do Estado de Calamidade Pública, essa lógica de biopoder foi a do *fazer viver*, expressa num conjunto de discursos e práticas que fizeram crescer as forças do Estado, no domínio da economia e da utilização de forças repressivas, ganhando concretude nos dispositivos de segurança classificatórios e de exceção empregados pela polícia dos desastres: realizaram salvamentos das “vítimas”; os fuzis controlaram a ordem pública e repreenderam os “delinqüentes”; os “novos inspetores” avaliaram, mapearam, interditaram as *áreas de risco*; fabricaram-se as populações-alvo como *desabrigados, desalojados, afetados* e retiraram-nas das casas situadas nesses territórios de exceção; mobilizaram a rede dos “birôs da caridade” para gestão da exceção por meio das práticas de doações atinentes ao reino das necessidades e oferta de trabalho voluntário; procederam-se à tipificação, quantificação, avaliação, estimação e valoração monetária dos danos; veicularam-se discursos de necessidade, de promessas de reconstrução etc.

No transcorrer do tempo cronológico, com o término de vigência dos 180 dias do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública, as lógicas do *fazer viver* vão se diluindo sutilmente e paulatinamente entra em cena uma lógica naturalizável, que é a do *deixar morrer*, frente a qual os *luizenses*, a partir de seu repertório sócio-cultural, buscam estratégias de *fazer resistir*.

As formas de *fazer resistir*, como modo de criar estratégias dentro do repertório cultural, objetivam sobreviver socialmente enquanto sujeitos para fugir às classificações e discursos de poder do Outro, que quer definir o futuro dos *luizenses*. Tais formas de *fazer resistir* adquirem a expressão coletiva na composição das festas que fazem a cidade e o modo de ser *luizense*, como a Festa do Divino, o

Carnaval etc. Se os órgãos do governo direcionaram suas políticas públicas ao processo de reconstrução material do município no pós-inundação, coube aos próprios luizenses, na reafirmação de suas identidades, buscar essas referências no corpo de sua vida social e cultural para, a partir daí, resistir ao *deixar morrer* e tentar se recuperar. O processo de recuperação social em seu *fazer resistir* busca re-significar as experiências para absorver o acontecimento no corpo da sua cultura, não negando-lhe a existência, mas conferindo formas de se re-conduzir, re-fazer, re-começar, re-elaborar. A sua forma é expressar culturalmente o acontecimento marcador da sua história, o que pode ser feito de forma lúdica. Pelas ruas de São Luiz do Paraitinga se encontram várias formas de dar voz a esse *fazer resistir*. Expressar o acontecimento marcante da inundação é uma forma de tentar seguir em frente. É em grande parte por meio dessas práticas coletivas que o significado de *ser luizense* se reafirma em relação ao Outro, em resistência ao seu poder no campo de forças.

Nessa biopolítica do desastre, se inicialmente se *fez viver* nos inúmeros salvamentos realizados pelos *anjos do rafting* durante a inundação, com o passar do tempo entra em cena a lógica do *deixar morrer*. Nessa biopolítica, há alguns da espécie que vêm a ter o processo de envelhecimento intensificado vindo, por vezes, a morrer, não só diante do sofrimento social decorrente das perdas materiais e imateriais, como também da projeção que fazem em relação ao porvir do processo de recuperação. Em São Luiz do Paraitinga tornam-se recorrentes os relatos a respeito da morte de idosos após a inundação, embora os referidos depoimentos deixem claro que não se pode estabelecer uma relação direta. Por vezes, tais testemunhos fazem uma comparação entre a inexistência de mortes

durante a inundação – graças aos trabalhos de salvamento dos *anjos dos rafting* – e as inúmeras mortes ocorridas *após* a enchente. Se o *morrer de desespero* era uma categoria evocada por uma luizense para se referir às agruras vivenciadas durante a inundação, *morrer de tristeza, de angústia, de depressão* são outras categorias criadas para se nominar os tipos de *deixar morrer*, isto é, de processos de morte que ainda se vive depois da inundação. Mas ainda há os que ainda estão em busca de sentido diante do desastre que lhes *marca*. Nessas vidas em suspenso, do quase *morrer de depressão*, não se acha explicação para o que se sente: se quer ir embora dali para esquecer; não se tem perspectiva de uma vida melhor; sente-se um aperto no peito e se bate o desespero sempre que começa a chover.

“*Aqui foi triste mas não morreu ninguém*” explicita a introjeção de um tipo de discurso que circulou e gerou efeitos de poder sobre os luizenses, que modela e os faz conformar à lógica do *dia do desastre*, compreendendo-o como um acontecimento ocorrido em janeiro de 2010, atrelado à ocorrência da inundação e não como um processo que transcorre em suas vidas. O “*a gente só ficou...sei lá*”, “*acontece que a gente fica meio abalado*” são expressões que atestam a vergonha de se sentir anormal diante do julgamento do Outro, afinal as inundações aconteceram cronologicamente há mais de um ano, embora ela esteja presente no seu tempo social e no imaginário, como o constante medo da chuva, do rio e o aperto no peito que fazem alguns se lembrarem do “ocorrido”. E essas *marcas* deixadas no corpo e no pensamento do luizense se revelam nos olhos lacrimejados de alguns dos entrevistados em março de 2013, pouco mais de três anos após as inundações. Discursivamente se fala sobre um “dia do desastre”, de um desastre

que aconteceu, mas muitas das práticas revelam sua continuidade. Como declama o poeta luizense que ocupa a praça da Matriz: “*O sorriso esconde a lágrima, o coração apertado*”.

É na perda do protagonismo do luizense em relação à sua cidade e à sua condição de sujeito que se identifica a trama que o envolve numa situação de esconder a sua lágrima e seu coração apertado por detrás de um sorriso. O seu *fazer resistir* ancorando-se nas suas práticas culturais e em seu modo de *ser luizense* são uma estratégia para não abandonar-se à lógica do *deixar morrer*. Num primeiro momento, na emergência das inundações de janeiro de 2010, as declarações de situações de emergência e estado de calamidade pública, como parte da biopolítica do desastre, fizeram crescer as forças do Estado e permitiram uma série de mecanismos de poder e dispositivos de segurança que cuidaram da vida biológica, do seu *fazer viver*, o que se revela, por exemplo, pela criação das populações-alvo e todas as ações necessárias do reino de necessidades. Entretanto, com o transcorrer do tempo cronológico, uma série de outros mecanismos, discursos, práticas e dispositivos *deixam morrer*, à medida que desmobilizam a condição do luizense como sujeito de seu próprio processo de reconstrução e recuperação, falando por ele, decidindo e definindo seu futuro, impedindo-o de recuperar o seu lugar e o seu modo de se fazer luizense.

Os desastres têm uma continuidade no espaço e no tempo social, que varia de acordo com as características da organização social e cultural que diretamente vivencia seus efeitos no curto, médio e longo prazo. Nem sempre essa continuidade do desastre é evidente. Como diz o poeta caipira luizense: “*O sorriso esconde a lágrima, o coração apertado*”.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, V. G. El riesgo como construcción social y la construcción social de riesgos. **Desacatos- Revista de Antropología Social**. Septiembre/diciembre, num 19. Centro de Investigaciones y Estudios Superiores em Antropología Social, Distrito Federal/México, 2005. pp.11-24. Disponível em:<<http://redalyc.uaemex.mx/pdf/139/13901902.pdf>>. Acesso em: 30 maio. 2011

ACSELRAD, H. Vulnerabilidade Ambiental, processos e relações. **Comunicação ao II Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais**, FIBGE, Rio de Janeiro, 2006a.

_____. As cidades e as apropriações sociais das mudanças climáticas. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 77-106, 2006b.

AGAMBEN, G. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. **Homo sacer**: o poder soberano e a vida nua. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AGÊNCIA FOLHA. Homem é resgatado, foge do abrigo, volta para casa e é retirado pela 2ª vez. *Jornal Folha de São Paulo*. 29 nov. 2008. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2911200802.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

AGÊNCIA BRASIL. Técnicos do IPT avaliam riscos de novos desmoronamentos em São Luiz do Paraitinga. **Folha Online**, 04 jan. 2010. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u674626.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

AGIER, M. O “acampamento”, a cidade e o começo da política. In: Graças Índias Cordeiro; Frédéric Vidal (Orgs). **A Rua**: espaço, tempo, sociabilidade. Lisboa: Livros Horizonte Ltda., 2008.p.17-25.

_____. **Antropologia da cidade**: lugares, situações, movimentos. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2011.

ALDRICH, D. P. **Social, Not Physical, Infrastructure**: The Critical Role of Civil Society in Disaster Recovery. 2009. Disponível em:<<http://ssrn.com/abstract=1349353>>. Acesso em: 05 out. 2009.

AL-NAMMARI, F. M. **Sustainable disaster recovery of historic buildings**, the case of San Francisco after Loma Prieta Earthquake. Dissertation. Texas A&M University, 2006.

ALVES, H.P.F.; TORRES, H.G. Vulnerabilidade socioambiental na cidade de São Paulo: uma análise de famílias e domicílios em situação de pobreza e risco ambiental. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo: Fundação Seade, v.20, n.1,

p.44-60, jan/mar 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.

BLAIKIE, P.; CANNON, T.; DAVIS, I.; WISNER, B., **At risk** – natural hazards, people's vulnerability, and disasters. London and New York: Routledge/ Taylor & Francis e-Library, 2005.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil**. Brasília: SEDEC, 2000.

_____. Ministério da Integração Nacional. Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência. **Relatório Sala de Situação** – Enchentes 2004. Brasília: SEDEC, 2004.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Curso de Formação de Orientadores em Defesa Civil** (modalidade à distância). Brasília, 2006. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/capacitacao/reducaodesastres/curso/unidade1.asp>>. Acesso em: 13 dez. 2006.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Manual para decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública**. Brasília: SEDEC, 2007. v.1.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Histórico. Defesa Civil no Brasil. **Retrospectiva Histórica da Evolução da Defesa Civil no Brasil**. 2008. Acesso em: 12 dez. 2008.

BULLARD, R. Varridos pelo furacão Katrina: reconstruindo uma “nova” Nova Orleans usando o quadro teórico da justiça ambiental. In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. (orgs.). **Racismo Ambiental**. Rio de Janeiro: Fase, 2006. p.126-147.

CAMPOS, J.T. **A imperial São Luiz do Paraitinga**: história, educação e cultura. Taubaté: Resolução Gráfica, 2011. 118p.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

CASTRO, A. L. C.. **Segurança Global da População**. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Brasília, SEDEC, 1997. 2ª Ed.38p.

_____. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: SEDEC/MI, 1999a.v.1.

_____. **Manual de Planejamento em Defesa Civil**. Brasília: SEDEC, 1999b.v.2.

CHAMLEE-WRIGHT, E.; STORR, V. H. Social capital as collective narratives and post-disaster community recovery. **The Sociological Review**, 2011. 59, p.266–282.

COX, R.S.; PERRY, M.E. Like a Fish Out of Water: Reconsidering Disaster Recovery and the Role of Place and Social Capital in Community Disaster Resilience. **American Journal of Community Psychology**. (2011), 48, p. 395–411.

CORDEIRO, G.I.; VIDAL, F. (Orgs). **A Rua: espaço, tempo, sociabilidade**. Lisboa: Livros Horizonte Ltda., 2008.

DOMBROWSKY, W. R. Again and again: is a disaster we call a “disaster”? In: QUARANTELLI, Enrico L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.19-30.

DYNES, R.; QUARANTELLI, E. L. **The Place of the 1917 Explosion in Halifax Harbor in the History of Disaster Research**: The Work of Samuel H. Prince. Presented at a Conference on "The 1917 Explosion: Collision in Halifax Harbour and its Consequences," The Gorsebrook Research Institute for Atlantic Studies, St. Mary's University, Halifax, Nova Scotia, 3-6 December 1992. University of Delaware, Disaster Research Center. 1993. Disponível em: <<http://dspace.udel.edu:8080/dspace/bitstream/handle/19716/576/PP189.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 26 agost. 2010.

_____. **A brief note on disaster restoration, reconstruction and recovery**: a comparative note using post earthquake observations. University of Delaware: Disaster Research Center, 2008. Preliminary paper #359. Disponível em: <<http://dspace.udel.edu:8080/dspace/bitstream/handle/19716/3058/PP%20359%20DSpace%20Ready.pdf?sequence=1>>.

EIRD. **Vivir con el Riesgo**: informe mundial sobre iniciativas para la reducción de desastres. Ginebra: ONU, 2004.

FOLHA ONLINE. Chuva isola São Luiz do Paraitinga (SP) e deixa quase toda população fora de casa. **Folha Online**, 02 jan. 2010a. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u673855.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Serra anuncia medidas para reconstrução de São Luiz do Paraitinga; assista. **Folha Online**, 06 jan. 2010b. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/videocasts/ult10038u675674.shtml>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

_____. Prefeituras recebem doações para vítimas das chuvas em SP. **Folha Online**, 03 jan. 2010c. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u674054.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. Serra visita área alagadas em SP; São Luiz do Paraitinga continua isolada. **Folha Online**, 03 jan. 2010d. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u674073.shtml>>. Acesso em: 10 jan.2011.

_____. Deslizamento em São Luiz do Paraitinga (SP) deixa uma pessoa soterrada. **Folha Online**, 03 jan. 2010e. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u674123.shtml>>. Acesso em: 10 jan.2011.

_____. Danos por chuva superam R\$ 50 mi em São Luiz do Paraitinga; Serra promete ajuda. **Folha Online**, 03 jan. 2010f. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u674154.shtml>>. Acesso em: 10 jan.2011.

_____. São Luiz do Paraitinga (SP) permanece isolada; uma pessoa está desaparecida. **Folha Online**, 04 jan. 2010g. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u674393.shtml>>. Acesso em: 10 jan.2011.

_____. OAB pede para TJ-SP suspender prazos processuais em São Luiz do Paraitinga. **Folha Online**, 04 jan. 2010h. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u674406.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

_____. PM arrecada mantimentos para vítimas de São Luiz do Paraitinga. **Folha Online**, 05 jan. 2010i. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u674406.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

FIBGE. **IBGE cidades**. São Luís do Paraitinga. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>>. Acesso em: 25 nov. 2011.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2008a.

_____. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

_____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008c.

FUNDAÇÃO SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Perfil Municipal**. São Luiz do Paraitinga. Disponível em:<<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 24 out. 2010

_____. **Perfil Municipal.**
São Luiz do Paraitinga. Disponível em:<
<http://www.seade.gov.br/produtos/perfil/perfil.php>>. Acesso em: 16 dez. 2011

GILBERT, C. Studying disaster: changes in the main conceptual tools. In: QUARANTELLI, Enrico L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.11- 18.

GUHA-SAPIR, D. et al. **Annual Disaster Statistical Review 2010:** The Numbers and Trends. Brussels: CRED; 2011.

HAAS, J. E., KATES, R. W., & BOWDEN, M. J. **Reconstruction following disaster.** Cambridge: MIT Press, 1977.

HEWITT, K. Excluded perspectives in the social construction of disaster. In: QUARANTELLI, Enrico L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.75-91.

IVO, A.B.L. **Viver por um fio:** pobreza e política social. v.1.São Paulo: Annablume Editora, 2008.

IZIDORO, Alencar. **Fila para mantimentos leva até 6h em Itajaí/SC.** Jornal Folha de São Paulo. 27 nov. 2008a. Caderno Cotidiano. C4.

IZIDORO, Alencar. **Após mais desabamentos, moradores são retirados à força de área de risco.** Jornal Folha de São Paulo. 29 nov. 2008b. Disponível em:<
<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2911200801.htm>>. Acesso em: 10 out. 2009.

KONDO, S.; YAMORI, K.; ATSUMI, T. ; SUZUKI, I. How do “numbers” construct social reality in disaster stricken areas? : a case of the 2008 Wenchuan earthquake in Sichuan,China. **Natural Hazards.** Nov 2011, p.1-11.

KREPS, G. Disaster as systemic event and social catalyst. In: QUARANTELLI, Enrico L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.31- 55.

KROLL-SMITH, S.; GUNTER, V.J. Legislators, interpreters, and disasters. In: QUARANTELLI, Enrico L. **What is a disaster?** Perspectives on the question. Routledge: London and New York. 1998. p.160-176.

KUMAR-JHA, M. Natural and anthropogenic disasters: an overview. In:_____. **Natural and Anthropogenic Disasters:** vulnerability, preparedness and mitigation. Dordrecht, The Netherlands : Springer, 2010.

LANDAU, J.; SAUL, J. Facilitando a Resiliência da Família e da Comunidade em Resposta a Grandes Desastres. **Pensando Famílias,** nº4, ano 4.2004. p.56-78.

LAVELL, A. Ciências Sociais y Desastres Naturales en America Latina: un encuentro inconcluso. In: MASKREY, Andrew (org.). **Los desastres no son naturales**. Panamá: Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1993.p.111-125.

_____. Riesgo, desastre y territorio: La necesidad de los enfoques regionales/transnacionales. **Anuário Social y Político de América Latina y Caribe**, Caracas, n.5, p.140-147, 2002.

LEITMANN, J. Cities and Calamities: learning from post-disaster responde in Indonésia. **Journal of Urban Health: Bulletin of the New York Academy of Medicine**, v.84, nº1, p.144-153, 2007.

LINDELL, M. K. **Disaster studies**. International Sociological Association. Sociopedia.isa. Disponível em: <<http://www.sagepub.net/isa/admin/viewPDF.aspx?&art=Disaster%20Studies.pdf>>. Acesso em: 06 jan. 2012.

MARANDOLA Jr., E.; HOGAN, D.J. As dimensões da vulnerabilidade. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 33-43, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <<http://www.scielo.br>>.

MARCHEZINI, V. Desafios de gestão de abrigos temporários: uma análise sociológica de inseguranças e riscos no cotidiano de famílias abrigadas. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2010.

_____. Lógicas de poder, discursos e práticas do Estado e dos afetados no contexto "pós-desastre". In: XXVIII CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE SOCIOLOGIA, 2011, Recife. **Anais...** Recife: XXVIII Alas, 2011.

MARICATO, E. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MARTINS, J. de S. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

MATTEDI, M.A. **As enchentes como tragédias anunciadas**: impactos da problemática ambiental nas situações de emergência em Santa Catarina. Campinas: Unicamp/IFCH, 1999. 297p. Tese de Doutorado.

MATEDDI, M.A., BUTZKE, I.C. A Relação entre o social e o natural nas abordagens de hazards e de desastres. **Revista Ambiente & Sociedade**, Campinas, ano IV, n. 9, p. 93-114, 2001.

MITJAVILA, M. O risco como recurso para a arbitragem social. **Tempo Social**, São Paulo, 14 (2), p.129-145, out/2002.

NATIONAL RESEARCH COUNCIL. **Facing Hazards and Disasters: Understanding Human Dimensions**. Washington, DC: The National Academies Press, 2006.408p.

OLIVER-SMITH, A. Reconstrucción después del desastre: una visión general de secuelas y problemas. In: LAVELL, Allan (org.). **Al Norte del Rio Grande**. Panamá:Red de Estudios Sociales en Prevención de Desastres en América Latina, 1994. p.25-40.

ONU. **Informe de la Relatora Especial sobre una vivienda adecuada como elemento integrante del derecho a un nivel de vida adecuado y sobre el derecho de no discriminación a este respecto**, Sra. Raquel Rolnik. 20 de diciembre de 2010. ONU: Ginebra, 2010.

PAGNAN, R. São Luiz do Paraitinga deve perder 80% de área histórica. **Folha de São Paulo**, 04 jan. 2010. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u674239.shtml>>. Acesso em: 10 jan. 2011.

PAOLI, M.C.P.M. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, F. ; RIZEK, C. (Orgs). **Cidadania e Democracia: o pensamento nas rupturas da política**. São Paulo: Editora Vozes, 2007.

PERROW, C. **The next catastrophe: reducing our vulnerabilities to natural, industrial, and terrorist disasters**. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2007.

PERRY, R. W. Disasters, definitions and theory construction. **What is a disaster? New answers to old questions** (edited by Ronald W. Perry and Enrico Quarantelli). Xlibris Corporation: 2005. p.311-324.

PERRY, R. W.; QUARANTELLI, E. (Eds.). **What is a disaster? New answers to old questions**. Xlibris Corporation: 2005. p.311-324.

PICOU, J.S.; MARSHALL, B.K. Katrina as paradigm shift: reflections on disaster research in the twenty-first century. In: BRUNSMA, D.L.; OVERFELT, D.; PICOU, J.S. (Orgs). **The sociology of Katrina: perspectives on a modern catastrophe**. Lanham, Boulder, New York, Toronto, Plymouth: Rowman & Littlefield Publishers Inc., 2007.

PHILLIPS, B.D.; FORDHAM, M. Introduction. In: PHILLIPS, B.D. et al (Orgs). **Social vulnerability to DISASTERS**. Boca Eaton, London and New York: CRC Press, 2010.

PYLES, L.; HARDING, S. Discourses of post-Katrina reconstruction: a frame analysis. **Community Development Journal**. Mar. 2011

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUIS DO PARAITINGA. **Formulário de Avaliação de Danos**. 01 jan. 2010a.

_____. **Como tudo aconteceu.** Jornal da Reconstrução. 1ª quinzena de março. 2010b.

_____. **As novas casas populares.** Jornal da Reconstrução. 2ª quinzena de março. 2010c.

QUARANTELLI, E. L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In: _____(Org). **What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998.p.1-7.

_____. **The disaster recovery process:** What we know and do not know from research. Columbus, OH: Preliminary paper, Disaster Research Center, Ohio State University, 1999.

_____. **Catastrophes are Different from Disasters:** Some Implications for Crisis Planning and Managing Drawn from Katrina. 2006. Disponível em: understandingkatrina.ssrc.org/Quarantelli/ - 39k - Acesso em: 30 de junho de 2008.

RIBEIRO, M. J. Sociologia dos desastres. **Sociologia, Problemas e Práticas**, Lisboa, n.18, p.23-43, 1995.

RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Defesa Civil. Subsecretaria Adjunta de Operações. Instituto Tecnológico de Defesa Civil. Escola de Defesa Civil. **Administração para Abrigos Temporários.** Rio de Janeiro: SEDEC-RJ, 2006.

RUBIN, C. B. The community recovery process in the United States after a major natural disaster. **International Journal of Mass Emergencies and Disasters**, Vol., 3, 1985.p. 9-28. Disponível em:< <http://www.ijmed.org/articles/197/download/>>. Acesso em: 01 jan. 2012

SANTOS, J. R. C. C. **A Festa do Divino de São Luiz do Paraitinga:** o desafio da cultura popular na contemporaneidade. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2008.

SÃO PAULO. Gabinete do Governador. Casa Militar. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. **Operação verão 2008/2009.** Disponível em:< http://www.defesacivil.sp.gov.br/novo/OPVERAO/Op_09_04_05.htm>. Acesso em: 10. abr. 2009

_____. Gabinete do Governador. Casa Militar. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. **Operação verão 2009/2010.** Disponível em:< http://www.defesacivil.sp.gov.br/v2010/porta_defesacivil/opverao/OpVerao_2009-2010/OpVerao_2009-2010_01ABR2010.pdf>. Acesso em: 10. abr. 2010a

_____. Gabinete do Governador. Casa Militar. Coordenadoria Estadual de Defesa Civil. In: Seminário Planejamento Municipal e Áreas de Risco, 2010. **Anais...**São Paulo: Escola Superior do Ministério Público, 2010b, v.cd.

_____. Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados. Informações dos Municípios Paulistas. 2013. Disponível em: < <http://www.seade.gov.br/produtos/imp/index.php?page=varinf>>. Acesso em: 20 dez. 2013.

SIENA, M.; VALENCIO, N. F. L. S. Moradias Afetadas pelas Chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006, v. cd. 14p.

SIENA, M. **A Dimensão de Gênero na Análise Sociológica de Desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários.** 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de São Carlos, 2009.

_____. Política de remoção: “Fazer viver ou deixar morrer”. In: VALENCIO, N. F. L. S. . **Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil.** São Carlos: RiMa Editora, 2010. v. 2. p. 101-111.

SLACK, T.; MYERS, C.A.; SILGELMANN, J. ; DOUCET, J.M. Impacts and Activities Following Disaster: Narratives on Recovery in Hurricane-Affected Communities. **Internacional Journal of Mass Emergencies and Disasters.** Vol.28, nº1, mar 2010.pp.1-32.

SOROKIN, P. A. **Man and society in calamity: the effects of war, revolution, famine, pestilence upon human mind, behavior, social organization and cultural life.** New York: E.P. Dutton and Company, 1942.

TELLES, V.S.; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados;** São Paulo: IEA, vol. 21, no. 61, 2007, 173-191.

THOMAZ, O. R. O terremoto no Haiti, o mundo dos brancos e o Lougawou. **Novos Estudos,** n86, março 2010. p.22-40.

THORNBURG, A.; KNOTTNERUS, J. D. & WEBB, G. R. Disaster and deritualization: A re-interpretation of findings from early disaster research. **The Social Science Journal.** 2007. p. 161–166.

TUAN, YI-FU. **Paisagens do medo.** São Paulo: Editora Unesp, 2005.

UOL NOTÍCIAS. Imagens do dia. Soldados do Exército patrulham ruas de São Luiz do Paraitinga (SP) para evitar saques nos locais destruídos pela chuva do último dia 31. **Folha imagem,** 06 jan. 2010. Disponível em: < http://noticias.uol.com.br/album/100106_album.jhtm#fotoNav=34>. Acesso em: 7 jan. 2010.

VALENCIO, N. F. L. S. A gestão de desastres como prática institucional de reiteração da violência contra grupos vulneráveis: o caso dos abrigos temporários. Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007, Recife. **Anais...** Recife: SBS, 2007.

_____. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: 32^o Encontro Anual da ANPOCS, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008.

_____. Da morte da Quimera à procura de Pégaso: a importância da interpretação sociológica na análise do fenômeno denominado desastre. In: VALENCIO, N. F. L. S. (Org.) et al. *Sociologia dos Desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2009. p. 3-18.

_____. **Para além do 'dia do desastre'**. Curitiba: Editora Appris, 2012.

VALENCIO, N. F. L. S. et al. A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n. 44-45, p. 67-115, 2004.

_____. Implicações éticas e sociopolíticas das práticas de defesa civil diante das chuvas: reflexões sobre grupos vulneráveis e cidadania participativa. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 96-108, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://www.seade.gov.br>>; <http://www.scielo.br>.

_____. O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. **Cronos** (Natal), 2007. Disponível em: <<http://www.cchla.ufrn.br/cronos/8/d4.pdf>>.

_____. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008. 20p.

VALENCIO, N.; SIENA, M.; MARCHEZINI, V. **Abandonados nos desastres: uma análise sociológica de dimensões objetivas e simbólicas de afetação de grupos sociais desabrigados e desalojados / Norma Valencio**. - Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011. 160 p.


VALENCIO, N. F. L. S. ; VALENCIO, A. L. S. O Guardador do Portal de Hades: Elementos sociopolíticos para uma análise acerca do enfrentamento institucional dos desastres no Brasil. In: VALENCIO, N. F. L. S. . *Sociologia dos Desastres: Construção, Interfaces e Perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa Editora, 2010. v. 2. p. 3-29.

_____ . Os desastres como indícios da vulnerabilidade do Sistema Nacional de Defesa Civil: o caso brasileiro. *Territorium*, v. 18, p. 147-156, 2011.

WU, J. Y. **A comparative study of housing reconstruction after two major earthquakes:** the 1994 Northridge earthquake in the United States and the 1999 Chi-Chi earthquake in Taiwan. Dissertation. Texas A&M University, 2003.

Anexos

Anexo 1 – Formulário Notificação Preliminar de Desastre (NOPRED)

		<h1>NOTIFICAÇÃO PRELIMINAR DE DESASTRE</h1>																																																										
1 - Tipificação Código _____ Denominação _____			2- Data de Ocorrência Dia _____ Mês _____ Ano _____ Horário _____																																																									
3- Localização UF _____ Município _____																																																												
4 - Área Afetada - Descrição da Área Afetada																																																												
5 - Causas do Desastre - Descrição do Evento e suas Características																																																												
6 - Estimativa de Danos <table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <thead> <tr> <th style="width: 30%;">Danos Humanos</th> <th style="width: 15%;">Número de Pessoas</th> <th style="width: 25%;">Danos Materiais</th> <th colspan="2" style="width: 25%;">Número de Edificações Danificadas / Destruidas</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Desalojadas</td> <td><input type="text"/></td> <td>Residenciais</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Desabrigadas</td> <td><input type="text"/></td> <td>Públicas</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Deslocadas</td> <td><input type="text"/></td> <td>Comunitárias</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Desaparecidas</td> <td><input type="text"/></td> <td>Particulares</td> <td><input type="text"/></td> <td><input type="text"/></td> </tr> <tr> <td>Mortas</td> <td><input type="text"/></td> <td>Serviços Essenciais</td> <td colspan="2" style="text-align: center;">Intensidade do Dano</td> </tr> <tr> <td>Enfermas</td> <td><input type="text"/></td> <td></td> <td style="text-align: center;">Danificadas</td> <td style="text-align: center;">Destruidas</td> </tr> <tr> <td>Levemente Feridas</td> <td><input type="text"/></td> <td>Abastecimento de Água</td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Gravemente Feridas</td> <td><input type="text"/></td> <td>Abastecimento de Energia</td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td>Afetadas</td> <td><input type="text"/></td> <td>Sistema de Transporte</td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> <tr> <td></td> <td></td> <td>Sistema de Comunicações</td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> <td style="text-align: center;"><input type="checkbox"/></td> </tr> </tbody> </table>						Danos Humanos	Número de Pessoas	Danos Materiais	Número de Edificações Danificadas / Destruidas		Desalojadas	<input type="text"/>	Residenciais	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Desabrigadas	<input type="text"/>	Públicas	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Deslocadas	<input type="text"/>	Comunitárias	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Desaparecidas	<input type="text"/>	Particulares	<input type="text"/>	<input type="text"/>	Mortas	<input type="text"/>	Serviços Essenciais	Intensidade do Dano		Enfermas	<input type="text"/>		Danificadas	Destruidas	Levemente Feridas	<input type="text"/>	Abastecimento de Água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Gravemente Feridas	<input type="text"/>	Abastecimento de Energia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	Afetadas	<input type="text"/>	Sistema de Transporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>			Sistema de Comunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Danos Humanos	Número de Pessoas	Danos Materiais	Número de Edificações Danificadas / Destruidas																																																									
Desalojadas	<input type="text"/>	Residenciais	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																								
Desabrigadas	<input type="text"/>	Públicas	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																								
Deslocadas	<input type="text"/>	Comunitárias	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																								
Desaparecidas	<input type="text"/>	Particulares	<input type="text"/>	<input type="text"/>																																																								
Mortas	<input type="text"/>	Serviços Essenciais	Intensidade do Dano																																																									
Enfermas	<input type="text"/>		Danificadas	Destruidas																																																								
Levemente Feridas	<input type="text"/>	Abastecimento de Água	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																																								
Gravemente Feridas	<input type="text"/>	Abastecimento de Energia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																																								
Afetadas	<input type="text"/>	Sistema de Transporte	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																																								
		Sistema de Comunicações	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>																																																								
7 - Instituição Informante				Telefone																																																								
Nome do Informante	Cargo	Assinatura / Carimbo	Dia _____ Mês _____ Ano _____	Data _____ Mês _____ Ano _____	_____ _____ _____																																																							
8 - Instituições Informadas Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – CEDEC <input type="checkbox"/> Coordenadoria Regional de Defesa Civil - CORDEC <input type="checkbox"/>																																																												
SECRETARIA DE DEFESA CIVIL - SEDEC Esplanada dos Ministérios - Bloco "E" - 6º Andar Brasília/DF 70067-901			Telefones - (061) 223 – 4717 (061) 414 – 5802 (061) 414 – 5806 Telefax - (061) 226 – 7588																																																									

Anexo 2 – Formulário de Avaliação de Danos (AVADAN)



AVALIAÇÃO DE DANOS

1 - Tipificação		2- Data de Ocorrência			
Código	Denominação	<i>Dia</i>	<i>Mês</i>	<i>Ano</i>	<i>Horário</i>

3- Localização	
UF	Município

4 – Área Afetada				
Tipo de Ocupação	Não existe/ Não afetada	Urbana	Rural	Urbana e Rural
Residencial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Comercial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Industrial	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Agrícola	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pecuária	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Extrativismo Vegetal	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Reserva Florestal ou APA	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mineração	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Turismo e outras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Descrição da Área Afetada

5 - Causas do Desastre - Descrição do Evento e suas Características
--

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL - SEDEC Esplanada dos Ministérios - Bloco "E" - 6º Andar Brasília/DF 70067-901	Telefones - (061) 223 - 4717 (061) 414 - 5802 (061) 414 - 5806 Telefax - (061) 226 - 7588
--	--

6 - Danos Humanos	0 a 14 anos	15 a 64 anos	Acima de 65 anos	Gestantes	Total
Número de Pessoas					
Desalojadas					
Desabrigadas					
Deslocadas					
Desaparecidas					
Levemente Feridas					
Gravemente Feridas					
Enfermas					
Mortas					
Afetadas					

7 - Danos Materiais Edificações	Danificadas		Destruidas		Total
	Quantidade	Mil R\$	Quantidade	Mil R\$	
Residenciais Populares					
Residenciais - Outras					
Públicas de Saúde					
Públicas de Ensino					
Infra-Estrutura Pública					
Obras de Arte					
Estradas (Km)					
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m ²)					
Outras					
Comunitárias					
Particulares de Saúde					
Particulares de Ensino					
Rurais					
Industriais					
Comerciais					

8 – Danos Ambientais	Intensidade do Dano					Valor Mil R\$
Recursos Naturais	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta	
Água						
Esgotos Sanitários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Efluentes Industriais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Resíduos Químicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Solo						
Erosão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Deslizamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Contaminação	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Ar						
Gases Tóxicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Partículas em suspensão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Radioatividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Flora						
Desmatamento	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Queimada	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Fauna						
Caça Predatória	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

9 - Prejuízos Econômicos			Valor
Setores da Economia	Quantidade		Mil R\$
Agricultura	produção		Mil R\$
Grãos/cereais/leguminosas	<input type="text"/>	t	<input type="text"/>
Fruticultura	<input type="text"/>	t	<input type="text"/>
Horticultura	<input type="text"/>	t	<input type="text"/>
Silvicultura/Extratvismo	<input type="text"/>	t	<input type="text"/>
Comercial	<input type="text"/>	t	<input type="text"/>
Outras	<input type="text"/>	t	<input type="text"/>
Pecuária	cabeças		Mil R\$
Grande porte	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>
Pequeno porte	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>
Avicultura	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>
Piscicultura	<input type="text"/>	mil unid	<input type="text"/>
Outros	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>
Indústria	produção		Mil R\$
Extração Mineral	<input type="text"/>	t	<input type="text"/>
Transformação	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>
Construção	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>

Serviços	Outros	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>
		Prest. de Serviço		Mil R\$
	Comércio	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>
	Instituição Financeira	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>
	Outros	<input type="text"/>	unid	<input type="text"/>

Descrição dos Prejuízos Econômicos

10 - Prejuízos Sociais

Serviços Essenciais	Quantidade	Valor
Abastecimento d'Água		Mil R\$
Rede de Distribuição	<input type="text"/> m	<input type="text"/>
Estação de Tratamento (ETA)	<input type="text"/> unid	<input type="text"/>
Manancial	<input type="text"/> m ³	<input type="text"/>
Energia Elétrica		Mil R\$
Rede de Distribuição	<input type="text"/> m	<input type="text"/>
Consumidor sem energia	<input type="text"/> consumidor	<input type="text"/>
Transporte		Mil R\$
Vias	<input type="text"/> km	<input type="text"/>
Terminais	<input type="text"/> unid	<input type="text"/>
Meios	<input type="text"/> unid	<input type="text"/>
Comunicações		Mil R\$
Rede de Comunicação	<input type="text"/> km	<input type="text"/>
Estação Retransmissora	<input type="text"/> unid	<input type="text"/>
Esgoto		Mil R\$
Rede Coletora	<input type="text"/> m	<input type="text"/>
Estação de Tratamento (ETE)	<input type="text"/> unid	<input type="text"/>
Gás		Mil R\$
Geração	<input type="text"/> m ³	<input type="text"/>
Distribuição	<input type="text"/> m ³	<input type="text"/>
Lixo		Mil R\$
Coleta	<input type="text"/> t	<input type="text"/>
Tratamento	<input type="text"/> t	<input type="text"/>
Saúde		Mil R\$
Assistência Médica	<input type="text"/> p.dia	<input type="text"/>
Prevenção	<input type="text"/> p.dia	<input type="text"/>
Educação		Mil R\$
Alunos sem dia de aula	<input type="text"/> aluno/dap	<input type="text"/>
Alimentos Básicos		Mil R\$
Estabelecimentos. Armazenadores	<input type="text"/> t	<input type="text"/>
Estabelecimentos comerciais	<input type="text"/> estabelec.	<input type="text"/>

Descrição dos Prejuízos Sociais

11 – Informações sobre o Município

Ano Atual		Ano Anterior	
População (hab):	Orçamento (Mil R\$):	PIB (Mil R\$):	Arrecadação (Mil R\$):

12 - Avaliação Conclusiva sobre a Intensidade do Desastre (Ponderação)					
Critérios Preponderantes					
Intensidade dos Danos	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante	
Humanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Materiais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Ambientais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Vulto dos Prejuízos	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante	
Econômicos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Sociais	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Necessidade de Recursos Suplementares	Pouco Vultosos	Mediamente Vultosos ou Significativos	Vultosos porém Disponíveis	Muito Vultosos e Não Disponíveis no SINDEC	
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Critérios Agravantes					
	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante	
Importância dos Desastres Secundários	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Despreparo da Defesa Civil Local	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Grau de Vulnerabilidade do Cenário	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Grau de Vulnerabilidade da Comunidade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
Padrão Evolutivo do Desastre	Gradual e Previsível	Gradual e Imprevisível	Súbito e Previsível	Súbito e Imprevisível	
	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
	Não			Sim	
Tendência para agravamento	<input type="checkbox"/>			<input type="checkbox"/>	
Conclusão					
Nível de Intensidade do Desastre	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
	I	II	III	IV	
Porte do Desastre	Pequeno ou Acidente	Médio	Grande	Muito Grande	
13 - Instituição Informante					
Nome da Instituição			Responsável		
Cargo	Assinatura	Telefone	Dia	Mês	Ano
14 - Instituições Informadas					
Coordenadoria Estadual de Defesa Civil		<input type="checkbox"/> Informada			
Coordenadoria Regional de Defesa Civil		<input type="checkbox"/>			
15 - Informações Complementares					
Moeda utilizada no preenchimento:			Taxa de conversão para o Dólar Americano:		

Anexo 3 – Formulário de Informações sobre Desastres (FIDE)

SISTEMA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL – SINPDEC	
	<h2>Formulário de Informações do Desastre – FIDE</h2>

1. Identificação

UF:		Município:	
População (Habitantes):	PIB (Anual):	Orçamento (Anual):	Arrecadação (Anual):
	R\$	R\$	R\$
Receita Corrente Líquida – RCL			
Total Anual: R\$		Média Mensal: R\$	

2. Tipificação

COBRADE	Denominação (Tipo ou Subtipo)

3. Data de Ocorrência

Dia	Mês	Ano	Horário

4. Área Afetada/Tipo de Ocupação	Não Existe/ Não Afetada	Urbana	Rural	Urbana e Rural
Residencial				
Comercial				
Industrial				
Agrícola				
Pecuária				
Extrativismo Vegetal				
Reserva Florestal ou APA				
Mineração				
Turismo e Outras				
Descrição das Áreas Afetadas (Especificar se Urbana e/ou Rural):				

5. Causas e Efeitos do Desastre - Descrição do Evento e Suas Características:

--

6. Danos Humanos, Materiais ou Ambientais

6.1 – Danos Humanos	Tipo	Nº de Pessoas
	Mortos	
	Feridos	
	Enfermos	
	Desabrigados	
	Desalojados	
	Desaparecidos	
	Outros Afetados	
	Total de Afetados	

Descrição dos Danos Humanos:

6.2 – Danos Materiais	Tipo	Quantidades Destruidas	Quantidades Danificadas	Valor (R\$)
	Unidades Habitacionais			
	Instalações Públicas de Saúde			
	Instalações Públicas de Ensino			
	Instalações Públicas Prestadoras de Outros Serviços			
	Instalações Públicas de Uso Comunitário			
Obras de Infra-Estrutura Pública				

Descrição dos Danos Materiais:

6.3 – Danos Ambientais	Tipo	População do Município Atingida
	Contaminação do Ar	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Contaminação da Água	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Contaminação do Solo	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Diminuição ou Exaurimento Hídrico	() 0 a 5% () 5 a 10% () 10 a 20% () Mais de 20%
	Incêndio em Parques, APA's ou APP's	Área Atingida
() Até 40% () Mais de 40%		

Descrição dos Danos Ambientais:

7. Prejuízos Econômicos Públicos e Privados

7.1 – Prejuízos Econômicos Públicos	Serviços Essenciais Prejudicados	Valor Para Restabelecimento (R\$)
	Assistência Médica, Saúde Pública e Atendimento de Emergências Médicas	
	Abastecimento de Água Potável	
	Esgoto de Águas Pluviais e Sistema de Esgotos Sanitários	
	Sistema de Limpeza Urbana e de Recolhimento e Destinação do Lixo	
	Sistema de Desinfestação/Desinfecção do Habitat/Controle de Pragas e	
	Geração e Distribuição de Energia Elétrica	
	Telecomunicações	
	Transportes Locais, Regionais e de Longo Curso	
	Distribuição de Combustíveis, Especialmente os de Uso Doméstico	
	Segurança Pública	
	Ensino	
	Valor Total dos Prejuízos Públicos	
Descrição dos Prejuízos Econômicos Públicos:		

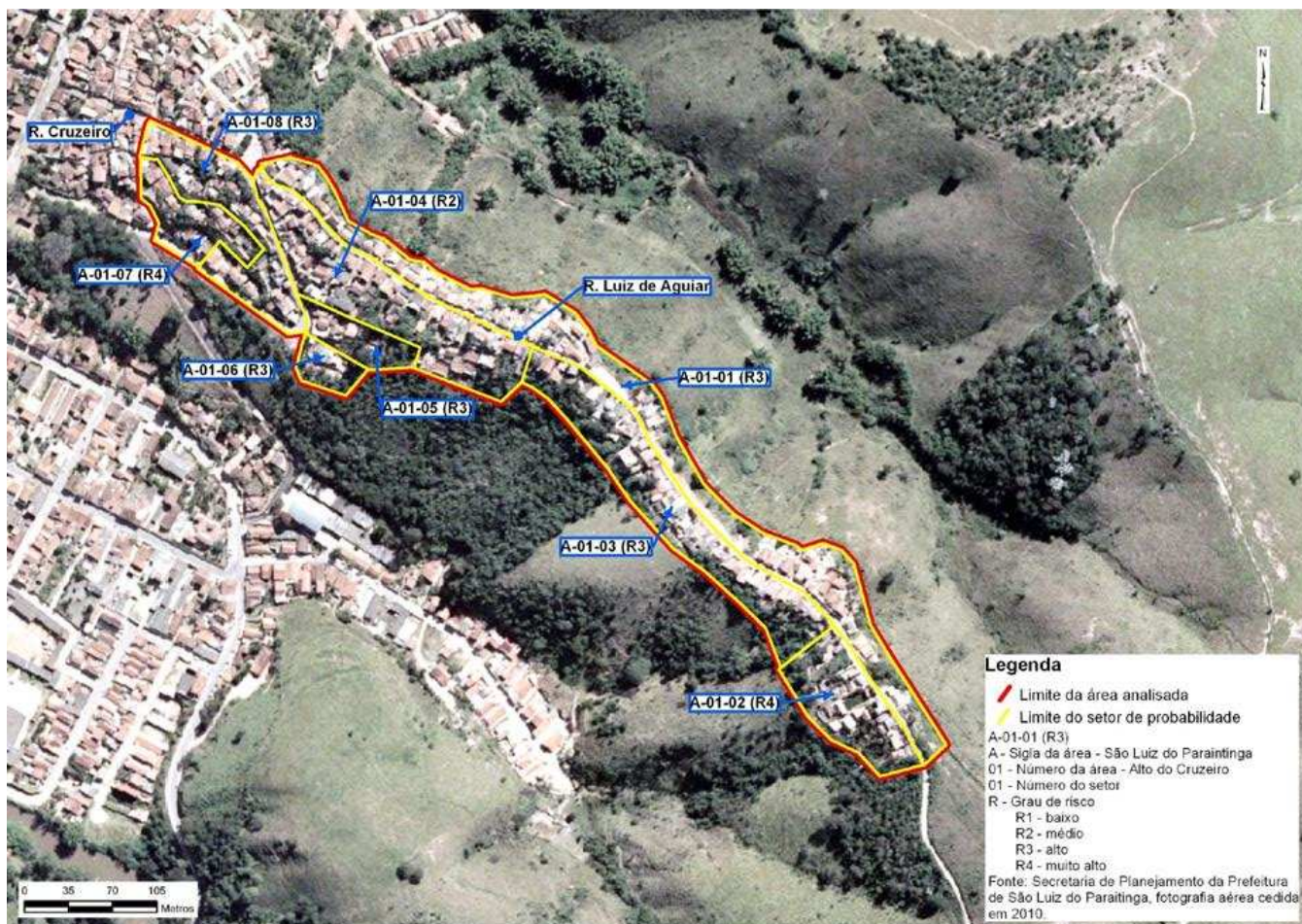
7.2 – Prejuízos Econômicos Privados	Setores da Economia	Valor (R\$)
	Agricultura	
	Pecuária	
	Indústria	
	Comércio	
	Serviços	
Valor Total dos Prejuízos Privados		
Descrição dos Prejuízos Econômicos Privados:		

8. Instituição Informante					
Nome da Instituição:			Nome do Responsável:		
Endereço:					
CEP:					
E-mail:					
Cargo:	Assinatura e Carimbo	Telefones:	Dia	Mês	Ano
		() ()			

9. Instituições Informadas	SIM	NÃO
Órgão Estadual de Defesa Civil		
Secretaria Nacional de Defesa Civil – Sedec		

Secretaria Nacional de Defesa Civil - Sedec	Cenad/Reconhecimento:	(061) 3214-0631
Setor Bancário Norte, Quadra 02, Lote 11, Edifício	Cenad/Reconhecimento:	(061) 3214-0633
Apex-Brasil CEP: 70.040-020 - Brasília/DF	Cenad/Geral:	(061) 3214-0600
E-mail: cenad@defesacivil.net	Sedec/Gabinete:	(061) 3414-5869

Anexo 4 – Exemplo de área mapeada em São Luis do Paraitinga/SP



Anexo 5 – Autorização para religação de energia elétrica



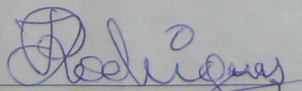
**COMDEC – Coordenadoria Municipal de
Defesa Civil**
**Prefeitura Municipal Estância Turística de São Luiz do
Paraitinga**
(Lei Estadual nº 11.187 de 05 de Julho de 2002)
Praça Dr. Oswaldo Cruz, 03- CNPJ-46.631.248/0001-51 CEP-12140-000
Telefones 0 XX 12 3671.7000 - FAX: 0 XX 12 3671-7003 -
EMAIL.defesacivildeslparaitinga@gmail.com



Solicitação

A Coordenadoria Municipal de Defesa Civil da Estância Turística de São Luiz do Paraitinga vem por este meio solicitar a empresa Elektro a fazer a Religação da Energia Elétrica na residência do Sr. Abel Emboaba da Silva situada na Rua Benedito Pião Sobrinho nº 385, pois sua residência não se encontra Interditada.

São Luiz do Paraitinga, 27 de setembro de 2010.


José Carlos Luiza Rodrigues
Coordenador da Defesa Civil
São Luiz do Paraitinga
José Carlos Luiza Rodrigues

6 - Danos Humanos	0 a 14 anos	15 a 64 anos	Acima de 65 anos	Gestantes	Total
Número de Pessoas					
Desalojadas	1450	2950	635	15	5050
Desabrigadas	33	55	7	0	95
Deslocadas	0	0	16	0	0
Desaparecidas	0	1	0	0	1
Levemente Feridas	0	1	0	0	1
Gravemente Feridas	0	1	0	0	1
Enfermas	0	0	0	0	0
Mortas	0	0	0	0	0
Afetadas	2018	7728	1172	82	11000

7 - Danos Materiais Edificações	Danificadas		Destruídas		Total
	Quantidade	Mil R\$	Quantidade	Mil R\$	Mil R\$
Residenciais Populares	-	-	80	50000	50000
Residenciais – Outras	146	2500	-	-	2500
Públicas de Saúde	03	450	-	-	450
Públicas de Ensino	03	300	01	500	800
Infra-Estrutura Pública					
Obras de Arte, ponte, galeria	15 pontes 30 galerias	75 60	20 pontes 50 galerias	300 250	375 310
Estradas (Km)	200	17000	15	1500	18500
Pavimentação de Vias Urbanas (Mil m ²)	2,5	900	-	-	900
Outras(proteção com muros de arrimo)	850	3000	-	-	3000
Comunitárias	-	-	2	12000	12000
Particulares de Saúde	06	180	-	-	180
Particulares de Ensino	-	-	-	-	-
Rurais	-	-	-	-	-
Industriais	1	200	-	-	200
Comerciais	225	2500	-	-	2500

8 - Danos Ambientais	Intensidade do Dano				
Recursos Naturais					
Água	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Esgotos Sanitários				x	
Efluentes Industriais	X				
Resíduos Químicos	X				
Outros	X				
Solo	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Erosão	-	-	-	-	X
Deslizamento	-	-	-	-	X
Contaminação (combustível / resíduos orgânicos)	-	-	-	-	X
Outros	-	-	-	-	-
Ar	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Gases Tóxicos (gás de geladeira)		X			
Partículas em Suspensão (pó de entulhos)			X		
Radioatividade	X				
Outros (mau cheiro)			X		
Flora	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Desmatamento	X				
Queimada	X				
Outros (arraste e queda de arvores)				x	
Fauna	Sem Danos	Baixa	Média	Alta	Muito Alta
Caça Predatória	X				
Outros(eqüinos, bovinos, suínos, aves)				X	

9 - Prejuízos Econômicos			
Setores da Economia	Quantidade		Valor
Agricultura	Produção		Mil R\$
Grãos/cereais/leguminosas	100	t	600
Fruticultura	-	t	-
Horticultura	25	t	50
Silvicultura/Extrativismo	2	t	8
Comercial	0,4	t	0,96
Outras	-	t	-
Pecuária	Cabeças		Mil R\$
Grande porte	50	unid	100
Pequeno porte	70	unid	36
Avicultura	3000	unid	45
Piscicultura	50	mil unid	175
Outros (produção leiteira)	150.000 litros	unid	105
Indústria	Produção		Mil R\$
Extração Mineral	80	t	2,33
Transformação	-	unid	-
Construção	-	unid	-
Outros (equipamentos)	1	unid	150
Serviços	prest. de serviço		Mil R\$
Comércio	225	unid	15205
Instituição Financeira	4	unid	800
Outros	-	unid	-
Descrição dos Prejuízos Econômicos			

10 – Prejuízos Sociais			
Serviços Essenciais	Quantidade		Valor
Abastecimento d'Água			Mil R\$
Rede de Distribuição	1000	m	20
Estação de Tratamento (ETA)	1	unid	250
Manancial	-	m ³	-----
Energia Elétrica			Mil R\$
Rede de Distribuição	300	m	100,00
Consumidor sem energia	4680	consumidor	32,76
Transporte			Mil R\$
Vias	217,5	km	19400
Terminais	1	unid	8

Meios	35 veiculos prefeitura 50 particulares	unid	1300 2200
Comunicações			
Rede de Comunicação	10	km	Mil R\$ 1000
Estação Retransmissora / equipamentos (dados, banda larga)	1	unid	500
Esgoto			
Rede Coletora	1000	m	Mil R\$ 250
Estação de Tratamento (ETE)	-----	unid	-----
Gás			
Geração	-----	m ³	-----
Distribuição	-----	m ³	-----
Lixo			
Coleta	24	t	Mil R\$ 3
Tratamento	-----	t	-----
Saúde			
Assistência Médica	100	p.dia	Mil R\$ 2
Prevenção	200	p.dia	1,2
Educação			
Alunos sem dia de aula	-	aluno/dap	Mil R\$ -
Alimentos Básicos			
Estabelecimentos armazenadores	30	t	Mil R\$ 350
Estabelecimentos comerciais	225	estabec.	15205
Descrição dos Prejuízos Sociais			

11 – Informações sobre o Município			
Ano Atual		Ano Anterior	
População (hab): 10.858 (fonte: IBGE)	Orçamento (Mil R\$): 21.000,00	PIB (Mil R\$): 77.26 (fonte: IBGE)	Arrecadação (Mil R\$): 19.000,00

12 - Avaliação Conclusiva sobre a Intensidade do Desastre (Ponderação)				
Critérios Preponderantes				
Intensidade dos Danos	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante
Humanos				X
Materiais				X
Ambientais				X
Vulto dos Prejuízos	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante

Econômicos				X	
Sociais				X	
Necessidade de Recursos Suplementares	Pouco Vultosos	Mediamente Vultosos ou Significativos	Vultosos porém Disponíveis	Muito Vultosos e Não Disponíveis no SINDEC	
			X		
Critérios Agravantes	Pouco Importante	Médio ou Significativo	Importante	Muito Importante	
Importância dos Desastres Secundários				X	
Despreparo da Defesa Civil Local				X	
Grau de Vulnerabilidade do Cenário				X	
Grau de Vulnerabilidade da Comunidade				X	
Padrão Evolutivo do Desastre	Gradual e Previsível	Gradual e Imprevisível	Súbito e Previsível	Súbito e Imprevisível	
	X				
Tendência para agravamento	Não		Sim		
			X		
Conclusão Nível de Intensidade do Desastre	I Pequeno Ou Acidente	II Médio	III Grande	IV Muito Grande	
Porte do Desastre				X	
13 - Instituição Informante Prefeitura			Responsável Ana Lucia Bilard Sicherle		
Cargo Prefeita Municipal	Assinatura	Telefone (12)36717000 (12) 91114764	Dia 06	Mês 01	Ano 2010
14 - Instituições Informadas Coordenadoria Estadual de Defesa Civil Coordenadoria Regional de Defesa Civil		Informada X X			
15 - Informações Complementares Moeda utilizada no preenchimento: Real			Taxa de conversão para Dólar Americano:1,741		

Anexo 7 – Manchetes dos exemplares do Jornal da Reconstrução

N ^o	DATA	MANCHETE
1	1 quinzena/ março 2010	Como tudo aconteceu
2	2 quinzena/ março 2010	As novas casas populares
3	1 quinzena/ abril 2010	Arquitetura da fé
4	2 quinzena/ abril 2010	Audiências públicas mobilizam moradores
5	1 quinzena/ maio 2010	Casa Oswaldo Cruz deve ser restaurada
6	2 quinzena/maio 2010	Morro do Cruzeiro e os riscos anunciados
7	1 quinzena/junho 2010	Tecnologia com respeito à tradição
8	2 quinzena/junho 2010	São Luiz no PAC Cidades Históricas
9	2 quinzena/ julho 2010	Para a cidade conviver com o rio
10	2 quinzena/ outubro 2010	Fehidro libera R\$ 770 mil para corrigir e reflorestar toda a bacia do Rio Chapéu
11	1 quinzena/ novembro 2010	Cenário histórico livre da poluição visual
12	1 quinzena/ dezembro 2010	Cidade em festa: você está convidado
13	2 quinzena/ dezembro 2010	Eis o novo patrimônio cultural brasileiro
14	1 quinzena/ janeiro 2011	Dez milhões para reconstruir uma cidade
15	2 quinzena/ janeiro 2011	Luizense tem show na praça em janeiro
16	1 quinzena/ fevereiro 2011	Turistas ganham Centro de Informações
17	2 quinzena/ fevereiro 2011	Nosso carnaval, 30 anos de pura alegria
18	1 quinzena/ março 2011	Muro de contenção, tema de discussão

Anexo 8 – Poema da Enchente

Poema da Enchente

Ano 2010, bem na hora da virada
São Luiz do Paraitinga, desceu uma chuvarada
Que pro resto da vida, pra sempre será lembrada
A cidade é abençoada
Quando as águas baixaram, era um cenário de guerra
Parecia um bombardeio que destruiu toda a terra
Uma cidade fantasma, encostada ao pé da serra
Foi grande a solidariedade, coisa igual nunca se viu
Veio ajude de todo o Vale, de São Paulo e do Brasil
Ajudando o patrimônio que a enchente destruiu
Os voluntário chegando, vindo de todo o lugar
A televisão mostrando, toda hora sem parar
O sofrimento tão grande do povo deste lugar
Era grande o mau cheiro, os entulho amontoado
A lama podre na rua, móveis perdido e jogado
Misturado aos escombros e o povo desnortado
Agora estamos lutando
Com força, garra e fé
Juntar o pouco que tem
Pra pôr a cidade em pé
Com a ajuda de todos, seja o que Deus quiser
O sorriso esconde a lágrima
O coração apertado
Mas o luizense tem força, traz a raça do passado
Acompanhando o tempo devagar, mas não parado
Queremos agradecer um a um que ajudou
Venha nos dar as mãos que muita coisa sobrou
Nossa cultura está viva, essa água não levou
Tocar um dedinho de prosa, o jeito de ser caipira
Saborear a comida caseira, um feijão com cambuquira
A simpatia de um povo, essa a enchente não tira
Isso que aconteceu é a força da natureza
Tudo vai pega seu rumo, você pode ter certeza
Nossa cidade é encantada, ainda tem muita beleza
Viva São Luiz do Paraitinga
(Ditão Virgílio, 15 de setembro de 2011, Semana da Canção)